

ABDIAS VILAR DE CARVALHO

**O CAMINHO DO TEMPO : TRAJETÓRIAS DE VIDA DO SERVIDOR
PÚBLICO APOSENTADO**

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Departamento de Sociologia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação da Profa.Dra.Teresa Sales.

Este exemplar corresponde a versão final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 25 / 04 / 02.

Banca Examinadora :

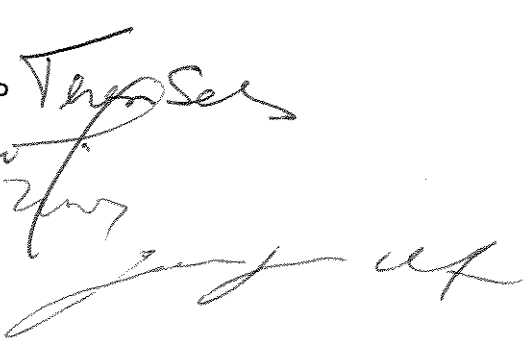
Profa. Dra. ~~Teresa Sales~~ – UNICAMP

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr

The block contains four handwritten signatures in black ink, corresponding to the names of the exam committee members listed to the left. The signatures are written in a cursive, flowing style. The first signature is for Profa. Dra. Teresa Sales, the second for Prof. Dr. Francisco, the third for Prof. Dr. Rafael, and the fourth for Prof. Dr. Q. L. L. L.

Campinas, SP.

Fevereiro de 2002.

UNIDADE Bp
Nº CHAMADA UNICAMP
C253c
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 49265
PROC 16-837102
C _____ D X
PREÇO R\$ 11,00
DATA _____
Nº CPD _____

2

CM00167788-6

BIB ID 241391

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

<u>MP</u> <u>C253c</u>	Carvalho, Abdias Vilar de.
	O caminho do tempo: trajetórias de vida do servidor público Aposentado / Abdias Vilar de Carvalho. -- Campinas, SP: s. n. , 2002.
	Orientadora: Teresa Sales
	Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
	1. Tempo social. 2. Memória social. 3. Aposentadoria Servidor Público 4. Tempo livre. 5. Lazer. I. Sales, Teresa, 1945 - . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

O tema central desta tese é o **tempo social**, que será analisado através de algumas concepções formuladas pela Sociologia. Apoiamo-nos em E. Durkheim, o tempo como representação coletiva, em G. Gurvitch, a *multiplicidade dos tempos sociais*, e em M Halbwachs, *memória coletiva*, memória social .

Esse referencial teórico é seguido de um estudo denominado de **Organização do tempo na vida do aposentado**, utilizando o conceito de *cotidianidade de Agnes Heller*. Trata-se de uma exposição da vida social de servidores públicos federais aposentados, a partir de seus depoimentos –escritos e orais -. Foram entrevistados quarenta e nove aposentados de onze instituições, hoje residindo nos Estados de Paraíba, Pernambuco, São Paulo,Paraná e no Distrito Federal (Brasília). Essa categoria social tem características distintas de aposentados de épocas anteriores, pois nasce no processo de modernização do Estado brasileiro, cujo começo pode ser situado no Governo Collor e é aprofundado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Assim, partindo de uma concepção de tempo social, conseguimos compreender como essa categoria social manifesta sua relação com o tempo e como organiza suas temporalidades.

20022420

RESUMÉ

Le thème central de cette thèse est **le temps social**, qui sera analysé d'après quelques conceptions formulées par la Sociologie. Nous nous appuyons sur E. Durkeim – *le temps comme représentation collective* - G. Gurvitch – *la multiplicité des temps sociaux* – et sur M. Halbwachs – *mémoire collective, mémoire sociale*. Ces références théoriques sont suivies d'une étude sur **l'organisation du temps dans la vie du retraité**, dans laquelle j'utilise le *concept de quotidianneté*, formulé par Agnes Heller. Il s'agit d'une exposition de la vie sociale des fonctionnaires retraités des services publics fédéraux, à partir de leurs témoignages – écrits et oraux . Nous avons interviewés, pendant l'année 2000, quarante neuf retraités, liés à onze institutions et résidents dans les États de Paraíba, Pernambuco, São Paulo et Paraná et dans le District Fédéral (Brasília). Cette catégorie sociale possède des caractéristiques différentes des retraités des époques antérieures, car elle est engendrée dans le processus de modernisation de l'État brésilien, dont le début peut être situé dans le Gouvernement Collor, ayant été poursuivi pendant le Gouvernement Fernando Henrique Cardoso. Ainsi, partant d'une conception de temps social, nous avons pu comprendre comment cette catégorie sociale manifeste son rapport au temps et comment elle organise ses temporalités.

À memória de meus pais pelo amor que nos deram, pelo caminho do “tesouro” a que nos conduziram e pela saudade que deixaram

Para Naza : tempos e amores.

Para Marina: presente e futuro.

AGRADECIMENTOS

O caminho construtivo nunca é um ato solitário, mas solidário, participativo.

Ao concluirmos esta tese, frisamos que, se o ato de escrever foi pessoal, de responsabilidade do “eu”, transformado em “nós” pelas várias presenças, intercâmbios reais e imaginários, nela contidas, defeitos e fraquezas são de nossa alçada, mas beleza, afetividade e criatividade, que esta tese possa apresentar tem o sopro de diversas pessoas.

Com Teresa Sales, temos uma trajetória antiga de lutas pela liberdade, pela democracia, por uma universidade criativa e aberta à sociedade. Partilhamos momentos alegres e tristes, que marcaram a nossa geração, de 68, sinteticamente assim alcunhada. Temos uma convivência amiga, de grande amizade mesmo, na vida de trabalho e das duas famílias. Como orientando, afirmo que sua presença foi marcante, nas sugestões, leituras e correções. Um reconhecimento do fundo do coração, pela confiança depositada. Essa é a característica fundamental, do nosso ponto de vista, que incentiva, que cria, que empurra para a frente, que todo orientando precisa. Mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais ultimamente passou, não deixou de ler e de opinar. Quando as atenções não podiam mais ser divididas, pelo agravamento do estado de saúde de Hamilton, seu esposo e nosso amigo querido, passou-nos um e-mail, de encorajamento. Infelizmente, não lhe poupamos o tempo de descanso, quando teve que ler, sugerir, corrigir, para que esta tese fosse concluída.

A Nazaré e Marina que redefiniram suas rotinas, alteraram seus compromissos para que pudéssemos dispor de dedicação integral para a pesquisa e redação. Incentivo manifestado na vibração de qualquer coisa que lhes contávamos, perguntávamos; no apoio pela busca de livros na biblioteca, consultas pela internet e tantas outras disponibilizações de meios materiais. Mas - como o advérbio é gostoso -, pelo amor. Insubstituível.

Aos entrevistados. Eles que, pela história narrada nos transformaram em narrador acadêmico. A entrevista é um ato de despojamento que só a confiança estabelece. Foi o que conosco aconteceu. Esta tese é deles.

Aos irmãos e familiares, pela compreensão do quase abandono a que foram submetidos, durante o nosso recolhimento para escrever a tese. Mas eles sabem que são as lembranças e a afetividade que nos permitem, hoje, agradecer-lhes o convívio e o prazer da saudade.

A Carol Cavalcanti e Alberto Wanderley, que nos ajudaram nas entrevistas e posteriores discussões. A sua dedicação e o seu envolvimento foram importantes.

Aos núcleos de aposentados, às associações de servidores públicos do INCRA, em Brasília e São Paulo, ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco que nos acolheram e prestaram imprescindível apoio.

À colega e amiga Vilma Maria Cordeiro, pelo apoio nos contatos com os aposentados e em tantas outras oportunidades.

À Lourdinha Souto Maior, pela paciência em ler, reler e buscar a precisão, quando estava escrito o incompreensível; a elegância, quando a má construção ultrajava nossa língua pátria.

Aos amigos pela vibração, torcida e carinho. Por não termos a capacidade criadora do artista, apenas repetimos: estão guardados no lado esquerdo do peito.

À Ana Cláudia dos Santos Pereira e Renata Baptista que transformaram vozes em letra.

O CAMINHO DO TEMPO : trajetórias de vida do servidor público aposentado

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I : Tempo Social e Memória	21
Capítulo 1	A concepção religiosa : o tempo começado 21
Capítulo 2	O pensamento sociológico : o tempo concebido 47
Capítulo 3	As manifestações das temporalidades ou elos da história 61
PARTE II : A Organização do Tempo na Vida do Aposentado	74
Capítulo 1	<i>Da incerteza à insegurança: o nascimento do novo aposentado do Serviço Público</i> 74
Capítulo 2	<i>Da incerteza à insegurança: significado da disponibilidade</i> 125
Capítulo 3	<i>A cotidianidade do aposentado :ser aposentado, não se sentir aposentado</i> 185
Capítulo 4	<i>Horizontes Temporais</i> 274
CONCLUSÃO	324
BIBLIOGRAFIA	334
ANEXOS	345

APRESENTAÇÃO

Esta tese tem como tema central o **tempo social**, que será analisado através de algumas concepções formuladas pela Sociologia.

O ponto de partida de nossos estudos foi o importante trabalho de E. Durkheim, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, no qual o tempo é definido como criação social, isto é, como representação coletiva. Prossegui, ganhando força, com G. Gurvitch, na formulação de *multiplicidade dos tempos sociais*, e M. Halbwachs, com *memória coletiva*.

Com esses três autores, aos quais acrescentamos P. Bourdieu e N. Elias, montamos um arcabouço teórico que nos permitiu uma ampliação de temas e questões.

Como desdobramento dessa reflexão mais ampla, teórica, realizamos um estudo mais específico sobre a **organização do tempo na vida do aposentado**, apoiando-nos na categoria de cotidianidade.

Duas questões interligadas, mas distintas, se colocam: a primeira refere-se à natureza do tempo; a segunda, aos diversos sistemas temporais. As reflexões que serão desenvolvidas tentam responder essas questões ou desvendar caminhos para explicá-las.

Orientamo-nos sobre a hipótese de que todos os indivíduos e grupos sociais têm necessidade de estabelecer uma consciência coletiva¹ temporal, sem a qual é impossível qualquer previsibilidade de contato e de construção representativa e de orientação prática da vida social e da sociedade, o que vale dizer: da história humana. Em outros termos, a representação temporal é parte da estrutura das relações sociais:

¹ Seguindo Durkheim, E. e como explicaremos mais adiante, trata-se do "tempo total" como conjunto coletivo das "durações particulares". (Durkheim, E. 1960: 631.) Para Harvey, D. "as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social" (Harvey, D. 1989 : 189)

" ... des groupes et des personnes existent dans la durée et laissent leur trace dans la mémoire des hommes. Il n'y a pas en ces sens d'idée sociale qui ne soit en même temps un souvenir de la société". (Halbwachs, M. 1994 : 296)

No tocante à organização, o texto está dividido em duas partes. *A primeira*, subdividida em três capítulos e intitulada *tempo social e memória : um percurso pelos clássicos*, consta de uma reflexão sobre as concepções do tempo social, baseada nos citados autores.

No primeiro capítulo, a temática é a concepção do tempo religioso cristão católico, pois só utilizamos, como fontes, a Bíblia, na versão católica, e o pensamento de Santo Agostinho. Esse tema pareceu-nos importante não só pelo objetivo essencial de conhecer a idéia de tempo cristão, mas pela sua força no pensamento ocidental, religioso ou não, como afirma Whitrow:

" ... nosso conceito moderno de história, por mais racionalizado e secularizado que seja, permanece fundado no conceito de tempo histórico inaugurado pelo cristianismo" (Whitrow, G.J. 1993: 81)

Além de que, o forte de nossa argumentação, para compreender o tempo social na sociedade moderna, reside na passagem de um tempo religioso medieval para a categoria do tempo trabalho, e, por conseguinte, do seu sistema de organização, como o tempo hegemônico na sociedade industrial, tendo no taylorismo e no fordismo seus estruturadores:

"A compra e a venda de tempo, enquanto tempo de trabalho, é, certamente, uma das características mais distintivas do capitalismo moderno. As origens da regulação temporal precisa do dia talvez se encontrem ao repicar do sino do mosteiro, mas é na esfera do trabalho que sua influência se enraizou de tal maneira que se propagou à sociedade como um todo". (Giddens, A. 1989: 117).

O segundo capítulo se inicia com uma pequena problematização do tempo social na Sociologia, para se complementar com uma sistematização do pensamento de Durkheim – O tempo como consciência coletiva - e de Gurvitch – A multiplicidade dos tempos sociais. No nosso ponto de vista, apesar da riqueza que a classificação dos tempos sociais, elaborada por Gurvitch, oferece, pelo

menos na literatura consultada, ela é pouco explorada e utilizada.

O terceiro capítulo – As manifestações das temporalidades ou os elos da história – é dedicado aos conceitos de memória coletiva/memória social, de Halbwachs, cuja influência no pensamento atual é marcante, como provam diversas publicações sobre ele ou nele inspiradas.

Nessa primeira parte, buscamos ir além do terreno conceitual - empreitada difícil -para compreender como o tempo é criado, percebido e vivido na sociedade. Trata-se de entender uma vivência social do tempo, expressa através das mais diversas concepções, qualificações, quantificações, dimensionamentos, linguagem ou, numa única formulação, representações, que fazem parte, também, do campo de força ideológica e política da sociedade. No momento, remetermo-nos ao "tempo trabalho", às datas históricas e aos "projetos de sociedade", é suficiente para uma visão da importância do tempo na sociedade.

O que à primeira vista aparece como algo simples, dada a repetição da palavra e a rotinização na vida cotidiana, não o é. Torna-se necessário desvendar e desfazer esse "fetiche", para usar a expressão de Elias. (Elias, N. 1989:86).

No próprio campo do pensamento das ciências sociais são enxergadas lacunas e dificuldades para dele tratar. A. Giddens, por exemplo, reclama sobre a despreocupação histórica da Sociologia (ou dos cientistas sociais), com o tempo social. F. Braudel,² com seu profundo olhar histórico, situa não só a origem e o espaço ocupados pelas reflexões sociológicas sobre o tempo, como vai contrapor o alcance teórico e metodológico das análises de curto prazo às de longo prazo, como divisores substantivos entre a Sociologia e a História.

O tempo tem sua história. Embora no singular, ou "um coletivo singular" (Ricoeur, P. 1985. III), ele tem um significado e uma aplicação plural³ nas

² Segundo Braudel, F. a Sociologia estaria fortemente marcada pelas concepções filosóficas de Bergson e de Bachelard, e, também, porque na Sociologia o tempo "é muito menos imperioso, menos concreto também, e nunca está no coração de seus problemas e de suas reflexões" (Braudel, F. 1978 :71) Ele define a longa duração como : "as regularidades , as permanências de sistema, alguns disseram de civilizações, isto é, velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra toda lógica"(op.cit.: 51)

³ Mais adiante analisaremos o pensamento de Gurvitch sobre os "tempos múltiplos "ou" a multiplicidade dos tempos sociais ". De antemão assinalamos o que nos parece ser o elemento chave para este autor : "Tous ces temps , malgré leurs profondes divergences, possèdent les

sociedades. Desde o senso comum que o reduz à experiência vivida, marcada pela relação cíclica das estações ou das divisões horárias, cujo símbolo maior é o relógio, até as interpretações religiosas e das ciências, há concepções e formas distintas de expressá-lo⁴. Estariam todos falando de um mesmo objeto? A distinção reside na existência múltipla do objeto ou nas formas pelas quais os homens e as ciências o expressam, através de "categorias diferentes para um mesmo sentido", (Castoriadis,C.1990:248) ou na "diversidade dos dizeres do tempo"? (Reis,J.C. 1994 :13) Há tempos e tempos.

“Mamãe, quando é daqui a pouco”? Essa angustiante interrogação dita por uma criança, com sua entonação própria, é de uma graciosidade e singeleza que a todos encanta, desperta um sorriso e a vontade de acariciá-la. A mesma frase - quando é daqui a pouco? - na voz do adulto é sintoma de irritação, de desconforto com alguma coisa não conseguida, com a espera indefinida para um atendimento, para uma resposta.

“Doutor, a reunião será no horário de Deus ou do governo?” Pergunta de um agricultor em relação ao horário de verão, se faz rir, traz, contudo, um discernimento entre o que aprendeu como algo natural, de origem divina, e algo determinado pelo homem, mais precisamente por quem manda, como se houvesse disputa entre dois poderes ou a tentativa do governo em querer ser tão ou mais poderoso, no ordenamento das coisas da natureza.

O horário de verão muda-lhe uma relação de apropriação e de sentimento com o tempo, aprendida desde criança pelo processo de socialização, solidificado no percurso de sua vida pelas diversas aprendizagens, no qual ele estabelece suas relações com as coisas da natureza, divinas e dos homens: fé, família e trabalho. A questão posta pelo agricultor é aparentemente tão simples, que, para

mêmes caractéristiques formelles (décalage ou coordination des mouvements) et entrent donc dans la catégorie temps.” (Gurvitch, G. 1969, t II : 331/332).

⁴ Bourdieu, P. definirá “tempo-coisa, tempo dos relógios ou tempo da ciência, é o produto do ponto de vista escolástico que encontrou sua expressão numa metafísica do tempo e da história na qual se considera o tempo como uma realidade dada de antemão, em si, anterior e exterior à prática, ou como moldura (vazia), a priori, de todo processo histórico”. (Bourdieu,P. 2001: 253)

muitos, revela tradicionalismo, religiosidade, quando não ignorância, mas que, no fundo, é a de todos nós, mesmo dos intelectuais: o que é o tempo ?

A primeira sensação do tempo é dada pela natureza. A relação no sistema planetário entre o sol e a terra (e a lua) *cria* não só os dias e as noites, interferindo em nosso ritmo biológico, determinando e separando o tempo dos afazeres - trabalho, lazer, andar, recolhimento -, como nossa própria existência, numa escala cronológica –criança, jovem, adulto e velho - e teleológica, da vida à morte. As mudanças das estações, que sempre se repetem, trazem com ela a certeza de que na vida nada se transforma, tudo continua como antes. Do nascimento à morte, como da primavera ao outono, a vida é ciclo, nada ou pouco podemos fazer.

O próprio ciclo vital, a relação com a natureza, o desempenho das tarefas diárias, o posicionar-se na história, tudo isso conduz os homens a enxergarem o tempo como algo que lhe é estranho, que ele não domina. Ser escravo do tempo, pois o tempo assume a característica de *poder disciplinador e de controle social* (Foucault, M. 1977; Coriat, B. 1979).

Na pergunta angustiante do agricultor ou de todos nós envoltos pelas múltiplas relações da vida material e espiritual, o que deve ser sublinhado não é o reconhecimento do tempo como criação de Deus nem a interferência do poder terrestre em determinar outro tempo, - sendo isso considerado possivelmente uma blasfêmia -, mas que o tempo lhe é estranho. Ele, agricultor, não se sente sujeito cultural, não domina o tempo, obedece, crê.

“We see, (then,) that systems of time reckoning reflect the social activities of the group. Their springs of initiation are collective; their continued observance is demanded by social necessity. They arise from the round of group life, are largely determined by the routine of religious activity and the occupational order of the day, are perpetuated by the need for social co-ordination, and are essentially a product of social interaction”. (Sorokin, P. e Merton, R. 1937:620).

Com as interrogações da criança e do agricultor, que abordam partes de tantas outras concepções e sentimentos sobre o tempo, constatamos como,

conscientemente ou não, este está impregnado em nossas vidas, através de idéias, condutas e estruturas.

A concepção e a reprodução das estruturas temporais se dão no contexto do processo de socialização. Aprendizagem envolve numa relação perturbada entre valores científicos, religiosos e mágicos, denotando ou precisando a posição social do grupo, da comunidade ou da sociedade, em relação aos fenômenos da natureza e à colocação dimensional dos feitos propriamente humanos. Dito de outra forma, a relação do homem com o tempo se dá num campo confuso entre, de um lado, a idéia de um tempo físico, cosmológico, portanto imutável, desde a origem do universo ou, numa visão religiosa, desde a criação do mundo. Aqui, sem dúvida, a natureza é a senhora do tempo. E de outro lado, como uma ação social ou, conforme Elias :

" el "tiempo" tiene el carácter de una institución social, de un regulador de los eventos sociales, de una manera de la experiencia humana; y los relojos son una parte integrante de un ordenamiento social que sin ellos no funcionaría". (Elias, N. 1989 : 130).

As expressões "*não ter tempo*" "*estar apressado / atrasado*" caracterizam, com vigor, todo um estilo moderno de vida, no qual a quantificação do tempo e, por conseguinte, o seu controle e a sua administração são simbolizados pela agenda e pelo relógio. Aliás, Agnes Heller capta com singeleza e acuidade esse fenômeno ao sublinhar o uso do relógio e não do metro (Heller, A. 1987: 389), como referência essencial das atividades humanas. O tempo materializado assume, assim, uma dimensão maior, parecendo ser ele o determinador da organização e do ritmo de nossas vidas privadas e da vida em sociedade.

Ao criarmos o tempo, temos a necessidade de concebê-lo, classificá-lo, adjetivá-lo, simbolizá-lo, mensurá-lo e dimensioná-lo, estabelecendo uma duração. Fragmentação e unidade: ontem, hoje, amanhã; mas, também, cimento que tudo interliga e a todos identifica, numa consciência coletiva temporal⁵. É

⁵ Seguindo Durkheim e como explicaremos mais adiante, trata-se do "tempo total", como conjunto coletivo das "durações particulares". (Durkheim, E. 1960: 631.). Para Harvey "as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social". (Harvey, D. 1989: 189). Numa visão filosófica, Castoriadis nomina de "temps comme tel" o tempo que "surplombant les divers temps subjectifs et le

essa consciência que constitui a característica do tempo próprio do homem, distinto do tempo *imposto* pela natureza e pelos deuses. Aqui, a submissão, ou melhor, o imponderável, o mistério, o limite. Lá, a ação consciente, o fazer, o participar. Ser sujeito do tempo.

Bourdieu, em sua análise sobre a sociedade argelina, afirma que "o funcionamento de todo sistema econômico é ligado à existência de um sistema determinado de disposições em relação ao mundo, e mais precisamente em relação ao tempo". (Bourdieu, P.1979:17). Parafraseando-o, dizemos que toda vida social é um sistema determinado de atitudes em relação ao tempo.

Uma análise sobre o tempo social é, portanto, complexa e envolve vários aspectos teóricos e práticos. Esperamos que as reflexões desenvolvidas nessa primeira parte nos conduzam, com clareza, a compreendê-lo como representação cultural, historicamente constituída nas sociedades, interiorizada nos indivíduos e grupos pelo processo de socialização, primária e secundária. O tempo não é senão a história dos grupos e classes sociais no fazer, conservar e mudar a sua vida social e da sociedade.

Para a *segunda parte da tese*, nominada de *organização do tempo na vida do aposentado*, escolhemos, como objeto de estudo, a trajetória de vida do servidor público federal aposentado, tendo como recorte temporal o período a partir de 1991 a 2000. Trata-se, é verdade, de uma exposição da sua vida social, a partir de seus depoimentos —escritos e orais .

Essa categoria social tem características distintas dos aposentados de épocas anteriores, pois nasce no processo de modernização do Estado brasileiro, cujo começo pode ser situado no Governo Collor e é aprofundado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

No desenvolver das análises, não atribuímos destaque à estatística, ao quantitativo, nem buscamos coerências internas e comparativas entre os

temps particuliers y compris le temps objectifs". (Castoriadis, C. 1990 : 247). Este "temps comme tel", o autor classificará, também, como "temps social (public) institué dans deux veines étroitement entrelacées: le temps identitaire, dont la colonne vertébrale est le temps calendaire (...) et le temps imaginaire: le temps significatif et le temps de la signification". (Castoriadis, 1990 : 260) .

depoimentos.

O que pretendemos é mostrar e conhecer, através de depoimentos, a trajetória de vida do servidor público federal aposentado. São relatos de sua vida e manifestações de como foram “jogados”, “forçados” à aposentadoria e de como estão inseridos no tempo atual. Os depoimentos nos colocam nos campos da história oral, da memória e, também, da cotidianidade.

O cotidiano desse aposentado é sua experiência profissional e institucional, sua vida familiar, sua vida social, projetadas no espaço e no tempo. Ele não está *no aposento*, para usar uma expressão de um entrevistado, isolado de tudo e de todos. Vivendo sob uma nova forma de organização temporal, afastado das atividades principais, que caracterizaram sua vida por longo tempo, continua seu pertencer à sociedade.

A entrevista expõe a reflexão, o falar, o sentir, sobre o hoje e o ontem e as expectativas para o novo futuro como manifestações de sua realidade social, psicológica, cultural, formando um conjunto contínuo de seu tempo social, não implicando linearidade, vivenciado em períodos e ritmos distintos e diferentes. História social que não é, por outro lado, só do aposentado, é dele em relações, contatos, ações, intercâmbio com outros em situações semelhantes, distintas e com temporalidades diferentes.

Como se vê, a categoria analítica com a qual faremos esta segunda parte é a da *cotidianidade*, que buscamos em Agnes Heller :

“O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade”. (Heller, A. 1992 : 18).

O universo da vida cotidiana é complexo : “ Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação”. (op.cit : 37). E é nele que as ações humanas são realizadas, constituindo-se em um campo vasto para análise do tempo social. A ligação com o pensamento de Norbert Elias está presente nas concepções e manifestações sobre o tempo, como na sua formulação “fetichizada”, pois como a

própria Agnes Heller reconhece : “A vida cotidiana , de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação”. (op.cit.1992: 38). Isto não significa dizer que a vida cotidiana seja alienada.

Os dados estatísticos, fornecidos pelo Ministério do Planejamento, indicam que de 1992 até o ano 2000 o número de servidores ativos caiu 18,63%, enquanto o de aposentados atingiu quase 60%, mais precisamente 59,40.

A problemática de fundo está em, considerando o crescente número de aposentadorias de servidores públicos federais, compreender e analisar quais os motivos e sob que maneira eles foram conduzidos para essa situação, e como no momento atual eles a estão vivenciando. Em termos mais simples, o que é a vida do servidor público federal aposentado.

Para apreender essa realidade, realizamos, nos meses de junho, julho e agosto de 2001, quarenta e nove entrevistas de servidores aposentados de onze instituições, residentes nos Estados da Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Paraná e no Distrito Federal (Brasília). O que ora apresentamos como tese de doutorado são esses depoimentos, os quais constituirão o corpo dos quatro capítulos dessa segunda parte.

No primeiro capítulo - *o nascimento do novo aposentado público* - formulamos a nossa hipótese de trabalho, apresentamos a metodologia desenvolvida e um perfil dos quarenta e nove entrevistados.

O segundo capítulo – *o significado da disponibilidade* - é, por suas falas, a reconstituição da disponibilidade de servidores públicos, em 1991, feita pelo Governo Fernando Collor de Melo. Confessamos que foi a partir desse problema, surgido com profunda emoção nas entrevistas, surpreendendo-nos, pois eram passados dez anos, que pudemos, de fato, elaborar a nossa hipótese, desenvolver outras tantas questões, mas, sobretudo, *sentir* o servidor público aposentado, em todas dimensões que esse verbo na sua transitividade e significados possui.

Esforçamo-nos para, além dos depoimentos, conseguir documentação escrita e fotográfica das manifestações contrárias a essa arbitrária decisão

governamental. Infelizmente, a preservação de documentos históricos não é uma praxe comum em todos os setores sociais e ambientes de trabalho.

O terceiro capítulo – *ser aposentado* - expõe a cotidianidade através de dois temas centrais: o da identidade e como viver o tempo livre. O ser aposentado não é apenas instituído pela portaria de aposentadoria, é uma construção social em relação com seu passado funcional, com os novos valores e padrões de comportamento da sociedade atual e com a família. Rejeitando um padrão antigo de aposentado, como fazê-lo diferente? Como veremos no texto da tese, se o passado pesa-lhe pela incerteza em que foi conduzido a tomar a decisão de concluir suas atividades funcionais, o presente não é menos angustiante, de um lado pela “dúvida” de *ser e sentir-se aposentado*; e de outro, pela situação financeira.

O quarto capítulo- horizontes temporais – traz a inflexão sobre o passado, o presente e o futuro do aposentado no trabalho, na família, na sociedade mais ampla. É o seu olhar histórico. É a voz de uma geração. É a memória que se faz presente e a experiência que alimenta o futuro.

Assim, partindo de uma concepção de tempo social conseguimos compreender como essa categoria social manifesta sua relação com o tempo e como organiza suas temporalidades ou, no dizer de Hanna Arendt, “o homem se insere no tempo” (Arendt,H.1979:37)

Esta tese é o desejo de revelar a história de cada um dos aposentados em todos eles, do “eu” e do “nós”. No recanto do lar ou do trabalho, fomos buscar, pela voz, pela letra, o que aparentemente estava disperso em cada um e encontramos o conjunto de uma categoria social: o aposentado do serviço público, que a fria grafia dos documentos oficiais prefere denominar de *inativo*.

Da perspectiva pessoal, a reflexão sobre o tempo social é conclusão, não ponto final, de um despertar reflexivo, iniciado faz alguns anos, nos cursos de pós-graduação, especialmente nas cadeiras do professor Octavio Ianni. Desde então, demos prosseguimento aos estudos sobre o tema incorporando várias leituras, questões e enfoques, que foram sendo descobertos, aprofundados, alguns

incorporados, outros redefinidos e tantos mais que ficaram para estudos posteriores.

Dos sete anexos desta tese, dois – o primeiro e o segundo -, têm conteúdos diferentes dos demais, que têm função mais informativa.

O Anexo I - *As representações temporais no carnaval: tempo das ilusões* – foi escrito como *uma* manifestação causada pelo impacto da música carnavalesca pernambucana, quando voltamos para o Nordeste, após vinte e sete anos residindo fora dele⁶. Na qualidade de folião e de observador (que alienação!), sofremos esse impacto, transmitido pelos adornos e canções, e, no dizer dos blocos e da imprensa, acrescido agora de um sentimento de renascimento cultural e de reafirmação de identidade. Escrevemos, então, algumas linhas sobre o que foi essa primeira impressão viva da música carnavalesca pernambucana .

No corpo do estudo sobre o tempo social, pensamos fazer uma reflexão sobre as representações temporais na cultura nordestina, mais precisamente nas músicas cantadas por Luis Gonzaga⁷, que não foi desenvolvida, mas também não foi abandonada. Reminiscência da infância, lembrança de um passado, reforço de uma identidade num mundo universalizado e globalizado, ou curiosidade intelectual ? Certamente tudo isso.

O Anexo II - *Algumas visões sobre a SUDENE* .-, constitui um conjunto interpretativo tão valioso dos seus servidores aposentados, que preferimos dar-lhe um destaque especial. Ressaltamos, desde já, três temas que predominam em todos os depoimentos. Primeiro, a originalidade da idéia de planejamento regional que teve como um dos desdobramentos importantes a organização em todos os estados da Região de sistemas de planejamento e de organização administrativa.. Segundo, o significado político das propostas de transformação das estruturas arcaicas do Nordeste, apesar da continuidade das desigualdades sociais, a

⁶ Registre-se que durante o regime militar, destacadamente nos anos 70, o carnaval pernambucano torna-se uma manifestação também de protesto e dada a forte repressão em Recife, Olinda ganha outra dimensão. Interessante, que mesmo sob toda censura, sabia-se que determinadas barracas, na verdade ponto de encontro , eram de tal ou qual grupo de esquerda.

⁷ Em 2000 uma emissora de televisão promoveu, parece que em cada Estado da Federação, a escolha da personalidade do século. Em Pernambuco o grande escolhido, pelo voto direto, foi Luis Gonzaga, entre outros indicados como Gilberto Freire, Paulo Freire, Josué de Castro. Mas, se a escolha ficasse restrita aos votos pela internet, Gilberto Freire teria sido o favorecido.

SUDENE conseguiu desenvolver planos econômicos e de infra-estruturas de relevo. E terceiro, o reconhecimento do papel de Celso Furtado. Podemos dizer que a SUDENE foi um símbolo fundamental numa geração que se engajou nas lutas pelas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Nordeste; criou e deixou uma “mística” que se faz presente ainda como valor e como marca de conduta em seus técnicos.

Durante as entrevistas não procuramos, deliberadamente, “forçar” nenhuma atitude que conduzisse o entrevistado a se pronunciar sobre a instituição de trabalho. Conforme pode ser observado no *roteiro* (questionário) *para as entrevistas*, as questões eram abertas, com um caráter mais indicativo. Mas, conforme o desenvolver do raciocínio e da fala do entrevistado, íamos ampliando e aprofundando tal e qual temática. Inicialmente pensamos em organizá-lo por temas – ideologia, planejamento, ações etc. Mas consideramos que poderia ser mais um corte interferindo demasiadamente na linguagem interpretativa, eliminando lacunas, suavizando contradições, além de que nem todos abordaram os mesmos assuntos. Por isso, são cinco visões expostas separadamente por autor. Como não poderia deixar de ser, pois foi regra de conduta para toda a tese, não fizemos comparações entre um ponto de vista e outro, nem também, num mesmo depoimento, entre a coerência de uma afirmativa e outra.

PARTE I

TEMPO SOCIAL E MEMORIA

CAPÍTULO 1

A concepção religiosa: o tempo começado

"Mil anos são aos teus olhos como o dia de ontem, que passou, uma vigília dentro da noite". (Sl 90,4).

Fé e esperança: o presente que sedimenta o futuro

O pensamento cristão funda a interpretação de todas as coisas, do mundo e do homem como obra de Deus, criador, anunciador e salvador. Deus é alfa e ômega. Só ele é eterno, absoluto e infinito; princípio e fim do mundo, das coisas e do homem. " Eu sou o Primeiro e o Último" .(Ap 1,17).

Na Bíblia, a primeira concepção do tempo é cosmológica, podendo outras interpretações ser derivadas, indicando uma ação de Deus através de acontecimentos condicionados, primeiramente, pela onisciência divina: " Ele (Deus) vê , não passando de uma coisa a outra,(...), mas imutavelmente, de sorte que o que se realiza temporalmente, tanto o futuro, que ainda não é, como o presente , que já é, como o passado , que já não é, nada lhe escapa à presença estável e eterna. (...) porque sua ciência dos tempos, passado, presente e futuro, não varia, como a nossa, com a sucessão dos tempos.(...)". (Santo Agostinho, Cidade: XI, 21)⁸ e, segundo, pela missão

⁸ Dois livros de Santo Agostinho são fundamentais para o estudo do tempo: A Cidade de Deus (Parte I, 3ªed.,1991; Parte II, 2ª ed.,1990) e Confissões (1998). Esses livros serão assinalados, neste texto, como Cidade e Confissões e as referências em algarismo romano para o nº do livro e em arábico, para o capítulo.

salvífica de Cristo na terra: ajudar o homem a aceitar Deus e a seguir o caminho da salvação.

A história cristã, ou melhor, a história da humanidade sob a óptica religiosa, tem uma origem, uma continuidade e um fim, isto é, um tempo mutável, diferentemente de Deus eterno e imortal. Em todo esse percurso, Deus age através das gerações, (Gn 5,1-32;10,1 e Dt 2-3;10-13) numa longa constituição histórica do que será o seu reino na terra. Essas gerações são portadoras da mensagem divina; são construtoras, testemunhas e guardiãs da história : " Javé disse a Abrão : 'Saia de sua terra, do meio de seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que eu lhe mostrarei. Eu farei de você um grande povo...' " (Gn 12,1-2). Constitui, portanto, um "grupo social "próprio, com uma missão precisa, sedimentada na utopia do Reino de Deus na Terra e na volta ao Paraíso. É o futuro que substantiva o presente contínuo, isto é, em construção permanente. A formação de um grupo social com identidade própria, a se espalhar por todos os recantos da terra, com uma missão de ser povo de Deus na terra para voltar à felicidade perdida funda, portanto, uma concepção histórica que alia presente e futuro para o resgate do passado original. É a história de Deus, que não tem tempo, pelos homens temporais. A fé e o testemunho são a expressão vivencial da história : "A fé é um modo de já possuir aquilo que se espera, é um meio de conhecer realidades que não se vêem". (Hb 11,1). Os homens, ou melhor, os crentes, fundam uma comunidade, tornam-se portadores: são da terra e para os céus. São cidadãos, na linguagem de Santo Agostinho, de duas cidades, o que significa construir, fazer, acreditar. Em outros termos, ter um projeto, ou seja, sentido de futuro, presente ativo, convincente, compartilhado. Cada momento é um ato de regeneração individual, coletiva e histórica⁹: "Ele nos salvou e nos chamou com uma vocação santa, não por causa de nossas obras, mas conforme seu próprio projeto e graça. Essa graça nos foi concedida em Jesus Cristo desde a eternidade, mas somente agora foi revelada pela aparição de nosso Salvador Jesus Cristo. Ele não só venceu a

⁹ Cf. Eliade, Mircea, 1992, especialmente os capítulos 3 e 4. Quando mostra a diferença entre a visão da história pelo cristianismo e da abolição da história pelas religiões tradicionais: "o ano litúrgico cristão baseia-se numa periódica e real repetição do Nascimento, da Paixão, morte e Ressurreição de Jesus, com tudo o que esse drama místico implica para um cristão; isto é, a regeneração pessoal e cósmica através da reatualização in concreto do nascimento, morte e ressurreição do Salvador". (Eliade, M. 1992: 112)

morte, mas também fez brilhar a vida e a imortalidade por meio do Evangelho...”(2 Tm 1,9-10). Essa recompensa de Deus - a promessa da salvação- é a reafirmação da construção da Aliança com seu povo, na caminhada para a terra prometida, como poderemos encontrar no Livro do Deuteronômio : “Se Javé se afeioou a vocês e os escolheu, não é porque vocês são mais numerosos... Foi por amor a vocês e para manter a promessa que ele jurou aos antepassados de vocês. É por isso que Javé os tirou com mão forte e os resgatou da casa da escravidão, da mão do Faraó, rei do Egito”.(Dt 7,7-9).

É importante que retenhamos essa concepção temporal cristã que, embora, orientada para o futuro¹⁰, é um permanente convite à memória, ao que foi prometido, construído e que se constitui em herança, palavra essa constante, como compromisso, em todo o Antigo e Novo Testamentos. É um amálgama do passado com o futuro, intermediado pelo presente, pelo que se faz agora, de acordo com as normas divinas, reveladas a Moisés.

O presente é para o cristão o testemunho da fé e também de expectativa da vitória da e para a eternidade santa; é um momento de articulação entre o hoje e a parusia; é um momento mobilizador e catalisador de reafirmação constante de reconstrução do tempo do perdão. Dessa forma, o tempo do cristão se lastra na fé e na esperança¹¹. Esperança que não se limita a uma contemplação, a uma passividade, pelo contrário, implica intervir num processo de vida para mudá-la, para torná-la mais condizente com o desejo de Deus, cuja concretização é o “novo homem se renovando à imagem do Criador” (Col 3, 8-10), como afirma São Paulo aos Colossenses. Esperança é portanto futuro, história em construção. Esse é o sentido histórico transmitido pelo cristianismo, ou seja, rompimento da concepção de um tempo cíclico e do eterno retorno.

Objetivando o reencontro do homem com Deus, essa trajetória é descontínua, marcada pelas marchas e contramarchas : recusas em segui-lo, pecado e ofensas, esperanças, perdão, salvação.

A concepção cristã do tempo envolve três significados. Primeiro: o de uma única identidade entre origem do mundo e do tempo, conforme narrado em

¹⁰ Cf. Arendt, H.1979; Guillebaud, Jean-Claude, 1999.

¹¹ “A esperança é como âncora para a nossa vida. Ela é segura e firme, é penetrante até o outro lado da cortina do santuário, onde Jesus entrou por nós como precursor, tendo tornado-se sumo sacerdote para sempre, segundo a ordem do sacerdócio de Melquisedec”.(Hb 6,19-20)

Gênesis e que Santo Agostinho assim explica :"(...) o mundo não foi feito no tempo, mas com o tempo. O que se faz no tempo faz-se depois de algum tempo e antes de algum, depois do passado e antes do futuro.(...) O mundo foi feito com o tempo, se em sua criação foi feito movimento mutável . É o que parece indicar também a ordem dos seis dias ou sete primeiros dias." (Cidade: XI, 6)

O segundo significado é que não se trata de um tempo vazio, mas de um tempo valorizado: "No princípio Deus criou o céu e a terra.(...) "À luz Deus chamou "dia", e às trevas chamou "noite". (Gn 1,1-5). O dia identificado com a luz, sendo, portanto, positivo. A noite são trevas, e as trevas são perigos, pecados¹². Esta mesma idéia encontra-se reafirmada no quarto dia, da criação do dia e da noite, pelo "luzeiro maior para regular o dia" e o menor para "regular a noite, e as estrelas".(Gn,1,14-19).

Essa simbologia valorativa está presente em todo texto bíblico sob denominações e significados diferentes, tratando da formação do povo de Deus e de sua longa caminhada, representadas pela constituição das gerações e de seus diversos papéis históricos e expressa em várias temporalidades : da criação do mundo e do homem; da infidelidade - pecado original ; da opressão e da servidão, narradas e simbolizadas especialmente pelo Êxodo; da aparição e da constituição da Aliança com Abraão e "seus descendentes" (Gn, 1, 17-18); da revelação a Moisés; do dia santificado pelo repouso de Deus e, posteriormente, do homem no sétimo dia (Ex 35, 1-3; Lv 23); da expiação e penitência (Lv 23, 26-32); das festas; da gratidão de Deus aos homens (2 Cr 1,7-13) ; da resignação, em Jó; da esperança, pelos profetas ¹³, aqueles que falam pelo Senhor ; da salvação pela vinda e ressurreição de Cristo. Tempos de esperanças, de confiança, de

¹² No Novo Testamento essa simbologia permanece. Na primeira epístola de Paulo aos Tessalonicenses, onde trata da vinda de Cristo, encontramos : "Vocês sabem que o dia do Senhor chegará como ladrão à noite"(...) "Mas vocês, irmãos, não vivem em trevas, de tal modo que esses dia possa surpreendê-los, como um ladrão. Porque todos vocês são filhos da luz e filhos do dia. Não somos da noite nem das trevas" (1,Tes,5,2-4). Sem dúvida deve haver estudos que buscam as raízes religiosas na valoração do dia e da noite nas representações do senso comum. Não deve ser à toa a idéia do dia como de trabalho, de responsabilidade, e da noite como lazer, festas, repouso, perigo.

¹³ O profeta tem um papel importante na formação do povo de Deus. Os Livros Proféticos da Bíblia são escritos por 13 profetas, sendo 4, os profetas maiores e 9, os menores, de acordo com a quantidade de escritos. É por ele que Deus anuncia e revela seus planos. Quando da apresentação de Cristo no Templo, o profeta Zacarias entoou seu cântico de reconhecimento: "E a você menino, chamarão profeta do Altíssimo, porque irá à frente do Senhor, para preparar-lhe os caminhos..." (Lc 1, 76). O profeta é a voz do futuro no presente.

libertação, sem dúvida. Mas, também, de penitência, de reprovação, de castigo: pecado original, dilúvio, castigos e exílio.

O ápice da ação divina é o sexto dia com a criação do homem à sua imagem e semelhança. Mais uma vez, em *A Cidade de Deus*, Santo Agostinho nos premia com esta bela argumentação: "... sendo Ele (Deus) eterno e sem princípio, deu começo aos tempos e no tempo criou o homem, sem que outro precedesse a este. Deus criou no tempo o primeiro homem temporal...". (Cidade : XII,14).

O terceiro significado é, portanto, o do "homem temporal", objeto da intervenção divina, que vivenciará o tempo de Deus e o seu próprio na terra ¹⁴.

O homem "peregrino no solo e cidadão no céu"

Esse homem "é nascido" num dado momento, tem, por conseguinte, início, mas que sofrerá um duplo deslocamento: no espaço e no tempo. O pecado original inaugura dois novos eventos: o homem que só tinha existência, passará agora a ter fim, tornando-se mortal; e ao habitar o mundo, deixando o paraíso, onde vivia face a face com Deus, concretizará o tempo propriamente humano, mas que terá fim, não por vontade própria, mas por predestinação divina. A expulsão de Adão e Eva gera, portanto, uma ruptura no tempo divino; a existência do "tempo histórico da alteração" difere, pois, do "tempo original essencial" (Alliez, 1991 : 222). Se esse novo tempo, fruto da desobediência e da infidelidade, pode ser visto como um castigo, a vida humana será de busca da salvação, por isso a necessidade da redenção, ser feita não por ela mesma, mas por Cristo : "Como em Adão todos morrem, assim em Cristo todos receberão a vida" (1Cor 15,22) . O pecado original que em linguagem religiosa é cantado como "feliz culpa", por ter causado a Encarnação do Filho de Deus, em outra terminologia pode ser considerado como "motor da história" (Alliez, E. 1991: 223), isto é, ponto de partida da história do homem, mesmo sofrendor e afastado do projeto original de Deus. Há uma datação pela qual o cristianismo inaugura a idéia de uma história linear, iniciada com o

¹⁴ Ressalte-se que no texto bíblico, Deus colocou todas as coisas (nominando-as, inclusive) a serviço do homem. Não lhe é, no entanto, destinado nenhuma forma de domínio do tempo, pelo menos é a leitura expressa que faço. Provavelmente haja uma explicação teológica.

pecado original e que terá fim com a redenção.

Esse "homem temporal" vive em uma permanente espera, a sua morada definitiva não é a terra: "Homens da Galiléia , por que vocês estão aí parados, olhando para o céu? Esse Jesus que foi tirado de vocês e levado para o céu, virá do mesmo modo com que vocês o viram partir para o céu". (Ap 1,11). Nesse sentido, o tempo religioso é projetado para o eterno, para a origem perfeita; mas vivido pela esperança, soldando a idéia de transcendência, vital para a aceitação de uma vida celeste recompensadora de uma difícil vida terrestre.

Essa relação Deus e os homens - a História - é simbolicamente concebida por Santo Agostinho como cidades: "A do amor próprio, a terrena; o amor a Deus, a celestial" (Cidade: XIV,28). Encontramos mais adiante: "Quando ambas as cidades empreenderam seu curso evolutivo, por nascimento e mortes sucessivas, primeiro nasceu o cidadão deste mundo e depois o peregrino do século, pertencente à Cidade de Deus. A este a graça predestinou, a graça escolheu ; fê-lo peregrino no solo e cidadão do céu". (Cidades: XV,1) Não há porque não reconhecer um profundo significado social e político nessa concepção. O da realidade, feita por homens historicamente constituídos, com seus interesses e conflitos, que ele representa por Caim; o da política, pelo projeto da esperança de redimidos coletivamente retornarem, embora cada um deva se converter, a uma cidade de justiça e de felicidade, representada por Abel. Nada mais forte do que essa idéia da esperança, portanto, da utopia, mas possível, trazida pelo cristianismo, que se exprime pela redenção e pela transcendência. Recorramos a um outro estudioso das religiões e lá está: "...para o cristianismo,o tempo é real porque tem um significado -a redenção" (Eliade,M. 1992: 124), o que se opõe, portanto, ao tempo cíclico, do eterno retorno.

O homem é passagem, carrega a marca original do pecado e o signo da predestinação. Guiou-se e guia-se pelo profeta, que não é adivinho, mas a voz de quem enuncia o futuro, já tão definido que só lhe compete aceitá-lo e preparar-se para o dia final. A transição do homem na terra é de reconhecimento da culpa, da conversão, da penitência para a salvação. A certeza do futuro é o tempo do

controle no presente para (ou pela) expiação do passado ¹⁵. E isto só é possível pela celebração da memória do Antigo e do Novo Testamento, ligando, portanto, ontem e hoje, numa Nova Aliança: "Cristo, porém, veio como sumo sacerdote dos bens futuros". (Hb 9,11).

Cristo: o tempo global

A humanização de Deus, em Cristo, pode ser compreendida como um momento especial da história divina, isto é, um tempo humano: nascimento, paixão e morte; e outro divino: ressurreição. A vinda do Filho de Deus, como continuidade do seu compromisso no Antigo Testamento, é, portanto, o tempo divino que tudo engloba: "Jesus Cristo é o mesmo ontem e hoje, e será sempre o mesmo" (Hb 13, 8), ou seja, a plena realização do Deus de Abraão, de Jacó, de Moisés e dos profetas, que não é mais futuro ou esperança, é presente. O passado se faz presente no presente e para sempre. Por isso, a vinda de Cristo é "la plénitude du temps" : "le terme et le but de l'histoire...". (Pattaro,G. 1975:196). Há uma história a ser testemunhada: "Desse modo, ele é o mediador de uma nova aliança. Morrendo, nos livrou das faltas cometidas, durante a primeira aliança, para que os chamados recebam a herança definitiva que foi prometida". (HB 9,15).

Há, aqui, uma relação dialética entre eternidade / tempo / homem-temporal.

A eternidade, parte intrínseca da divindade, é "imóvel e incomensurável", é o "sempre presente" (Confissões : XI:11 e 13), contrário do tempo criado com o mundo, cuja propriedade é o movimento no mundo da luz e das trevas, do dia e da noite.

A obra divina é percebida pelo homem como extensão mutável do agir, do construir, isto é, da perfeição e da bondade, portanto, mito e idealização; e da esperança, portanto, da concretização da volta à parusia.

A concepção cristã do tempo revela que ele nasce com a origem do mundo, instituindo uma duração, desenvolve-se por etapas (sucessão) - da criação em

¹⁵ Segundo Mackenzie: "o presente no pensamento bíblico resume inteiramente o passado e contém todo o futuro. Esta concepção explica muitas passagens do Novo Testamento, no qual se faz distinção entre o Kairós presente e o Kairós escatológico" (Mackenzie :1983: 918).

setes dias, do pecado original, da Aliança com o povo de Abraão, dos profetas, da vinda de Cristo - e estabelece uma teleologia: a volta de tudo e de todos à terra prometida. Gênesis, Apocalipse e parusia.¹⁶

A idéia da duração não carrega somente a precisão quantificável. No decorrer dos textos bíblicos há referências ao dia, tarde, noite, madrugada. Mas há, também, o significado histórico e político, ou seja, mais qualitativo. Entre tantos outros, na chegada de Jacó ao Egito, o Faraó pergunta-lhe por sua idade, e ele responde: "Cento e trinta são os anos de minhas andanças pela terra. Os anos de minha vida foram poucos e infelizes, e não chegam aos anos que meus pais viveram em suas andanças". (Gn 47, 9).

Nota-se, aqui, uma clara referência à constituição de Israel e de seu povo. Na Bíblia, expressões como travessia, descendência, partida referem-se há um tempo indefinido, simbolizando um evento passado ou a ser realizado. A idéia de transição possui um duplo significado: geral, pela referência à passagem do homem pela terra até à volta aos céus; e mais preciso, datado, referindo-se a uma situação histórica como, por exemplo, o Êxodo.

O julgamento final: o tempo retornado

A imagem escatológica na Bíblia pode ser compreendida como a concretização de um projeto histórico, o fim da história humana, expresso na forte simbologia do julgamento final, e a realização plena da parusia. Na voz do evangelista João, o anjo enviado por Deus anuncia: "Eis que venho em breve"... "o tempo está próximo" (Ap 22,7-10).

Do ponto de vista do nosso trabalho, as idéias sobre o fim dos tempos têm um importante significado, pois não se reduziram às atividades religiosas, mas, em função das origens e dos grupos, tiveram grande impacto nas relações sociais e políticas e, em sentido mais amplo, num conjunto das representações coletivas, que perduram, com reformulações e adaptações, até os dias de hoje, mas sem o

¹⁶ Na literatura, consultar o importante livro de Norman Cohn, *En pos del milenio. Revolucionarios, milenaristas y anarquistas misticos de la Edad Media*; Delumeau, J. *História do medo no Ocidente*; Duby, G. *O tempo das Catedrais*; Châtellier, Louis. *A Religião dos Pobres*; Mannheim, K. *Ideologia e Utopia*; Le Goff, *Pour un autre Moyen Âge*.

impacto causado anteriormente. Convém lembrar o que Durkheim já ensinava: “que ela (religião) não se limitou a enriquecer com um certo número de idéias um espírito humano previamente formado; ela contribuiu também para formá-lo. Os homens não lhe deveram apenas uma notável parcela da matéria de seus conhecimentos,mas também a forma segundo a qual esses conhecimentos são elaborados ”. (Os Pensadores,1978 :211). Ou seja, para o crente, a religião não é fonte de conhecimento, mas ato de ação, razão e auxílio do viver: “a verdadeira função da religião, (para os crentes) não é fazer-nos pensar, ...,mas de fazer-nos agir, auxiliar-nos a viver”. (Idem:222).

Na Bíblia, o livro de Daniel e o do Apocalipse influenciaram vários movimentos milenaristas ou salvacionistas, especialmente com maior incidência nas manifestações religiosas rurais.

As referências, por várias vezes, a mil anos (Ap 20,4,9, por exemplo), como sendo a data da segunda volta de Cristo para estabelecimento de seu reino na terra, após o qual o mundo se acabaria, encontra nos primeiros cristãos uma visão temporal imediatista, de preparação ansiosa e vigilante,de desprezo para a cronologia, constituindo um embrião de movimento milenarista ¹⁷. Segundo alguns estudiosos, o apóstolo Paulo teria contribuído com essa visão do fim do mundo para breve. A leitura das cartas paulinas nos conduz a relativizar ou, no mínimo, situar duas versões distintas. Na Primeira Carta aos Coríntios, ele assim se dirige: “Uma coisa, eu digo a vocês, irmãos: o tempo se tornou breve”(...) “Porque a aparência deste mundo é passageira”. (1Cor 7, 29.31) Ao escrever aos tessalonicenses, justamente para responder sobre a segunda vinda de Cristo, ele assim se expressa: “No que diz respeito ao tempo e circunstâncias,não preciso escrever nada para vocês,irmãos.Vocês sabem que o dia do Senhor chegará como ladrão à noite”(1Ts 5,1-2) . No entanto, na Segunda Carta aos Tessalonicenses encontramos: “Agora, irmãos, quanto à vinda de nosso Senhor Jesus Cristo e ao nosso encontro com ele, pedimos a vocês o seguinte: não se deixem perturbar tão facilmente. Nem se assustem, como se o Dia do Senhor estivesse para chegar logo, mesmo que isso esteja sendo veiculado por alguma suposta inspiração, palavra ou carta atribuída a nós” (2Ts 2,1-2).

¹⁷ Uma visão escatológica não é específica do cristianismo, existe em várias religiões: islamismo, zoroastrismo, judaísmo; (Consultar: Whitrow,G.J.1993, Cohn,N.1972 e Le Goff,G.1994) e nem só dos séculos passados. No protestantismo, o adventismo e o pentecostalismo pregam, ainda hoje, aproximação do fim do mundo e a instauração do reino do Espírito Santo .

Mas, a interpretação literal e livre do Apocalipse se fez sentir com mais força entre os séculos XI e XVI ¹⁸, proporcionando o aparecimento de vários movimentos milenaristas e salvacionistas, quer de cunho profundamente religioso quer herético quer político, com linguagem e simbolismo religiosos. Entre esses diversos movimentos, destaca-se o do ex-abade cisterciense Joaquim da Fiore (1145-1202), elaborando uma interpretação histórica em três estágios : " La primera edad era la del Padre o de la Ley; la segunda la del Hijo, o del Evangelio; la tercera la del Espíritu,...La primera época havia sido de temor y servidumbre, la segunda de fe y sumisión filial, la tercera sería una época de amor , alegría y libertad..." (Cohn,N.1972 : 116) para, através de cálculos baseados em número de gerações conforme constava no Antigo Testamento, delimitar o fim do mundo entre 1200 e 1260 (Cohn.N. 1972: 117).

Profundamente preso aos valores religiosos tradicionais e influenciado pela experiência das comunidades primitivas cristãs, Joaquim da Fiore propunha uma intensa preparação espiritual, cabendo a uma comunidade monástica, devotada rigorosamente às orações e à pobreza, a responsabilidade dessa função.

Essa concepção evolucionista percebia a história como "un développement continu" (Desroche,H.1969:153) e continha, também, a idéia de " progresso e de progresso espiritual". (Le Goff,1994 :241). Todavia, por não derivar dele nenhum movimento de transformação social, o próprio Le Goff classifica a concepção de progresso como de " uma regressão " ¹⁹.

Houve, porém, movimentos milenaristas ou, segundo a Ciência Política, movimentos sociais de cunho anarquista, com outras ressonâncias religioso-

¹⁸ Segundo Louis Châtellier (1995), a partir do séc. XIII surge um importante movimento missionário através das ordens mendicantes, seguidores de São Francisco de Assis e de São Domingos. Entre 1399-1419, o dominicano Vicente Ferrier, contemporâneo de Bernardino de Siena, percorre a Espanha,França e Itália, tendo se destacado como um importante pregador do "fim dos tempos " (p.17-19) Nos séc.XVI –XIX, destacam-se Mateus de Basci, Santo Inácio de Loyola . Este livro é de grande valor para a compreensão do papel da Igreja Católica no mundo moderno e de formas e meios utilizados para o que denominarei mais adiante como o "complexo cultural religioso". No estudo sobre a História do Medo no Ocidente :1300-1800, Jean Delumeau , relacionando-a a vários fatores como o papado de Avignon, a reforma, o reaparecimento da peste,entre outros.(Delumeau,J. 1999:205)

¹⁹ "O joaquinismo é uma reação contra a escolástica e todos os movimentos de caráter urbanos; o modelo joaquinista permanece tipicamente "quietista", campesino,cisterciense e antiintelectual" (Le Goff, 1994 : 242)

políticas. Em seus estudos sobre a mentalidade utópica,²⁰ Mannheim analisa o anabatismo, movimento utópico de origem religiosa protestante, mas anti-luterana, no começo do séc. XVI, liderado pelo ex-padre Thomas Munzer²¹ e o classifica como a "primeira forma da mentalidade utópica moderna" (Mannheim, K. 1972: 235). Podem ser distinguidos nesse movimento dois aspectos importantes: primeiro, "a espiritualidade da política", ou seja, o próprio caráter revolucionário do movimento, em decorrência da concepção da "idéia da aurora de um reinado milenar sobre a terra" (pó.cit. 1972: 235), forjado em sua estreita ligação com os setores oprimidos da Alemanha,²² o que vale dizer, com os camponeses e trabalhadores das minas de cobre, criando a "liga dos eleitos" (Cohn, N. 1972: 258); segundo, a diferença entre esse tipo de movimento milenarista igualitarista, de conteúdo político progressista, com o de da Fiore, mais conservador.

A concepção temporal desse movimento quiliasta está mais voltada para viver o presente imediato: "Está sempre de pé, esperando o momento propício, não havendo, portanto, nenhuma articulação interna do tempo para ele. Não se acha realmente preocupado com o milênio que há por vir; o que para ele tem importância é que isto se produza aqui e agora... A promessa de um futuro que virá não constitui para ele uma razão para o adiamento, mas apenas um ponto de orientação, algo de externo ao curso normal dos acontecimentos, onde ele se encontra à espreita, pronto para se lançar

²⁰ Mannheim, K. estabelece uma diferença entre ideologia e utopia, embora sejam ambas "idéias que transcendem a situação" (Mannheim, K. 1972: 218). Para ele, as ideologias são "idéias situacionalmente transcendentais que jamais conseguem de facto a realização de seus conteúdos pretendidos" (op.cit.: 218); enquanto que as utopias "não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra-atividade, transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acordo com suas próprias concepções" (op.cit. 1972 : 219)

²¹ Thomas Munzer foi decapitado em 1525, na reação da nobreza protestante alemã contra a sublevação camponesa. Segundo Cohn, o anabatismo não se constituiu num movimento homogêneo e centralizado, havendo cerca de quarenta seitas espalhadas e lideradas cada uma por um dirigente, que se intitulava de profeta. (Cohn, N. 1972: 274). O movimento, que se considerava o único "eleito" por Deus, inspirava-se em três vertentes. De um lado, a inspiração religiosa de vivência da prática da igreja primitiva; segundo pelo seu caráter social de contestação da propriedade privada da terra, por isso propunham "la comunidad de bienes como un ideal"; e terceiro pela posição de desconfiança e de restrição ao Estado. (Op.cit. 1972: 274 - 275) Segundo Desroche, Engels considerava Munzer como um "prophète de la révolution" (Desroche, H. 1969 : 153)

²² Para Mannheim : "A origem da tensão espiritual estava, porém, na emergência da mentalidade utópica originada nos estratos oprimidos da sociedade". (Mannheim, K. 1972: 236)

"(Mannheim,K. 1972.: 240- 41).

Tais comportamentos questionam, sobretudo, algumas formas de procedimentos normativos, morais e institucionais da Igreja Católica, seja em relação ao controle da interpretação seja ao exemplo de vida seja à centralidade do poder eclesiástico. Mas, o que vai tocar mais fundo à Igreja é a perspectiva de uma interpretação do seu próprio fim, retirando-lhe o papel histórico de intermediação para a salvação. Não é sem razão que, desde o teólogo Origines, no sec. III, Santo Agostinho, em *A Cidade de Deus*, escrito entre 413 e 426, e a Igreja, enquanto instituição, tenham se oposto a essas interpretações apocalípticas. Para eles, o reino de Deus estava já consolidado na terra, pela presença perpétua da Igreja. (Cohn,N.1972).

A importância do tempo apocalíptico não se resumiu a uma expectativa da salvação do corpo e da alma no julgamento final, mas vários movimentos viveram intensamente essa escatologia, como um momento histórico singular e único, como um presente imediato, criando um ethos próprio. Difícil separar nesses movimentos messiânicos as várias confluências religioso-teológicas, religioso-institucionais e religioso-políticas. De qualquer forma, revelaram as relações temporais da religião com os sistemas econômicos e políticos.

Uma característica comum, portanto, aos movimentos religiosos de cunho messiânico, sejam primitivos ou modernos, é a perspectiva temporal de organização de padrões de comportamento e valores culturais orientados para o presente breve, para o fim da história. Max Weber tira dessa atitude uma outra implicação : " Na época apostólica do Cristianismo ...as primeiras gerações de cristãos encaravam a vocação terrena seja com indiferença, seja de um modo essencialmente tradicionalista. Como esperavam a vinda do Senhor, cada um devia permanecer em seu posto e na atividade secular em que o chamado do Senhor o tivesse achado, e nele continuar trabalhando como antes, não constituindo dessa forma a pobreza um peso para os outros , pois tudo isso só teria ainda curta duração." (Weber.M.1987: 56).

Compreender e apreender: o papel da memória

De tudo que foi dito, aqui, sobre o tempo religioso, isto é, na perspectiva do cristianismo-católico, conclui-se que ele se baseia numa idéia linear da história²³ pelas fases sucessivas da evolução, onde a história divina humanizada, ou melhor, a história do povo de Deus, deixa de ser finita para se transformar e se fundir na própria divindade : eternidade. Acabam-se as histórias humana e divina humanizada. Em síntese, duração que se converterá em eternidade.

Essa distinção é mais que nominal ou periódica. Ela é substancial no pensamento religioso. O que é mutável é o tempo criado. Por isso, para Deus não há tempo ou, na linguagem agostiniana, não há " alguma variação na ciência de Deus". O tempo é, portanto, atributo da criação de Deus que não tem tempo, nem dele necessidade, enquanto que o tempo mutável lhe é posterior, " não podendo ser coetâneo com a eternidade imutável". (Cidade: XI,21).

A condição histórica da existência e permanência do homem se concretiza pela compreensão e apreensão da sua relação com o próprio Deus, com as coisas e com seus semelhantes, sendo a memória o ponto de ligação e de continuidade, o locus onde se fixam o hoje, o que passou e o que virá. Santo Agostinho celebra a memória considerando-a como "o ventre da alma " e como "potência " (Confissões: X, 14 e 17) , isto é, receptáculo e tesouro, onde estão guardadas a revelação, a presença e a perpetuação de Deus. Por isso, pode ele mesmo concluir: "Eis o espaço que percorri através da memória para Vos buscar", a memória é , portanto, uma atividade do espírito, da razão. A presença de Deus se grava no espírito pela revelação no sentido mais amplo, da reflexão, do conhecimento e da aceitação.

" Em ti, ó meu espírito, meço os tempos". (Confissões, XI, 27). A memória tem um papel fundamental para Santo Agostinho e é ,de certa forma, a própria medida

²³ Santo Agostinho faz uma crítica àqueles que, baseados em passagem do Eclesiastes, adotam uma interpretação cíclica do tempo: "Muito longe está de nossa reta fé acreditar que tais palavras de Salomão (não há nada de novo debaixo do sol) significam os citados circuitos imaginários, de modo que a volubilidade do tempo e dos seres temporais torne sempre ao mesmo". Para ele, a redenção humana não mais se repetirá. Será definitiva. "Cristo morreu uma vez apenas por nossos pecados e, ressuscitado dentre os mortos, já não morre e a morte já não terá domínio sobre ele. Depois da ressurreição estaremos eternamente com o Senhor..." (Cidade, XII, 13) .

do tempo (ou pelo espírito que se mede) : "... meço(...) a alguma coisa (...) que permanece gravada na minha memória" (Confissões, XI, 27), pois nas manifestações das temporalidades – hoje, ontem e amanhã - que se apresentam como distintos, ela é referência e síntese, atenção do hoje, guardiã do passado , premeditação do futuro, tornando o presente cimento de um só espaço : "...presente das coisas passadas, presente das presentes, presentes das futuras", ou em outra figura : "... lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes, esperança presente das coisas futuras" . (Confissões, XI, 20).

Expectação, Atenção e Memória. (Confissões, XI, 28). Reside, aqui, a idéia central de tempo²⁴ para Santo Agostinho, isto é, percepção e memória. Esta impressão permite a mensuração do tempo, ou seja, a idéia do tempo como "uma certa distensão " do espírito (Confissões: XI,23) e, sendo determinada pela comparação, dá a sensação de uma duração, pois, nas suas próprias palavras : "E quem contesta que o presente carece de espaço, porque passa num momento ? Contudo a atenção perdura e através dela continua a retirar-se o que era presente. Portanto, o futuro não é um tempo longo, porque ele não existe : o futuro longo é apenas a longa expectativa do futuro. Nem é longo o tempo passado porque não existe, mas o pretérito longo outra coisa não é senão a longa lembrança do passado." (Confissões, XI :28). Em síntese: "A minha atenção está presente e por ela passa o que era futuro para se tornar pretérito" (Confissões : XI, 28). A memória é quem estende e condensa essas dimensões.

Mas o tempo do homem Ihe é externo, deriva de quem é eterno e de quem não tem tempo. O homem não é sujeito de seu tempo. Em outros termos, ele vive a alienação do que Ihe é atribuído por Deus como "seu" tempo.

Não se trata, é verdade, de uma simples interpretação temporal. A idéia do tempo na religião está intimamente ligada à própria concepção da origem do mundo e do homem, que conformará o comportamento dos homens e grupos sociais em diversas sociedades e através de distintas culturas.

O próprio tempo de Cristo significa um tempo de ligação e ruptura com o

²⁴ Whitrow chega mesmo a afirmar que "Santo Agostinho tomou a atividade da mente como a base da mensuração temporal" (Whitrow,G.J.1993: 80). Cf. também, Alliez,E.1991 e Castoriadis,C. 1990: 255, o qual não deixa de sublinhar a aporia aí existente, dada a subjetividade do tempo, para a concepção e mensuração de um tempo comum (social) .

passado - Antiga Aliança-, e de realização da Promessa entre o velho e o novo; entre o povo judeu e o novo povo cristão.²⁵ O Antigo e o Novo Testamento. No entanto, este é o novo marco histórico, a própria realização da história. Santo Agostinho desenvolve um argumento de precedência e de autoridade do Novo Testamento em relação ao Antigo: "Embora o Antigo preceda o Novo em tempo, o Novo precede-o em autoridade, porque aquele não passa de prelúdio deste" (Cidade, XX,4).

O cristianismo católico cria e desenvolve um amplo complexo cultural, novos padrões de comportamento, símbolos e signos, normas e regras que servem de afirmação da fé, de expressão de comunicação com o sagrado e de satisfação individual e grupal pelo conforto e esperanças que esses atos transmitem ou inspiram. Neste universo cultural, a concepção temporal é fundamental, e nele o papel central e articulador da memória. Memória ritual que perpetua a presença de Cristo, através de diversas "instituições de memórias" (Name, G. 1987): pela *missa*, ato religioso católico considerado o núcleo central das atividades litúrgicas; pela *oração* - privada, grupal e pública - ; pela *palavra* : sermão, retiros, confissão; pela *celebração dos ritos de passagem* - batismo,²⁶ casamento, extrema-unção; pela *indumentária* : paramentos, estandartes; pela *arte*²⁷ : arquitetura, pintura, escultura, imagens, iconografia; pela *escritura*: Bíblia, catecismo, livros da história de Cristo, dos santos e da própria igreja, cartas e encíclicas; pelos *sons*: sinos e música, destacando-se o canto gregoriano, mas não ignorando os cânticos e hinos de apelo popular; por *manifestações públicas* : procissões, caminhadas²⁸; pela *cor*, através da qual exprime o ciclo litúrgico e

²⁵ Recorremos mais uma vez ao Evangelho de São Lucas para nele encontrar, quando da apresentação de Cristo no Templo, a fala de Simeão : "Eis que este menino vai ser causa de queda e elevação de muitos em Israel. Ele será um sinal de contradição" (Lc 2,34)

²⁶ Até hoje em muitos países católicos, os nomes de batismo de crianças correspondem ao do santo do dia, constante do calendário católico. Mas, não vingou, como tentou a Igreja Católica, a comemoração do dia do batismo em lugar do verdadeiro dia de nascimento.

²⁷ É por todos conhecida a grande influência exercida pela Igreja Católica através da iconografia, destacando-se nos grandes pintores temas como : nascimento de Cristo, descida da Cruz , Ressureição, mas também o Juízo Final , o purgatório. (para estes dois últimos temas ; cf. Delumeau, J. 1999 e Vovelle, Michel 1997)

²⁸ O antropólogo escreve: "Mas os católicos, dramáticos e encenificadores, precisam deslocar o sagrado continuamente e precisa deslocar-se a ele. Precisam tornar dramas e memórias de dramas

escultura toda ornamentação das indumentárias religiosas; e pela *filosofia e teologia* ²⁹.

Essas atividades se desenvolvem em tempo próprio, com horários e durações específicos, envolvendo toda sociedade. Na sociedade medieval, por exemplo, o tempo da sociedade era orientado e entrecortado pelos rituais religiosos, garantindo a reprodução das crenças, constituindo o que será um dos maiores patrimônios da religião, a *tradição*. Essas “instituições da memória” permitem, de um lado, a hegemonia da Igreja Católica, e de outro, a do próprio cristianismo, apesar das divergências entre as várias religiões cristãs, cada uma possuindo complexos culturais próprios. O cristianismo perpetua-se pela diversidade de comemorações memorativas ou, utilizando a linguagem agostiniana: através dos “palácios da memória”. (Confissões X, 8).

A memória não é apenas o reconhecimento, a evocação do passado: é a atualidade contínua e permanente de um passado que se quer presente; de um presente que cimenta o futuro, perpetuando a tradição. Os atos memorativos são uma demarcação nítida entre o profano e o religioso, e essencialmente entre o peregrino e o eterno. Aquele está em função deste, confirmando-se mais uma vez a transitoriedade da humanidade. Aqui está um aspecto fundamental, como analisa Halbwachs em *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*: “Puisque tout le reste de la vie sociale se développe dans la durée, il faut bien que la religion en soit retirée. De là, l'idée qu'elle nous transporte dans un autre monde, que son objet est éternel, et immuable, et que les actes religieux où il se manifeste, bien qu'ils se produisent à une date et en un lieu, imitent tout au moins et symbolisent, par la répétition indéfinie et leur aspect uniforme, cette éternité et cette fixité”. (Halbwachs, 1994 : 192).

uma coisa e a outra. Eis que temos na tradição católica: Romaria(Peregrinação) deslocar-se em busca do sagrado; Procissão deslocar-se com o sagrado; Missa colocar-se dramaticamente diante do sagrado”. (Brandão, C.1998: 87)

²⁹ Durkheim (1978) em *As Formas* já escrevera : “Mas as festas, os ritos, em uma palavra, o culto, não constituem toda a religião. Esta não é apenas um sistema de práticas; é também um sistema de idéias, cujo objetivo é exprimir o mundo” (Durkheim, E.1978: 231)

O controle dos símbolos do tempo

Concomitante com a idéia de uma história retilinear, as ações da Igreja se desenvolvem dentro de uma concepção circular do ano litúrgico, dividido nos seguintes eventos :Advento, Natal, Quaresma, Páscoa e Tempo Comum, buscando torná-los padrões de conduta e de controle, e de identificação da vida religiosa com a vida societária em geral. A sociedade gira em torno de um calendário religioso, que, baseado e semelhante aos movimentos repetitivos dos fenômenos cósmicos - no sol e na lua, nas estações,³⁰ é marcado pelas atividades e sentidos religiosos, isto é, por uma transferência de significados religiosos para o tempo cronológico. Nada de contraditório, pois o movimento dos astros, criados por Deus, são sinais divinos e servem de referência para situar o comportamento dos homens.

Embora predominante nas interpretações culturais da Idade Média, a Igreja Católica tinha conhecimento de outras formas de cálculos do tempo, como as do Oriente, e no próprio seio da sociedade ocidental já fervilhava a idéia da quantificação temporal. Dessa forma, o seu interesse em conhecer, estudar, precisar e representar os movimentos cíclicos dos fenômenos da natureza, transformando-os em parâmetros de medição do tempo, concretiza-se no apoio para construção de instrumentos medidores do tempo (o relógio) e no estabelecimento de calendários, cabendo esta função, especialmente, aos monges, que dialogavam com os matemáticos.

Os sinos desempenharam um papel fundamental como anunciadores do tempo, através das atividades religiosas - as chamadas "horas canônicas" - e cívicas. Mas, em torno de 1300, o aparecimento dos relógios mecânicos, acarreta

³⁰ Para Whitrow, o calendário civil é "puramente solar, o islâmico, lunar e o eclesiástico cristão baseia-se tanto no Sol como na Lua".(Whitrow,G.J.1993 : 213) Toda discussão e divergências havidas para o estabelecimento do calendário tinha como ponto de partida o dia da Páscoa, que deveria cair num domingo, calculado pelo número de luas cheias e não poderia coincidir com a Páscoa judaica. A atual festividade pascalina está baseada no calendário gregoriano, estabelecido pelo Papa Gregorio desde 1582.(Cf .Duby, G.1979; Gurvitch,G. 1969; e Le Goff,J. 1977a).

uma profunda mudança no mundo cultural medieval: a introdução da noção do tempo quantificado, divisível, estabelecendo horas iguais. Esses relógios, mesmo lhes faltando os ponteiros e onde estavam desenhadas as imagens de santos ou outros símbolos religiosos, colocados em lugar de destaque nas torres das igrejas, têm agora uma nova função, principalmente para os cidadãos: abrindo um campo cultural e político de disputa com a visão tradicional do tempo religioso. O badalar dos sinos, ou melhor, o badalar das horas, será objeto de disputa política entre a Igreja e o poder do Estado e, posteriormente, os novos empresários. Os relógios estão nas torres das igrejas e dos palácios. Entre tantos outros exemplos, os estudos de Duby, Le Goff, Thompson, Whitrow ilustram essa disputa política com a ordenança do rei Carlos V, em 1350, que obriga todos os sinos de Paris a tocar as horas de acordo com o relógio do seu palácio (Whitrow, G.J. 1993:128)³¹. O controle pela determinação do tempo e o uso de suas manifestações tornam-se objeto de disputa pela hegemonia política e cultural.

O calendário religioso incorpora, subordinando, os movimentos astronômicos. Os fatos narrados pela Bíblia, em especial a crucificação, a ressurreição de Cristo e a Sua segunda vinda, tornaram-se os pontos nodais de uma concepção histórica. Estabelece-se nas atividades de todos os povos a identidade cristã, como unificadora da história. Os registros históricos das sociedades deveriam ser timbrados e configurados com esta marca temporal do cristianismo. Por isso, os documentos oficiais relativos às atividades individuais, tais como nascimento, casamento, morte; e, também, os de características sociais mais amplas - grupais ou societárias -, como nomeações, testamentos, festividades, tudo isso deveria ser gravado no presente e para a posteridade com a expressão "aos tantos dias do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo..." Exemplo maior é o nascimento de Cristo ser tomado como referência, e ainda permanecer, para o estabelecimento da datação da história humana, aceita universalmente, inclusive por organismos internacionais, como a ONU, cujos

³¹ Esta Ordenança real é amplamente citada por vários historiadores. No entanto, Gerhard baseado em pesquisa de arquivos e em outros estudos contesta veementemente a sua existência, considerando um esforço de Le Goff e outros historiadores para ilustrar que : "le temps nouveau, rationalisé, est ainsi également devenu le temps de l'État ..." (Dohrn-van Rossum, G. 1997:225)

países membros têm crenças, culturas e cronologias diferentes. Enquanto o ocidente cristão celebra o ano 2001, os judeus comemoram o ano 5.762, os chineses, o 4.694 e os muçulmanos, o ano 1.417.

A história do mundo divide-se em antes e depois de Cristo, cujas expressões a.C e d.C consolidam-se definitivamente após a segunda metade do século XVII. (Whitrow, G.J 1993 : 86) .

E isso só foi possível pela hegemonia cristã no mundo do conhecimento e pelo amálgama com o poder político. Na Antiguidade Clássica, a religião cristã começa a ganhar força, legitimidade e fórum de legalidade, graças à conversão de imperadores romanos. Dois fatos testemunham esta nova junção do poder religioso com o poder político: O Edito de Milão em 313, do imperador Constantino, promulga o cristianismo em religião oficial do Império Romano Ocidental e ato semelhante para o Império Romano do Oriente, através do Edito de Teodósio, em 380. Outros atos se seguiram como o estabelecimento, pelo imperador Constantino, em 321, da semana de sete dias, passando o domingo a ser considerado como o primeiro dia, contrário ao sábado judaico, e às primeiras comemorações cristãs; a uniformização, pelo imperador Teodósio, em 386, do calendário de acordo com a tradição cristã, abolindo dessa forma o "calendário romano pagão, com sua confusão de festivais, rompendo assim um dos mais populares vínculos que tinham os romanos com seu passado histórico". (Whitrow, G.J 1993: 85).

Na Idade Média, dado ao poder político da Igreja Católica ³² e ao seu monopólio da cultura, essas concepções cristãs de tempo serão predominantes, não apenas no seio da comunidade religiosa, mas de toda a sociedade: pelo controle das interpretações dos fenômenos naturais, subordinando-os à visão cristã da criação do mundo e do homem, visão esta que se baseava na "homogeneidade do povo de Deus" e "na estabilidade do edifício social" (Duby, G. 1979 : 41); pela predominância do calendário litúrgico, estabelecendo os anos, meses, dia - a cada dia era atribuído o nome de um santo - , todas as festividades e

³² Período mais forte do poder da Igreja Católica é o da Inquisição, que impõe "l'unification des pratiques de mémoires par la violence", ou seja, a Inquisição "est une unification extérieure, matérielle, sanglante..." (Namer, G. 1987: 226)

demais atividades, interferindo até nas lides domésticas e nos valores morais.

O tempo total ou histórico na sociedade medieval é, portanto, o tempo cristão, isto é, religioso e clerical, como bem o formula Le Goff: "parce que l'année c'est d'abord l'année liturgique, (et) clerical parce que le clergé est par sa culture le maître de la mesure du temps". (Le Goff, J. 1977b:229) .

As transformações na sociedade feudal³³ e o surgimento do mercantilismo e do capitalismo exigem uma nova forma de perceber, mensurar e controlar o tempo. A secularização, o desenvolvimento e a consolidação do pensamento científico e histórico, nele incluído as novas teorias sobre o cosmo, retiram do pensamento religioso a exclusividade das interpretações e dos canais de divulgação, informação e formação, constituindo um novo campo de interpretação e de pesquisa.

Com efeito, o Renascimento³⁴ marca a passagem do velho mundo feudal para a constituição da modernidade, e nele a "infinetização do universo" como um de seus aspectos fundamentais: "o desaparecimento dos conceitos filosóficos e científicos da concepção do mundo como um todo finito, fechado e ordenado hierarquicamente e a sua substituição por um universo indefinido e até mesmo infinito..." (Koyré, A. 1973: 15) pode ser considerado como o fato importante do século XVII: "a história da destruição do cosmo e da infinitização do universo". (op.cit. 1973 :15)

E também as transformações nas relações sociais de produção, alterando as práticas econômicas feudais. O mercantilismo vai formatando um novo campo de organização espacial, do trabalho e da produção e distribuição dos bens materiais. Lentamente, o tempo religioso, como hegemônico, é desmoronado, surgindo num verdadeiro conflito a multiplicidade de tempos da nova constituição

³³ " O irromper das forças feudais dissociou, nas realidades da ação, o poder na ordem das coisas profanas e o poder na ordem das coisas sagradas. Abriu-se uma fratura na classe dominante entre os senhores da guerra e os senhores da oração. Os primeiros não estão já revestidos de funções espirituais nem de poder mágico. Os homens da Igreja chamam a si todas as missões carismáticas que eram da realeza" (Duby, G . 1979: 48)

³⁴ Weber relativiza a importância do Renascimento ao comparar sua influência com a do cristianismo na constituição do capitalismo: "Como concepção do Universo, o Renascimento definiu amplamente a política dos príncipes, mas a mentalidades dos homens não se transformou tanto como pelas inovações da Reforma. Quase todas as grandes descobertas científicas do século XVI e princípio do século XVII tiveram lugar no seio do catolicismo" (Weber, M. 1968: 320) Tal afirmação, como ele mesmo ressalta, não esconde determinadas práticas religiosas contra o "progresso científico" op.cit.: 320- 321).

social. Tempos distintos e conflituosos, que se manifestam em várias direções, exigindo uma maior racionalidade e economia, impingindo um ritmo diferente às atividades econômicas, sociais e individuais. Como conciliar, no plano econômico, a necessidade de um tempo mensurável, previsível, controlável e aplicável às atividades de produção e de comercialização e, no plano individual, o tempo de dedicação às práticas coletivas religiosas? Entre tantos outros, esse dilema não foi vivido sem atribulações: " Le marchand chrétien le retien (o tempo da igreja) comme un autre horizon de son existence. Le temps dans lequel il agit professionnellement n'est pas celui dans lequel il vit religieusement". (Le Goff, J. 1977 a : 59).

Na modernidade, o tempo religioso é um tempo subordinado, não havendo mais a identificação do tempo cósmico com o tempo divino. As novas concepções temporais rompem, portanto, o fundamento da Ordo, que sedimentava a idealização da homogeneidade do divino, do mundo e do poder político, isto é, de um corpo religioso-político identificado com a sociedade feudal. E, também, subordinado, pois agora são os acontecimentos religiosos que devem se coadunar com o tempo capital-dinheiro, fundamento do capitalismo, dando-lhe outro espaço. As comemorações dos atos religiosos não têm mais uma duração prolongada. Encurtam-se, cada vez mais, as horas e dias dedicados exclusivamente aos atos litúrgicos. O domingo, dia dedicado ao repouso para as orações, que por séculos implicava também a paralisação das atividades econômicas, cede lugar ou concorre com outros significados, seja das lutas operárias, isto é, o domingo como dia de "tempo livre", seja do lazer como fonte de atividade comercial. A semana santa está reduzida a dois dias. O Advento, festividade religiosa litúrgica do Natal, disputa espaço e tempo com o consumismo do papai noel. Espírito semelhante acontece com os feriados religiosos, que se tornaram dias de turismo. O tempo livre no capitalismo não pode ser monopólio da religião, tem que ser comercialmente lucrativo.

Se no feudalismo a sociedade se colocava no tempo religioso, agora é a Igreja e a religião que se colocam no mundo, no tempo profano, em outros termos, integram-se no ethos capitalista.

Não é sem significação que Weber, ao buscar definir o objeto da Ética

Protestante e o Espírito do Capitalismo, parta de "um documento deste espírito" (do capitalismo): " Lembra-te de que tempo é dinheiro " ; "Lembra-te de que o crédito é dinheiro" (Weber,M.1987 :30), para neles encontrar o novo ethos da sociedade capitalista : " Na verdade, o que é aqui pregado não é uma simples técnica de vida, mas sim uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. Esta é a essência do problema. O que é aqui preconizado não é mero bom senso comercial ... mas sim um ethos". (op.cit. :31).

Em síntese, a idéia de tempo como fundamento religioso é importante para a formação da mentalidade e das práticas culturais. Sua interligação com outros valores e padrões de comportamento se dá num espaço de disputa explícita ou indiretamente, tanto no universo religioso quanto no político.

A concepção cristã do tempo e da importância do tempo futuro foi fundamental para o pensamento histórico, distinguindo-o do da Antigüidade clássica(tempo cíclico, valorização do passado e do presente), como sublinha Whitrow,G.J : "nosso conceito moderno de história, por mais racionalizado e secularizado que seja, permanece fundado no conceito de tempo histórico inaugurado pelo cristianismo." (Whitrow,G.J .1993: 81).

Esse mesmo reconhecimento é feito também por Le Goff. Ao analisar a significação do tempo para a história, ele sublinha as concepções de tempo no cristianismo, marcando este "uma viragem na história e na maneira de escrever história, porque combinou pelo menos três tempos: o tempo circular da liturgia, ligado às estações e recuperando o calendário pagão; o tempo cronológico linear, homogêneo e neutro, medido pelo relógio, e o tempo linear teleológico, o tempo escatológico." (Le Goff, J.1994 : 57).

O papel de Santo Agostinho³⁵ foi fundamental, por ser um dos elaboradores de uma concepção evolucionista da história, representada pelas sete eras, diferenciando-o dos primeiros cristãos, para quem a segunda vinda de Cristo, ou seja, o fim dos tempos, estava próxima. (Whitrow,G.J.1993: 81) Hannah Arendt

³⁵ A construção da metodologia histórica de Santo Agostinho baseada em sete eras excluía uma visão apocalíptica, especialmente uma datação do fim do mundo.(Whitrtrow, G.J. 1993.98) A riqueza do pensamento de Santo Agostinho reside justamente numa interpretação e explicação da Bíblia em enfrentamento com outras correntes religiosas.

enxerga neste pensamento de Santo Agostinho o surgimento da " política cristã ", isto é, a idéia de "transcendência " conduzindo à missão política da Igreja de constituir e solidificar um corpo comunitário, a Civitas Dei : " O que foi decisivo a esse respeito foi ter ele podido , ainda firmemente arraigado na tradição cristã, aditar à noção cristã de uma vida eterna a idéia de uma civitas futura, uma Civitas Dei, onde os homens mesmo após a morte continuariam a viver em uma comunidade". (Arendt,H. 1988: 107, termos destacados no original).

Algumas referências já foram feitas nestas páginas sobre a contribuição do pensamento cristão de história e sua ascendência na Filosofia e na História. É preciso sublinhar que se trata, ademais, de influência sempre atualizada e presente nos dias de hoje. Embora a interpretação religiosa do tempo não seja mais a predominante no pensamento moderno, ela não desapareceu e ainda tem influência, seja pelos resíduos da socialização a que fomos formados seja pela importância da Igreja Católica ou, em termos mais amplos, do cristianismo. Não devemos ignorar que uma grande quantidade de pessoas no mundo inteiro aceitam os valores morais religiosos e acreditam, esperam e se preparam para, após a morte, encontrar a paz celestial. Se alguns valores (pecado, por exemplo) e normas de conduta (aborto, divórcio etc) são questionados pelos próprios fiéis ou até por teólogos, os fundamentos da fé e da religião continuam a formar, alimentar e orientar os seus fiéis e a disputar, com o poder político e com a sociedade laica, espaços de socialização e de educação.

Olhando-se por um prisma mais amplo, há um espírito de continuidade dessa visão da história, concretizada permanentemente por um processo de transformação, entendendo que fazer a história significa viver aqui e agora - o presente - os acontecimentos transformadores.

Sinteticamente, assinalamos três aspectos dessa continuidade no mundo atual. Primeiro, com o surgimento dos movimentos comunistas no meio operário, Pio XI proclamou ao mundo o seu espanto com a perda do operariado pela Igreja, e, considerando este fato como "o maior escândalo do século XIX ", propôs novos movimentos " salvacionistas", dirigidos pela hierarquia, que marcaram o cenário religioso e político até fim dos anos 50.

Segundo, a presença do papa João XXIII, marcada pelo Concílio Vaticano

II, provocou uma verdadeira “revolução” na Igreja, com repercussão em toda a sociedade. Com a encíclica *Mater et Magistra*, em 1961, a doutrina social³⁶ da Igreja Católica, cujos principais marcos eram as encíclicas *Rerum Novarum*, em 1891, pelo papa Leão XIII, e do *Quadragesimo Anno*, em 1931, por Pio XI, tornou-se um tema de caloroso debate intelectual, religioso e político, influenciando movimentos sociais e políticos rurais e urbanos.

E terceiro, a Teologia da Libertação³⁷, movimento de renovação teológica, que, mesmo não causando diretamente um movimento social, teve uma repercussão institucional e político-social, quando ressalta o caráter denunciador das injustiças sociais, respaldando-se na Bíblia e na vida de Cristo. Este aspecto encontra ressonância maior nos países da América Latina, conduzindo o engajamento de grupos de cristãos em uma prática política independente ou próxima dos marxistas, contestadora dos regimes ditatoriais e das estruturas capitalistas, como foram os exemplos da Colômbia (com o padre Camilo Torres), na Nicarágua, em El Salvador (com o bispo dom Oscar Romero, assassinado em plena missa), República Dominicana, Haiti e Brasil. Os seguidores da Teologia da Libertação têm se voltado para uma atuação mais direta, junto aos excluídos do processo social nas cidades e no campo. Há uma forte presença dessa Igreja nos movimentos sociais rurais, nas pastorais e comunidades de base. Parafraseando Le Goff, trata-se de um “progresso progressista” ou, se quisermos, uma espécie de “renascimento teológico e social”.

É este sentido histórico de permanente ligação com as origens, de atualização e renovação, e de uma perspectiva futura que dá à Igreja Católica, apesar das contradições, uma força presente no mundo contemporâneo. A Igreja Católica se fez presente nos debates no fim do século passado sobre os novos

³⁶ Todas essas encíclicas foram propositadamente, simbolicamente, publicadas no mês de maio dos anos respectivos. Temos publicados trabalhos sobre a influência da Igreja Católica, a partir do que se convencionou denominar de doutrina social da Igreja, nos movimentos sociais rurais. As referências estão na Bibliografia.

³⁷ “O que caracteriza esta tradição cristã revolucionária que vai de Joaquim de Fiore a John Huss, de Thomas Munzer às teologias da esperança e às teologias políticas de nossos dias, é que o Reino de Deus não é concebido como um outro mundo em espaço e tempo, mas como um mundo diferente, um mundo modificado, um mundo modificado por seus próprios esforços (...) Isso significa que é na história humana que todas as contendas são decididas”. Garaudy, R. “Faith and revolution” (apud Whitrow, G.J. 1993: 98).

tempos, apresentando o documento "Rumo ao Novo Milênio", que "introduz a humanidade no Terceiro Milênio da Encarnação do Filho de Deus, Jesus Cristo" (CNBB, 1996: 4) Essa comemoração do século XXI, ou do terceiro milênio da era cristã, encontra sua raiz nas comemorações jubilares prescritas na Bíblia. Assim, o que se faz hoje é um prolongamento atualizado "é preciso mostrar Cristo vivo hoje" (CNBB, 1996 : 10) - de um comportamento tradicional. Segundo João Paulo II, "no cristianismo, o tempo tem uma dimensão fundamental", pois em "Jesus Cristo, o tempo torna-se uma dimensão de Deus". (CNBB, 1996:10).

Para a Igreja e para o cristianismo, esse desafio do presente é fortemente vivido em tensões e contradições. Ser presente nos tempos atuais, preservando a tradição, significa concepções e comportamentos distintos e diferentes. Mas, não pode implicar ausência nem perda da influência moral e ética, quando não política.

Existe, aqui, uma problemática fundamental: a religião e o temporal. Por ter sua força na tradição, o que não é exclusivo da religião, como estar presente nos tempos, nos tempos modernos secularizados? Em páginas anteriores transcrevemos a interpretação de Halbwachs sobre a memória religiosa, cuja característica principal é se considerar infinita, pairando sobre todos os tempos, ou seja, imemorial, eterna. Viver a tradição não é o mesmo que viver de sua origem, ser tradicionalista. À primeira vista, a autoridade e a força moral da religião derivam desse caráter "atemporal", que sempre será a sua razão de ser, associada que está com o próprio princípio gerativo de ser a representação de Deus na terra, o Qual não tem princípio nem fim. Há, pois, uma representação da identidade entre Deus e religião.

Essa necessidade de ser atual, presença nos tempos, deriva, porém, da ação na sociedade profana e das relações com os diversos grupos e interesses sociais. Em outros termos, o mundo religioso não se dá num mundo a-espacial e atemporal. Pelo contrário, a nossa hipótese central reside em compreender a Igreja Católica como elemento ativo e privilegiado da sociedade civil. Nesse sentido, enquanto instituição universal (católica) e presente em cada formação social, a sua prática religiosa influencia e é influenciada pelos fatos sociais. A sua atualização é fruto das relações contraditórias entre a mensagem original e as

práticas modernas, culturais e políticas. Assim, ela pode ser “eterna”, viver o passado pela tradição e pela memória, amparando o presente, mas buscando o futuro.

CAPÍTULO 2

O PENSAMENTO SOCIOLÓGICO: O TEMPO CONCEBIDO PELO HOMEM

" Le temps social est caractérisé par le maximum de significat humaines qui se greffent sur lui et par son extrême complexité, complexité bien plus grande que celle du temps de la réalité psychique". (G. Gurvitch. 1969 : 340)

Com o advento do capitalismo, a expansão das fronteiras, do comércio, das técnicas e tecnologia, as profundas modificações nas relações sociais de produção e nas relações políticas, tudo isto conduz também a uma explosão no mundo das idéias e das ciências³⁸. Não será demais retomar a definição de Alexandre Koyré (1973) da "infinetização do universo", como alargamento e modificação das concepções do espaço físico e cósmico e conseqüente predomínio das idéias da Física; e, parafrasando-o, considerar essa infinitização como ampliação e complexidade das relações sociais. Essa nova realidade social se constitui em desafio e dilema, não só para a religião ou religiões, mas para as ciências sociais em formação e, nestas, para a Sociologia.

Para as Ciências Sociais, a constatação básica é de que cada sociedade cria representações próprias de sistemas temporais. O tempo é um fato social, uma representação coletiva, para usar uma expressão tão cara a Durkheim :

"Les représentations collectives sont le produit d'une immense coopération qui s'étend non seulement dans l'espace, mais dans le temps; pour les faire, une multitude d'esprits divers ont assuré, mêlé, combiné leurs idées et leurs sentiments; de longues

³⁸ Durkheim ao analisar a relação religião/ciência assim se expressa, e de forma muito sintética: "Saída da religião, a ciência tende a substituí-la em tudo o que concerne às funções cognitivas e intelectuais. Já o cristianismo consagrou definitivamente esta substituição na ordem dos fenômenos materiais. Vendo na matéria a coisa profana por excelência, ele facilmente abandonou seu conhecimento a uma disciplina estranha, *tradidit mundum hominum disputationi* ; foi assim que as ciências da natureza puderam estabelecer-se e fazer reconhecer sua autoridade sem dificuldades muito grandes" . (Durkheim, E. 1978:232).

séries de génération y ont accumulé leur experience et leur savoir".(Durkheim,1960 : 22).

Mais essa formação de pensamento está intimamente ligada às relações dos homens com a natureza, no seu processo de convivência, exploração e transformação. É na leitura do universo que os grupos sociais lhe atribuem significados, poderes ou magia. O tempo cronometrado, inspirado no movimento dos astros, passa a ser denominado por dia, noite, mês, ano, tornando-se parâmetro para indicar o deslocamento dos homens e de suas atividades.

Há também outros sistemas temporais que não se baseiam exclusivamente no tempo quantificável e sim em outra ordem de natureza: fatos históricos e sociais. Há, pois, formas diversas de uma consciência temporal. O tempo não tem autonomia, é fruto do pensamento e da ação humana. O calendário traduz, de um lado, numa escala convencional a dimensão do tempo quantificável, isto é, a duração; de outro lado, o significado cultural e social, expressão de uma comunidade e sociedade.

Os sociólogos americanos Sorokin e Merton, na mesma trilha de Durkheim, por exemplo, já escreveram:

"... that systems of time reckoning reflect the social activities of the group. Their springs of initiation are collective; their continuíd observance is demanded by social necessity. They arise from the round of group life, are largely determined by the routine of religious activity and the occupational order of the day, are perpetuated by the need for social co-ordination, and are essentially a product of social interaction". (Sorokin,P e Merton,R.1937 : 620).

Essa é a matriz teórica da sociologia. Convém verificar como ela se desenvolveu, o que faremos através da análise dos trabalhos de alguns autores.

Nos estudos sobre a problemática do tempo há uma crítica à Sociologia pelo espaço e status reservados a esta questão. Diferentemente da Antropologia, da Filosofia, da Geografia e da História, não teria a Sociologia desenvolvido um tratamento teórico mais abrangente nem tampouco aberto um campo de investigação mais sistemático, de forma a inseri-los no seu acervo científico. A não existência de uma "Sociologia do Tempo ", criou uma lacuna, fazendo com que

este assunto se inscrevesse na Sociologia por vias indiretas, derivando de outras formas de pensamento, perdendo, assim, espaço para a Física, a Antropologia e a Filosofia.³⁹

Se é bem verdade que na Sociologia falta um espaço maior nas teorias e explicações para o tempo(ou falta uma teoria social do tempo), nem por isso se pode admitir a ausência total dessa categoria analítica no pensamento sociológico. Nos fundadores da Sociologia, bem como em Weber e Marx as idéias de evolução e de transformação estão sempre presentes. Não persiste na Sociologia a questão central da ordem e da desordem, isto é, da estabilidade e descontinuidade? Do entendimento de uma sociedade estável ou em constante alteração é que se constituem os parâmetros explicativos conservadores ou não. Por isso, no pensamento sociológico a análise da sociedade se desenvolve por termos polares: ordem e mudança; continuidade e descontinuidade; tradição e modernização; progresso e revolução.

Várias são as causas ou aspectos apontados. O sociólogo inglês Anthony Giddens afirma que os cientistas sociais limitam-se a considerar o tempo e o espaço "como meros ambientes de ação" e na perspectiva predominante da sociedade moderna do "tempo cronometrável", e, contrariamente, defende que o tempo deve ser tratado como "a própria essência da teoria social" (Giddens, A.1989:89) da estruturação:

"O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo" (Giddens, A.1989: 2).

Por sua vez, o sociólogo alemão Nöbert Elias, autor de um livro dedicado ao tempo, encontra na Sociologia duas dificuldades, isto é, uma persistente

³⁹ Parece não ser exclusiva da Sociologia essa afirmação. Na sua reflexão sobre o tempo, Castoriadis vai constatar que "la philosophie a ignoré le social-historique" (Castoriadis,C.1990 : 250) e lamentar as suas consequências : "Si le social-historique avait été placé ... au point de départ de la réflexion, une partie des apories du temps se serait trouvé dissoute, et l' autre éclairée différemment. Ou aurait pu ainsi percevoir immédiatement à la fois la solidarité et la différence entre temps identitaire et temps imaginaire"; et ... on aurait aussi vu que chaque société, en tant qu' être pour soi, crée son temps imaginaire propre, consubstantiel à son être-ainsi" (op.cit. : 251/252)

obstinação à abordagem tradicional filosófica e a perspectiva metodológica de curto prazo.(Elias,1989:56). Fatos estes que possuem suas raízes na separação entre tempo físico e social, o que contribuiu para a predominância do pensamento da Física sobre as demais ciências sociais. Para Elias, só uma concepção unicista das relações homem/natureza será capaz de apreender de forma mais real a dinâmica social em sua totalidade (Elias,N.1989: 99):

" cuando se estudia el «tiempo», se investiga a los hombres en la Naturaleza y no separadamente a los «hombres» y a la «naturaleza», e continuando : "en realidad y por ende, la «sociedad», la «cultura», etc non son menos «naturales»; es decir forman parte de un universo único,no menos que los átomos o las moléculas. Los «hombres» y la «naturaleza» no están, en realidad, tan separados existencialmente como parece insinuarlo nuestra manera actual de hablar y pensar" (Elias,N. 1989: 110)

À essa ausência de uma teoria sociológica deve-se agregar um outro tipo de problema, derivado e correlato e nem tão específico da Sociologia, sendo comum às Ciências Sociais, e que diz respeito à definição do tempo social. É possível um conceito ou até mesmo um conceito único do tempo, ou mais radical ainda, há um único objeto? No decorrer deste texto utilizamos no singular e no plural a palavra tempo, sistemas temporais, multiplicidade de tempos, representações. A que se referem?

Difícil, é bem verdade, é se encontrar um único conceito sobre o tempo. Como veremos mais adiante, a sua importância e o seu significado são por todos reconhecidos: "sistema de referência" (Levi-Strauss); "síntese simbólica" (Elias); "código geral" (Echardus e Glorieux), entre tantos outros.

I - O tempo como consciência coletiva

" L'individu vit dans le temps et il a un certain sens d'orientation temporelle." (Durkheim, E.1960 : 628).

Emile Durkheim é considerado um dos pioneiros e sistematizador do estudo sobre o tempo social, tendo seus trabalhos exercido uma grande influência na Sociologia, a ponto de constituir uma escola ou corrente de pensamento, destacando-se, nela, as figuras de Henri Hubert,⁴⁰ Maurice Halbwachs, sem esquecer Marcel Mauss.

É em *Formas Elementares da Vida Religiosa* que se encontra a concepção durkheimiana de tempo, que, aqui, assinalamos através de três aspectos: primeiro, de ordem metodológica mais geral e presente em toda a Sociologia durkheimiana, para a qual, a fim de se compreender um fato social, é necessário situá-lo historicamente, ter uma visão retrospectiva, situar os diversos momentos de seu desenvolvimento (evolucionismo); segundo, considera o tempo como uma "categoria de entendimento", seguindo a tradição que vem desde Aristóteles, para a elaboração do pensamento científico, sendo essa categoria de entendimento imprescindível ao conhecimento intelectual, uma espécie de "ossatura da inteligência" que se distingue das outras categorias, chamadas pelo mesmo autor de "noções contingentes e móveis" (p. :12), isto é, podem faltar; e terceiro, o tempo deve ser considerado como uma "coisa" essencialmente social, "produto de um pensamento coletivo" : " Ce n'est pas mon temps qui est ainsi organisé; c'est le temps tel qu'il est objectivement pensé par tous les hommes d'une même civilisation".(p. : 14).

Representação temporal coletiva, que não prescinde do tempo individual, não é apenas uma imaginação desprovida de "valor objetivo", ela deriva do ato social, das diversas atividades efetuadas pelos grupos sociais, historicamente constituídos, tendo, pois, a consciência coletiva um embasamento social: "... ce qui est à base de la catégorie de temps, c'est le rythme de la vie sociale , mais s' il y a un rythme de la vie collective, on peut assuré qu'il y en a un autre dans la vie de

⁴⁰ Cf. Isambert, F. A. (1979) : " Henri Hubert et la sociologie du temps ".

l'individu, plus généralement, dans celle de l'univers. Le premier est seulement plus marqué et plus apparent que les autres..." (Durkheim, E. 1960:26 e 628), ou seja, as relações indivíduos/grupos, senso comum/ pensamento científico, atividades mentais e materiais, em síntese, e para relembrar célebre frase, a relação dos homens entre si e destes com a natureza, tudo isto, através de um sistema de conservação (tradição), de transmissão e de transformações dos valores culturais, constituem os elementos fundamentais do ser e do pensar social, nos quais se inclui a visão temporal, sendo esta, portanto, uma maneira de exprimir as ações sociais num espaço de movimento. Não é esta, portanto, uma concepção que nasce do nada e permanece flutuando no legendário da imaginação, aparecendo de geração em geração. Se assim fosse, não teria sentido definir a sociedade como atos reais (até mesmos os imaginários) nem tão pouco analisar as suas transformações. A estrutura coletiva temporal é uma necessidade para as relações sociais, uma expressão da vida em sociedade.

Na citação anterior o ponto nodal da definição de tempo é a percepção da duração dos fatos sociais pela coexistência de diversos ritmos, ou seja, para se compreender o tempo é necessário "distinguir momentos diferentes". (p.:14). Mas, essas durações são marcadas por acontecimentos, comemorações, celebrações, que se transformam em padrões de comportamento:

" Les divisions en jour, semaines, mois, années, etc correspondent à la périodicité des rites, des fêtes, des cérémonies publiques. Un calendrier exprime le rythme de l'activité collective en même temps qu'il a pour fonction d'assurer la régularité." (p. : 15).

Retenhamos aqui três idéias: de controle, de reprodução e de continuidade.

Os acontecimentos sociais celebrados de forma coletiva são marcados pela regularidade, seja de forma rotineira (atividades domésticas, laboriosas, religiosas) seja, ao contrário, solenemente comemoradas, constituindo momentos distintos da vida social, por isso merecendo maior atenção dos grupos sociais e das instituições mais amplas da sociedade.

A vida social é caracterizada, insistimos, por celebrações simples e solenes, que se concretizam em períodos e momentos especiais, decorrendo, por isso, a necessidade de localizá-los em um calendário, que se torna simbólico, isto é, as datas se tornam signos, representativos de uma vida social. O ato social -

religioso ou profano - transfere à data um sentido, um valor, assumindo, também, uma função de controle social. Não é, portanto, o calendário que institui a vida social, é justamente o contrário.

Por outra parte, dada a importância emblemática das datas, parece haver mais do que uma distinção, há uma separação entre o quotidiano e os momentos especiais. As primeiras tidas como rotina, inserida na própria vida individual e coletiva; as datas especiais como que uma ruptura do normal, para se transformar em "um tempo independente" (Isambert, F.A. 1979:195), reordenando novas relações sociais, ou melhor, formas de sociabilidade, de controle e de poder.

Mas, ao mesmo tempo, que as comemorações revelam as diversas durações da vida social, não pode a duração encerrar em si todo o tempo social. Esta interpretação ficará mais clara com a seguinte afirmativa de Durkheim:

"Celle-ci (categoria de tempo) ne consiste pas simplement dans une commémoration, partielle ou intégrale, de notre vie écoulée. C'est un cadre abstrait et impersonnel qui enveloppe non seulement notre existence individuelle, mais celle de l'humanité. C'est comme un tableau illimité où toute la durée est étalée sous le regard de l'esprit et où tous les événements possibles peuvent être situés par rapports à des points de repères fixes et déterminés". (Durkheim, E. 1960 : 14).

Como se vê, não basta a experiência do tempo vivido. É necessário que esta experiência seja simbolicamente concebida de forma abstrata, isto é, universal, pois só assim pode ser estabelecida uma comparação entre as diversas situações temporais. A multiplicidade dos ritmos implica uma simultaneidade. Dessa maneira, pode-se deduzir que, para Durkheim, o tempo é uma idealização universal de diversos acontecimentos, situados em momentos distintos, ou seja, implicando uma divisão e uma projeção do tempo numa escala menor ou maior.

A essa idealização ou idéia geral, Durkheim vai chamar de "tempo total", "tempo comum" ou "social", que não é o contrário e nem tão pouco a soma das "durações individuais", estas como experiências privadas. Para ele, o tempo total é justamente um tempo percebido e vivenciado como comum a todos os membros da sociedade, por isso pode ser pensado (ou ter existência) abstratamente, como

um conceito de totalidade ⁴¹;

"... le rythme de la vie collective domine et embrasse les rythmes variées de toutes les vies élémentaires dont il résulte; par suite le temps qui l'exprime domine et embrasse toutes les durées particulières. C'est le temps total ». (op.cit. : 630) .

Para Durkheim, portanto, cada sociedade concebe o tempo como uma categoria abstrata, universal, e como "durações particulares", que dimensionam "les mouvements de concentration et de dispersion de la société" (op.cit.:630), abrangendo os aspectos de unidade e de divisão , de continuidade e descontinuidade da sociedade. Em síntese, uma consciência social temporal.

⁴¹ Em Durkheim, o conceito de totalidade é : " la forme abstraite du concept de société: elle est le tout qui comprend toutes choses , la classe suprême qui renferme toutes les autres choses. Tel est le principe profond sur lequel reposent ces classifications primitives où les êtres de tous les règnes sont situés et classés dans les cadres sociaux au même titre que que les hommes" (op.cit. : 630).

II - A multiplicidade dos tempos sociais

"... le problème de la multiplicité des temps sociaux est un des plus importants que la sociologie ait rencontrés sur son chemin" (Gurvitch, G. 1969 : 326).

Nos autores já citados, fica claro o reconhecimento de várias classificações sobre o tempo social. No entanto, é a Gurvitch com sua proposição e classificação de multiplicidade dos tempos sociais, que é assegurado um lugar de destaque na sociologia. Essa multiplicidade, dialeticamente, põe a questão da unificação desses diversos tempos sociais.

Para ele, o estudo desses tempos múltiplos é importante para a Sociologia pelos seguintes argumentos:

Primeiro, para a análise de cada tipo de sociedade global, permitindo apontar suas diferenças com outro tipo de sociedade, ou seja, um sistema comparativo tendo como instrumento uma estrutura cognitiva temporal.

Segundo, ele aponta como um dos elementos centrais, justificadora até, para a própria Sociologia do Conhecimento, novo ramo da Sociologia, especialmente pela forma de análise:

"... la variété des manières de saisir, de percevoir, de symboliser et de connaître le temps dans les différents cadres sociaux". (Gurvitch, G. 1969 : 326) (Termos sublinhados por Gurvitch, G)

Terceiro, destaca a relação existente entre a multiplicidade dos tempos sociais com os determinismos sociais e sua unificação, próprios a cada sociedade.

E, por fim, pela compreensão que esse estudo oferece na relação entre os fenômenos sociais e suas estruturas. (op.cit. : 326/327).

Em síntese, a questão da multiplicidade do tempo social pode ser apreendida sob um duplo aspecto: o da consciência temporal, pelos diferentes agentes sociais (cadres sociaux); e o da vivência desses tempos múltiplos em cada sociedade concreta. (op.cit.: 327).

Esses aspectos estão presentes no universo de seu estudo, quando ele

expõe a seguinte problemática:

" Le but de cette étude est d'essayer de montrer que la vie sociale s'écoule dans des temps multiples, toujours divergents, souvent contradictoires, et dont l'unification relative , liée à une hiérarchisation souvent précaire , représente un problème pour toute la société. Nous nous proposons en effet de faire ressortir que chaque classe sociale, chaque groupe particulier, chaque élément microsocial (...) a tendance à se mouvoir dans un temps qui lui est propre" (Gurvitch,G.1969 : 325).

O desempenho dos múltiplos papéis sociais e das funções dos grupos e instituições caracteriza a "pluridimensionalidade dos fenômenos sociais " (p. : 344).

Com efeito, as relações familiares, educacionais, econômicas, políticas, religiosas, culturais, etc se dão tanto num espaço e num tempo distinto e próprio, quanto numa inter-relação entre diversas complementariedades e simultaneidades,dada a heterogeneidade e complexidade das relações sociais, em tempos que se mesclam e se opõem.

O tempo familiar, por exemplo, não se basta a si próprio, e nem pode ser pensado e dimensionado sem relação a outros fatores. Internamente, há uma conjugação de papéis dos atores e de suas temporalidades em torno de uma unidade ou, em outra linguagem, de uma unificação . Mas, o que é o tempo familiar? O da vida passada em conjunto? Se só esse aspecto é considerado, anula-se a própria dimensão estrutural das relações familiares, cuja espacialidade não se encerra no locus habitacional. Devem ser levados em consideração o tempo dos que co-habitam e o dos membros extra muro ? Mas, tanto num caso como noutro, a organização desse tempo se dá também em função das outras atividades dos seus diversos componentes familiares. Como conciliar o tempo dedicado à família, num sentido restrito, com o tempo do e no trabalho, das atividades comerciais, de lazer, das práticas religiosas, etc? Se há um núcleo mínimo de tempo restritamente familiar, dada a importância e o envolvimento da família nuclear, não se excluem, por outra parte, as relações de parentesco que compõem igualmente o universo psicológico e sociológico denominado família.

Assim, para Gurvitch, a definição do tempo social não se faz sem levar em conta as contradições, a continuidade e descontinuidade no próprio fato social, ou

seja, os fatores estruturais e conjunturais próprios a cada agrupamento social e a cada tipo de sociedade e a sua função essencial de "coordenação e de decalagem":

"Le temps social est le temps de coordination et de décalage des mouvements des phénomènes sociaux totaux, que ces phénomènes sociaux totaux soient globaux, groupaux ou microsociaux et qu'ils s'expriment ou non dans des structures sociales. Les phénomènes sociaux totaux et les structures sociales qui les expriment partiellement sont à la fois les producteurs et les produits du temps social : ils donnent naissance au temps social et se mouvent , s'écoulent en lui". (Gurvitch, G.1969 : 338)

Neste sentido, é necessário compreender, em cada realidade social concreta, a pluralidade dos tempos sociais e a sua harmonização, unificação e coordenação com as diversas situações sociais, caracterizando a conjuntura ou a formação social pelo tipo de tempo predominante. Para poder dar conta da diversidade e heterogeneidade das ações sociais, ele propõe uma classificação de oito tipos de tempos, ⁴² os quais poderão caracterizar e sintetizar cada tipo de sociedade ou de situação temporal, como arquétipos históricos. São eles: " 1) tempo de longa duração; 2) tempo ilusório ou de surpresa (trompe l'oeil ou surprise); 3) tempo de incertitude; 4) tempo cíclico; 5) tempo de retardo sobre ele mesmo; 6) tempo de alternância entre o retardo e o avanço; 7) tempo de avanço sobre si mesmo; 8) tempo explosivo da criação" (p. 326) .

Claro que esse modelo abstrato, para ser aplicado, deve respeitar as particularidades, considerando, certamente, as interferências de determinadas situações em relação a outras. Configura-se, dessa forma, a existência de uma conjunção de tempos sociais, próprios a cada sociedade ou a um momento histórico específico⁴³.

Em face da impossibilidade de realizar análise mais aprofundada, nos termos de Gurvitch, sobre o momento atual da sociedade brasileira,apontamos uma simples reflexão referente a três acontecimentos,que podem ser

⁴² Em a Condição Pós-Moderna, David Harvey utiliza-se dessa tipologia, considerando-a importante por " lançar luz sobre a confusa transição do sentido de tempo implícita na mudança de práticas culturais modernistas para as pós-modernistas" (Harvey,D.1989:204). Na literatura consultada, foi a única a dedicar atenção aos trabalhos de Gurvitch .

⁴³ Na nossa ótica, uma das melhores contribuições teóricas à compreensão da realidade histórica está na análise dialética entre modo de produção e formação social.

classificados como "tempo conflito", no plano sócio-político-cultural.

Primeiro, o movimento negro que, na construção de sua identidade, questiona não só os parâmetros do ser negro, impostos pela cultura ocidental e colonizadora, como também procura refazer a história dos negros no Brasil. Nesse sentido, torna-se necessário repensar os símbolos, dentre os quais as datas. O 13 de Maio é diferente do Dia de Zumbi. Isso implica reordenar o plano simbólico e político constitutivo da sociedade nacional, incorporando-se o repensar da história dos negros na do país. A exclusão social dos negros, explícita ou disfarçada, é a continuidade do passado no presente. O movimento negro, em seus diversos matizes, ao se identificar culturalmente com suas origens, realiza ao mesmo tempo uma crítica à escravidão e ao sistema econômico e social excludente.

Segundo, os movimentos que visam a rever a responsabilidade do Estado no desaparecimento e morte de militantes de esquerda durante o regime militar. Com isso, coloca-se em debate na sociedade o sistema de forças políticas e culturais passado, não totalmente "eliminado". Dessa maneira, o comportamento desses setores é carregado ou até mesmo determinado pelo peso do passado, no sentido de classificação dos sujeitos políticos e dos símbolos. Há a necessidade de abertura dos arquivos repressivos, identificação e sepultamento dos mortos pela repressão, além de homenagens, através de nomeação de ruas, praças etc. Em outros termos, não houve ainda de forma completa o desenraizamento da sociedade atual com os elos do passado autoritário. Não se trata de apagar o passado, mas, ao contrário, fazê-lo reconhecido como algo repugnante ao mundo de uma sociedade democrática. Em verdade, é a luta pelo controle da história que está em jogo. Enquanto, de um lado, os grupos e pessoas que fizeram 64 procuraram identificar o regime ditatorial como positivo, negando a tortura, as mortes, etc, para outros grupos sociais urge assumir essa realidade como característica de um período histórico do país.

Mas até que ponto essa problemática é só restrita a determinados grupos ideológicos? Não seria mais abrangente? Em que grau? É necessário que o passado seja reconhecido e assumido pelos sujeitos históricos, que a memória do

ontem não seja guardada pelo silêncio dos vencedores⁴⁴. Pelo silêncio dos que foram calados pela morte, busca-se a linguagem da história, da lembrança, do ontem no hoje.

O terceiro exemplo está nos movimentos sociais rurais⁴⁵, que, liderados pela Contag e pelo MST, contestam a estrutura fundiária, que impossibilita o acesso democrático à terra. O que se apresenta à sociedade pela mídia – oficial ou não – são os conflitos pela terra, mais precisamente as invasões de propriedades. Este é apenas um dos elementos explosivos da reforma agrária, que engloba vários setores sociais, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, repercutindo no núcleo das decisões do Estado.

Há, assim, um conjunto interligado de ações que se deslocam constante e mutuamente num espaço interno e externo, projetando-se, igualmente, numa dimensão temporal descontínua e convergente e que foge ao controle dos atores sociais diretamente interessados. De forma mais concisa, nenhuma dessas instâncias - movimento social, governo, administração - tem o controle efetivo e total da duração de todo esse processo social, político e administrativo.

Por isso, ele é um tempo conflitivo. De um lado, em relação ao tempo dominante na sociedade brasileira, questionando o modelo e as medidas político-administrativas, gerando crises políticas no seio da aliança governamental; e de outro lado, é conflitivo pelas ações envolvidas na luta pela reforma agrária, que se movem num clima de tensão psicológica, social e política, englobando trabalhadores, proprietários, governo, partidos, igrejas, etc.

A partir desses três exemplos e com as adaptações necessárias, retomamos as proposições de Gurvitch para definir este momento como de um tempo explosivo:

" temps explosif ", dissolvant le présent et aussi bien que le passé dans la création

⁴⁴ Uma das características da história do tempo presente são os trabalhos que buscam dar voz aos esquecidos das histórias oficiais, que são os excluídos socialmente; aos grupos sociais perseguidos politicamente, como na Europa, aos sobreviventes dos campos de concentração, e aos que direta ou indiretamente colaboraram com o nazismo e fascismo; no Brasil há diversas publicações sobre as vítimas do regime militar ditatorial. Em todo caso, trata-se da memória, melhor dizendo, das memórias, e por elas dos conflitos, dos aniquilamentos. Cf. (Pollak, M, 1985 e 1989). Além de uma memória arquivada, aponta-se para uma memória de luta, de despertar e de esperança.

⁴⁵ "Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo". (Novaes, Regina (2001)

de l'avenir immédiatement transcendé ... Le temps explosif, lorsqu'il est effectif, fait vivre dangereusement les structures globales et partielles qui s'y meuvent, car il comporte le maximum de risque et exige le maximum d'effort " (Gurvitch, G. 1969 : 344)

Ressaltamos essa adaptação porque Gurvitch, considera os modelos amplos de sociedade, e, neles, os movimentos de transformações revolucionárias, o que não vem ser o caso da sociedade brasileira.

A análise desses tempos deve considerar as relações entre as dimensões « macro » e « microsociais » porque se trata, " d'une dialectique complexe entre les temps des manifestations de la sociabilité, les temps des groupes et des classes et les temps des sociétés globales" .(p. 360).

CAPÍTULO 3

As manifestações das temporalidades ou os elos da história .

"A memória é a costureira, a costureira caprichosa. A memória faz a sua agulha correr para dentro e para fora, para cima e para baixo, para cá e para lá. Não sabemos o que vem em seguida, o que virá depois. (Virgínia Wolf. Orlando : 44).

A sociedade vive em função de uma história que não é só passado, mas também presente e futuro. Por essas três dimensões da temporalidade, estabelecem-se as relações entre os grupos e classes sociais pelo significado e controle da História.

É a Maurice Halbwachs que se imputa a denominação de "memória coletiva" ou "memória social", utilizado em seu importante livro *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, pelo qual buscava criar a sociologia da memória. Além desse livro, em 1949, é publicado *La Mémoire Collective* (obra póstuma), onde consta seu importante estudo sobre " *La mémoire collective chez les musiciens*".

O pensamento de Halbwachs percorre um imbrincado caminho entre a memória individual, a memória coletiva e a memória social. Difícil é definir as fronteiras entre elas.

Partindo da importância do "souvenir" para o indivíduo, perfaz o caminho da construção dessa memória condicionada pelo ambiente social, dando-lhe assim o caráter coletivo: "Il ne suffisait pas en effet de montrer que les individus, lorsqu'ils se souviennent, utilisent toujours des cadres sociaux. C'est au point de vue du groupe, ou des groupes qu'il fallait se placer" (Halbwachs, M. 1994 : VIII), ou seja, a memória é uma atividade construída e reconstruída pelos indivíduos nos grupos sociais, como o próprio autor afirma em *La Mémoire Collective*:

"...si la mémoire collective tire sa force et sa durée de ce qu'elle a pour support un ensemble d'hommes, ce sont cependant des individus qui se souviennent, en tant que membres de groupe" (Halbwachs, M 1968 : 33)

Não há, pois, ação individual na sociedade que não seja determinada por suas relações intermentais e interacionais. Os grupos são a fonte de referência para relembrar e rememorar as relações sociais vividas, e, igualmente, unificadores e até sintetizadores dessas memórias individuais.

Memória individual e coletiva são distintas, mas fazem parte de um mesmo universo cultural e social - o indivíduo não existe fora do grupo e da sociedade - conduzindo, portanto, para a clássica relação indivíduo e grupo, que tanto marcou a Sociologia. Enquanto a memória individual é "un point de vue sur la mémoire collective" (Halbwachs, M. 1968: 33), a memória coletiva engloba, sem se confundir, as memórias individuais.

Em *A Memória Coletiva*, mais do que em *Quadros Sociais da Memória*, encontramos o que é para esse autor a memória social, localizada como memória histórica : "toute l'histoire de notre vie fait partie de l'histoire en général" (Halbwachs, M. 1968: 37). Dessa forma, a memória social engloba tanto as memórias individuais quanto as coletivas, pois é a imagem da sociedade como um todo, num determinado período, que será transmitida pelas sucessivas gerações para a posteridade.

A duração e a espacialidade são introduzidas como elementos de distinção e de classificação entre as memórias, sendo a memória individual mais limitada e mais particularizada, a coletiva, com duração maior e mais ampla. (Halbwachs, M. 1968 :35-36).

Caráter esse que pode ser determinado pelo grupo social, pela classe social. Em todo caso, tem um fundamento social, pois, a memória faz parte do "système d'idées de la société ", ou seja, "(D'où il résulte) que la pensée sociale est essentiellement une mémoire, et que tout son contenu n'est fait que de souvenirs collectifs, mais que ceux-là seuls parmi eux et cela seul chacun d'eux subsiste qu'à toute époque la société, travaillant sur ces cadres actuels, peut reconstruire". (Halbwachs, M. 1994: 296).

Embora quase não enfatizado, não se pode negligenciar esse aspecto histórico da memória , onde se entrecruzam "tradições e idéias atuais" :

"...en réalité les idées actuelles sont aussi des traditions, et que les unes et les autres se réclament en même temps et au même titre d'une vie sociale ancienne ou

récente, où elles ont en quelque sorte pris leur élan". (Halbwachs, M. 1994 : 296).

Mas, esta memória grupal não é homogênea e nem única, exprime a diversidade de percepções, de vivência e de interiorização de cada elemento no grupo social e, deste, na sociedade. Há uma multiplicidade de memórias.

Ao distinguir, para análise, três tipos de memórias, a familiar, a religiosa e das classes sociais, Halbwachs, de antemão, busca, por um lado reforçar a sua idéia central da memória "dependente do meio social", por conseguinte, uma pluralidade de memórias; e, por outro, revelar a especificidade da memória de cada grupo no conjunto da sociedade. Ou seja, a memória de um grupo não circunstancia apenas a vida grupal fechado em si mesmo, é também a interferência dos vários acontecimentos macro sociais que configuraram e marcaram as relações sociais.

A memória familiar traz a dimensão da complexidade das relações familiares, englobando tanto os laços da família nuclear e dos parentescos diversos, quanto as diversas funções decorrentes das formas de organização econômica e social da família, ao longo da história da humanidade. (Halbwachs, M. 1994: 146/149) Ao mesmo tempo que a família é um casulo é, também, universo acolhedor e fomentador de diversos entrecruzamentos das experiências dos seus membros. (Halbwachs, M. 1994: 154 -161).

Nesse sentido, o passado familiar, transmitido e vivificado, será uma memória social de várias situações históricas⁴⁶, tendo a função de integração e de conciliação.

As representações religiosas, como já vimos anteriormente, se caracterizam por sua " nature intemporelle ", (Halbwachs, M. 1994 : 188), localizando-se " hors du temps " :

" c'est que le temps auquel elles se rapportent se trouve détaché, sinon de tout ce qui précède, du moins de tout ce qui suit; en d'autres termes , l'ensemble des souvenirs religieux subsiste ainsin à l'état d'isolement, et se sépare d'autant plus des autres

⁴⁶ Conferir o capítulo dedicado às Classes Sociais e suas Tradições, onde, por exemplo, escreve: "Au moyen âge s'était constitué un système de valeurs nobiliaires, fondées sur l'histoire des familles nobles ..." E mais adiante ao tentar situar a origem desses valores : " en tout cas elles reposaient sur des données historiques, sur des traditions plus au moins anciennes qui se conservaient dans les groupes de familles nobles, et qui étaient en rapport étroit avec l'histoire générale du royaume"(Halbwachs, M. 1994 : 224)

souvenirs sociaux que l'époque où ils sont formés est plus ancienne, si bien qu'il y a un contraste plus marqué entre le genre de vie et de pensée social qu'ils reproduisent, et les idées et modes d'action des hommes d'aujourd'hui". (Halbwachs, M. 1994: 191).

A memória religiosa (Halbwachs estuda a religião católica) tem assim a característica de isolamento e de exclusão em relação às demais formas de pensamento da sociedade, onde é necessário que outras formas de pensamento religioso sejam destruídas ou negadas, pois, não se trata da memória dos indivíduos, mas de uma memória histórica que se confunde com a própria criação do mundo. Isto é, história e eternidade. Pela reafirmação da continuidade do passado no presente e no futuro, há uma relação conflituosa entre a manutenção da tradição e a aceitação das coisas novas da sociedade. O novo não pode ser a destruição do passado, mas um testemunho que o solidifica, preparador do futuro. Se são esses elementos - isolamento, negação e conflito - que as religiões se atribuem, sociologicamente falando, a memória religiosa é produto da sociedade e, como conclui Halbwachs,

"... obéit aux mêmes lois que toute mémoire collective: elle ne conserve pas le passé, mais elle le reconstruit, à l'aide des traces matérielles, des rites, des textes, des traditions qu'il a laissés, mais aussi à l'aide de données psychologiques et sociales récentes, c'est-à-dire avec le présent". (Halbwachs, M. 1994: 221).

Na nossa opinião, a parte mais difícil de apreender todo pensamento de Halbwachs está justamente na sua compreensão da memória das classes sociais. Como bem sublinhou Gérard Namer, no Postface de *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, o problema já aparece na titulação do capítulo dedicado ao assunto, pois, diferentemente da denominação explícita de memória familiar e memória religiosa, o capítulo dedicado às classes sociais nomeia-se "*Les Classes Sociales et Leurs Traditions*".

Ao dedicar suas análises às situações históricas feudais e ao surgimento da burguesia, quando esta retoma, para sua legitimidade, determinados hábitos e atitudes da nobreza, o autor identifica algo fundamental:

" Ainsi, la structure nouvelle s'élabore sous la structure ancienne. On pourrait dire

que les notions nouvelles ne se dégagent qu'après avoir pris longtemps figure de notions anciennes : c'est sur un fond de souvenirs que les institutions d'aujourd'hui se construisent, et, pour beaucoup d'entre elles, il ne suffit pas, pour les faire accepter, de démontrer qu'elles sont utiles : il faut qu'elles s'effacent en quelque sorte pour laisser voir les traditions qui sont derrière elles, et qu'elles aspirent à remplacer, mais avec lesquelles, en attendant, elles cherchent à se confondre". (Halbwachs, M. 1994 :228).

Essa nova história da burguesia construída sobre as cinzas das antigas estruturas não é uma destruição total, se faz presente pelas tradições, ou melhor, pela reapropriação e reprodução desses valores até o ponto em que, já de pleno domínio de sua nova situação de classe social, possa criar seus próprios padrões de valores e de comportamento:

" Il est naturel que les appréciations anciennes aient empêché pendant longtemps les appréciations nouvelles de passer au premier plan, et que celles-ci n'aient pu s'introduire qu' en prenant l'apparence de celles-là. Mais en même temps que leur apparence, elles ont pris peu à peu forme de tradition, et cela a suffi pour qu'à un moment donné elles se soient fait accepter". (Halbwachs, M. 1994:272) .

Essa imbricação do velho no novo decorre da complexidade da nova realidade econômica e social, cujo ritmo de desenvolvimento não é igual em todos os setores. (Halbwachs, M. 1994 :271).

Cada classe social funda e conserva sua própria memória dentro de uma relação conflituosa entre o passado da antiga classe e o presente da nova classe, inserindo nesta as tradições anteriores, mas criando também, as suas. De certa forma, a memória da classe social tende ou se confunde com a memória da sociedade. Aqui, vale a distinção entre memória coletiva e social para o projeto de direção e de controle da sociedade pelas classes sociais .

Embora não esteja no pensamento de Halbwachs, cabe aqui ressaltar o papel do Estado como "guardião" dessa memória social ou nacional, tanto pela legalização e legitimação da interpretação dos fatos históricos, segundo a visão dominante, implicando, portanto, uma seleção, quanto pelas formas comemorativas, buscando a sedimentação de tradições, quando não as inventa, na formulação de

Hobsbawm e Ranger (1984).

O segundo elemento da sociologia da memória é a reconstrução do passado, através do que o próprio autor consignou de "cadres sociaux de la mémoire", isto é, formas e meios de reviver o passado, como a linguagem, a música, os ritos, os símbolos, os nomes e os valores.

Assim, a memória se exprime através de um complexo e diversificado sistema cultural, "cadres sociaux de la mémoire" (Halbwachs, M. 1994), "regiões sociais do passado", (Bossi, E. 1979) ou "lugares de memória". (Nora, P. 1984).

Halbwachs utiliza tanto "cadres sociaux" quanto "cadres collectifs". Para ele "cadres collectifs de la mémoire" são: "précisément les instruments dont la mémoire collective se sert pour recomposer une image du passé que s'accorde à chaque époque avec les pensées dominantes de la société" (Halbwachs, M. 1994 : VIII)

No seu postface de *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Gerard Namer, distingue vários sentidos para a noção de "cadre social": como "structure unifiant une pensée", "porteur valeurs" (Namer, G. 1994 : 324), "organisateur de notre souvenir et de son sens lié à un groupe de la représentation générale de la société". (op.cit. 323), e "vision de monde animée par un système de social" (op.cit. 329). Para Halbwachs, a memória e os mecanismos de memorização são formas intermentais.

Os estudos mais recentes ampliam esse horizonte, incluindo as formas materiais da cultura. Pesquisadores como Ecléa Bossi, Pierre Nora e Gerard Namer, tendo como referencial os trabalhos de Halbwachs, concretizam mais esse aparato instrumental, considerando tanto as representações mentais quanto as manifestações materiais. Relatos, depoimentos, histórias, canções⁴⁷, língua e linguagem, símbolos, museus, bibliotecas, arquivos, monumentos, nomes de logradouros, vestimentas, até as grandes comemorações são formas de guardar e reviver o passado.

Da leitura de Halbwachs e de outros autores, podemos tirar alguns elementos para o significado da memória social.

Através da memória social ou coletiva resguardamos a identidade social e histórica, sendo o passado integrado no presente para servir de base na

⁴⁷ O Anexo I, desta Primeira Parte, traz um esboço de um estudo mais amplo a ser desenvolvido sobre as canções do carnaval pernambucano.

construção do futuro. A memória permite remover e reviver os fatos passados, não os deixando no esquecimento, mesmo que isso seja feito de forma indireta, pela evolução e pelas diversas interpretações dos acontecimentos. A memória não é o passado real. São reconstituições, reelaborações, sentimentos, lembranças. A memória é o olhar atual retrospectivo, mas é igualmente a atualização do ontem. É pela memória que a história e a identidade de um grupo e de um povo são reconstruídas, unificando os vários elos do eu e do nós social.

Mas a memória social não é o conjunto das lembranças coletivas reativadas esporadicamente por mera associação psicológica. Nesse sentido, convém sublinhar a contribuição de Halbwachs para a sociologia da memória, diferenciando-se do individualismo de Bergson, para quem o passado é conservado pela lembrança individual. Se, como já foi visto, toda memória depende do meio social grupal, Halbwachs não cansa de afirmar que a memória coletiva está guardada na sociedade : "Pour nous... ce qui subsiste, ce n'est pas, dans quelque galérie souterraine de notre pensée, des images toutes faites , mais c'est dans la société, toutes les indications nécessaires pour reconstruire telles parts de notre passé que nous représentons de façon incomplete ou indistincte; ou que , même, nous croyons entièrement sortie de notre mémoire ". (Halbwachs,M.1968 : 65).

A memória é um processo permanente da prática cultural e política dos grupos, das classes, das instituições sociais e do Estado. Guardar, reviver, comemorar a memória social e histórica de um grupo, de uma classe social ou da sociedade em geral é apossar-se do controle cultural, condição indispensável para o exercício do poder.

A interpretação, a conservação e a lembrança dos fatos históricos são objeto de luta entre as classes dominantes e as classes subalternas (num sentido mais restrito, também, entre grupos sociais ou frações de classe), excluídas essas da cena histórica, pelo esquecimento e pela secundarização de suas lutas.

Nesse sentido, o presente torna-se o espaço privilegiado de luta pela reafirmação histórica e pela projeção do futuro.

Por ser objeto de luta, o passado tem várias funções: pode pesar como fantasma, fardo, pesadelo, "mito intemporal"; mas também como "recuperação de raízes". Não é apenas lembrança sem sentido, sem história; tem uma função de

integração social, é "portador de valores." (Le Goff,J.1994 : 208) .

Sempre há uma lição a se retirar dele. O presente se interliga com o ontem, como se dele dependesse integralmente ou necessitasse corrigi-lo, modificá-lo; ele se apresenta como uma condição ou, como afirma Braudel, " Ter sido é uma condição para ser". (Braudel,F 1988 :1)

Na relação entre passado e presente pesa a decalagem que existe entre as diversas formas de organização social e seu processo de transformação. Longe de uma sociedade homogênea, funcional, fechada em si mesma, a dialética conduz para o entendimento diacrônico e divergente entre essas formas, não havendo nem uma evolução natural nem tão pouco uma coordenação retilinear do processo de mudanças. As transformações em uma sociedade podem ser retardadas pelo imobilismo social e pela permanência de práticas tradicionais. Neste sentido, o apelo ao passado imaginário, ossificado pela ideologia conservadora, serve de cimento para impermeabilizar as estruturas econômicas e políticas da classe dominante e, de freio, aos movimentos contestadores, em nome de uma unidade nacional ou de um ideal de sociedade imutável.

No entanto, como não vivemos imobilizados, parados, o futuro é ansiosamente querido, buscado, perseguido. Viver hoje é também construir ideal e concretamente esse futuro, que já nasce hoje, muitas vezes sob formas imperceptíveis, e que não tem data exata de nascimento. Com isso, nos distinguimos dos demais animais, não só porque somos capazes de controlar o tempo, mas porque projetamos o futuro. Sempre há uma história sendo feita, a ser feita.

O tempo futuro exprime de qualquer forma a previsibilidade, a capacidade de intervenção do homem no processo histórico. As transformações pacíficas ou revolucionárias são desejadas e projetadas como possibilidade de direção e como capacidade de controle das classes sociais, num projeto amplo de sociedade. Dessa forma, o futuro, mesmo vivido como utopia, não é imaginário. É algo que se estabelece nas relações sociais e políticas.

Não podemos nos indagar se a angústia em toda a sociedade humana não está circunscrita por este dilema entre, de um lado, a utopia e o possível e, de

outro, um passado reverenciado, otimizado, idealizado? O dilema e a angústia do mito e da utopia? Não só temos uma sensação de continuidade humana e social como buscamos identificá-la e criá-la nos acontecimentos históricos, como que para certificar-nos de que, mesmo mortais, a ação do homem se perpetua pelos tempos, através do poder criador do homem social. Para uns, essa sensação é a comprovação da circularidade do tempo, da imutabilidade da sociedade; para outros, a continuidade é um elo, pois a história não se repete da mesma forma, da mesma maneira. Não há, portanto, tempos estanques.

Nossa vida social (e individual também), ou seja, a história social é uma constante e tensa relação entre "esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofo da vida social atual". (Braudel, F. 1978: 43)

A data tem uma importância, pois, como escreve Levi-Strauss "não há história sem datas". Mesmo que elas sejam apenas uma expressão do tempo: "elas são aquilo na falta do qual a própria história desapareceria, já que toda sua originalidade e sua especificidade estão na apreensão da relação do antes e do depois, que seria votada a dissolver-se se, pelo menos virtualmente, seus termos não pudessem ser datados". (Levi-Strauss, C. 1970 : 294/295)

A data, a periodização, a cronologia, traduzem algo significativo: a marca do acontecimento social, histórico, cultural e econômico, como expressão de relações estabelecidas entre os homens, num momento específico: 146, 1453, 1492, 1500, 1789, 1871, 1910, 1914, 1917, 1940, 7 de Setembro, 31 de Março de 1964, são datas que indicam, caracterizam alguns fatos importantes. Constituem uma espécie de memória histórica "universal", "nacional", "regional": Destruição de Cartago, Tomada de Constantinópolis, Descobrimento da América (Novo Mundo) e do Brasil, Revolução Francesa, Revolução Mexicana, Revolução Russa, Fim da 2ª Guerra Mundial, Independência do Brasil, Golpe Militar.

"Uma data denota um momento numa sucessão...exprime uma distância em relação às datas mais próximas...e sobretudo uma data é um membro de uma classe" (de datas), elas medem "o que se poderia chamar pressão da história". (Levi Strauss, C. 1970: 295).

As datas são maneiras de situar os acontecimentos num dado momento. Por elas, estabelecemos uma espécie de "continuum", um sentido permanente de pertencer a uma mesmo tipo de sociedade humana, que, embora distinta através dos tempos, tem a marca do homem. As datas são expressões da luta contra o esquecimento. Elas são, igualmente, formas de emprestar valores aos acontecimentos, pelo estabelecimento de uma hierarquia. Não podem ser vistas como meramente neutras, pois são, de igual forma, espaço da disputa do controle político. Um exemplo: 1 de Maio.

É através do tempo que podemos estabelecer uma visão, uma noção dos fatos como pretéritos, presentes ou que advirão. Situamos a nossa história no tempo. Através do tempo mostramos um processo de construção e de reconstrução da sociedade, distinguindo e classificando momentos históricos de tal forma que esses aparecem como símbolos de uma geração, de um grupo social, de uma comunidade, de uma classe social. Mas também o representamos de outra forma, como já foi analisado anteriormente, pois o que se busca salientar são as relações sociais determinantes, que se expressam através de vários fatos, em vários momentos, constituindo uma totalidade, a qual ultrapassa o simples acontecimento factual, a simples referência de data, para se tornar revelação de sua complexidade, de sua heterogeneidade, de sua maior dimensão e abrangência histórica, podendo, dessa forma, envolver várias datas, várias cronologias, vários acontecimentos: era dos profetas, época feudal, período capitalista, o iluminismo, época da revolução social, tempo colonial, tempo das guerras de libertação, tempo do Reino de Deus, tempo do moinho, da máquina a vapor... Em formulação sintética, os fatos sociais, culturais, econômicos e políticos expressos em uma data possuem, no entanto, tempos distintos. Cada grupo, classe, comunidade ou povo vivencia o acontecimento em tempos com significados diferentes. O lançamento da primeira bomba atômica sobre Hiroxima e Nagasaki, no amanhecer do dia 6 de agosto de 45, não é o mesmo tempo para os americanos e para os japoneses, embora sob a mesma data. Para aqueles, o poder da destruição, da vitória; para estes, a morte, a humilhação, a rendição.

Tudo isso está longe de mostrar uma história homogênea, circular; ao

contrário, revela a diacronia, a heterogeneidade. Num mesmo tempo o fato histórico não é circunscrito, fechado por um único elemento, por um único sujeito social (que vive a multiplicidade de seus tempos sociais). É um embate de forças, de interesses, entre as diversas partes. Internamente, é o resultado de seus vários tempos, de suas durações variadas e diferenciadas que o acontecimento político traz consigo. Há, por conseguinte, vários tempos anteriores e longos que caracterizam o processo histórico.

O 31 de Março de 1964 não é apenas um fatídico dia, nem tão pouco a ação militar; é a Marcha da Família, o IPES, o IBAD, as alianças entre burguesia e militares, as prisões, as cassações, a tortura, o exílio. Mas é dialeticamente a renúncia de Jânio, o veto militar à posse de Goulart, o Comício do dia 13 de Março, o "Grupo dos 11", as Ligas Camponesas, o projeto de uma "revolução burguesa democrática".

Por esta razão a história não é unicamente o fato em si, o evento: é o seu complexo processo sócio-cultural, político e econômico; é a sua interpretação, a localização dos sujeitos, as datas, as suas conseqüências. É a revelação do embate na conservação, construção e reconstrução de um tipo de sociedade.

Nesse sentido, a interpretação escrita ou oral deixa de ser apenas uma opinião despretensiosa, neutra, mesmo que sob o rótulo de uma descrição, de uma narração. É uma visão ideológica, política, bem como uma análise científica. Esta classificação, longe de ser uma disputa entre métodos de interpretação, é a luta pelo controle da História, pois é o interpretar-fazer.

Mas existe uma história? Quem a faz? Quando Marx afirma que os homens fazem a sua própria história, não como a desejam e sim dentro de determinadas condições herdadas do passado (Marx, K. 1969), a história da sociedade aparece, de um lado, como o resultado de criação do homem e, de outro, possuindo uma continuidade "condicionada". Por esse último aspecto, entende-se não uma imutabilidade, uma repetição circular, um destino linear, onde o desenvolvimento seria apenas o acréscimo de coisas novas, somadas ou superpostas às antigas; pelo contrário, esse passado condicionante é um patamar já adquirido, segundo determinadas condições e que se modifica internamente, gerando possibilidades

para o surgimento de outros elementos sociais e de inovações qualitativamente diferentes:

" a un certain stade de leur développement, les forces productives matérielles de la société entrent en contradiction avec les rapports de production existants...De formes de développement des forces productives qu'ils étaient ces rapports deviennent des entraves. Alors s'ouvre une époque de révolution sociale".(Marx,K. 1972 :4)

A transformação de formas de desenvolvimento em "entraves" implica o embate entre o antigo e o novo, havendo, portanto, a necessidade de uma resolução, que não consta do pensamento de Marx, como sendo natural, de amadurecimento por si mesmo. Não é sem sentido que a idéia de revolução está aí; e esta é uma decisão de atores sociais, portanto de tempo de intervenção e de ruptura. É o elemento contradição que é decisivo. A própria constituição de um determinado tipo de sociedade, como, por exemplo, a capitalista, não é algo surgido espontaneamente, mas resultado :

" d' une longue evolution historique, le résumé de bien des bouleversements économique et suppose le déclin d'autres modes de production (d'autres rapports sociaux de production) et d'un développement déterminé des forces productives du travail social". (Marx, K. 1972:253).

Para o que nos interessa diretamente neste trabalho, fica claro a não existência de um tempo único, repetitivo, caracterizando o desenvolvimento da sociedade. A história é feita e refeita. Esse processo de desenvolvimento é em si mesmo cheio de contradições, constituído de vários tempos sociais (do velho e do novo modos de produção), pois estes contêm "decalagens" entre os diversos momentos dos componentes das forças produtivas - tanto no sentido material como cultural - e das relações sociais; e entre a própria tomada de consciência do processo dialético da necessidade de transformação e o momento de realizá-lo.

Na sociedade há um permanente jogo de interesses pela organização, conservação e alteração de sua estrutura. São tempos que se interligam.

O que muitas vezes se apresenta como a história da sociedade - escrita,

cantada, pintada, materializada em monumentos ou, na expressão de Gerard Namer, em "instituições de memórias", não é senão a da classe dominante. Os dominados não a reescreveriam ou não lhe dariam uma outra interpretação?

O tempo torna-se objeto da luta de classes, como escreve Lalive d'Epinay "dans la structure social des sociétés contemporaines, la ligne de démarcation entre dominants et dominés est tracée idéologiquement par la représentation vécue de l'articulation entre la temporalité de la vie individuelle et celle de l'historicité".(Lalive d'Epinay,C.1988 :23)

A classe dominante, segundo ainda d'Epinay, se insere no processo histórico como sujeito, diferentemente das classes populares que compreendem a historicidade como estranha.

PARTE II

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA VIDA DO APOSENTADO

CAPÍTULO 1

DA INCERTEZA À INSEGURANÇA: o nascimento do novo aposentado público.

I. A construção de uma hipótese

Na última década do Século XX, mais especificamente entre 1991 e 1998, a sociedade brasileira registra um intensivo processo de aposentadoria de servidores públicos, que o distingue de outros momentos e tem características específicas. Primeiro, pelo alcance numérico; segundo, pela forma como os servidores públicos foram conduzidos a concretizar a sua aposentadoria; e, por fim, como essa nova categoria social se insere no universo cultural e social do país.

Nesse período, dois fatos devem ser tomadas como parâmetros: a Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1991, que unifica os vários sistemas de contrato de trabalho para os servidores públicos, permitindo, entre outras vantagens, a integralidade dos seus salários, por ocasião da aposentadoria. E a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que altera substancialmente o regime de aposentadoria até então vigente, destacadamente no que diz respeito ao tempo para garantia de direitos. Por razões totalmente diferentes, como teremos oportunidade de explicar no desenvolvimento da tese, verificaremos quão expressivo foi o aumento de aposentadorias no período acima definido, nele

cabendo um lugar privilegiado para o Governo Fernando Henrique Cardoso, que de fato corresponde aos momentos mais tensos da história previdenciária do servidor público.

Os dados da Tabela I referem-se apenas aos servidores civis do Poder Executivo Federal, ou seja, da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações, excluindo-se, portanto, os dos poderes Legislativo, Judiciário e os militares, e nos dão uma imagem bastante nítida da repercussão desse fato para a sociedade e para o Governo. Limitamo-nos a esse universo para que, coincidindo com o da nossa pesquisa, possamos estabelecer algumas comparações.

Tabela 1

**Evolução do Numero de Servidores Civis Ativos e Aposentados do
Poder Executivo – SIAPE**

ANO	ATIVOS ⁴⁸	EVOLUÇÃO		APOSENTADOS	EVOLUÇÃO	
		ano	Acumulado		ano	acumulado
1991*	598.375	-	-	244.875	-	-
1992*	620.870	3,76	3,76	306.036	24,98	24,98
1993	592.898	(4,51)	(0,92)	317.734	3,82	29,75
1994	583.020	(1,67)	(2,57)	323.305	1,75	32,03
1995	567.689	(2,63)	(5,13)	364.892	12,86	49,01
1996	554.736	(2,28)	(7,29)	377.899	3,56	54,32
1997**	531.725	(4,15)	(11,14)	372.622	(1,40)	52,17
1998	513.720	(3,39)	(14,15)	395.175	6,05	61,38
1999	497.125	(3,23)	(16,92)	394.651	(0,13)	61,16
2000	486.912	(2,05)	(18,63)	390.340	(1,09)	59,40

Fonte: Ministério do Planejamento. Boletim Estatístico de Pessoal.Nº 61, maio, 2001

⁴⁸Número de servidores civis ativos do Poder Executivo. (adminsitração direta, autarquias e fundações) Até 1991, uma parcela significativa destes servidores eram celetistas.

Em 1991, ocorreu desligamento de servidores-Governo Collor. Em 1992, ocorreu a integração dos servidores-Governo Collor.

** A partir de jun/97 considerado o critério de Força de Trabalho. Força de Trabalho = quantidade de veículo(-)exercício descentralizado(-)lotação provisória(-) cedido.

No processo ascendente de concessão de aposentadorias, os anos de 1992, 1996 e 1998 são os mais marcantes. No primeiro caso, constatamos que, em relação a 1991, o aumento absoluto de aposentadorias atingiu 61.161 casos, representando 24,98%. Certamente a demanda gerada pela Lei nº 8.112 não pôde ser totalmente atendida em 1991 ou, mesmo, por efeito retardado dos procedimentos burocráticos. Todavia, antecipamos, que a nossa hipótese para explicar as aposentadorias durante o Governo Collor, inclusive em 92, tem outra razão que não só as vantagens oferecidas pela Lei nº 8.112. Ela está fortemente calcada no clima de desconfiança, gerado pela disponibilidade em 1991, que será analisada no segundo capítulo.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, para a Presidência da República, baseada numa proposta de reforma do Estado, e nela da Previdência Social, desencadeou, de imediato, um grande efeito psicológico, repercutindo com um acréscimo de 41.587 servidores públicos aposentados, só em 1995, primeiro ano de seu Governo. O ano de 1998 poderá ser considerado como um marco importante, um verdadeiro divisor da história previdenciária, seja pela aprovação das Emendas Constitucionais nºs 19 e 20, de julho e dezembro de 1998, respectivamente, seja pelo número de aposentadorias. De fato, seguindo o que consta da Tabela 1, comparando os dados de 1998 com os de 1991 houve um acréscimo de 150.300 aposentadorias, que, em termos percentuais representam 61,37% ; em relação a 1992, foi de 89.139; e 1995, 30.283.

Excetuando-se o ano de 1997 que apresenta uma ligeira queda, só a partir de 1999, os indicadores apontam para uma tendência de diminuição mais consistente. Não encontramos nenhuma razão objetiva que explique o fato ocorrido em 1997. Supomos que os servidores depositaram uma esperança na não aprovação das Emendas Constitucionais pelo Congresso Nacional ou que, no mínimo, fosse mais favorável a eles, preferindo, portanto, uma atitude mais cautelosa. Já para os anos 1999, 2000 e 2001, apesar de ser ainda muito cedo para qualquer prognóstico mais seguro, verossimilmente com as regras previdenciárias já definidas e não tendo ocorrido mais nenhuma proposta Governamental de novas alterações, não houve nada que despertasse o receio de

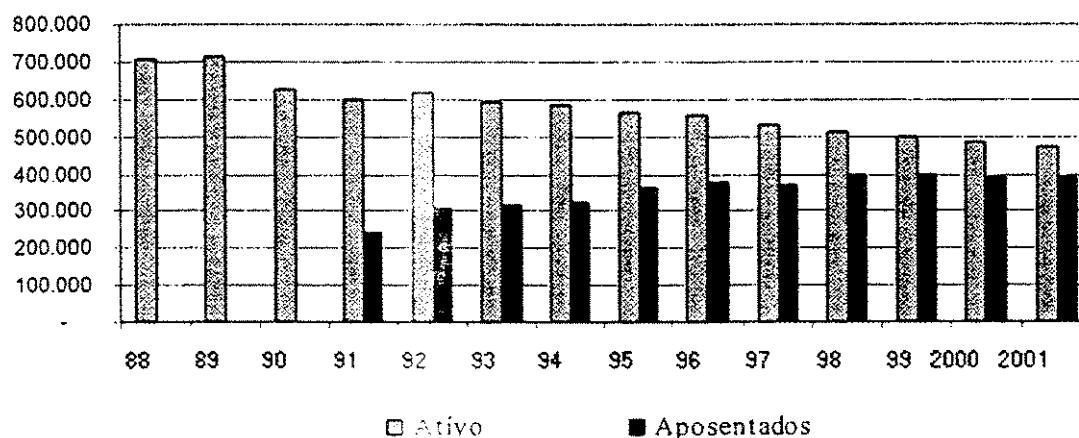
perda de direitos, fazendo com que os que podem se aposentar, em conformidade com as antigas regras, se sintam mais seguros.

Durante os sete anos de governo FHC, de 1995 a 2001, o total de funcionários públicos aposentados é da ordem de 87.756. Nossa explicação, aprofundada oportunamente, é que no seu governo se estabelece um clima de insegurança em relação aos direitos adquiridos do servidor público, levando-o, a qualquer sinal objetivo ou intencional de alteração da Legislação, a uma verdadeira corrida para novos pedidos de aposentadoria. Esse sentimento pôde ser apreendido tanto pelos depoimentos de nossos entrevistados, quanto por consulta, mesmo esporádica, à imprensa da época, que aborda o clima existente no país.

No Gráfico I, encontramos uma evolução comparativa entre o total de servidores em atividade e os aposentados, confirmando a acentuada linha de crescimento de aposentadorias no Governo FHC.

GRÁFICO I

Quantitativo de Servidores Ativos e Aposentados do Poder Executivo por ano



Fonte: Copiado de Boletim Estatístico de Pessoal.Nº 61. Ministério do Planejamento. 2001:39.

Além do *quantum* de aposentados, procuramos outras características e informações. Entre essas, outro fator que chama a atenção é a sua idade média.

De acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, conforme Tabela 2, os homens se aposentam aos 58 anos e a mulher aos 54, o que configura uma idade média do aposentado em 56 anos, ou seja, uma população ainda não sexagenária e distante de ser considerada como idosa, aceitando-se a delimitação de 65 anos para essa denominação.

Tabela 2

Aposentadorias dos Civis do Executivo – Perfil segundo o sexo e idade, média de aposentadoria – SIAPE

Posição – abr/2001

	Masculino		Feminino		Ambos	
	Idade Média	Distribuição	Idade Média	Distribuição	Idade Média	Distribuição
Integrais	57	61,3%	54	38,7%	55	100,0%
Proporcionais	58	43,0%	55	57,0%	57	100,0%
Total	57	54,5%	54	45,5%	56	100,0%

Fonte: SRH/MP.⁴⁹ Copiado do Boletim Estatístico de Pessoal.Tabela 6.2. Ministério do Planejamento 2001: 61.

Recorremos a outros dados, fornecidos pelo Ministério do Planejamento, para olhar mais internamente para esse critério etário e verificar como se distribuíram os que se aposentaram integralmente e os que optaram pela proporcional. No primeiro caso, 60,6% são homens, com até 60 anos de idade, e 82,4% são mulheres. Já os que optaram pela aposentadoria proporcional, na faixa de até 60 anos de idade, 60,9% são homens e 73,5% são mulheres⁵⁰. Esses dados chamam a atenção para o fato de que, na faixa acima de 61 anos, a proporção de mulheres que se aposentaram proporcionalmente – 26,5% - é maior do que a daquelas que se aposentaram integralmente: 17,6%.

Os entrevistados para esta tese apresentam idade média de 51,7 anos. Uma das explicações para isso está no crescente número de aposentadorias proporcionais, que alcançaram uma proporção muito alta no Governo FHC. Por exemplo, em 1996, 1997 e 1998, a participação das aposentadorias integrais equivalem a 43,4%, 32,3% e 28% e as proporcionais, a 47,9%, 57,4% e 60,9%,⁵¹.respectivamente

⁴⁹ A amostra utilizada no cálculo corresponde à parcela dos servidores que possuem, em seu cadastro, a informação referente à data de sua aposentadoria.

⁵⁰ Boletim Estatístico de Pessoal.Tabelas 6.3 e 6.4. Ministério do Planejamento.2001: 62

⁵¹ Boletim Estatístico de Pessoal, nº 61.Tabela 6.1.pág.61.

Sobre o fator idade, assinalamos três aspectos importantes para a nossa análise. Primeiro, de ordem financeira, para a Previdência Social, dado pelo aumento de aposentados (e pensionistas) em relação à população em atividade econômica, o que se traduz pela relação de mais aposentados para cada cidadão em trabalho. Até 1998, o nosso país era um dos poucos no mundo em que se permitia a aposentadoria nesse patamar de idade. Segundo, de ordem social e cultural, é que, em épocas não muito distantes, de nossos avós e pais, e suficiente para distinguir gerações, o aposentado retirava-se definitivamente do mercado de trabalho, sendo, inclusive, simbolizado pelo homem vestido de pijama. Apesar de todas as dificuldades, hoje, os aposentados podem e estão disputando mais uma atividade. As idéias, imagens e valores sobre os aposentados sofrem, por essas e outras razões, modificações que afetam as formas de sociabilidade. Ao mesmo tempo em que se correlaciona aposentadoria à velhice, aposentado a idoso, não deixa de haver uma certa dificuldade em se aceitar uma população aposentada nessa faixa etária. Dificuldades que não se traduzem em hostilidade, mas em considerá-los como privilegiados, sobretudo quando se trata de funcionário público. E o terceiro aspecto está na formação, aceitação/distinção da auto-imagem do servidor público aposentado.

Esses dados e manifestações quotidianas no relacionamento social nos conduzem a indagar sobre o que teria ocorrido nesses anos para justificar esse comportamento.

Atualmente, as aposentadorias do serviço público federal fazem parte de um processo mais amplo de modernização do Estado brasileiro que tem na reforma do Sistema Previdenciário um de seus pilares.

Como compreender então esse processo de aposentadoria nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso? No Governo Collor não houve nenhuma ameaça ao direito constitucional da aposentadoria e nem às suas formas, pelo contrário, é com a Lei nº 8.112, no fundo uma regulamentação dos artigos constitucionais, que tratam da matéria, que as garantias foram ampliadas para todo o conjunto da categoria do funcionalismo. No Governo FHC há deliberadamente modificações na legislação previdenciária e nas garantias

constitucionais para a aposentadoria. A reforma da Previdência ganha maior envergadura através das Emendas Constitucionais, concluindo o movimento do início da década. Dessa forma, uma população bastante grande de servidor público em idade relativamente jovem⁵², acrescido agora por um maior uso da aposentadoria proporcional, já prevista na Constituição de 1988, é compelida a se aposentar, por sentir os seus direitos ameaçados e sem nenhum grau de confiança e de segurança no Governo:

“Medo de não receber a aposentadoria integral por mudanças na regra para a aposentadoria” (C.M.T.B, professora universitária, aposentou-se em 1997, com 25 anos de serviços e 51 anos de idade)⁵³.

Porém foi na disponibilidade dos servidores públicos, realizada em 1990, no Governo Collor, que encontramos a raiz histórica do contínuo crescimento de aposentadorias, atingindo seu auge em 1998.

“Em 1990, quando Collor assumiu a Chefia do Governo, teve início o desmonte do serviço público e a perseguição aos funcionários públicos a quem chamava de “marajás”, dos quais parcela considerável foi posta em disponibilidade. Passei treze anos fora da *Instituição*⁵⁴, voltei com a anistia da Nova República. Posta em disponibilidade por Collor e com tempo já suficiente para me aposentar, logo que conquistei na Justiça o direito de reintegração me aposentei. Não havia mais “clima” para permanecer em atividade no Órgão... era como continuar uma queda de braço. Eu pensei em continuar a luta mas já em outras fronteiras”. (S.M.N, socióloga, aposentou-se em 1991, aos 55 anos de idade e 36 de serviço)

Nossa hipótese central para compreender e analisar esse processo todo é que a disponibilidade, ao afetar direta e profundamente o código de confiança⁵⁵

⁵² Claro que essa qualificação da idade está sendo tomada em relação ao parâmetro de aposentadoria como idade acima de 60 anos.

⁵³ Os entrevistados não serão identificados pelos nomes próprios e sim por siglas.

⁵⁴ Como procedimento geral, substituo os nomes da Instituição, de Diretores, de funcionários, de cargos e da Divisão de trabalho pelo termo genérico de Instituição, funcionário, Presidente, Divisão, ou em alguns casos por um X, todos em itálico.

⁵⁵ Agnes Heller ao analisar a importância da fé e da confiança na vida cotidiana, especialmente dentro de sua concepção e distinção entre “ser particular e ser genérico”, assim se expressa: “A

nas relações entre Governo e servidor público, valor essencial do padrão de comportamento social e funcional, cria um campo de incerteza para a vida presente e futura, condicionando desde então toda perspectiva de ação do funcionalismo público.

Ao alterar autoritariamente direitos e costumes tradicionais, de acordo com procedimentos até então vigentes, do ponto de vista legal, normativo e cultural, o governo abre espaço para que servidor público aproveite-se da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, para, num movimento de contra-ação preventiva, resguardar os direitos constitucionais e as vantagens adquiridas.

“O principal motivo que me levou à aposentadoria foi a insegurança que o Governo da época (1991) me transmitia” (J.C.Z, técnica de nível médio, embora não tenha ficado em disponibilidade, aposentou-se em 1991, aos 50 anos de idade e 30 de serviços) .

Ainda sob a hipótese exposta, afirmamos que no Governo Collor rompe-se o tabu da intocabilidade do servidor, representada pela valorização e garantia do emprego público, pois até então nunca houvera um processo de disponibilidade⁵⁶, destacadamente como esse governo concebeu e tentou implantar. Entrar para o serviço público, independente de razões objetivas como trabalho e salário, persistia, como ainda hoje⁵⁷, no imaginário cultural, como um investimento certo no futuro pela dificuldade, talvez seja essa a palavra atual que tenha substituído a da impossibilidade de então, de ser demitido. A estabilidade do trabalho é considerada um valor altamente positivo que orienta o projeto de vida.

Com a disponibilidade, instaura-se uma situação geral de insegurança para todos os servidores públicos, sempre desconfiados de que o Governo possa alterar “as regras do jogo”, criar novas normas, modificar os direitos adquiridos. Abre-se um precedente ou, mais sério ainda, os benefícios previdenciários,

confiança é um afeto do indivíduo inteiro e, desse modo, mais acessível à experiência, à moral e à teoria do que a fé, que se enraíza sempre no individual-particular”, (Heller, A., 1992: 33)

⁵⁶ A disponibilidade está inscrita nas Constituições republicanas brasileiras, e, excetuando-se a de 1937 e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 à Constituição de 1967, não há irredutibilidade de salários para os servidores em disponibilidade.

⁵⁷ Apesar de toda as mudanças adotadas na legislação concernente ao servidor público, os concursos para órgãos governamentais continuam atraindo muita gente, independente da crise de desemprego. Os inscritos declaram com toda clareza que buscam no serviço público a estabilidade, a garantia que não têm no serviço privado, mesmo com salários inferiores.

garantidos pela Constituição, são postos sob risco. O direito adquirido é questionado.⁵⁸ A avalanche de aposentadorias que terá início em 1991 é fruto desse processo de modernização conturbado e mal expresso, perdido no pragmatismo de orçamentos e de visões estereotipadas do próprio aparelho administrativo.

De qualquer forma e, é, sem dúvida, o elemento mais importante a se reter, a “segurança” dos direitos do servidor público, tidos como direitos adquiridos e intocáveis, de acordo com procedimentos até então vigentes, não é mais um tabu, pode ser “mexido”, alterado, como fora, em 1965, a estabilidade do trabalhador, tida como uma conquista inalienável do povo brasileiro.

O fato de a Justiça já ter se manifestado pela inconstitucionalidade da disponibilidade com remuneração parcial, esse instituto que estava tão bem guardado, para não dizer esquecido, no corpo da Constituição, não restitui toda a confiança, pois se torna de agora em diante, palavra de alerta, sinal de ameaças. Como um fantasma reaparece clara ou veladamente nas intenções expressas por palavras e escritos em proposições sobre modernização do Estado, de sua máquina administrativa. À modernização se associa logo possibilidade de diminuir o quadro funcional, alterar direitos. Esse vestígio a disponibilidade deixou e nele hibernou um rastro que ressurgiu, descolado do fato histórico de onze anos atrás, para com autonomia ser insegurança nos tempos de políticas modernizadoras para integração do país na globalização. Se no primeiro momento definimos como campo da incerteza, para esse segundo momento, - Governo FHC - denominamos de formação de um campo de insegurança, cujos elementos constituintes nos são dados e interpretados pela voz de um funcionário público ao falar das razões que o levaram a se aposentar: “por toda essa balbúrdia, toda essa confusão e pânico dentro do setor público” (W.J.G. Grifo nosso). Balbúrdia, confusão e pânico que alimentam a insegurança, ampliam as margens de desencontros entre governo e servidor público, redefinem atitudes e comportamentos e tensionam as

⁵⁸ No Governo FHC são feitas várias reformas nos benefícios previdenciários, entre eles a alteração do tempo de serviço para a aposentadoria, que leva em consideração agora cálculo baseado no tempo de contribuição e idade mínima de trabalho. Outra medida foi a eliminação dos regimes especiais de aposentadoria. Essas questões serão aqui analisadas a partir do seu aparecimento na fala dos entrevistados.

expectativas. A insegurança ao dar surgimento a um conflito entre as estruturas valorativas e os meios de procedimentos, influenciou e influencia ainda os padrões de comportamento pela desorientação de um projeto futuro, o que, no objeto dessa tese, traduziu-se de imediato por aposentadorias precipitadas e sob o efeito do medo. Precipitação não tanto pelas condições reais de contagem de tempo, mas pelo desarranjo da organização da vida no presente e no quadro imaginário de uma vida futura:

"Mas ele (refere-se ao Governo) devia fazer essa mudança para o futuro e não para o passado. Porque o passado foi vivido e trabalhado dentro dessa regra". (W.J.G, bacharel em Direito, aposentou em 1994 aos 53 anos de idade e 35 de serviço)

O futuro não deixa de ser um quadro imaginário sendo feito no presente. O padrão ou modelo até então vigente tem que ser refeito, diferentemente da perspectiva temporal que vinha sendo construída, e agora não por livre vontade ou por resultado de um pacto; mas por um ato de poder, as expectativas e as formas de concretização deverão encontrar novos caminhos. Há, portanto, um tempo intempestivo, um corte, no qual deverão se remodelar e até mesmo se construir novos padrões de valores e de comportamento. O servidor público é colocado numa nova temporalidade de organização de sua história presente e futura, ou dito mais claramente, na aceleração de um tempo⁵⁹ para o qual nem ele, nem as Instituições, nem o Governo e nem a sociedade como todo estão preparados. Uma coisa é julgar positiva ou negativamente determinadas regalias, outra coisa é ter um ambiente para o exercício ordenado de sua vida. De forma mais radical, o

⁵⁹ O termo tempo acelerado ou aceleração da história é fundamental numa perspectiva de transformação da sociedade, do qual as concepções de progresso e de revolução são substanciais. Não é novidade para os sociólogos que esse tema mereça lugar de destaque a conferir desde Comte e Durkheim. Na tipologia proposta por Gurvitch trata-se do "tempo explosivo da criação" (Gurvitch, G. 1969:326). A Revolução Francesa coloca pela primeira vez esta questão para o mundo das idéias e da prática. No marxismo diria que é o tema central tanto em Marx como foi mais profundamente para Lenine na construção da sociedade socialista, especialmente no que diz respeito ao caráter de sobrevivência - transição do Estado. A data programada da extinção do Estado sempre foi prorrogada. Na Ciência Política, a crise de legitimidade permite as condições para a aceleração de um novo tempo. CF. Kennetk Bock, (1980); Carr, E.H. La Revolución Bolchevique 1917-1923 pag.257-268; Namer, G. (1991); Manville, A e Santamaria, U. (1988), e Ricoeur, P. (1997). Numa perspectiva mais atual de aceleração de ritmos, e de tempos rápidos cf. Castells, M. (1999)

servidor público antes de ir para o futuro, foi lançado no destino. Contraposição ao futuro que é feito, imaginado, tem possibilidade concreta de uma direção e, sobretudo, de um certo controle; enquanto que o destino é incerto, quebrando as mínimas margens de sustentação que pode unir experiência e expectativa.

Dessa forma, o planejamento da aposentadoria, e insistimos que esta sempre está no horizonte do servidor, não se realiza de acordo com o curso normal do projeto idealizado e esperado, mas cede lugar à insegurança, ao medo, à não preparação.

Os trechos da entrevista de W.J.G nos permite ampliar o horizonte da problemática sob análise:

P – Você se planejou para a sua aposentadoria?

R – A minha aposentadoria foi um pouco forçada por conta das mudanças que o Governo estava fazendo na legislação trabalhista, que tratava dessa matéria. Na verdade, naquele momento eu não me sentia em condições ideais para me aposentar. Achava que ainda tinha condições físicas, intelectuais e psicológicas para continuar, mas a forma com que o Governo estava fazendo essas mudanças forçou a minha aposentadoria naquele momento.

P - Você acha que essa atitude do Governo estava calçada em que? Como o aposentado estava enxergando essas medidas?

R – Evidentemente, uma das falhas mais graves que eu achei no comportamento do Governo nesse sentido foi ele não ter dado a explicação devida aos funcionários, já que era aposentadoria no setor público. O que faltou foi um tratamento pedagógico que explicasse e justificasse as medidas que o Governo estava adotando. Por outro lado, havia muita incerteza por conta disso, a perda de direitos, de pessoas que depois de 30, 35 anos trabalhando dentro de uma determinada perspectiva se via ameaçada de uma hora para outra por causa de uma mudança legal. E foi para evitar perder direitos que eu tomei a decisão de me aposentar. Tenho conhecimento que muitas pessoas da universidade, do setor público tiveram o mesmo comportamento. De um modo geral, ao meu ver, causou prejuízos graves ao setor público em termos de qualidade.

P – Você acha que as aposentadorias precoces foram mais prejudiciais ao serviço público do que, relativamente, ao próprio aposentado, se não fosse a questão da perda de direitos?

R – Eu acho que houve um prejuízo importante para o setor público, porque eram pessoas qualificadas em que o governo já tinha, inclusive, investido bastante. Pessoas, em plena atividade intelectual se aposentavam, às vezes até mesmo para ser recontratado pelo próprio setor público, que pagava outro salário ou até mesmo pela iniciativa privada com prejuízo do setor público. Nesse aspecto houve um prejuízo para o Governo, uma vez que estava perdendo esse pessoal qualificado.

P – Mas quando esse aposentado era contratado pelo próprio governo, como se pode compreender isso?

R – Para o aposentado, isso tinha uma conveniência, pois ele tinha uma nova fonte de renda, mas para o Governo significava que ele estava pagando dois salários para a mesma pessoa. Isso representava um prejuízo para o Governo, quando ele poderia manter aquele funcionário pagando um salário, desde que ele não tivesse ameaçado, como aconteceu, de causar prejuízos aos direitos daquele funcionário.

P – Não pode significar que o Governo reconhecia a maturidade, a capacidade, de quem ele aposentou precocemente?

R - Eu acredito que sim. Isso não deixa de ser um reconhecimento. Mas só é um reconhecimento que teve um ônus financeiro para ele. Porque duplicou o gasto com aquele funcionário. Isso aconteceu muito nas universidades e nos setores públicos, com técnicos de um modo geral.

P – Aconteceu também nas cidades e nos municípios?

R – Também, pois isso foi geral, não foi só em termos da União. Essas mudanças da legislação da Previdência Social para o setor público foram de um

modo geral. Mesmo que os objetivos do Governo pudessem ser corretos, do ponto de vista de médio e longo prazos, do ponto de vista financeiro, a forma como foi feito, ameaçando direitos adquiridos, criou toda essa *balbúrdia*, toda essa *confusão* e *pânico* dentro do setor público.

P _ Como foi viver esse clima até chegar à aposentadoria ?

R – Foi muito difícil. Isso durou quase dois anos. Tomei essa decisão com muita dificuldade.

P – Mas você falava de um clima geral, de insegurança. Como acha que, além de você, os seus colegas vivenciaram essa situação?

R – Quase em pânico. Eu presenciei cenas de pânico. Funcionários que estavam com ameaça de perda de direitos importantes do ponto de vista financeiro. Realmente isso causou pânico e levou muita gente a tomar decisões precipitadas, até com prejuízo, pois não adotaram a aposentadoria integral. Preferiram perder parte a arriscar numa coisa que eles não sabiam como ia acontecer.

P – Você acha que a atitude do governo teve repercussão sobre a sociedade em relação ao aposentado? Levou a sociedade a fazer um julgamento sobre o aposentado?

R – Em relação ao setor público, sim. Porque ele colocou o servidor público como sendo um privilegiado. Então a sociedade passou a ver o servidor público como um privilegiado, que na verdade não deixava de ser: um privilegiado comparativamente ao aposentado, ou ao servidor que não era do serviço público, ao empregado da iniciativa privada. Comparativamente, em relação à aposentadoria, em relação a alguns direitos, havia um certo privilégio. Apesar de em outros aspectos não apresentar privilégios, mas na questão de aposentadoria, isso poderia ser entendido dessa forma. O que não deixava de ser um certo privilégio, porque havia um direito maior do que o direito de um trabalhador comum.

P - Em relação a tempo e em relação ao valor integral ?

R - Em relação à aposentadoria. Porque era integral e em algumas circunstâncias até agregava alguma gratificação adicional que a legislação permitia. Num certo sentido, o Governo tinha razão, mas ele devia fazer essa mudança para o futuro e não para o passado. Porque o passado foi vivido e trabalhado dentro dessa regra. Essa regra não deveria valer a não ser para os novos e não para quem passou 30, 35 anos trabalhando dentro da legislação vigente da época.

Essa fala de W.J.G, que nos seus contornos gerais são semelhantes às demais entrevistas, mesmo que guardando a particularidade de cada caso, nos permite sublinhar alguns aspectos como colorários e explicativos do que foi exposto como problemática do campo da insegurança e avançar na explicação do significado de ser aposentado.

Com tempo de serviço já completo, portanto, satisfeita uma das exigências, sentir-se ainda sem “condições ideais” pois se considerava capaz para continuar trabalhando, significa reconhecer o impacto da intervenção negativa que poda um investimento técnico, afetivo, uma contribuição pelo trabalho à comunidade e ao país. Em lugar de um prêmio, como sempre foi vista e considerada a aposentadoria, esta é compreendida como castigo, frustração, dadas as condições impostas. O prêmio pelo trabalho útil desempenhado durante anos se anula pela sua redução à condição quase única de privilégios, pela impressão de inutilidade, de um trabalho descartável, ou mais claramente, de uma pessoa, de um servidor descartável decorado de regalias.

A construção de um plano futuro é bruscamente interrompida pela ruptura de um laço institucional e de um compromisso indesejado. Ou seja, o tempo presente não deveria ser interrompido por simples cumprimento de exigências legais e de procedimentos burocráticos, mas, por um ato de livre vontade, de livre arbítrio, dentro das conveniências pessoais e familiares. O exercício do direito, respeitadas as exigências, é vontade, é ato de decisão pessoal, é afirmação, e por

extensão coletiva, reafirmação e reprodução do universo de valores e dos meios de alcançá-los. O sentir-se forçado a tomar uma decisão por falta de segurança, não aparece como resolução do conflito. Na verdade não o é, pois se trata de uma reação não desejada, não adequada do ponto de vista individual e até mesmo numa perspectiva mais geral, de um problema para a Instituição e para o país, e assim não faz que aumentar o clima geral de insegurança que agora ultrapassa esse fato mais direto para contaminar toda e qualquer medida governamental. O ato do desejo, do livre arbítrio é violentado pela incerteza das falas, promessas e procedimentos governamentais, ou numa palavra, pela balbúrdia que é sinônimo de falta de clareza, de intranqüilidade, pois quem detém o monopólio da informação e da decisão não sabe ou não quer reconhecer o outro como sujeito, interferente no processo. Embora já dito, sublinhemos agora: “a aspiração”, isto é, o projeto de aposentadoria estava alicerçado em procedimentos previamente aceitos tanto dentro do quadro normativo, como dos valores culturais, ou seja, como ação social, no sentido weberiano. Por isso que as mudanças das regras em pleno andamento do processo, de quem vem “*trabalhando dentro de uma determinada perspectiva*” se constituem numa ameaça ao direito adquirido e aos padrões de relações sociais.

A aposentadoria, como reação às ameaças, pode ser compreendida como uma estratégia, uma contorção de sobrevivência, uma forma (disfarçada?) de protesto. Contudo, se assim aceitas e justificáveis ou não, foram a custas de uma violência simbólica, de que nos fala Bourdieu: *individual* – a dificuldade de tomar a decisão durou dois anos - o que significa introjetar e processar esse novo procedimento com repercussões imediatas e futuras sob forma penalizada, sofrida. Haverá ainda campo para a esperança? Essa dúvida é atroz e balizará o caminho a ser construído tanto do ponto de vista subjetivo como de se lançar no mercado de desigualdade de oportunidades; *coletiva*, a balbúrdia pela ausência de informações seguras, pela falta de canais explicativos, isto é, de diálogos, de convencimento de tal forma que não havia nada que alimentasse uma decisão tranqüila, sensata, pelo contrário conduz a desagregação pelo pânico geral que conduz a decisões precipitadas, trazendo prejuízos financeiros. Não atingiu a um,

mas a todos; não prejudicou uma categoria funcional, uma instituição, mas várias; não economizou recursos, pelo contrário aumentou as despesas; não despertou esperanças, criou temor; não orientou e não preparou para uma nova vida, pois não abriu perspectivas, cortou potencialidades. Em suma, ao não ter e ao não dar um tratamento pedagógico – e até quando o poder tem isso como razão ou objetivo? - destruiu um capital simbólico ao não “conferir aos agentes assim providos as disposições necessárias para se defrontar ativamente com o futuro...” (Bourdieu,P. 2001:275)

Se atentarmos para o fato de que o Governo apresenta um discurso e uma prática voltados para a racionalidade, nela se entendendo sobremaneira o equilíbrio outros dirão simplesmente contenção do orçamento previdenciário, é o mesmo que recontratar aposentados, embora não na mesma proporção, e como mostra W.J.G “significava que ele estava pagando dois salários para a mesma pessoa”. Mas além desse aspecto financeiro, não se negligencie a repercussão política e social de tal atitude, demonstrando mais improvisação do que soluções sustentáveis, mais cumprimento de imposição do que um planejamento.

Instaura-se, portanto, um estado de insegurança que não se restringirá apenas ao fato da disponibilidade. Amplia-se para abranger o âmago das relações institucionais e pessoais. Em outros termos, a confiança, o valor que ancorava o contrato social, político e funcional entre Governo e servidor, não tem mais o mesmo grau e status. A insegurança e a desconfiança os substituem.

Desejamos tomar como leme de análise esses dois campos, nos quais se realizarão daqui por diante as condutas do servidor público: o campo da incerteza, vivenciado desde os preparativos até a concretização da disponibilidade; e o campo da insegurança que emoldurará todo o futuro. Um, portanto, tempo presente, no qual se busca entender, compreender, realizar, ou num só termo, fazer o tempo presente, a disponibilidade. O outro é a construção, o ir fazendo - ao mesmo tempo desfazendo os fantasmas do outrora tempo passado - um futuro, se já incerto por natureza, agora é também sobressaltado, pois as esperanças, os desejos, não estão ancorados ou não apresentam um grau de confiança que

permita um campo de conduta e de ação racional, funcional. Façamos uso mais uma vez de Bourdieu, quando assim se expressa:

“O tempo só é realmente sentido quando se rompe a coincidência quase automática entre as esperanças e as oportunidades, a *illusio* e as *lusiones*, as expectativas e o mundo que vem preenchê-las: experimenta-se então, diretamente, a ruptura do conluio tácito entre o curso do mundo, movimentos astronômicos (como os ciclos das estações) ou biológicos (como o envelhecimento) ou processos sociais (como os ciclos de vida familiares ou a carreira burocrática) sobre os quais não se tem todo poder ou nenhum poder, e os movimentos internos que se relacionam com eles (*illusio*)”
Bourdieu, P. 2001 : 256)

II. O ARCABOUÇO JURÍDICO

Para que se possa melhor avaliar o impacto das medidas legais, é importante que se tenha como parâmetro o que estabelece a Constituição Federal de 1988, denominada pelo Presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de Constituição cidadã, e as Emendas Constitucionais.

O Ministério, na apresentação atual da Lei nº 8.112 e suas alterações, assim justifica as atitudes do Governo :

“As alterações e revogações de dispositivos da Lei tiveram por objetivo obter economias nos gastos com pessoal, apoiar processo de reforma do Estado, corrigir distorções e promover adequações redacionais para sua melhor compreensão e aplicação. Restam ainda por fazer inúmeras alterações na Lei nº 8.112, visando a sua adequação à nova ordem constitucional introduzida pelas Emendas Constitucionais nºs 18, 19 e 20 de 1998”.⁶⁰

Salientamos alguns princípios, direitos e deveres estabelecidos pela Constituição, em seus artigos 37, 40 e 41, e as Emendas Constitucionais nº 19 e 20, no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Constituição de 1988

- a) Obrigatoriedade do concurso público para acesso a cargo e emprego público;
- b) Garantia do direito à associação sindical e à greve;
- c) “A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data”.

A Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, impôs a seguinte redação: “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa

⁶⁰ Cf site www.servidor.gov.br. Lei n 8.112.

privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”

d) Em relação à aposentadoria, o artigo 40 da Constituição estabelece, entre outros:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

(...)

§ 4.º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, faz alterações substanciais no tempo da aposentadoria:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo e contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) Sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

ARTIGO 41 da Constituição

e) - A estabilidade do funcionário público concursado está assegurada pelo art. 41º, "após dois anos de efetivo exercício".

Esse prazo foi modificado para três anos pela Emenda Constitucional nº 19.

f)- O Parágrafo 3º do art. 41 estabelece: "Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo".

Por sua vez, na Emenda nº 19 está: "o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo".

Esse rápido panorama sobre a legislação servirá de base para a posterior compreensão das incertezas, angústias e insatisfação dos servidores públicos,

quanto ao futuro e na sua organização com vistas à garantia de seus direitos e conquistas, expressada através de recursos judiciais e de mobilizações políticas.

As mudanças constitucionais, apesar de garantirem os direitos adquiridos, não restabeleceram o clima de confiança necessário para que o servidor público pudesse permanecer no trabalho até ou além do tempo exigido e garantido pela Constituição de 1988. Em outras palavras, o clima de incerteza tornou-se clima de insegurança, configurando, dessa forma, o campo atual da aposentadoria. Essa é a tônica principal que justifica o crescente número de pedido de aposentadoria:

“Incerteza sobre a manutenção das regras para a aposentadoria do servidor público federal” (S.N.R, professor universitário, aposentado desde 1996 aos 51 anos de idade e 28 e 6 meses de exercício do magistério).

As intenções governamentais, manifestadas em falas, anteprojetos, propiciaram, mais do que as próprias Leis, uma reviravolta importante na perspectiva temporal da aposentadoria, ampliando e transformando, segundo nossa formulação, o campo da incerteza, oriundo da disponibilidade, em campo da insegurança como modificadores de comportamentos e valores que nortearam, desde a Consolidação das Leis do Trabalho, no Governo Vargas, as relações institucionais e funcionais entre Governo e servidores públicos.

Sob a motivação de reforma do Estado, modernização da máquina administrativa, crise financeira da Previdência, ou outro imperativo tudo isso está ligado, não de forma linear e unilateral, a todo um processo iniciado em 1990 com a disponibilidade do funcionário público. Ele representa, retiradas as avaliações do ato em si no Governo Collor, o desencantamento, a “dessacralização”⁶¹ de determinados comportamentos políticos e administrativos em relação ao servidor público.

O clima de insegurança permanece dado o poder das Medidas Provisórias, sempre prorrogadas. Até mesmo as medidas relativas aos direitos previdenciários, já aprovadas pelo Congresso Nacional não são capazes de amainar esse clima, pois sempre se espera do Governo Federal novos atos contrários. Os

⁶¹ Inspirado em Bourdieu, P. (2001).

aposentados vivem diuturnamente sob a ameaça da volta da contribuição para a Previdência. Isso apesar de a proposta governamental ter sofrido a terceira derrota no Congresso Nacional. Ora, quem se aposentou proporcionalmente levou em consideração a relação positiva ou equivalente entre o desconto previdenciário e a “perda” do valor monetário dos anos faltantes.

“Eu me aposentei em 1991, na época do governo Collor, e eu estava muito chateada com o modo como o funcionalismo público estava sendo tratado. Então resolvi me aposentar na proporcional. Fiz uma contagem de tempo e achei que era melhor me aposentar, seria inclusive mais vantajoso financeiramente naquele momento. (NMD, economista, na época tinha 47 anos de idade e 26 de trabalho. (Grifo nosso).

A política de arrocho salarial⁶² repercute, por sua vez, sobre o valor da aposentadoria integral que se depreciaria ainda mais com a volta da contribuição. A expectativa de proventos foi baseada em cálculos feitos de acordo com a legislação vigente à época, servindo de esteio para os padrões de confiança e de oportunidades de organização da vida social.

As ameaças governamentais estabelecem, portanto, um clima de insegurança, onde tudo poderá acontecer, como atribui a professora universitária ao justificar sua aposentadoria :

“...à cultura vigente em 1997 e o medo de perdas de vantagens pessoais e sociais” (L.M.E.M.F, professora universitária, aposentada com 26 de serviço e 54 de idade).

De certa forma, o processo de modernização administrativa, especialmente no que tange aos direitos do funcionalismo público, está inconcluso. Cada crise financeira e cada acordo com o FMI tornam-se uma espada sob a cabeça do servidor público, como explica um dos entrevistados ao encontrar razões para a sua aposentadoria :

“Diria que foram importantes as chamadas” mudanças estruturais “, especialmente a chamada” reforma da Previdência “. Essas” mudanças “, como se sabe, são ajustes no setor público visando à criação de espaços de acumulação ou simplesmente a redução

⁶² Uma intenção do Governo Federal é desvincular o aumento salarial dos servidores ativos dos inativos.

das necessidades de financiamento público, inspirados na ideologia do Estado Mínimo. Essas” reformas “criaram uma expectativa de perdas de direitos já conquistados ou, pelo menos, a necessidade de vir a lutar por eles. Esse medo também contribuiu para a decisão...” (P.I.V, economista, funcionário público estadual, aposentou-se, em 1998, com 51 anos de idade e 30 de atividades).

II CONSTRUINDO O UNIVERSO DA PESQUISA: Narradores e Narrador

Esta tese objetiva trazer à reflexão a história do aposentado narrado por ele mesmo, desde os motivos que o levaram a se aposentar com tempo de serviço completo ou proporcional até a sua expectativa para o futuro. São seus medos, angústias, utopias, vivenciados em momentos atrás, mas ancorados e trazidos para o presente. Mais do que um passado morto, trata-se de um presente com suas lembranças, seus traços, suas marcas. O passado que se faz hoje, porque ele está como cicatriz aberta no sentimento, como traço de uma experiência que ainda influencia a sua continuidade histórica e social ⁶³. Se a memória é, na definição dada por Santo Agostinho, “potência”, “ventre da alma” ⁶⁴, ela é raiz que se reproduz, permanece, continua, e não apenas fruto de uma lembrança.

O tema da tese surge como um redemoinho em minha cabeça. Eu próprio recém-aposentado vivendo novas realidades, cercado por amigos, colegas e conhecidos, muitos dos quais também aposentados. A aposentadoria é um fato real e próximo. A sua temática está em toda mídia escrita, falada, televisionada, identificada majoritariamente com a terceira idade, com o idoso. Basta, no entanto, olhar ao redor e ampliar o horizonte da questão para compreender que, no Brasil, aposentadoria e idoso não andam sempre juntos. Se assim é, quem caracterizaria a diferença? O funcionário público, sem dúvida.

De imediato, lembranças de frases, gestos, situações, colegas e amigos circulavam na minha mente, a apontar caminhos, ou melhor, a desenhar composições de um quadro mais amplo, cada vez mais recheado de assuntos, de sugestões e, por que não dizer, de pistas. Ressoam nos nossos ouvidos frases ditas pelos que tinham medo de tomar uma decisão e por aqueles que, diante das circunstâncias, tiveram que antecipá-la.

Ao realizar as entrevistas, encontramos colegas, já ultrapassando há muito o tempo suficiente para aposentar-se, que continuam no mesmo lugar, no mesmo

⁶³ Para Halbwachs, M. : “Le groupe ,au moment où il envisage son passé, sent bien qu’il est resté le même et prend conscience de son identité à travers le temps” . (1968 : 77)

⁶⁴ Santo Agostinho. Confissões, X, 14 e 17.

serviço, com as mesmas crises, com as mesmas questões. Não tivemos tempo para ouvi-los, preferimos os realmente aposentados - mas pudemos agora compreender toda a complexidade de se viver um novo tempo. Entendemos que o relacionamento com o tempo subjetivo e objetivo é bem mais complexo que a cotidianidade deixa transparecer. Mais do que uma questão pessoal, diz respeito à situação social, à posição nos grupos familiar, de amigos, de trabalho. O tempo do aposentado não é só dele, e é por isso que é tão difícil tomar uma decisão, pois sonhos, projetos, expectativas, são envolvidos. Problemas presentes também na segunda e distinta situação: ser levado a se aposentar significa uma ruptura com um projeto, necessitando-se, portanto, conciliar os aspectos subjetivos com os de uma realidade que não dominara. Num caso, podendo fazer seu tempo de aposentado, noutro, encontrando-se praticamente num tempo determinado. A coerção ditava as regras mais do que abria possibilidades; deixava cicatrizes mais do que oferecia espaços para o prazer; mais medo, do que esperança; mais insegurança do que confiança.

Todavia, as lembranças pessoais não são suficientes para se fazer uma tese, e nesse caso, nem a literatura específica⁶⁵, pois sobre o tema praticamente nada encontramos.

Trazer, aqui, a organização do tempo na vida do aposentado é, mediante seus depoimentos, mostrar também uma realidade social atual com raízes em momentos da história pretérita e recente. É, seguindo Gurvitch, compreender essa profunda imbricação entre “tempo histórico” e “tempo sociológico”⁶⁶. A fala dos aposentados não é só voz *pessoal do que foi* - marcas da precipitação, da insegurança, do temor de perder direitos, da desilusão com o trabalho, da insatisfação profissional -, mas *do hoje*, nas dificuldades financeiras, na busca de dominar o tempo - “dispor de maior liberdade quanto ao uso do tempo”, “da satisfação de dedicação maior à família e a si mesmo”; e *do amanhã* - “um olhar ainda de esperança” (C.M.T.B). É também voz de **temor** - “não existe nenhum sinal de que o

⁶⁵ No levantamento bibliográfico especialmente de teses, encontrei mais material na área de Psicologia Social, inclusive na própria UNICAMP.

⁶⁶ Gurvitch, G. : “... (Le temps historique) Le fait qu’il est déjà écoulé, qu’il est déjà accompli”, alors que le temps sociologique peut être le temps qui est train de se faire”. (1969:357)

mundo será melhor no futuro. Se tivesse vinte anos, não teria filhos” (CG); ou de **desafios** - “os filhos dos meus filhos já estarão mais preparados para resolver determinadas pendências, eles já conseguem trabalhar preconceitos...”(CPAV); ou ainda de **busca** de realização satisfatória em novas atividades. É colocá-lo pelas suas manifestações num tempo sempre presente - “...lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras “ (Santo Agostinho, Confissões, XI: 20), aceitando, por enquanto sem discussão, essa concepção de tempo como sempre presente.

Foi ouvindo os depoimentos, as observações, dos aposentados, que fomos construindo esse objeto de tese, mediante o conhecimento do próprio significado da aposentadoria, não como coisa teórica, mas vivenciada; pela amplitude dos temas e problemas; das relações intrincadas entre passado, presente e cotidiano. Mais do que uma fala para a tese, são atos de história que estão sendo pensados, expostos, ordenados, pela primeira vez, refletidos num contexto mais amplo do que o simples recordar entre amigos, de história vivida em lugares e contextos diferentes, que caracterizaram uma geração, um período da vida do país.

Entrevistador-entrevistado se encontram nesse espaço sem fim, que a memória costura e remenda, imagem tão forte, como nos transmitiu Virgínia Wolff. A memória não é esse passado perdido, insignificante. Foi o ontem e é o hoje, como também é esperança. Essa função social⁶⁷ da memória é resgate, é exposição de pedaços de vida, é encontro de si com os outros. São relatos na voz passada, como são na presente, como são votos para o futuro; são depoimentos da vida funcional, da vida familiar, das atividades políticas, da intimidade do ontem e do hoje. Os problemas individuais não são tão idiossincráticos, são expressões de vida social. Por isso, vão parecendo com outros, vão tomando corpo e espírito na semelhança e na individualidade do que se pode denominar representações de uma vida grupal, como aprendemos com Durkheim e Mannheim.⁶⁸

Como redigir, como colher dados, como formar um acervo, como ir além do que os olhos viam, os sentimentos sugeriam, de tal forma que não tivesse apenas

⁶⁷ Ver, em Le Goff, sobre o estado da memória “ora em retraimento, ora em transbordamento” (1994 : 426).

⁶⁸ Durkheim, E.(1970 : 33). Mannheim, K. (1972: 31)

a história de A,B,C, mas a história de cada um deles em todos eles?

Para a definição do universo da pesquisa, vimos a importância de ouvir pessoas de várias Instituições, de níveis funcionais diferentes, homens e mulheres, que estivessem ou não trabalhando naquele momento, tudo isso para uma ampla visão da vida dos aposentados.

Para a escolha dos entrevistados, estabelecemos alguns critérios mínimos – diversidade de instituição, de situação de trabalho, abrangência de homens e mulheres, técnicos de nível superior e de nível médio. Ouvimos sugestões de nomes, inclusive visitamos Associações de Servidores e o Sindicato dos Servidores Públicos. Os nomes foram surgindo, dentro dos critérios pré-estabelecidos, chegando a mais de 100, inclusive pessoas que moravam em outros estados.

Como, desde o início, optamos por uma entrevista qualitativa e, mais, premidos pelo tempo para a redação da tese, decidimos não ampliar o universo da pesquisa.

A primeira seleção ficou em torno de vinte aposentados. Na definição de tal universo, a idéia inicial era escolher apenas servidores de órgãos governamentais que tivessem um trabalho direto de políticas sociais. Todavia, três fatores conduziram para sua ampliação. Primeiro, como a grande maioria dos entrevistados está localizada no Estado de Pernambuco, a conjuntura apontou para a SUDENE, cujo papel no planejamento regional foi pioneiro e que no momento passava por uma crise, culminando na sua reformulação e extinção⁶⁹. Era preciso estar no presente! Segundo, nas primeiras entrevistas, a referência à disponibilidade⁷⁰ funcional, implantada pelo Governo Collor, foi tão forte e marcante que preferimos ampliar o leque de órgãos governamentais para poder apreender melhor essa problemática. E, por fim, nos casos mais recentes de aposentadoria no Governo Fernando Henrique Cardoso, com repercussão nos

⁶⁹ A SUDENE foi transformada em Agência de Desenvolvimento com o nome de ADENE, mas há um movimento feito por funcionários, governadores e políticos para retorno do nome antigo e de algumas de suas características anteriores.

⁷⁰ O que nos motivou, inclusive, a acalantar a esperança de poder reconstituir “o movimento contra a disponibilidade”, a partir dos depoimentos e de material a ser recolhido com os entrevistados. No entanto, como a memória escrita é desprezada, esta empreitada se tornou inviável.

estados e municípios, incluímos dois órgãos governamentais do Estado de Pernambuco, com o intuito de uma melhor compreensão comparativa.

Para colher mais dados sobre a experiência de vida do aposentado, consideramos apenas quem estivesse aposentado há mais de três anos. Claro que não deixa de ser um pressuposto arbitrário, pois, os significados da intensidade de uma duração não dependem da sua extensão. Na única entrevista com uma recém-aposentada, ela assim se expressou: “Ainda não deu para sentir que estou aposentada”. Porém, logo completa:

“O diferencial é que a rotina mudou. É bom não ter que ir ao mesmo local de trabalho todos os dias. Há, por outro lado, a necessidade de administrar o tempo, por exemplo, organizar o dia, para não ficar dispersa” (M.M.C, socióloga, aposentou-se em 2000, com 56 anos de idade e 28 de trabalho).

Não estamos diante de uma experiência que, mesmo recente, já carrega uma das principais problemáticas para o homem moderno? A da administração do tempo? Não se revela, aqui, a dúvida, a tensão existente na percepção entre um tempo já vivido e um tempo imaginário, do que será a aposentadoria? Ou, seguindo Ricoeur⁷¹, reflexão de um presente para um futuro, imposta por transformações pelas quais vem passando? Essas questões estão presentes em todas as entrevistas e serão analisadas em capítulos seguintes.

Nos primeiros contatos com os aposentados para as explicações necessárias sobre o objeto da tese e nos convite para a colaboração na pesquisa, de imediato surgia a palavra questionário, referência explícita a algo preciso ou talvez uma associação com uma técnica mais conhecida, mais divulgada. Mas por que não reconhecer logo o valor simbólico do questionário? À entrevista gravada não foram criados obstáculos, mas sempre se perguntava pelo questionário escrito. Não só como técnica de pesquisa, mas para efeito de comunicação com o aposentado, foi elaborado um roteiro com dezessete temas ou questões, batizadas de “questionário”, e que serviram tanto para os depoimentos escritos

⁷¹ Ricoeur, P. (1997).

como para os gravados⁷² (Anexo VI). Essas questões foram agrupadas em três blocos: primeiro, os antecedentes da aposentadoria; segundo, o desempenho do aposentado através de comportamentos, valores e organização do cotidiano; e por fim, um depoimento-avaliação sobre o passado e o presente pessoal, da Instituição, da sociedade local ou nacional.

As questões postas para a reflexão do entrevistado situaram-se no espectro da experiência à expectativa⁷³ de construção de uma nova organização ou etapa de sua vida, o que intitulamos de *Organização do Tempo na Vida do Aposentado*. Expectativa como projeto pensado, idealizado, planejado, do futuro, realizado ou não. A experiência traz as marcas da idade, do amadurecimento pessoal e profissional, constituindo-se numa base do passado; testemunho, referência, do presente; e projeção do futuro. Construir não é começar do zero: é prosseguimento e inovação; segurança e desafio. Essa trajetória, que se inicia com as expectativas, mesmo nebulosas, inseguras, caminha entre os embates do desejo pessoal e coletivo e as condições objetivas. Reconstruir esse caminho para trazê-lo do ontem ao hoje é o que será feito aqui.

Dessa forma, o universo da tese é composto por quarenta e nove depoimentos de aposentados públicos de onze Instituições, sendo doze através de depoimento pessoal por escrito e trinta e sete por entrevistas gravadas.

A idéia do depoimento escrito surgiu tanto da possibilidade de ampliar o universo da pesquisa por vários estados como, em alguns casos, por solicitação do próprio aposentado. Mas os fatores subjetivos nem sempre puderam ser controlados ou superados:

“Como está sendo difícil escrever, mexe muito; essas questões me levam longe. Não. Pensava que seria mais fácil sentar e escrever do que falar. Já comecei, mas não consigo terminar, ou melhor, prosseguir. Talvez seja só eu que esteja sentindo essa

⁷² Não faremos uma reflexão sobre as técnicas de história oral. Tomamos como fontes inspiradoras para a pesquisa alguns trabalhos publicados em Amado, Janaina (1998), Bourdieu, P. (1997), Bosi, Ecléa.(1979) Debert, G (1999) e Thompson, P. (1998) .

⁷³“O termo expectativa é amplo o bastante para incluir a esperança e o temor, o desejo e o querer, a preocupação, o cálculo racional, a curiosidade, em suma, todas as manifestações privadas ou comuns que visem ao futuro; como a experiência, a expectativa relativa ao futuro está escrita no presente; é o futuro-tornado-presente, voltado para o ainda não”. Ricoeur, P.(1997:361). Cf.também, Benjamin,W. (1985) e Brandão,C. (1998).

dificuldade - ou outras pessoas já se queixaram? Quem sabe se não é pela minha situação de não ter ainda resolvido a minha aposentadoria? Se você quiser poderei dar uma entrevista, talvez consiga me soltar, você pode ir ajudando pelas perguntas". (C.M.C.V, assistente social, aposentada desde 1995, com 51 anos de idade e 30 de serviço)

No dia 17 de julho de 2001, um outro aposentado telefona, um mês depois, para pedir desculpas por não ter ainda respondido o questionário :

- "Quando li as questões vi como fui jogado pela força para a aposentadoria. Não a queria. Você foi fundo. Confesso que tremi. Mas, espere que vou responder".
- Posso entrevistá-lo, se quiser.
- Não sei se ajudará, As dificuldades são outras."(J.C.R.R , advogado)".⁷⁴

Esses diálogos revelam uma dificuldade psicológica, para o curvar-se diante de uma situação. O ato de escrever, por ser mais íntimo, mais isolado, onde a intermediação entre o sujeito e a memória é uma folha de papel e uma caneta, não tolhe o pensamento, mas a sua manifestação é bloqueada pela emoção, pela dificuldade de revelar os fatos. A chave para o entendimento dessa dificuldade não está no ato em si da escrita, mas nas resoluções subjetivas com a própria situação. A entrevista oral, mesmo com intervalos de silêncio, com reticências para a exposição, ajuda a abrir caminhos.

Mas há um outro aspecto, especialmente quando comparado com a entrevista: o questionário escrito tende a ser mais objetivo, preso às próprias questões, o que de certa forma é compreensível, dado que não há interferência na concatenação entre uma idéia e um fato, uma insistência em esclarecer melhor tal ou qual ângulo: "talvez consiga me soltar, você pode ir ajudando pelas perguntas". (C.M.C.V.).

A entrevista⁷⁵ tem outro contexto, o que não significa dizer que as

⁷⁴ Como foram conversas telefônicas, e não gravadas, a reprodução não pode ser considerada totalmente fiel, mesmo quando anotava durante o telefonema. Estão aqui para revelar mais um momento e um espírito.

⁷⁵ Receíamos colocar aqui, de forma abrupta, a idéia de Bourdieu em assemelhar a entrevista "a uma forma de exercício espiritual", a "uma espécie de amor intelectual", mas dada a sua riqueza, preferimos compartilhá-la. Bourdieu,P.(1997:704)

dificuldades subjetivas para as respostas não tenham aparecido. Mas o ato de não estar só, de ter um co-participante, pode servir de estímulo, de interlocução, mesmo na condição mais de ouvinte.

Entrevistador-entrevistado, uma relação mais do que ouvinte-falante. São encontros em traços, lapsos, fugas, emoções: no falar, a sua manifestação pelo embargo da voz, pelo olhar sem destino, ora para o teto ora para o chão, a busca de um cúmplice ou de um apoio (qual a diferença?), o mexer frenético, o toque forte na mesa, a lágrima fina, o embaçar das lentes ou até o choro explodido, não permitem esconder os sentimentos do encontro com a própria história. Do lado de cá, o arrepio, o olhar fugitivo e o silêncio são formas escondidas, disfarçadas da cumplicidade; no ouvir o outro, a postura externa de impassividade, para não dizer imparcialidade, porém nem sempre seguida à risca, pois os óculos quase nunca escondem o que a lembrança emocionada extravasa.

Entrevistado-entrevistador, uma relação de compartilhamento, com propriedades diferentes: um, autor da fala, reconstrutor da história; o outro, ouvido, convidado a nela entrar por uma janela do pertencimento à mesma geração, por um sentimento comum pelo conhecimento do que está sendo dito; a fala é dirigida a um doutorando, mas, de igual forma, a um funcionário público aposentado. Nele não se deposita apenas confiança- desvendar a privacidade- mas esperança:

“Desejo, e tenho certeza que vai acontecer, que seu trabalho sirva para alertar as autoridades competentes para dar uma nova visão à questão do aposentado. Tenho esperança”. (F.L.P, assistente social, aposentado, aos 58 anos de idade, em 1991 e 36 de serviço).

Na amplitude do universo da pesquisa valem mais as semelhanças, o saber que o entrevistador viveu e vive angústias e sentimentos semelhantes, busca solução para problemas comuns. Para o entrevistado, o entrevistador é também lembrança pelos outros, viajando em estradas comuns, retas ou sinuosas, para chegar, pela comparação, à analogia, ao sentido do outro.

Assim, através desses depoimentos podemos compreender todo o significado que Paul Thompson atribui à história oral: “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso

alarga seu campo de ação (...) Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade” (Thompson,P.1998: 44).

Esta tese é o desejo de revelar, de forma esquemática, a história de cada um dos aposentados em todos eles, do “eu” e da coletividade. No recanto do lar ou do trabalho, fomos buscar, pela voz, pela letra, o que aparentemente estava disperso em cada um e encontramos o conjunto de uma categoria social: o aposentado do serviço público, que a fria grafia dos documentos oficiais preferem denominar de **inativo**⁷⁶.

Depois de uma entrevista com pouco mais de quatro horas de duração, ao sair, fui conduzido até à rua sob a recomendação de cuidados para não ser assaltado. Ao abrir a porta do carro, do outro lado da rua, fomos chamados e ouvimos, impassivos, uma voz forte, diferente daquela entonação reflexiva anterior que relembrava fatos, dava explicações, buscava justificativas, ensinava lições de História⁷⁷ - Nassau, Conde da Boa Vista, Frei Caneca, Revoluções Libertárias em Pernambuco - e de vida - passeava por Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Europa, para encontrar os holandeses, os temores da segunda guerra, as lembranças ruins do anti-comunismo e da apologia disfarçada ao fascismo, em que foi formada, a descoberta do holocausto e sua releitura da história, o trabalho precoce na preservação ambiental, a presença de Burle Marx⁷⁸, do seu ídolo, Celso Furtado. E hoje a aposentadoria com suas leituras e seu desejo de continuar trabalhando na arquitetura de almas - no reencontro com a Bíblia - e de espaços públicos :

“É muito importante essa sua tese. Você não sabe o bem que está fazendo aos aposentados. Eles precisam de uma história. Você conseguirá”.

⁷⁶ A grande maioria rejeita esse adjetivo. “Não me sinto inativa e me sinto mais livre para fazer o que durante tantos anos não tinha condições para fazer”. (G.M.T.A., pedagoga).

⁷⁷ “O Recife foi o berço das primícias das ciências e da arte brasileira. Pensa que São Paulo foi origem de alguma coisa ? Foi não. O trabalho que eles podem apresentar é o de Anchieta, que é um trabalho mínimo, junto do trabalho da equipe de Nassau. A equipe de Nassau fez obras, fez uma produção iconográfica que ninguém na América toda tem” (M.L.B., arquiteta)

⁷⁸ “Porque Pernambuco teve a felicidade de sediar a primeira fase da obra de Burle Marx aqui no Recife, entre 1934 e 1937”. (M.L.B.) A entrevistada faz referência ao primeiro jardim ecológico, construído na década de 30.

Precisar de uma história, certamente não no sentido de fazê-la, pois acabáramos de dialogar com quem a constrói, mas no sentido de lhe dar exposição, de trazê-la ordenadamente à luz. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’ “. (Benjamin,W.1985 : 229)

Serei eu o narrador ou seremos todos nós? Como preencher esses “agoras”, senão pela própria narração dos sujeitos que contam, interjeicionam-se, interrogam-se, esquecem, corrigem, lembram-se e falam de si, de si com os outros, dos outros com ele, sendo e/e o colega, o chefe, a instituição, a família, os amigos, ou o próprio tempo subjetivado, idealizado: o passado, o presente e o futuro. A sua experiência relatada “faz-lhe bem”, apesar das emoções, do sofrimento de lembrar e de dizer, tornando-o mais falante e mais rico em “experiência comunicável”, para fazer, aqui, um contraponto com o que Benjamin classificou como característica da “extinção da narração”:

“No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”. (Benjamin,W.1985:198).

E essa riqueza da narrativa só é possível na medida em que são “experiências intercambiáveis”: “Onde há experiência, no sentido próprio do termo, determinados conteúdos do passado individual entram em conjunção, na memória, com os do passado coletivo” (Benjamin, W. 1975: 38).

Esperamos que essa “faculdade de intercambiar experiências” (1985:198) ganhe vez e voz nesta tese, pela sua capacidade de “preencher e articular” (1975: 52), pelas experiências relatadas e intercambiáveis, **o tempo do aposentado**. Nesse sentido, somos também um narrador, pela síntese, pela articulação escrita, pela explicação, além das aparências: perguntar-narrar-ouvir-anotar são peças de uma escultura inacabada - sendo constantemente refeita -, inovadora e desafiante: a memória dos que fizeram e se refazem na história.

III. DEFINIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA : Posição e status do entrevistado

Organizar os relatos é também expor, mesmo que sob o anonimato, a posição, o status do conjunto dos entrevistados. Tornam-se eles conhecidos não só pela voz, mas pelo que o método denomina de indicadores: dados, números, posição.

O universo da pesquisa procura ter uma amplitude suficiente para se moldar uma idéia, um contexto, um relevo do que poderá definir-se como o **tempo do aposentado**.

Os quadros a seguir, elaborados a partir de uma Ficha de Identificação do Entrevistado –Anexo V –, situam os quarenta e nove aposentados através das instituições em que trabalharam⁷⁹, da posição funcional que ocuparam, do estado civil, do tempo de trabalho e da idade, por ocasião da aposentadoria e a de hoje.

As regras para a aposentadoria, de acordo com a legislação vigente na época e com as recentes alterações, são diferentes em termos de tempo para as mulheres e homens e para determinadas categoriais funcionais, como professores e juízes. Além do mais, em termos de análise do “emprego do tempo”, há, como veremos mais adiante, situações distintas vividas por homens ou mulheres. Não podemos ignorar que, historicamente, as oportunidades e acessos a bens culturais e materiais foram marcadamente desfavoráveis às mulheres:

“Na época em que comecei a trabalhar, a mulher estava começando a galgar postos, por isso me dediquei, pois já que queria fazer uma carreira e gostava do que fazia, por que não fazer bem feito? Eu cheguei a participar de reuniões onde eu era a única mulher do Brasil”.

⁷⁹ Anteriormente já explicamos os três critérios principais que contribuíram para a definição da abrangência da pesquisa. Nem sempre foi possível, por razões operacionais – telefones, localização pessoal etc - contatar funcionário de nível médio em todas as instituições escolhidas.

TABELA 3

Número de Entrevistados por Instituição, por Situação Funcional e por Sexo

Instituição	Total	Nível Médio	Nível Superior	Mulheres	Homens
INCRA	20	9	11	15	5
SUDENE	13	2	11	4	9
INSS	4	1	3	3	1
FUNAI	2		2	1	1
UFPB	2		2	1	1
UFPE	2		2	1	1
Secretaria de Educação –PE	2		2	2	
JUSTIÇA	1		1		1
IBAMA	1		1	1	
Ministério da Agricultura	1		1		1
Secretaria da Fazenda –PE	1		1		1
TOTAL	49	12	37	28	21

Fonte: Dados da Pesquisa

A situação funcional não acarreta nenhuma contingência ao uso do tempo e nem diferencia, na forma da Lei, técnicos de nível médio e superior. No entanto, para uma visão mais ampla sobre as representações do tempo, achamos conveniente ouvir tanto os servidores que desempenham atividades administrativas, como aqueles que exercem funções técnicas, o que espelha com mais fidedignidade o espectro técnico, social e hierárquico da Administração Pública. No decorrer das entrevistas e dadas as circunstâncias da crise econômica atual e da política salarial do Governo, os dois setores são afetados em escalas diferenciadas, influenciando a vida atual, as expectativas de uns e de outros.

O critério de estado civil não leva aqui em consideração a posição legal, mas a declarada pelos entrevistados. Para a organização do tempo na vida

quotidiana, as relações entre homens e mulheres, casados e solteiros, são importantes e revelam contextos culturais e históricos que precisam ser explicitados.

Sem querer adiantar nenhuma análise, apresentamos os depoimentos seguintes, como resposta à questão sobre as expectativas em relação à aposentadoria e que clareiam futuros caminhos interpretativos :

“ser literalmente dona de casa, cozinhar, lavar, passar, enfim, ter a rotina de um lar ...” (J.C.S, aposentou-se em 1991, com 38 anos de serviço e 50 de idade);

“vislumbrei a liberdade de produzir mais e me realizar com a produção” (B,G economista,aposentou-se em 1997, com 52 anos de idade e 33 de serviço)

TABELA 4

Estado Civil dos Aposentados

Instituição	Casado	Solteiro	Viúvo	Separado
INCRA	8	7	3	2
SUDENE	7	1	3	2
INSS	4			
FUNAI	2			
UFPB	1	1		
UFPE	1			1
Secretaria de Educação –PE	2			
JUSTIÇA	1			
IBAMA		1		
Ministério da Agricultura	1			
Secretaria da Fazenda –PE	1			
TOTAL	28	10	6	5

Fonte: Dados da Pesquisa

Dois outros tipos de dados foram levados em consideração: o tempo de

trabalho, por ocasião da aposentadoria e o da idade nesse mesmo momento, conforme observaremos nas Tabelas 5 e 6.

A grande maioria se aposenta com menos de 35 anos de serviço, o que permite um destaque especial para as aposentadorias proporcionais.

Sob a denominação genérica de tempo de serviço, escondem-se - não fizemos nenhuma distinção aqui - critérios diferentes para efeito da aposentadoria: há aposentados que se beneficiaram com a contagem dos anos de efetivo exercício de trabalho, a partir da assinatura do contrato; outros, pelo tempo de efetiva contribuição à Previdência Social; uns que incorporaram certas vantagens e até gratificação no ato da aposentadoria; outros não. Tanto num caso quanto noutro, o limite mínimo era de 30 anos para mulheres e 35 para os homens, excetuando-se as aposentadorias especiais, de professores, juizes de Direito, entre outras.

TABELA 5

TEMPO DE TRABALHO POR OCASIÃO DA APOSENTADORIA

	25 a 29 anos		30 a 34 anos		35 a 39		40 anos e mais	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Aposentada	09	32,14	17	60,71	02	7,14		
Aposentado	-		08	38,09	08	38,09	05	23,81
Total	09	18,36	25	51,01	10	20,40	05	10,20

Fonte: Dados da Pesquisa

Uma das características dos atuais aposentados do serviço público é a idade relativamente jovem, em plena fase de amadurecimento profissional, o que de fato poderá ser observando nos dados apresentados a seguir, na Tabela 6. No momento da aposentadoria, quarenta e três funcionários, ou seja, 87,75% tinham até cinquenta e nove anos de idade. Para ser mais preciso, é na faixa de idade compreendida entre 42 e 53 anos que estão trinta e cinco pessoas, sendo vinte e duas mulheres e treze homens. Enquanto quatro entrevistadas têm entre 42 e 43 anos, os homens se situam a partir dos 45 anos. Essa pequena diferença se justifica tempo necessário de serviço exigido: 25 anos para a aposentadoria proporcional e de 30 para a integral, se mulher, e de 30 e 35 anos, respectivamente, no caso dos homens. No nosso universo, três homens tinham 60 anos de idade e os outros três, respectivamente, 61, 63 e 66 anos. De acordo com o exposto, a idade média no momento da aposentadoria era de 50 (49,61 anos), para as mulheres, e de 54 (54,18 anos), para os homens, o que perfaz uma idade média de 51,7 anos.

TABELA 6

IDADE NO MOMENTO DA APOSENTADORIA

	42 a 50 anos		51 a 59 anos		60 a 66 anos	
	Número	%	Número	%	Número	%
Aposentada	16	57,14	12	42,86	-	-
Aposentado	04	19,05	11	52,38	06	28,57
Total	20	40,81	23	46,94	06	12,24

Fonte: Dados da Pesquisa

Os números citados acima nos dão um espelho de uma esdrúxula situação que tem caracterizado os órgãos públicos: de um lado, forçar praticamente a aposentadoria precoce de um grupo técnico em “pleno pique de produtividade, inclusive de maturidade profissional” (C.P.A.V, administrador, aposentou-se em 1995 com 46 anos de idade e 33 de serviço); e, de outro, dada a carência de técnicos qualificados, recontratar o aposentado.

Este diagnóstico já citado na entrevista de W.J.G, aqui aparece para outro órgão federal, com informações mais precisas:

“A FUNAI está constatando hoje que houve perda de qualidade de mão-de-obra. Ela está recontratando de alguma forma, através de consultoria ou de serviços prestados; ela tem um grande vazio profissional. Está com dificuldades de repor quadros e alguns projetos têm sido comprometidos pela ausência dessa mão-de-obra qualificada, que, em boa parte, perdeu. Se você conversar com os dirigentes da FUNAI vai constatar este depoimento” (C.P.A.V).

O chamado “desmonte” do serviço público está conduzindo-o não só a uma perda quantitativa, mas qualitativa, de funcionários e, conseqüentemente, dos próprios serviços prestados.

Buscando situar o ano da aposentadoria, constata-se que o processo teve início nos primeiros anos da década passada. O ano de 1991 pode ser considerado um marco, a “corrida” para a aposentadoria.

TABELA 7
ANO DA APOSENTADORIA

	APOSENTADOS	
	Número	%
Anterior a 1990	2	4,1
De 1991 a 1995	39	79,6
De 1996 a 1999	8	16,3
TOTAL	49	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Apenas em 1991, aposentaram-se vinte e um servidores. Esse ano é marcado por simbolismos: a reintegração dos “disponíveis” e a vigência da Lei nº 8.112. A maioria dos nossos entrevistados se concentram na segunda faixa, o que representa 79,16% do universo desse estudo. Aqui há uma diferenciação com os dados expostos na Tabela 1 do capítulo I, pois como vimos, o auge do conjunto das aposentadorias foi em 1998.

Essa Lei, que regulamenta os artigos constitucionais que tratam do funcionalismo público, institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Batizado de Regime Jurídico Único, porque unifica⁸⁰ os diversos regimes de contratação, estende aos funcionários celetistas (regidos pela CLT) os mesmos direitos e vantagens, concedidos aos estatutários como a remuneração integral, por ocasião da aposentadoria. Assim, os servidores, antes subordinados ao INSS, poderiam agora se aposentar com os vencimentos integrais :

“ Antes da Lei do Regime Jurídico Único no Serviço Público Federal, apavorava-me a idéia de aposentadoria, visto que regida à época pela CLT, ela representava redução salarial ” (J.C.S)

O ano de 1991 tem um significado fundamental de ordem subjetiva e política: as aposentadorias que aí se aceleram são decorrentes do efeito causado pela disponibilidade, situação de insegurança geral que se inicia em todo o serviço público, a partir de 1990. O aparato legal serve de meio para superá-la ou, em outros termos, dá-se o encontro da estrutura objetiva com as condições subjetivas.

E como último dado desse perfil, veremos que em 2001 apenas 20% dos funcionários aposentados – dez - integrarão o grupo da “terceira idade”, com privilégio nas filas de banco, supermercados, redução nos preços de espetáculos, cinemas etc, sendo considerados idosos, segundo a convenção pública estabelecida para os que têm acima de 65 anos de idade. Os demais constituem

⁸⁰ Um entrevistado nos explica a diferença entre estatutário e celetista: “o estatutário com dois anos criava estabilidade,o celetista com cinco anos; o servidor público tinha direito a quinquênio, a biênio; o celetista não tinha.Em compensação ele tinha direito ao décimo terceiro mês, a Fundo de Garantia; já o estatutário não tinha direito nem a Fundo de Garantia e nem a décimo terceiro. Foi Jango, em 1962, que institui o décimo terceiro para o servidor público.” (C.M.T.).

uma força de trabalho potencial, longe, portanto, de uma situação de “vestir o pijama”, se o protótipo antigo ainda vigorasse.

TABELA 8

FAIXA ETÁRIA DOS APOSENTADOS EM 2001

Faixa Etária	APOSENTADOS	
	Número	%
ATÉ 59	25	52,0
60-64	14	28,6
65-69	4	8,2
ACIMA DE 70	6	12,2
TOTAL	49	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Essa situação etária reflete-se na própria concepção sobre ser aposentado, ser idoso, na avaliação que se faz da aposentadoria e da velhice, manifestadas por um distanciamento, por um olhar de fora, de tal forma que, negando-se a si mesmo como idoso, não busca ainda se “beneficiar” das políticas para a terceira idade, especialmente as de cunho voluntário.

Por essa razão, 24 (45,83%) dos aposentados estão desenvolvendo atividades mais sistemáticas. Dos homens, seis estão trabalhando no Governo Federal - dois como professores universitários - dois na iniciativa privada e cinco em ONGs ou por conta própria. Das mulheres, onze desempenham atividades, sendo duas no Governo Federal, como assessoras, e nove em ONGs, sindicatos, previdência privada ou por conta própria, fazendo artesanato. Entre os que afirmam não trabalhar, muitos se dedicam ao trabalho voluntário de forma mais sistemática – nova forma de utilização do tempo livre -: “Colaboro com atividades de trabalhos manuais e bordados para a rede do câncer de minha cidade e de São Paulo” (M.T, geógrafa, aposentada desde 1991 aos 31 anos de serviço e 52 de idade.). Mas há

os que não fazem nada: “Cultivo um ócio despreocupado ” (S.N.R, professor universitário, aposentou-se em 1996 aos 52 anos de idade e 28,6 de serviço)

TABELA 9

APOSENTADOS QUE EXERCEM ATIVIDADES

Instituição	Trabalham		Não trabalham		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
INCRA	2	6	3	9	20
SUDENE	7	2	2	2	13
INSS	-	1	1	2	4
FUNAI	1	-	-	1	2
UFPB	-	1	1	-	2
UFPE	1	1	-	-	2
SEC. EDUCAÇÃO	-	-	-	2	2
TRIB. JUSTIÇA	1	-	-	-	1
IBAMA	-	-	-	1	1
MIN. AGRICULTURA	-	-	1	-	1
SEC. FAZENDA	1	-	-	-	1
TOTAL	13	11	8	17	49

Fonte: Dados da Pesquisa

Talvez não seja ainda o momento, mas cabe uma sinalização para o “não-trabalho”⁸¹, especialmente quando declarado pelas mulheres, pois continuam nas

⁸¹ Um dos aspectos da discussão sobre o tempo livre é que, apesar da idealização de uma possibilidade para um “salto qualitativo” de maior engajamento político, maior convivência social, há, segundo alguns, o contrário, o “fechamento” em casa, a subordinação à TV. Acompanhei essa discussão pelos jornais Le Monde de 07/02/2000: “La réduction du temps de travail profite plus à

“terceiras jornadas” ou a ampliaram com a guarda de netos, destinando boa parte do tempo para as atividades domésticas: “Dedico meu tempo aos afazeres domésticos, netos, compras” (J.C.S)

As letras da Lei, colocadas aqui, não trazem em si todo o contexto de apreensão, angustia, incerteza, geradas enquanto são propostas e debatidas. A vida nesse contexto só aparece nos depoimentos dos aposentados, no caso desta tese.

Assim, a entrevista expõe a reflexão, o falar, o sentir, o hoje e o ontem, e as expectativas para o novo futuro, como manifestações de sua realidade social e psicológica. Formando um conjunto contínuo de seu tempo social, não implicando linearidade e sendo vivenciado em períodos e ritmos distintos e diferentes, ou seja, em tempos múltiplos e descontínuos. História social que não é, por outro lado, só do aposentado, é dele em relações, contatos, ações, trocas, com outros em situações semelhantes, distintas e com temporalidades diferentes.

É nesse complexo universo que o aposentado, como cidadão, ser social, se realiza, se reconstrói no dia a dia. Trazer o passado para hoje, pelo olhar rememorativo, pelo rever, crítico ou não, e também pelo lapso, pelo corte/esquecimento na lembrança, é resgatar cada parte de sua vida, juntando esse passado, por assim dizer, numa revelação, na formação de uma identidade de ser aposentado. Na expressão de sua individualidade, moldam-se as marcas da categoria social à qual pertence: ontem, agrupado em espaços físicos e sociais bem definidos e preenchidos, que lhe garantiam a referência para onde ir, onde ficar, de onde sair; o que fazer, quando fazer, esses espaços revelavam sua identidade funcional, sua projeção, seu caminhar do jovem da família para o profissional, até a alienação da “minha repartição”, do “meu emprego”.

E nessa simbiose “topificada” está a sua apresentação: “sou fulano, agrônomo, engenheiro, assistente social, professor, sociólogo, contador, técnico de cadastro, procurador, administrador; do INCRA, da SUDENE, do INSS, do Ministério..., da Universidade, da Secretaria... Hoje sou passado: ” sou ex-...”; sou

presente : “sou avô/avó “, “estou, por enquanto..., até quando for possível...” :

“ – Olhe, a minha vida é... até hoje o pessoal diz V.M da *Instituição*, parece que já faz parte do meu nome, mas isso se limita aqui. Quando eu saio, eu tenho a minha vida, meus amigos, as minhas coisas”. (C.V.M.A, socióloga, aposentou-se em 1993 com 30 anos de serviço e 48 anos de idade.)

A continuidade está no pertencer à categoria social de ex-funcionário, de aposentado, para quem não há lugar próprio, específico; ele está no espaço de sua família, de seu novo emprego. O aposentado é “u-tópico”, no uso radical da palavra grega. E é nessa condição, onde lhe falta um chão firme, uma terra, um local para expor sua visibilidade social, que a cadência rítmica da vida do aposentado ganha significados de prazer: “dispor de um maior tempo livre”, “sensação de liberdade por não ter compromissos com horários”; mas também de medo, de incerteza: “(ter) atenção para não ficar fora dos acontecimentos”, “tinha medo de não ter lazer, ter ócio, medo de me sentir inútil para a sociedade”.(W.J.G)

Nessa trajetória o espaço enquadrava o tempo ou o tempo a ele se moldava, num tempo em busca de espaço.

A relação sociedade-cidadão-Estado aparece intermediada pelo Governo, ou mais propriamente, pelo Poder Executivo. Este se torna o sujeito, o ator e o interlocutor para quem o aposentado se referencia, se dirige e define sua movimentação, em função das decisões governamentais. A personificação de poder que a sociedade atribui ao Governo ou, mais precisamente, ao Presidente da República, faz com que as determinações mais amplas que levaram ou levam à modernização do Estado sejam minimizadas ou desconsideradas ou atribuídas exclusivamente a uma decisão presidencial.

A ênfase no respeito aos direitos adquiridos, o apelo à tradição no tratamento do servidor público, pode confinar a visão da questão ao importante fator salarial, ou seja, ao seu achatamento, a diminuição de seu valor de troca. O processo mais amplo de “minimização” do Estado, se assim podemos dizer, é reduzido pela pressão das políticas salarial e previdenciária, mesmo que, para efeito de crítica e de rejeição, seja inserido no conjunto da política governamental.

Essa sobredeterminação do comportamento do aposentado, relativamente à política previdenciária, gera expectativas, muitas vezes alimentadas por advogados, de que um simples aumento salarial, a garantia nominal de direitos possam ser concretizados de imediato ou em curto prazo, independente da posição do país na ordem econômica internacional, da política conjuntural e da composição das forças políticas no Poder. Ao ressaltar esse aspecto, não estamos ignorando ou desprezando o momento presente da vida do aposentado e nem a possibilidade de mudança, de alteração do modelo econômico e político do Estado. Pelo contrário, é na compreensão de uma visão mais ampla da complexidade do problema que voltamos à análise das entrevistas, buscando apreender a conflitiva relação entre Governo e aposentado.

Entendemos que o comportamento do aposentado se organiza pela “experiência cotidiana, da vida individual e da vida institucional” (Giddens, A.1989 : 28).

O primeiro situa-se num universo definido pela posição funcional, onde o *aposentado comporta-se mais como um ainda funcionário*. Assim, nesse primeiro caso, as relações “funcionário”/aposentado-Estado/Governo, este, pelos seus atos (Leis, Decretos, Emendas, Medidas Provisórias) e por suas falas e gestos, é responsabilizado pela insegurança funcional, pela precariedade salarial e pela desqualificação do serviço e do funcionário público, conduzindo-o, portanto, à desmotivação, ao temor, à aposentadoria apressada, sem preparação. É o “funcionário” na voz do aposentado.

No segundo tipo de relação, o aposentado/“funcionário”-Estado/Governo reclama do achatamento salarial, das ameaças aos direitos garantidos como, por exemplo, o pagamento da contribuição previdenciária e do desligamento do aposentado dos benefícios concedidos ao ativo⁸².

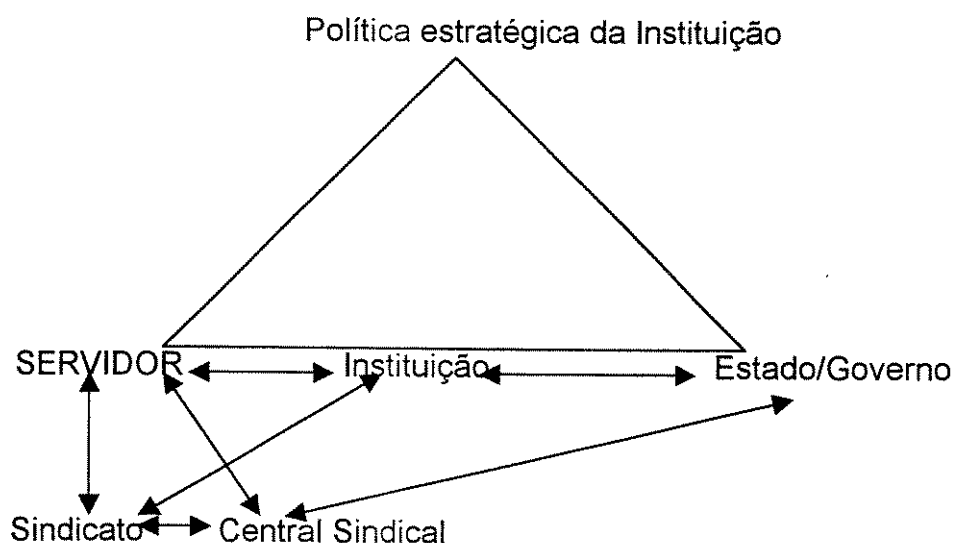
É esta singularidade que faz do aposentado um ser mais do presente do que do passado. Ele não deixa de ser funcionário público, está inativo. A condição

⁸² Parágrafo Único do art.189, da Lei 8.112, de 11/12/1990 : “São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria”.

de aposentado pode, inclusive, ser revertida, em determinadas situações e sob certas condições, conforme previsto no art. 25º, da Lei nº 8.112 e alterado pela Medida Provisória 1.964-31/2000, que trata Da Reversão⁸³, ou seja, do retorno às atividades, deixando o servidor de ser aposentado.

Se pudéssemos exprimir graficamente essas relações, “funcionário” aposentado-Estado/Governo, elas contemplariam, no primeiro momento, a intermediação da Instituição a que aquele está vinculado.

GRÁFICO II



A instituição é tomada como espaço da realização da “tecnoesfera e da psicoesfera”⁸⁴, determinados pelo Estado, utilizando aqui essa nova visão de espaço do geógrafo Milton Santos. Embora não seja este o momento adequado, mas seguindo rigorosamente o significado imposto por esses termos, poderíamos propor uma análise da modernização do aparelho administrativo do Estado por meio desse processo de predominância da tecnoesfera, apoiando-se,

⁸³ A Reversão só acontece quando o servidor tenha sido aposentado por invalidez ou espontaneamente até cinco anos após a aposentadoria. O pedido de reversão obedece a critérios de interesse da administração, não sendo automaticamente aceita. O inciso 4º diz: “O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria”.

⁸⁴ (Santos, Milton. 1997 : 32)

para efeito mobilizador e aglutinador, na utilização da psicoesfera. A tecnificação das repartições públicas, sobretudo pela informatização, vai se impondo como regra, acarretando uma qualificação diferenciada de seus quadros e uma forma também diferenciada da gestão pública. As Escolas de Governo, responsáveis pela psicoesfera, buscam ser esse novo intelectual de uma administração nacional e globalizada, lembrando Gramsci.

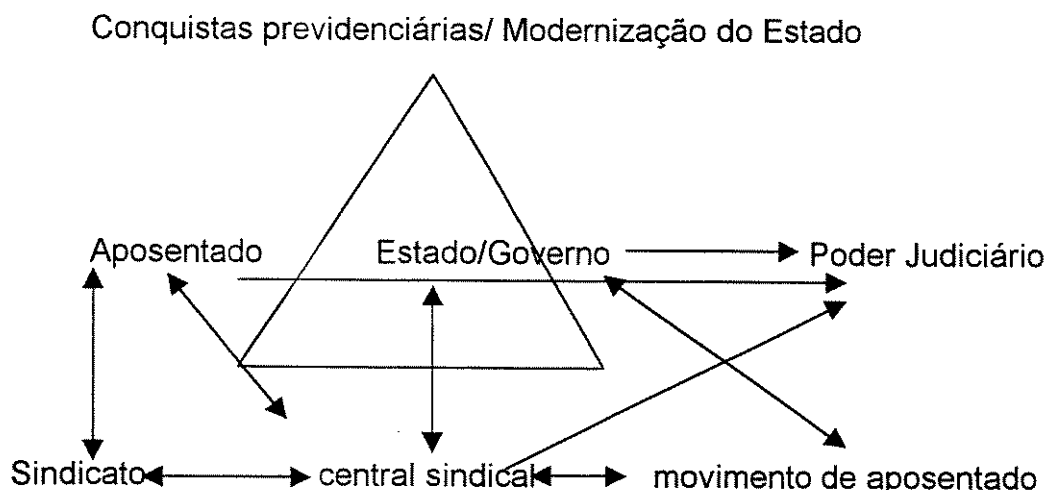
A Instituição, ou Órgão de origem no jargão administrativo, desempenha o papel de *amortecedor* nessa relação, pois quaisquer medidas restritivas ao servidor são por este recebidas como restrições às legítimas e necessárias funções para as quais foi criada e constituída a Instituição. Há, conseqüentemente, uma identificação do servidor com a instituição, seja como razão de ser da sua própria condição social de trabalho, seja como mecanismo político no jogo de interesses entre instituição/servidor/Estado. E, como em toda ação de identificação, na luta política os aspectos gerais são privilegiados, há uma minimização da relação instituição/servidor que passa, por exemplo, pelo cumprimento do horário de trabalho, pela produtividade e pela própria aceitação da política estratégica do Órgão.

O papel das associações de servidores e do sindicato é triplo, não significando decisivo. Triplo, porque, como órgão de representação, tem uma ação direta junto aos funcionários, unindo-os em torno de um objetivo comum, dando-lhes uma estratégia política e uma orientação política e ideológica, além de assistência jurídica. Atua, como representação, junto à Direção da Instituição, em nome de um coletivo. E nessa mesma posição, mas através da Federação, da Confederação, relaciona-se com o Governo, como movimento de pressão, de reivindicação. De qualquer forma, a posição diante de um interlocutor com poder e força diferentes, universaliza a ação política, amplia um campo de luta ideológica, dando novos contornos às reivindicações, colocando-as num espaço mais diversificado, o do próprio modelo de planejamento da sociedade.

Aqui há uma relação mais direta com o Estado/Governo, pelo menos em termos de representação, de diálogo e de reivindicação, ficando o Órgão de origem funcional como uma retaguarda de referência. Essa relação expressa

posições contestatórias à política previdenciária, por parte dos aposentados, e defesa do modelo de modernização, por parte do Governo.

GRÁFICO III



O espaço e o tempo do aposentado não são mais os determinados pela tecnoesfera da administração pública, não se podendo dizer o mesmo da psicoesfera, responsável pela justificação dos atos governamentais, voltados para a modernização do sistema previdenciário. Por isso, o lugar de trabalho perde terreno, para ser substituído por uma relação universal do aposentado com o Governo. Em outros termos, a intermediação muda de lugar e de discurso, passando a ser feita por associações, sindicatos, confederações, movimentos e até pela tentativa de constituição de um partido político próprio⁸⁵, o que alargaria, com outro significado, o espaço de ação, de visibilidade.

Mas mobilização que não descuidará, como antes, de uma relação com a Justiça, hoje, um meio fundamental para garantia de direitos e conquistas. Espaço de aposentados, sob denominações variadas, assemelha-se ao hall de um Tribunal de Justiça com tantas petições, resoluções, liminares, avisos pregados

⁸⁵ A conferir pelo desempenho eleitoral, o Partido dos Aposentados não ganhou ainda a confiança, a legitimidade e a representatividade da categoria.

em quadros e paredes. Observa-se, também, a presença de um advogado, normalmente colegas ex-procurador ou ex-assessor jurídico, em atendimento a um grupo dando entrada a novos processos.

A resposta do Estado é global, pois no discurso e na prática governamental é dito e feito que as medidas econômicas e sociais para o aposentado não estão excluídas das demais políticas econômicas e sociais e até mesmo do modelo de sociedade, desejado pelas forças no Poder. Dessa forma, há uma manipulação ideológica, identificando o desenvolvimento do País com as reformas governamentais e colocando no pólo oposto as garantias dos aposentados, como inviabilizadoras de qualquer modernização. Assim, não basta propor a extinção dessas garantias, mas é preciso transformá-las em moeda nas relações com os movimentos grevistas, quando é apresentada, muitas vezes, a impossibilidade de atendimento de suas reivindicações.

Há, por assim dizer, uma única dimensão na relação aposentado/Governo pela garantia dos direitos adquiridos para a aposentadoria. Nesse caso, é em outro espaço, o da sociedade mais ampla, podendo encontrar-se na categoria dos aposentados como um todo.

A relação “funcionário” aposentado pode parecer contraditória, pois eles estão em espaços diferentes, posição social distinta e responsabilidades funcionais radicalmente diferentes. No entanto, quem os une ou, retomando a classificação esboçada acima, quem faz o aposentado um “ainda funcionário” são os resquícios de direitos, de vantagens não resolvidas, em tramitação na Justiça ou esperando o seu cumprimento pelo Governo, como, por exemplo, os casos do Plano Cruzado, Plano Bresser, correção do FGTS ou de processos administrativos para extensão dos direitos dos servidores da ativa aos aposentados. Nesse sentido, ambas as categorias participam de um mesmo universo de relação com a instituição de origem e com o Governo Federal.

É esse referencial maior que nos conduz a apreender o “habitus social” do aposentado, tomando emprestado o conceito de Norbert Elias⁸⁶, para analisar

⁸⁶ “Esse habitus, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua

como aquele concebe, vivencia essa posição social e quais as repercussões em suas vidas familiares, afetivas, nas suas amizades e nas relações com o Estado e com a sociedade. *Habitus* social composto, portanto, por um “estilo individual”, por uma “linguagem comum”, por uma “filiação a determinado grupo social”, de quem é portador do “*habitus* de um grupo”, e pela formação da “identidade eu-nós” (Elias,N.1994:150/151). A relação aposentado/sociedade/Estado estabelece-se não no sentido de “objetos distintos”, mas num processo de “desenvolvimento social orientado pelos fatos”(Op.cit.:145).

O que queremos dizer, servindo-nos de Elias, é que, embora considere a individualidade do aposentado, nela não nos fecharemos, pois ele é integrador de um grupo social específico ou, numa terminologia mais concisa, de uma categoria social, na qual está e nela se movimenta através de graus diferenciados de identificação, de participação.Tomado em sua totalidade, como *categoria social*, poderemos apenas identificar os seus elementos formadores; como *grupo social* específico, é através de fatos e de movimentos que encontraremos suas relações primárias ou secundárias, numa referência à velha terminologia da Sociologia dos grupos sociais.

Não há pretensão ao dizer que o aposentado é tal e qual, mas, partindo de seus depoimentos, visualizar características comuns e universais que configurem o servidor público aposentado em um dado momento.

CAPÍTULO 2

DA INCERTEZA À INSEGURANÇA : significado da disponibilidade

I. “Ele não sabe quem eu sou...”

Em 1990, reunidos para ouvir a relação dos colocados em disponibilidade pelo presidente Fernando Collor, um servidor administrativo, motorista, ao ouvir o seu nome ali incluído, exclama “Ele não sabe quem eu sou, como pode me colocar em disponibilidade?”⁸⁷. Na singeleza dessa reação ao poder do Presidente da República, indagando-se como poderia ser julgado por alguém que não o conhecia, revela-se a perplexidade dos funcionários públicos, acusados de desnecessários, diante de uma nova situação funcional e social, desestabilizando-se certezas, garantias e confianças.

De fato, e seguindo os passos de Norbert Elias, revela-se, aqui, e numa perspectiva mais ampla, o sentimento de quebra da estrutura básica de conhecimento – autoconsciência e imagem dos outros: “Quando essa estrutura é questionada, nossa segurança sofre uma ameaça. O que era certo se torna incerto” (Elias, N. 1994: 81). No nosso caso, a orientação de interpretação da conjuntura sob análise está em encontrar na relação de confiança um dos componentes básicos da vida institucional. Confiança que se compõe tanto de pressupostos, como lealdade, imparcialidade (subjetividade), quanto de meios reais de concretização, como regras e normas, instrumentos e meios de trabalho (objetividade).

A expectativa do cumprimento dos padrões culturais e das projeções de uma conduta e de uma vida no futuro, sedimentada nas regras até então estabelecidas e pelas quais ingressaram no serviço público, balizadoras das atitudes, dos comportamentos e dos valores, consolidada pela socialização e

⁸⁷ Essa afirmativa foi colhida durante entrevista com uma aposentada, que se lembrou emocionada daquela declaração.

pelas normas e convenções administrativas, começa a desmoronar, abalando a estrutura de confiança, portanto, de previsibilidade, que garante a integração entre “objetivos culturais e normas reguladoras”, elementos constitutivos das “estruturas sociais e culturais”, relembrando, aqui, os ensinamentos de Merton⁸⁸. Ou seja, de agora em diante, o desempenho dos papéis sociais e funcionais atinge a integração das relações institucionais e de convivência social como valores e condutas pessoais e sociais: “A disponibilidade fragilizou a relação funcionário e órgão de trabalho” (C.M.M.P, aposentada desde 1991, com 25 anos de serviço e 52 de idade).

A partir de então, o comportamento social do servidor público desenvolve-se nos campos da incerteza e da insegurança.

⁸⁸ Merton, R. Sociologia : teoria e estrutura : (1970: 205)

A angústia da espera: não ter perspectiva

“Antes de sair o listão, no trabalho a gente ficava sofrendo, a gente se juntava para conversar e ficava sofrendo com isso, porque ninguém sabia se para quem ficasse ia ser ruim e para quem saísse ia ser pior ainda. Então, não tinha perspectiva, todo mundo sofreu. Tive muito receio, porque antes da leitura do listão a expectativa foi demais para todo mundo; foi doloroso, todo mundo, noites e noites de sono, pensando: nessa disponibilidade quem é que sai, qual o resultado disso? Poderia ser uma dispensa ou, como o pessoal falava muito, uma redução de salário, foi tanta coisa que...” (M.M.J. técnica de nível médio, aposentou-se em 1991, com 43 anos de idade e 27 de serviço).

Há vários tipos de espera, como, por exemplo, a que dá prazer, segurança, que alimenta sonhos e acalanta horizontes - mesmo os mais longínquos -; a que abre caminhos, impulsionando as ações do presente para construção do futuro⁸⁹. Mas há também a espera do medo, do terror, da incerteza, da angústia, do pesadelo, que bloqueia, paralisa ou restringe no tempo e no espaço a capacidade de ação e reação.

Ambas estão nas práticas cotidianas, como idéia, como valor, como possibilidade e como concretização. É bem provável que, assoberbados pelas tarefas e encargos, poucos possam se dar conta de que, além de uma atitude subjetiva, individual, a espera é a expressão de uma relação social – “...a espera é uma das maneiras privilegiadas de experimentar o poder e o vínculo entre o tempo e o poder (Bourdieu, P. 2001:279) -, que abrange e influencia a vida afetiva, profissional, social, administrativa; de distinção entre quem espera, de quem se espera e o que se espera e que se realiza em espaços e tempos específicos.

Em cada um desses campos - afetivo, administrativo, profissional etc - se exerce a influência do poder e da posição social. Numa relação administrativa, por exemplo, esperar além de um limite condicionado pelas próprias normas pode significar falta de prestígio. Ao se solicitar urgência, acompanhada de uma

⁸⁹ Na 1ª Parte desta tese, na abordagem sobre o tempo religioso, procuramos mostrar como a esperança é o elemento chave na concepção e nas atitudes temporais. Esperar, do latim sperare, pode significar esperança, aguardar, contar com, presumir. Não se trata de um verbo qualquer, mas precisamente de um que se coaduna com a perspectiva metodológica que estamos adotando.

“recomendação” (política, familiar, de amigos), não se estar explicitando uma posição social privilegiada, merecedora de maior atenção e em detrimento de outros? O tempo, como expressão de prestígio, de poder.

Significa também poder de decisão – agir dentro de prazos normais, agilização ou retenção – sobre quem espera a resposta. É esse jogo, ou melhor, é a capacidade de nele participar, que confere ao funcionário público uma influência, um poder, ou, na direção de Foucault, um micro-poder. Se uma das características do funcionário público é ter a capacidade de decisão, pois lida diariamente com demandas – administrativas, técnicas, jurídicas – é por ela que ele é julgado e avaliado na sociedade ou nos grupos sociais que lhe são mais próximos. A expressão burocrata não traz justamente essa pecha negativa de uma protelação, de um emaranhado de exigências, que prolonga o tempo da demanda e complica o tempo do demandante?

A espera requer uma justificativa, um objetivo; os meios e suas conseqüências. Ela não é algo dado; como relação social, é construída e refeita.

“ era o medo de perder o emprego, porque se você fosse colocado em disponibilidade, só ia ganhar a metade do salário, aquela confusão, aquele terrorismo todinho”. (S.J., assistente administrativo, aposentou-se com 45 anos de idade e 33 de serviço em 1991).

Várias questões foram sendo constituídas, desde os primeiros anúncios até a sua concretização: o que é disponibilidade, como se efetivará, quais os critérios que serão adotados, qual a sua duração e, a mais angustiante de todas: “Serei eu incluído?”, o que vale dizer, por que eu, por que não fulano, sicrano, ou por que alguém?

Em uma situação em que as informações necessárias não eram transmitidas e não havia abertura para a discussão nos centros de decisão, essa situação só poderia ser caracterizada como de bloqueio, de impotência, aumentando o clima de incerteza, sinalizando, de certa forma, para o outro pólo do campo de ação, isto é, as contra-ações, que iam do imobilismo (passividade) às revoltas. Imobilismo individual, que buscava amparo na inação como possível recompensa para não ser punido. Entregues cada vez mais à sanha da mídia,

ficam os servidores públicos à mercê de decisões que emanam de cima, sob critérios ignorados. O controle da espera se exerce pelo controle das informações e essas eram mercadorias escassas, cujo vácuo era preenchido pelos boatos, pelo temor.

Quando as regras não são claras, quando os mecanismos de participação são inexistentes ou bloqueados, tem lugar a ampliação do campo da incerteza, permitindo que a dúvida, a imaginação, o desespero, e por outra parte, a desconfiança, as intrigas, as pressões políticas e psicológicas preencham o espaço das relações de convivência social :

“Aquele história que ia todo mundo estar em disponibilidade, ia ser demitido, aquele terrorismo todo, ninguém sabia de fato nada a respeito”. “A gente esperava aquela relação, relação hoje, relação amanhã. Eu acho que já vivia aposentado compulsoriamente, assim, eu vivia dentro do órgão vagando, sem ter o que fazer”. (S.J.).

Incerteza que afeta vários aspectos da conduta social, a própria vida institucional e a vida funcional. No relato precedente, dois aspectos merecem destaque: primeiro, *sem saber o que fazer* exprime muito bem a paralisia que toma conta de todo o serviço público, pelo próprio clima de tensão, não oferecendo oportunidades objetivas para o desempenho das funções administrativas — “aquele terrorismo”, “relação hoje, relação amanhã” -; e com igual força, pela impossibilidade subjetiva, emocional, racional por parte de cada servidor — “ia ser demitido” —, cuja atitude de negar-se a trabalhar ou de diminuir o ritmo das atividades expressa revolta, protesto.

Segundo, o “*sem ter o que fazer*”, o vagar improdutivamente, assemelha-se à aposentadoria: ausentar-se, estar fora do órgão, sem espaço, sem função. Ambigüidade entre o ser e o estar funcionário, certamente dimensionada pelo aspecto espacial, de estar fisicamente na repartição; e pelo aspecto funcional do “sendo ainda”. Não era uma aposentadoria desejada, requerida, mas imposta por uma relação de força: *compulsoriamente*. Por isso, não se enquadrava no universo dos valores e dos mecanismos institucionais pactuados, pelo contrato de trabalho. Esse sentimento de “ter sido forçado”, “ser conduzido”, presente em vários depoimentos, - “Vi como fui jogado à força para a aposentadoria “. (R.J.C.R) -

se constitui num elemento chave, que a partir de então balizará toda atitude e toda ação do servidor, em relação ao Governo, ao Estado, determinando as atitudes recentes para a aposentadoria.

O sofrimento pela espera da lista, com nomes e matrículas de servidores a ser colocados em disponibilidade, se volta para quem deveria elaborá-la e reveste-se de dimensão política, porquanto com caráter de decisão sobre alguém, sobre categorias funcionais e profissionais.

Esse estado de incerteza faz circular informações que apontam para vários tipos de decisão e de reversão, sob efeito de pressões políticas ou de outra natureza. Se essas informações não estão baseadas em dados oficiais, não podem ser, contudo, invalidadas, pois se reportam a fatos concretos, de onde são tiradas ilações de caráter mais geral, porém não menos consistentes. São leituras de momentos de uma realidade, gravadas pelos sentimentos de vivência social, como aprendemos, sobre as representações desde Durkheim⁹⁰.

No caso do INCRA, duas categorias profissionais e funcionais foram as mais atingidas: sociólogos⁹¹ e procuradores. O INCRA era subordinado ao Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária. Conta-se que o Ministro da época teria perguntado para que serviriam os sociólogos, determinando em seqüência que todos fossem incluídos na lista. Quanto aos procuradores, atribui-se a interesses contrariados por pareceres jurídicos. Se os fatos ocorreram de acordo com as informações, no INCRA, só uma socióloga, por ter completado o tempo exigido para a aposentadoria ou por estar à disposição de outro Órgão, não foi colocada em disponibilidade; todos os demais sofreram a punição⁹² :

⁹⁰ Para ficar limitado ao que foi indicado na 1ª Parte da Tese, reportamo-nos às obras de Durkheim, E indicadas na bibliografia final..

⁹¹ Há divergências sobre o número de sociólogos atingidos pela disponibilidade. A versão predominante é que apenas um, entre todos, teria sido poupado, e a razão para isso vai desde a que vemos aqui transcrita, como por ter atingido o tempo de aposentadoria ou por estar cedida a outro Órgão. A outra versão é que em cada Superintendência Regional, que é por Estado, teria ficado um sociólogo. Essa versão, a conferir pelas informações obtidas em três Superintendências Regionais, parece ser a mais correta. Quanto aos critérios, a incógnita persiste. Consultamos as listas publicadas no Diário Oficial, porém não trazem as identificações funcionais por Estado. Outra maneira para obter uma posição definitiva seria consultar o INCRA nacional, mas desconsideramos a possibilidade.

⁹² Essas informações foram colhidas junto a funcionários do INCRA - ativos e aposentados, colocados ou não em disponibilidade -.

“No caso específico de sociólogos, nós ficamos sabendo em Brasília, que o Ministro Cabrera (...) olhou para a lista do INCRA e disse: ‘quantos sociólogos’ ! E perguntou : “O que sociólogo faz” ? Ninguém sabia dizer , porque só tinha “búfalos” perto dele, ninguém disse nada. Aí ele disse: ‘Laça boi, não; ordenha vaca, não; cria búfalo, não; pula porteira, não. Então bota todo mundo em disponibilidade””.

“No INCRA só uma não ficou, mais de 50 sociólogos, em nível de Brasil. Essa que ficou, acho que foi erro da máquina de escrever”.

P -Mas, segundo dizem, é porque já tinha passado o tempo da aposentadoria .

R - Não sei...

P – Essa notícia, esse boato sobre a história do Ministro, que circulou no país inteiro, você sabe como surgiu isso, foi alguém que disse a vocês?

R – Foi alguém que disse. Isso nós soubemos no Gabinete dele.

P - No Gabinete do Ministro ?!

R -No Gabinete dele, no Gabinete do Ministro ... Estávamos lá eu, fulano, sicrano..., era um grupo, eles achavam que tinha muitos sociólogos no INCRA, pelos menos era essa avaliação que diziam para a gente. A gente soube lá e isso se espalhou no Brasil inteiro. Eu tenho certeza que esse boato tem um fundo muito grande de verdade”.⁹³ (C.V.A, socióloga ,aposentou-se em 1993, com 30 anos de serviço e 46 de idade)

Esse depoimento é de uma participante ativa do movimento dos funcionários públicos, mas temos outro, com menos detalhes de informações, sobretudo ligadas às autoridades, tão forte quanto o anterior, pelo sentimento externado e pela interpretação da realidade :

⁹³ A entrevistada, socióloga, integrou uma comitiva nacional de servidores do INCRA que foi a Brasília discutir a disponibilidade.

“P- Houve algum fato histórico nessa época que a levou a se aposentar ou só a questão da sra. sua mãe ?

R – Antes houve sim. Fiquei um pouco desgostosa com aquela história do plano Collor, da disponibilidade de muita gente, aquilo mexeu muito com a gente, com nossos colegas, porque os sociólogos, na maioria, ficaram em disponibilidade (...)” “No INCRA, o sociólogo foi o mais atingido. Foi toda a categoria, mas, para o sr. ver, dos técnicos em cadastro que eu saiba, não saiu ninguém. Todos ficaram. Saíram as outras pessoas, os mais de frente.” (M.M.J)

Na SUDENE, a disponibilidade foi vista como perseguição política:

“Na época estávamos em campanha para Lula contra Collor e passada a eleição, fomos surpreendidos com uma tal de disponibilidade e, coincidentemente, estavam nela quase todas as pessoas que participaram da luta, na militância em favor de Lula e ligadas à Associação” (N.Z.F., arquiteta, aposentada desde 1991 aos 51 anos de idade e 32 de serviço).

As informações anteriores à edição do Decreto Presidencial eram sobretudo “moedas” do “disse-me-disse”, das indisposições entre colegas, das intrigas departamentais, das demonstrações de “prestígio”, pelo acesso a “fontes seguras”, ao “vi seu nome”, ao “ouvi dizer que você estava...”, procedimentos tão corriqueiros na vida em grupo, mas cujo elemento comum em todas elas era a falta de certezas: “Ninguém sabe de fato nada a respeito”. (S.J.)

Esses primeiros depoimentos são bastante claros para mostrar como as relações sociais dos funcionários públicos no campo da disponibilidade foram sendo formadas e estruturadas nas suposições generalizadas sobre os critérios de elaboração das listas, constituídos antes e ex-post a publicação, certamente circuladas pela “rádio corredor”⁹⁴ e reproduzidos até hoje, formando o que se poderá denominar como o *imaginário da disponibilidade*, portanto, campo específico da vida funcional e social do servidor público, ou em outros termos, como uma temporalização significativa e significadora.

II. EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

⁹⁴ Expressão muito comum no serviço público para substituir o termo fofoca e a não identificação do autor.

Importa entender o desenrolar desse processo que se caracteriza por uma intensa disputa de influência política, de posição social, de mistério. Passados onze anos⁹⁵, persiste uma grande dúvida, misto de curiosidade, de raiva, de revolta, para saber quem forneceu os nomes, atribuindo-se ora a tal setor ou diretorias, ora a técnicos (colegas) e chefias. Da mesma forma, em relação a critérios, se é houve, como foram estabelecidos, se cumpridos, se alterados.

Transcreveremos partes de cinco depoimentos muito enriquecedores para a análise.

Depoimento de C.M.P.T.

P - Quando chegou a lista dos disponíveis, vocês tiveram conhecimento de como ela foi feita ?

R -Eu fiquei sabendo por telefone. O *Presidente da Instituição*, na época, era meu amigo e me telefonou dizendo:” Você, fulano e sicrano foram postos em disponibilidade“. Perguntei: que critério foi utilizado para essa disponibilidade? Normalmente se põe um indivíduo em disponibilidade,quando ele não é correto, quando o indivíduo tem falta. Alguns casos foram assim, mas o meu caso específico e de outros colegas, pessoas super honestas, corretas, gostavam do que faziam, então, por quê? Inclusive, fui pessoalmente ter uma conversa com ele e disse : quero saber que critérios foram adotados. Ele ficou com mais, mais, sem saber responder :” Infelizmente no seu caso eu não sei. Do seu e de alguns dos seus colegas, eu não sei, vocês são pessoas que merecem todo nosso respeito e nosso crédito”.

- Que critério foi esse?

- “O governo quer que ponha em disponibilidade, aqui em Pernambuco, pelo menos 30% dos funcionários da ativa que tenham tempo para a aposentadoria ou por outro critério, que achei que deveria ser o principal e não foi,

⁹⁵ É impressionante que em qualquer Estado, com qualquer funcionário público que se converse sobre a disponibilidade há uma rede comum de informações sobre os critérios, sobre quem decidiu, reproduzindo ainda as mesmas informações, e para cada uma há um caso exemplar a testemunhar.

peessoas que tinham bastante faltas, que vivem de licença médica direto, pois funcionário público gosta muito de uma licença médica. No seu caso, você não tem falta nem licença, e no dos seus colegas que têm mais de 35 anos de serviço. Eu mesmo não sei dizer a você qual foi o critério”

- Eu falei, se mesmo o *Presidente*, o secretário, não sabem, como posso eu saber?

P - Você falou que foi o *Presidente* da Instituição que lhe telefonou...

R - Porque era meu amigo e quando viu meu nome ficou surpreso.

P – Você acha que foi mais pela amizade ou pelo conceito que ele tinha sobre seu trabalho ?

R – Acho que foi pelo conceito que ele tinha do meu trabalho, que eu era uma pessoa responsável, tudo que era reunião ele me chamava, me indicava para fazer trabalho extra etc

P – Você falou que se fossem as pessoas que tinham muitas faltas,viviam de licença médica era justo.Qual a idéia que você tem da disponibilidade ?

R - Caracteriza-se por isso, pessoas faltosas de um modo geral. O critério da disponibilidade é esse. Na época de Collor, que fazia uma redução dos serviços públicos.

P – Você fala de uma meta que tinha de ser cumprida em Pernambuco. Você acha que houve reuniões de outros órgãos para chegar a essa meta?

R - Segundo ele, houve uma meta para cada instituição. Cada instituição - Previdência, INCRA, SUDENE e outros órgãos do governo federal - tinha sua meta de disponibilidade.

P – E do ponto de vista das instituições em geral, como foi a chegada dessa notícia?

R - Foi uma revolução negativa,quando chegou o ofício com o nome das pessoas para ser postas em disponibilidade,além da ameaça de, não atingindo aquele percentual, teriam que movimentar mais pessoas. O primeiro critério era

considerar as pessoas que tinham alcançado o tempo da aposentadoria, pessoas faltosas etc. Se não a atingisse...

P _ Você acha que esses critérios foram cumpridos ?

R.- Não, em parte acho o seguinte: alguns e pessoas outras que a gente via que não tinham ou não eram criteriosas no trabalho, através de mandato de segurança ou por intermédio de amizade, conseguiram voltar de imediato, logo. No meu caso e desses colegas com mais de 35 anos de serviço, pelo menos os que eu conheço, não apelaram para isso. Requereram a aposentadoria, tinham direito, etc. Inclusive, quando a gente se aposentou, incorporaram ao salário mais 20%, é a lei 1.711 dos estatutários, pois a maioria dos colegas com mais de 35 anos de serviço eram estatutários. Ganharam mais 20% do salário, porque a Lei dava esse direito ao servidor público, ao se aposentar com tempo integral, ganhar esse percentual a mais. Novamente não entendi: o Governo queria diminuir despesas, porém, se o indivíduo se aposentasse, iria ganhar mais, no meu caso, eu ia ganhar mais. Eu ganhava X, passei a ganhar X+Y. Mais 20% de todo o seu salário. Não entendi o critério adotado. Até hoje, não entendi ainda. Simplesmente, o Governo achou por bem que queria (...). Antes de entrar no Governo, antes de assumir, queria fazer uma revolução no serviço público, uma revolução federativa. Isso causou um abalo emocional muito grande em todo o servidor público do Brasil, principalmente em Pernambuco. Nós sabemos da situação dos servidores nos sindicatos, nos convocaram para isso e também para dizer da comoção que havia, desse aperto, dessa afronta do governo em pegar o cidadão e colocar em disponibilidade, forçando-o a se aposentar, como no meu caso.

P _ Você fala de um movimento que ocorreu no INSS, quando você trabalhava. Foi forte esse movimento?

R _ Foi forte demais.

P _ Como foi esse movimento?

R_ O pessoal se organizava através dos sindicatos, foi através deles que alguns colegas foram até à Justiça, porque não aceitaram o critério de disponibilidade, mas disseram que era medida do governo e que não se discute, não se discute decisão da Justiça, medida de Executivo tem que se ver o porquê. Aí ficou por isso mesmo, que eu saiba, logo depois da disponibilidade, depois de um ano e pouco, voltaram uns 90%, voltou para o INSS mesmo.

P. Mas voltou por ato da Justiça?

R Por ato da Justiça uns voltaram de imediato, outros demoraram dois, três meses, e outros voltaram pelo próprio governo. Isso foi o seguinte: esse povo foi desestabilizado, houve uma desestabilização geral. No meu setor, que é o setor de benefícios e seguridade social, tínhamos 38 funcionários, saíram cinco ou seis só aqueles principais: o chefe, o pessoal encarregado, o pessoal que entendia de benefícios que despachava aposentadoria, esse pessoal saiu. Todo mês, diziam, vai sair uma lista, vai sair outra lista. Aí o pessoal ficou vivendo em função disso, o serviço público caiu em torno de uns 50% ou mais.

P_ Ficou em clima de guerra...

R_ Entrou em clima de guerra, de insatisfação. Tinha aqueles que faziam seu trabalho direitinho, organizado, mesmo contando com a estabilidade. A ameaça depois foi confirmada com um ofício, forçando as pessoas, a requerer a aposentadoria com trinta anos ou com menos de trinta anos, proporcional. Então muita gente, eu tenho vários colegas, pessoas boas, pessoas ótimas, profissionais excelentes, com menos de trinta anos, vinte e cinco anos de serviço, quiseram a aposentadoria.

P_ Quer dizer que nesse momento o governo concluiu a proporcionalidade?

R_ Muitas pessoas, acredito que uns 10%, requereram a aposentadoria proporcional. Foi aí que desestabilizou mesmo, pelo menos aqui em Recife foi

uma desestabilização total. E acredito que no Brasil todo, pelo que a gente lê e ouve.

P _ Voltando um pouco à disponibilidade, você fala que foi um impacto muito grande, que houve uma repercussão imensa do ponto de vista pessoal e psicológico. Estar em disponibilidade interferiu na vida familiar, na vida social?

R _ Eu não diria em disponibilidade total, porque eu fiquei só na ameaça, fui posto em disponibilidade, mas dentro do prazo de trinta dias, pois tinha direito de requerer a minha aposentadoria. Mas esse período de trinta dias foi terrível, porque, primeiro, me senti injustiçado, por ser posto em disponibilidade; segundo, porque eu fiquei sem saber o que fazer lá fora, aí ficou aquele drama: “Meu Deus, sair assim depois de trabalhar tanto como eu trabalhei, me dedicar tanto como eu me dediquei, depois ser posto em disponibilidade, por quê”? Se esse critério não é para indivíduos da minha classe, é feito para indivíduos errados e eu nunca fui errado na minha vida. Isso causou um conflito interno muito grande. Mas com o tempo, com os trinta dias, raciocinei, tomei consciência da coisa: ou eu partia para a disponibilidade ou requeria a aposentadoria. Requeri minha aposentadoria. Depois disso, passei a ganhar um pouco mais, mas depois eu fiquei pensando, eu vou fazer o quê? Até que andei procurando uns empregos por aí na minha profissão de contabilidade, mas, quando encontrava, era para ganhar 30% do que eu recebia, 40%, e eu me dedicando 8 a 10 horas. Aí não dá. Eu tenho que escolher um negócio que eu goste, mas que dê para atender não só à minha necessidade financeira, mas também à psicológica, para eu não ficar exposto. Já no serviço público não tinha dado muita atenção aos meus filhos que precisavam mais de mim, mas infelizmente eu querendo ficar certo no horário, e não vou deixar de cumprir o meu horário, para levar o menino no colégio. Primeiro, eu cumpria o meu horário. Infelizmente. E dizia: o sacrifício vai ser esse, quando eu sair do trabalho faço tudo normalmente que precisa fazer, vou buscar filho no colégio, vou levar, mas no meu trabalho, eu era muito intransigente, eu era “caxias” mesmo, o termo exato era esse. Por isso, foi como eu disse, um choque

em vista de eu ser essa pessoa dedicada ao serviço público e ser recompensado dessa maneira.

P _ Você conviveu com colegas que ficaram em disponibilidade mais tempo que você. Como é que você viu isso?

R _ Um dos meus colegas mais próximos faleceu. Ele teve um choque muito grande. Ele tinha se formado em Direito, e estava tentando montar um escritorzinho, ele participava como DAS-1, que dava um dinheirinho bom a ele. Aí ele perdeu aquilo, justamente na época que ele estava tentando montar o escritório. Ele sentiu muito, ficou em disponibilidade, porque não queria aposentadoria, não tinha os trinta e cinco anos de serviço ainda, se ele saísse antes, proporcional, ele perderia, aqueles 20%, que ele teria direito se completasse os trinta e cinco anos e também perderia a chefia, que na época era quase dois mil reais, equivalente a isso hoje. O choque para ele foi terrível. Esse cara ficou tão triste e magoado que, quando a gente se encontrava, ele, dizia: “estou decepcionado, estou arrasado, nem montei o meu escritório, não pude montar meu escritório, perdi a minha chefia com dois mil e tanto”. Perdeu aquilo e financeiramente para ele foi o fim e, além disso, psicologicamente arrasou-se.

P - Como é que você viu que a sociedade avaliou o funcionário nesse momento de disponibilidade?

R - A sociedade não dá muita bola para o setor público. Em vista da má fama que tem o setor público, essa história que ele falou do paletó etc, acha que todo servidor público é malandro. Não é verdade, o servidor público é um cidadão como outro qualquer que trabalha numa empresa e depende dos critérios adotados; mas é normal, o funcionário público é igual a um funcionário de empresa comum. Existem aqueles maus servidores, como existem aqueles maus empregados, mas a sociedade não dá muita bola e não apóia muito, tanto é que as medidas que Collor tomou, que Fernando Henrique tomou com o funcionário público, a sociedade aplaudiu achando que o mau do Brasil é o servidor público. A realidade não é essa, a raça do servidor público é aquela peça enferrujada que

precisa ser jogada fora. Assim, qualquer medida que é tomada contra o servidor público a sociedade aprova, pelo menos eu senti isso e ainda hoje sinto.

P _ Você se sente como, assim?

R _ A sociedade não apóia o servidor público, apóia as medidas que o governo toma contra ele. Não sabe que para se chegar a servidor público, pelo menos na minha época, ele tinha que se esborrachar, estudar de dia e de noite, 10, 12 horas por dia, para fazer um concurso público, esperar dois ou três anos para ser nomeado. Depois, não tinha direito, no cargo federal, estadual a décimo terceiro mês. Quando entrei, não tinha Fundo de Garantia, não tinha nada disso, tinha que trabalhar. O desconto do servidor público, federal, estadual é feito sobre o total do salário dele, que difere um pouco do servidor da área privada, que desconta o percentual sobre o que ganha, não sobre o total.

P _ Sim, continuando, você estava falando de como é que a sociedade vê o funcionário em disponibilidade...

R _ A sociedade não dá apoio, em vista do que o servidor público apresenta para a sociedade. Os olhos com que a sociedade vê o servidor público só enxergam o servidor malandro, o servidor que ganha bem, que trabalha pouco, que atende mal etc, e normalmente acontece isso, não vou dizer que não existe. Existe. Só que existe também esse erro de generalizar. Quando falam isso do funcionário público, não especificam, nem escolhem, falam do geral, 100%, quando, se fizessem uma análise mais fria, veriam que nem todo funcionário público é malandro. (Aposentou-se em 1990 com 38 anos, 6 meses e 3 dias de trabalho, 48 de idade)

Depoimento de L.A. L.

P - A disponibilidade já estava sendo anunciada. Como vocês estavam vivendo esse momento ?

R - Esse período foi incrível porque começou com o pessoal da *Instituição*. Face às ordens vindas de Brasília para colocar as pessoas em disponibilidade, começou a pressão. A gente se reunia com os Diretores e era cobrada para fazer a lista, tem que fazer a lista, a pressão, sobretudo por parte do SNI. O pessoal da segurança, que, parece, continua até agora, não participava das reuniões, porém influenciava outros Diretores... Quando começou a história da disponibilidade, todos os diretores tinham de fazer listas e a carga ainda era maior em cima de mim que deveria estar abrigando milhares...⁹⁶.

É interessante verificar que houve muita gente bem intencionada que tentou fazer uma listagem da melhor maneira possível, que pensava que realmente a coisa ia ser bem feita. Mas eu sabia que não ia ser jamais, não tinha a menor condição de ser bem feita, eu sabia por ser a Diretora de Recursos Humanos e viver subindo quase que diariamente para o Gabinete do Presidente. As pressões que se tem de lá para fulano, para sicrano etc, essas coisas todas de serviço público, eu sabia que não ia ser coerente, como efetivamente não foi. Vejamos o caso, é numa área meio, que envolve outro *colega* (...), por quem tenho um grande apreço, de forma nenhuma ia dizê-lo de esquerda (...), foi obrigado a escolher entre todos os funcionários de sua área apenas onze. Isso lhe custou muito, ele também não era de fazer isso, acabou muito com ele, que saiu da *Instituição*, muito chateado, com queixa de muita gente, porque ele foi obrigado a fazer uma coisa que não era do seu gênio . Eu tinha entre os meus fulanos que se abrigavam na DRH um *funcionário* que tinha escritório fora e que tinha ido para lá porque ninguém o agüentava; ele realmente não trabalhava muito para a *Instituição*. Depois de toda essa dificuldade, já estava quase que a lista feita, eis

⁹⁶ Refere-se aqui ao fato, bem antes da disponibilidade, de a Diretoria de Recursos Humanos ter acolhido forçadamente um número grande de funcionários colocados à disposição por outros Diretores, insatisfeitos com o desempenhos desses funcionários. No momento da disponibilidade, esse número era já bastante reduzido.

que vem de uma alta patente de Brasília a ordem para ser excluído esse senhor. Você sabe como são as coisas, é uma coisa horrível, isso não podia ser uma coisa certa.

P - E essa lista foi elaborada por quem ? Ela veio de Brasília ?

R - Jamais você saberá. Eu não sei. Porque eu tinha as listagens da *Instituição*, por ordem eu tinha, mas com certeza alguém tinha essa lista, que depois foi feita lá em cima. (Refere-se ao Gabinete do Diretor do Órgão) Alguém ficou com a lista e no fim fez à revelia.

P - Antes de essa lista chegar, nesse clima de inquietude que existia, você só falava com pessoas que iam procurar se justificar ?

R - Era horrível, porque todos se apegavam a seus diretores, fulano está na lista, sicrano está na lista, era uma coisa... Foi um clima de terror. (Engenheira, aposentou-se em 1991 aos 53 anos de idade e 30 de serviço)

Depoimento de N.M.D

P – Que motivos levaram a senhora a se aposentar?

R – Me aposentei em 1991, na época do governo Collor, muito chateada com o modo como o funcionalismo público estava sendo tratado. Então, resolvi me aposentar na proporcional. Fiz uma contagem de tempo e achei que era melhor me aposentar, seria inclusive mais vantajoso financeiramente naquele momento.

P – Que coisas seriam o tratar mal o funcionalismo público naquele período?

R – Eu acho que, a partir dali, começou a desvalorização do trabalhador público. Eu trabalhei muito e sempre levei meu trabalho a sério. Hoje se diz que o trabalhador público não trabalha, só vai bater ponto, tem o paletó na cadeira. Isso não acontecia nem comigo nem com muitos colegas. Quando, naquela época do

Collor, começou aquela história da caça aos marajás, eu senti que, no fundo, isso desencadeou um outro tipo de comportamento em relação ao funcionalismo público que levou à disponibilidade. Lamentavelmente, trabalhei na equipe da disponibilidade da *Instituição*. Fiquei meio marcada de maneira negativa pelos colegas. Fiquei desgostosa porque isso parecia uma caça às bruxas. A maneira como se falava dos cortes de funcionários públicos, dava a impressão que era para fazer economia para o governo. O negócio começou ali, foi indo e hoje está pior ainda.

P – Sua decisão de se aposentar foi então pela conjuntura do momento?

R – Isso. Devido a todo aquele tratamento dado pelo governo ao serviço público. Isso foi uma coisa que eu nunca aceitei, peguei muita briga por causa disso. Dizer que funcionário público não trabalha, é vagabundo e não sei mais o quê. Sei que isso existe porque eu já vi, mas não se pode generalizar. Tem gente que trabalha e produz muito. Eu então trabalhei no grupo da disponibilidade e aquilo me marcou muito, porque naquela época eu trabalhava em Brasília. O grupo começou a formar critérios. O primeiro era por vias regionais. Não queríamos afetar o pessoal técnico, sobretudo de nível superior, pois o quadro de nível superior era muito pequeno, então não podíamos cortar. Tem determinadas categorias de funcionários da *Instituição* que são específicas da casa, não são encontradas fora. Não poderia nunca haver cortes nesse pessoal, porque eles não são achados em outro lugar, só na *Instituição*. E já tinha um número insuficiente de pessoas nessa época. Onde existia um pouquinho mais era no Rio de Janeiro, por ter sido capital do Brasil, porque muita gente não foi para Brasília, ficou lá. Mas fora isso, os outros Estados tinham uma carência de pessoal técnico muito grande. Reconstituindo, os momentos foram: solicitaram a elaboração de uma lista vinda do processamento de dados, que não era como hoje, pois isso foi há dez anos. Um dia eles tinham um número de funcionários, outro dia vinham e baixavam uma nova lista com outro número. Os Recursos Humanos (refere-se à Diretoria) não tinham uma relação que batesse números com nomes. Baixaram uma relação para que nós a trabalhássemos, e o tempo foi passando. Na época,

como disse, a *Instituição* foi bode expiatório da disponibilidade, porque o Ministério da Cultura queria sair na frente, o *Ministro* teve problemas com procuradores, deu até matéria no jornal, tanto que, na hora do corte, quando recebeu o trabalho, ele cortou inúmeros procuradores, mesmo sabendo que havia uma carência deles na casa. Mas o objetivo era não fazer corte de pessoal técnico, nível médio e superior. Dizia-se para cortar o pessoal administrativo, porque tinha muito. Auxiliar tinha demais. Mas isso se dava porque o quadro vinha de órgãos antigos, que iam se fundindo, sendo necessário esperar esse pessoal se aposentar para poder enxugar e constituir um novo quadro. Outra coisa que acontecia e acontece no setor público é o desvio de função: pessoal administrativo que faz trabalho técnico e vice versa. E naquela época havia muito. Mas hoje eu prefiro não falar de nada, pois não sei como está.

P - No período, a senhora trabalhava com a reestruturação da Instituição?

R - Na época eu trabalhava na Instituição, em Brasília, na área X, mas fiz parte de um grupo da *Instituição* de reestruturação. Fizemos um primeiro estudo para sua completa reestruturação funcional. Mas depois aconteceu tanta coisa, que isso caducou. Então, eles pegaram esse grupo para trabalhar com a disponibilidade.

P - E então vocês estabeleceram critérios relacionados com o desempenho, e que os estados definissem...

R - Um exemplo: se existiam trinta pessoas trabalhando num Estado e tinha que se cortar, digamos 20%, então, seis pessoas teriam que sair, e pela lógica as seis pessoas que seriam colocadas em disponibilidade seriam aquelas que menos produzem, que mais faltam. A princípio se pensa que é a nata que vai ficar. Se todos fossem nata, procurar-se-iam os melhores. Mas lá em Brasília não tinha como se saber disso.

P - Isso porque o Ministro não quis que a lista fosse feita nos Estados?

R - Não foi o Ministro, isso já foi uma questão do grupo. Só uma minoria

achou que deveria ser feita pelos Estados, a maioria do grupo achou que não, que deveria ser feita em Brasília, por causa de problemas políticos. Mas problema político em Brasília é pior ainda. Houve uma pessoa que teve o nome indicado por, digamos, 20 deputados. Senador de outro Estado pedindo para que determinada pessoa permanecesse. Mas eu dizia que não podíamos fazer isso, porque tem aquele bom funcionário que não tem padrinho político e não merecia ir para a disponibilidade. E ninguém sabia o que era disponibilidade, que foi marcada de maneira negativa, pois todos achavam que os escolhidos não prestavam. Só que muita gente boa acabou na relação, porque o critério final foi tempo de serviço, além de, claro, apadrinhamento político. Os que eram bem mais antigos ficaram, e nem sempre o funcionário antigo cumpre bem o seu trabalho. Dependendo dos órgãos pelos quais já passou, ele tem uma série de vícios. Sempre fui do mesmo órgão. Mudou de nome, mas o valor era o mesmo. Me aposentei no meu primeiro emprego.

P - E esse foi um momento de muita tensão e a senhora chegou a bater a mão na mesa?

R - Por duas oportunidades. Uma vez veio uma lista para colocar em disponibilidade os servidores que pertenceram ao, sei lá, MR8. Hoje, tem gente aí que é governador, deputado, e nem poderia ser. Um, era porque era do MR8; outro porque era editor da revista tal que era contra o regime militar. Teve gente que eles queriam tirar só porque apoiava a plataforma do Lula, na época, 1990, depois de ter sido eleito democraticamente o primeiro presidente do Brasil. Eu realmente achei que isso não tinha nada a ver. E a outra vez, foi quando houve um corte de pessoal técnico que afetava a área em que eu trabalhava, a *Divisão de...* Dessa vez o murro na mesa foi maior ainda. Foi nessas duas vezes que eu me descontrolei. Foi um período muito difícil, muito triste. Você me perguntou porque me aposentei tenho que dizer que foi pela disponibilidade, me magoei muito porque houve coisas que não fiz, mas, como fazia parte do grupo, então fiz. Mesmo eu não estando lá, o grupo fez. Mas posso dizer que, apesar de todo aquele transtorno, sempre tive minha consciência tranqüila. Não fui eu que

coloquei meus colegas naquela situação, eu batalhei por eles. Podia ter sido pior, porque, com aquele segundo murro na mesa, consegui diminuir muito o corte na categoria. Nós que não somos políticos, vemos as coisas de um jeito diferente, acho que se insisto numa coisa, batalho pelo meu pessoal, eu consigo. Mas se só recebo e faço, não procuro ver o que está certo ou errado, isso não é comigo. E naquela época, a gente não teve ninguém para peitar o ministro ou algum secretário e ficar de nosso lado.

P - A senhora falou que era minoria no grupo. Quantas pessoas faziam parte dele?

R - Eu não lembro se eram seis ou oito. Eu sei que éramos duas mulheres, a outra não era de minha área, era *de outra Divisão*. Mas a composição do grupo era de pessoal de nível superior, era todo mundo *da própria Instituição*, sem representantes de nada. Tudo que fazíamos era entregue ao Presidente da *Instituição* e ele levava ao Ministério. Não sei também com quem ele falava lá. Ele voltava e transmitia para a gente o que foi passado na reunião. Para negociar os cortes, foi um tempão, e no fim foi como eu disse: aquele pessoal em disponibilidade, ficou mais de um ano sem trabalhar, ganhou integral, teve gente que até arranhou outro emprego. Pra muita gente foi uma fase boa, porque saiu da *Instituição* e viu que lá fora tinha mais oportunidades. Foi ruim, porque havia colegas, aqueles abnegados, que foram postos em disponibilidade e ficaram depressivos, tiveram problemas de saúde. E houve também os felizes, porque estavam ganhando sem fazer nada. Aconteceu de tudo, mas o que magoa é ver aquele abnegado ficar em disponibilidade. Foi prejudicado. Se eu não fizesse parte do grupo e ficasse em disponibilidade, aí não sei, mas... A gente se pergunta porque ficou em disponibilidade e a resposta é porque não tem padrinho político. Mas chegou um ponto em que eu pedi para ficar em disponibilidade conscientemente, porque estava vendo as coisas que estavam acontecendo, aquilo estava me violentando. Disseram que eu não podia sair, então eu disse tudo bem, mas não poderíamos aceitar esses cortes do pessoal técnico, era preciso batalhar para aumentar o número de técnicos dentro da casa. Eles então

iam para o ministério, negociavam e voltavam. Vamos falar de outra coisa, pois já cansei de falar sobre isso, que foi muito triste na minha vida. Foi o motivo de minha saída. Mas eu queria dizer que, apesar de tudo, apesar de eu adorar trabalhar na *Instituição*, me aposentar foi uma das melhores coisas que já fiz. Logo depois percebi isso. Foi muito bom me aposentar. (...)

P – A senhora sabe porque todos os sociólogos que trabalhavam na *Instituição* foram postos em disponibilidade e ficou apenas uma socióloga. Quem foi ela?

P – Não lembro o nome. Como eu te falei, sociólogo não ia para a disponibilidade, porque era considerado pessoal técnico. Mas realmente eu não me lembro. Não teve negócio de sociólogo comunista. Mas deve ter sido em função de padrinho forte. Mandavam para cada estado a relação dos cortes, quantas pessoas deveriam ser cortadas, a lista com os nomes, e um quantitativo que não batia com os nomes? Se me perguntar quantos funcionários havia, até hoje não sei, porque não batia. Mas me lembro de uma coisa que pode explicar o que aconteceu: alguém de licença, à disposição de outros órgãos, fazendo curso fora, esses ficavam automaticamente, permaneciam no órgão. Pode ter sido isso. Mas agora não lembro. Se só ficou uma, foi porque o padrinho era forte ou estava fazendo algum curso, pós-graduação, mestrado ou alguma coisa.

Quando fez um ano, acendeu-se vela, cantou-se parabéns, disseram que estavam naquela mordomia graças a mim, não ao grupo. Fiquei mais aliviada. Eles estavam felizes, comemorando por estarem há um ano sem fazer nada. Vi que eles não tinham raiva de mim.

P – Eu não entendi a diferença entre corte e por em disponibilidade.

R – O corte era, por exemplo, de 20%. Mas cortar em que categorias, se já vinha cortado onde se ia cortar? Por exemplo: tendo 50 administradores, ficariam 40. No início não, mas depois começou a chegar para a gente quantos procuradores, agentes administrativos, deveriam ficar naquele Estado, tudo especificado. Então eu pegava a lista dos mais antigos, com referências mais

altas, e mandava o resto para a disponibilidade. Mas era como te disse: havia sempre alguém abaixo que precisava ficar, e eu me negava a fazer tal coisa. Por isso, digo que minha consciência estava tranqüila. Mas, na época, eu não podia falar isso. Nunca me deram um nome, porque eu disse que não faria. Se era para cortar, eu nem olhava quem estava para cima ou para baixo na lista, eu só fazia contar. Por três vezes o trabalho voltou, e da última vez foi todo truncado, sem nexos. Quando vi o corte do pessoal técnico, dei o murro na mesa e briguei não só pelo meu Estado, mas por todos os técnicos, porque sabia que era uma área carente de pessoal. Era a minha área. Sei que eles são necessários.

P – A senhora na comissão elaborava os critérios na linha que a senhora falou, não só do tempo como também pelo desempenho, desvio de função...

R – Tudo isso tinha que ser levado em consideração, por isso dizíamos que quem tinha melhores condições de avaliar era a Regional. Às vezes a pessoa com menos tempo de serviço, mas com desvio de função, seria mais importante do que uma pessoa daquela categoria que estava na última referência daquele Estado. Quem poderia analisar melhor era quem estava perto, e não nós. Mas, como eu disse, naquela época a *Instituição* foi o bode expiatório, se não fosse aquele grupo, fosse qualquer outro, seria da mesma maneira. E ainda dou graças a Deus por ter estado junto e não ter deixado fazerem barbaridades. Duas eu consegui evitar. A primeira foi um corte absurdo, com o que eu disse que nossa área não iria funcionar; a outra vez foi quando veio a tal lista de que falei, que era, digamos, perseguição política.

P – E essa mesma listagem foi e voltou três vezes?

R – Isso. Não sei para onde ela ia. Acho que para o presidente da instituição. Só sei também que procurador era problema do Ministro, ou porque ele determinou ou porque cortou pessoalmente. Não sei como foi a história. Sei que em relação ao último trabalho, se eles o tivessem dado para fazer em quatro dias, teria saído do mesmo jeito que saiu. Porque não adiantava nem critério, nem nada. Tem outra coisa, o serviço de processamento de dados da época não era

como o de hoje, que você aperta um botão e tem tudo. Sempre dava bronca e o pessoal da computação ia lá falar com a gente. Se fosse hoje nem precisava estar pedindo para ninguém. Nós mesmos tiraríamos as listagens.

P – Mas eles fizeram o corte da maneira que a senhora falou?

R – Não, a gente mandou, primeiro, como critérios.

P – E então, eu queria saber desses critérios.

R – O maior índice de corte era em pessoal administrativo, porque tem um percentual, não sei se é para cada quatro técnicos, um administrativo, isso naquela época. Sei que naquela época o número de administrativos era muito superior ao de técnicos. Por isso, realmente ia se cortar o pessoal administrativo. Os que eram pós Constituição, pós 88, automaticamente iriam para disponibilidade, menos o pessoal técnico. Não me lembro se era disponibilidade ou dispensa mesmo. E seguramos o pessoal técnico. O órgão é técnico e precisa deles. Determinadas categorias não tinham tanto cunho técnico e procuramos dar-lhes esse cunho. Bastava ser de nível superior, nível médio, nós colocamos como técnicos. E eles cortaram. Aí foi tudo por água abaixo. A gente ficou mais ou menos um mês, para depois fazer tudo em quatro dias. Então, o critério foi tempo de serviço.

P – Com essa coisa de disponibilidade, o que talvez tenha magoado a senhora é a falta de reconhecimento de seus esforços na equipe.

R – Não, isso não aconteceu. É como te disse, eu dormia tranquila. Tinha consciência de que fiz o melhor possível na equipe, fui sincera e honesta ao máximo comigo mesma. Não entrei em conflito comigo. Não fiz o que não queria fazer. Tanto que permaneci porque não me violentei.

Depoimento de G.M.L.T.M.

P – “Gostaria de ter mais um depoimento seu. No Incra houve dois fatos importantes, assim penso. Um você já falou, foi a extinção do Incra, o outro foi a colocação de funcionários públicos em disponibilidade. Como é que você viu esse processo? Você já estava aqui em ...?”

R – Estava. Mas como você falou de um fato importante para o Incra, eu não me lembrei da disponibilidade, porque a disponibilidade foi um fato importante para o serviço público em geral. No Incra, parece que foram escolhidos a dedo aqueles mais atuantes, por exemplo, todos os sociólogos foram colocados em disponibilidade. E por que os sociólogos? Porque de acordo com o Ministro da época, eles eram os agitadores dos assentamentos.”

Ele fez questão de colocar todos os sociólogos em disponibilidade. Então, foi uma categoria que ele escolheu. Não colocaram em disponibilidade os funcionários que estavam ociosos ou que tinham uma sobreposição de atividades, porque a disponibilidade é uma coisa que se faz quando existe um acúmulo de servidores, todos fazendo a mesma coisa, então, alguns ficam em disponibilidade até para serem redistribuídos num outro órgão que precise deles. No caso do Incra não. Foi direcionado, e foi nominal, eram pessoas que eram mais atuantes, pessoas que talvez incomodassem o Ministro e categorias profissionais que ele rotulou e que entrariam em disponibilidade. Então, foi um trauma muito grande, porque alguns, que eu considero, aqueles que já eram inativos, vamos dizer, aqueles que entravam e saíam exatamente iguais, acharam ótimo porque tinham uma pequena redução⁹⁷ de salário, mas em compensação não precisavam vir trabalhar. Para aqueles que efetivamente trabalhavam, tiveram isso como fato marcante, como uma punição pelo trabalho desenvolvido. Então, isso foi assim... Teve gente que morreu mesmo por problema de coração. Aqueles que tinham o coração no trabalho.

⁹⁷ A redução salarial ficou suspensa por força de Liminar do STF.

P – Aqui nesse Estado teve algum caso de morte?

R – De morte não, mas a *funcionária* precisou fazer, teve uns dois ou três aqui que precisaram fazer um trabalho mesmo de psicólogo, de ajuda psicológica porque não se conformavam. Aí foi por categoria e não por nome. A ... era socióloga. E outros aí pelo Brasil. Eu me lembro que, não sei onde assim, exatamente, mas eu soube que teve gente que morreu de susto porque foi colocado em disponibilidade. Teve diretores que até hoje não esquecem, quer dizer, foi uma coisa tão forte, tão marcante para eles que não esquecem. Até hoje eles dizem que foram colocados em disponibilidade. Diretores, o V... foi um. Diretores do Incra. Ele era Diretor de

P – Foi colocado em disponibilidade como diretor?

R – Nominal, porque ele era amigo do Sarney; então, algumas coisas assim. Aí eles conseguiram depois. Quer dizer, em disponibilidade, ele se aposentou. Alguns partiram para aposentadoria.

P – Mas essa lista chegou como ao Incra? Você se lembra?

R - Lembro. Essa lista saiu, foi feita no gabinete do Ministro, do Cabrera, com alguns diretores e alguns, alguém deve ter influenciado nomes nas superintendências, tudo. E eles foram colocados e a lista chegou assim... Eu era superintendente aqui na época.

P – Você chegou a ser consultada?

R – Não, nunca. Pelo contrário, quando eu recebi a lista eu me indispus, briguei, fiz uma reunião no auditório, falei, conversei, falei com o Presidente, porque eram pessoas essenciais que não podiam sair. Nós conseguimos reverter, não foi da disponibilidade, foi da demissão porque junto com a disponibilidade veio a demissão daqueles que, depois da Constituição, não tinham cinco anos . A gente conseguiu reverter alguns casos, poucos.

Teve uns dois, três casos que a gente conseguiu reverter da dispensa, da disponibilidade foi muito difícil. Veio de cima, foi direcionada, foi feito no gabinete do Ministro. Algumas pessoas lá de Brasília mesmo...

P – Mas o Incra nacional devia saber.

R – Foi feito em conjunto com o Incra nacional, mas não as superintendências. Nós superintendentes recebemos a listagem pronta, só recebemos assim: vão ser colocados em disponibilidade. Aí a gente disse, mas pelo amor de Deus, olha quem vai ser. Foram alguns administrativos mais alguns técnicos e, principalmente, os sociólogos que ficaram desesperados. Foi um desestímulo brutal para aquele pessoal que trabalhava muito. Foi uma decepção muito grande com o Governo Federal”. (Bacharel em Filosofia, aposentou-se em 1992 com 26 anos de serviço e 47 de vida).

DEPOIMENTO DE C.V.M.A.⁹⁸

P - Você se aposentou em 1993. Quando se aposentou, foi movida por quais condições, quais circunstâncias?

R –Eu me aposentei, simplesmente, com medo da famigerada reforma administrativa.

P – Mas em que sentido? Medo por quê?

R –Medo de ser colocada em disponibilidade de novo, pois eu tinha ficado em disponibilidade em 91. Medo de remanejamento, porque eu estava morando em..., ser remanejada para outro Estado. Enfim, todo tipo de medo que esse governo implantou no serviço público. De perder os direitos adquiridos, enfim, foi uma paura geral. Acho que 90% dos servidores públicos se aposentaram entre 90 e 95. Se você vir esses dados, acho que 90% dos servidores se aposentaram, todos eles movidos pelo medo desse famigerado governo.

⁹⁸ A entrevistada autorizou-me a citar o nome da Instituição, para que ficassem mais claros alguns trechos do depoimento.

P – Você falou que ficou em disponibilidade. Podia contar um pouquinho como é que foi essa sua disponibilidade?

R – É uma coisa que não gosto nem de falar, até porque ainda brinco que na disponibilidade engordei dez quilos e nunca mais perdi nenhum grama. E a disponibilidade acho que é uma das piores coisas que pode acontecer com o servidor. Você está trabalhando, está no auge da sua vida e chega um decreto que diz que você, a partir daquele momento, é dispensável, que não está mais precisando de você. Isso foi horrível para mim, deixou marcas muito profundas, gastrite, que ainda hoje estou tenho. Naquele momento eu estava trabalhando no Estado... e numa assembléia foram escolhidas algumas pessoas para ir a Brasília tentar, junto com a *nossa Confederação*, barrar essa disponibilidade. Então, eu fui uma das escolhidas porque o pessoal dizia: olhe, X é o primeiro emprego, já está com mais de 25 anos de serviço, então, ela realmente não vai entrar em disponibilidade. Na época, fomos eu e mais duas pessoas. A outra, porque era anistiada, então, também não entraria em disponibilidade, pois tinha sido anistiada recentemente. A lei da anistia garantia tudo. E outra, porque vinha de concurso recente no INCRA. Então, nós três fomos para Brasília. Quando nós abrimos o Diário Oficial, ali estavam os nossos nomes. Nessa época, não tinha fax, era telex, pelo menos lá no INCRA, e a gente precisando passar isso para o pessoal. Eu chorava que nem louca lendo o Diário Oficial. Ler cada nome para mim foi um dos piores momentos da minha vida. Não gosto nem de falar dessa experiência negativa porque, além de estar sofrendo, eu tinha que ler o nome de cada um dos companheiros que tinham ficado em ... e ler o nome de cada um. “Fulana”, pessoas muito queridas minhas. Ler e dizer “gente, eu também fiquei”. Uma loucura, a gente não conseguia ligação, passava telex. Não gosto de lembrar, foi um negócio muito ruim na minha vida profissional. Para mim, foi a pior coisa. (Emociona-se.)

P – Sei que a emoção mexe muito, mas você falou que foram a Brasília já sabendo da disponibilidade. Foram tentar reverter o processo, não é isso? Conversaram com quem em Brasília?

R – Primeiro, para mim foi uma disponibilidade sem critérios. E a gente tentou falar, na época, com aquele horrível Ministro Cabrera. Eu dizia: enquanto ele cria Búfalo, eu estou criando ameoba no assentamento do Incra. Tentamos uma audiência com ele e com João Santana. Funcionário público desejou tanto mal a esse cara, que ele sumiu do mapa. Nunca mais ouvi falar de João Santana. Lá no INCRA eu brigava quase todo dia com ele. Ele ia lá ler jornal, porque ele não fazia coisa nenhuma no INCRA. E eu, que sempre gostei de ler o Jornal do Brasil. Eu era a primeira pessoa que ia ao gabinete e pegava o Jornal do Brasil para ler. Ele ia lá na sala procurando: “Quem é que está com o Jornal do Brasil? Já sei, X”. – “Eu mesma. Vou ler primeiro, depois você”. Quer dizer, esse cara, depois, me recebeu. O pessoal dizia: “Ele não vai recebê-la”. Eu dizia: “Ele não é doido de não me receber, porque ele me conhece”. Mas ele não me prometeu nada, falou: “não, vocês vão voltar, procurem algum órgão para redistribuir”. Falei: “eu não. Não quero procurar outro órgão, porque, se quisesse, teria feito concurso para outro órgão. Estou no INCRA, não saio do INCRA e quero voltar para o INCRA”. Fomos várias vezes, ficamos uma semana chorando, desmilinguindo, em Brasília e não foi revertido nada. Voltamos e entramos na disponibilidade. A única coisa que acho, que para mim não refrescou muito, é que o salário era integral. Na época, porque pelo Regime Jurídico Único, pela Constituição, a disponibilidade, quando o colocada pelo governo, a gente recebia o salário integral. Mas acho que isso foi o mínimo, porque a pecha que ficou na sociedade foi horrível. Não tive esse tipo de problema, porque eu sou uma pessoa economicamente equilibrada, controlada nas minhas finanças. Mas os companheiros de várias repartições passaram vexames, coisas horríveis, a ponto de querer fazer uma compra, renovar um cheque, um cartão de crédito e ser barrado porque não sabiam se eles iam ter o salário. Quem garantia que eles iam ter salário no outro mês? Então, isso foi horrível... Teve muita gente que morreu, sabe? Não passei por isso, mas eu passei pelos meus colegas. Não passei pessoalmente por isso, porque eu sempre

falo eu ganho o que eu ganho, não dou um passo maior do que a perna. Quem sabia que a gente era trabalhador, era correto, que cumpria o dever, eram só os amigos e a família, estes acreditavam que você trabalhava, era um bom funcionário. Para a sociedade, a pecha que o governo deixou é que éramos vagabundos. Não honrávamos o salário que recebíamos, foi horrível. Se você pegar os jornais da época, principalmente, os jornais de Brasília, são coisas horríveis que eles diziam da disponibilidade. Por isso, muita gente morreu, viu?

P – Inclusive, em ..., houve uma morte.

R– Foi um motorista. Nosso companheiro Pedro. Seu Pedro de Almeida. Um dos motoristas, politizado. E seu Pedro, com quem viajava muito para o interior, quando liguei, seu Pedro : “ o que é que eu vou fazer?”. – “ Não vai fazer nada, vai aguardar a gente, nós vamos ficar indo ao Incra e vamos voltar”. Só que demorou muito e ele se foi, quer dizer, o coração não agüentou. E como ele, em vários lugares perdeu-se muita gente. Foi um governo assassino. Aos poucos matou as pessoas, porque não utilizou nenhum critério.

P - Antes do Decreto da disponibilidade, que sai a partir do dia 20 de junho de 90, no dia 15, Collor baixou o Decreto 99.300 sobre os proventos dos funcionários em disponibilidade, calculados proporcionalmente. Pelo que estou sabendo, os funcionários entraram na Justiça e ganharam uma liminar suspendendo esse Decreto do Collor. Você se lembra disso? Tem algum dado?

R – Não. Não lembro, mas como Collor era um governo louco, irresponsável e inconseqüente, quando baixou o Decreto, não deve ter consultado os juristas. A assessoria dele era péssima, porque a Constituição e o Regime Jurídico Único⁹⁹ diziam que a gente não podia ser colocada em disponibilidade com salário proporcional e sim integral, porque era iniciativa do governo. Alguns estados conseguiram a liminar para o retorno. O que sei é que Pernambuco foi o primeiro Estado, a Sudene, especificamente, os funcionários da Sudene

⁹⁹ Há um engano aqui, pois o Regime Jurídico Único, abreviação da Lei 8.112, é de dezembro de 1990, portanto, posterior aos decretos de disponibilidade.

conseguiram essa liminar através do SINDSEP-PE - Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco. Em..., nós não tínhamos sindicato de servidores na época. O Sindicato dos Servidores de ... foi um dos últimos a serem criado. Nós tínhamos a nossa Assincra – Associação dos Servidores do Incra – de cuja direção eu fazia parte. Um grupo, a gente tentou entrar via ASSINCRA, mas a associação não tinha respaldo jurídico, não sei como é que era, mas a gente entrou pela Confederação, sediada em Brasília. Eu retornei na época em que o governo chamou todo mundo.

P - Mas você sabe que o governo chamou todo mundo porque o Supremo Tribunal obrigou?

R - Sei, foi graças às ações judiciais, claro.

P – Não houve grupo de pessoas que retornaram antes, por força de liminar?

R - Mas no Estado de..., ninguém. Algumas pessoas retornaram ao Incra, que eu saiba, aquelas que exerciam cargos de chefia e foram colocadas em disponibilidade.

P - Mas continuaram exercendo as chefias?

R - Continuaram exercendo. Foram chamados, e fiquei muito triste porque alguns companheiros voltaram e eu disse que não deveriam ter voltado e deveriam ter dito, ter feito manifesto, deveriam ter dito: "Se eu não sirvo para ser funcionário, como sirvo para ser chefe" Mas cada cabeça é uma cabeça e a gente perdeu. Voltaram e ficaram chefes. O negócio foi tão horrível que houve pessoas, que eu conheço, que eles não tinham coragem de falar para as famílias, para os filhos. Eles escondiam, saíam como se fossem trabalhar. Eu disse: "Gente, pelo amor de Deus, vocês estão fazendo o jogo do governo. Como é que vocês não assumem que estão em disponibilidade? Eu não quis ficar em disponibilidade, ele me colocou, eu estou em disponibilidade, e acabou. Você não deve ter vergonha, vergonha deve ter ele que não teve critério". Falava, falava, mas não adiantou

nada. Isso, realmente, enfraqueceu o movimento da gente. Em vários lugares, as chefias voltavam e não assumiam as coisas. Alguns iam deixando.

Eu nunca deixei de ir ao Incra, nunca me senti discriminada. Olha, eu vou deixar a minha mesa do jeito que está e ninguém mexe. Eu vou voltar e todo mundo respeitou, não sei se porque eu era doida, dei uma de doida mesmo e não tiraram. Vou levar o que eu quiser, minhas plantas fiquei distribuindo para o povo tomar conta. Depois, claro, depois do susto fui passear. Não é? Porque se não eu tinha tido um enfarte.

P - O exemplo que você dá dessas pessoas que nem comunicaram à família e saíam como se fosse para o trabalho. Como é que você interpreta isso?

R - Olha, eu não sei. Acho que é uma fraqueza, covardia, eu não sei dizer o que é. Só sei dizer que lamentei muito na época, inclusive, tentei falar com algumas pessoas: "Pessoal, não tem que ter vergonha do seu filho". "Ah, mas eu não tenho coragem". "Tenho medo de falar para minha mãe, o meu pai". A primeira pessoa que eu liguei foi para minha mãe. A minha mãe, que não entende o que é disponibilidade: "vou ficar em casa sem fazer nada". "Perdeu o emprego, minha filha? E o seu ordenado?" "O meu ordenado vem, mãe". O negócio de mãe é ordenado. Até hoje, eu ainda morro de rir, porque para mim ela é a única pessoa que ainda chama ordenado. "Mãe, o ordenado nós ainda vamos ter garantido para comer, porque esse Governo não vai derrubar".

P - Tem um depoimento de uma pessoa que diz que ele se sentiu tão envergonhado, como homem, como pai de família, em parecer para os outros como um vagabundo. Então, ele saía de casa todo dia, não sabia para onde. Não era nem no sentido de uma covardia, era no sentido de se sentir inútil.

R - Pois, eu me senti assim durante muitos dias. Eu acordava de manhã inútil. Para onde que vou? O que vou fazer? Mas eu tinha que assumir. Não tinha como eu não assumir porque foi doloroso. Nossa, foi horrível, mas eu não podia dizer que ia trabalhar, porque eu não ia. Por mais boa vontade, eu me lembro, na minha sala, Fulana, Sicrana, todo mundo, quando eu chegava lá era a maior festa.

“Vim limpar. Vim limpar as minhas coisas, minha mesa. Não vou comprar jornal porque não tenho dinheiro, vim ler jornal, vim telefonar, enfim”. Hoje, não condeno essas pessoas, mas na época eu fiquei brava com elas, porque eu queria que estivessem junto com a gente, entrassem na Justiça, participassem de reuniões, para ver o que a gente ia fazer. No meu caso, eu nunca procurei nenhum órgão para ir, porque eu não queria. Eu queria o Incra.

P - Houve quem procurasse outro órgão, se transferisse ?

R – Claro, várias pessoas foram absorvidas por outros órgãos. Houve um caso de uma Instituição em que um servidor, que conheci e de quem fiquei amiga, tendo ficado em disponibilidade, pediu transferência para outro órgão, onde foi aceito. Hoje, soube que voltou à *Instituição* de origem e é o atual Presidente.

P - Um funcionário colocado em disponibilidade por um órgão, poderia ser transferido?

R – Desde que aquele órgão estivesse precisando daquela categoria.

P – Sim, mas no caso em que houvesse também pessoas colocadas em disponibilidade naquele Órgão?

R – Sim, talvez precisasse de determinada categoria.

P - Quer dizer que houve essa movimentação?

R – Houve. Essa movimentação, esse remanejamento de pessoas, mas isso por iniciativa delas. Não foi o órgão, não foi o Incra.

P - Sim, por exemplo, os disponibilizados do Incra poderiam procurar um órgão que os aceitasse e os incorporasse?

R – Se aquele órgão aceitasse, o Incra liberava. Você era remanejado, como até hoje você pode ser remanejado para qualquer órgão. É o remanejamento do servidor.

P - Houve muitos casos assim?

R – Olhe, no Incra de ... Fulana tentou a LBA. Teve gente que tentou a LBA. No Incra de ... ninguém conseguiu. Mas, em outras repartições e em outros lugares conseguiram. Houve muito apadrinhamento político. As pessoas se pegavam com os políticos da região e eles conseguiam isso, mas eu não ... Na época, pessoas minhas, influentes no governo, me ofereceram outro órgão. Eu não quis, porque me especializei para fazer Reforma Agrária e é o que vou fazer. Antes de morrer, quero fazer esta famigerada Reforma Agrária. Do Incra, eu não saio e não saí. Logo em seguida, no retorno, eu pedi transferência para outro Estado. Mas por vontade própria, eu escolhi.

P – Só uma questão: quer dizer que houve uma movimentação dos funcionários que foram colocados em disponibilidade, entraram na Justiça e esses mandatos foram julgados durante um processo. Alguns foram reintegrados antes, outros só no final. É isso?

R – É.

P – Você falou que até as pessoas anistiadas (políticas) foram também colocadas em disponibilidade.

R – Eram recém-admitidos, porque a reintegração foi em 89, 90. Depois da Constituição. Foi um absurdo. Para você ver a falta de critérios do Governo.

P – Quais foram os critérios?

R – Até hoje digo que a disponibilidade foi um ato sem critérios. A disponibilidade foi uma vontade política do governo Collor. Simplesmente, um louco. O Collor, um inconveniente, um louco, inconseqüente, queria cortar gastos sem critério nenhum e foi colocando as pessoas em disponibilidade.

P – Só para encerrar: houve toda uma movimentação, vocês foram a Brasília, estiveram no Congresso Nacional.

R – A gente bateu em todas as portas possíveis e imagináveis: de Ministérios, de parlamentares, da Câmara, do Senado. Olhe o que você imaginar. O apoio da nossa confederação, da nossa CNASI teve um papel importantíssimo.

Eu ainda brinco com os meninos - eu chamo de meninos -, o meu trio lá foi muito legal. (Falou emocionada).

P- Desculpe ter mexido nas suas emoções...

R – Fazer-me chorar com fome, em sexta-feira, á noite. Eu mereço! Eu mereço!

P – Mas você sabe que se tocar na disponibilidade, todo mundo...

R- É um negócio marcante, menino. Eu demorei a assumir, a aceitar porque, primeiro eu fui escolhida para ir a Brasília porque parecia que eu estava isenta, era intocável.Diziam: “com ela não acontece, com a outra também não”. Pois, as três ficaram em disponibilidade.

P – Comoveu o Brasil inteiro, não foi?

R – O Brasil inteiro estava em Brasília e a gente ia pegar o Diário Oficial naquela rodoviária horrorosa, de manhã. Era uma coisa, o povo chorava. Dizem que houve Estado com ambulância no pátio do Incra, não sei se você já conversou com algum companheiro. Disseram que era ambulância e ambulância, que os médicos não tinham tempo de atender. Não cheguei a esse ponto. Já sei que não desmaio, não, viu? Chorava. Do pessoal de Brasília, eu me lembro de um professor na pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que, junto com meus colegas,diziam : pelo amor de Deus,pare de chorar! E eu não parava.

Refletindo sobre esses cinco depoimentos, provavelmente, o que vem logo à mente é que as “impressões” os “achismos” que corriam e correm como explicações para a lista de disponibilizados não são elucubrações, fantasmas ou mais ainda, impressões sem fundamento como se poderia imaginar. No terceiro depoimento, afirma-se que havia problemas de coerência entre nomes e matrículas, de tal forma que houve necessidade de se refazer a lista. Talvez se encontre nesse fato uma explicação para a interpretação corriqueira de que todas

essas listas foram elaboradas sob pressão de apadrinhamento. Claro que isso não nega as pressões externas ou internas para a retirada de nomes, mas abre mais o leque de dados para diversas interpretações.

O “boato”, se assim pudermos denominar, recria o fato com certo grau de fidelidade, dependendo muito mais de elementos estruturadores do que de personalidades desviantes. Não vemos necessidade de recorrer aqui a metodologias de análise sobre o fato, sua percepção e sua interpretação existentes na Antropologia, na Sociologia e na Psicologia Social. Sem negar toda valia a esse tipo de análise, e por economia de tempo, preferimos reafirmar o que já foi dito anteriormente, o que, aliás, não deixa de fazer parte daquelas metodologias: a escassez de informações seguras, a falta de participação e de estabelecimento de critérios objetivos como elementos constitutivos do campo da incerteza, contribuem para generalizações, para diversas versões, vistas, sentidas de posições e espaços diferentes.

A repetição é um dos elementos centrais da constituição do tempo, ou seja, do tempo da informação do campo da disponibilidade.

E assim, pelas experiências, pelo sentimento de pertencimento a um grupo, pelo interpretar e pelo agir comum, vai-se construindo a memória coletiva, como aprendemos com Halbwachs.

Contrastamos dois tipos de informações:

O primeiro, coletado igualmente em entrevistas com funcionários aposentados que foram ou não colocados em disponibilidade, mas que a ela se referiram, do que ouviram, do que sentiram, do que presenciaram. São impressões gerais que relatam os fatos e sob os quais são elaborados argumentos explicativos, justificativos, interpretativos, cujo grau de veracidade varia da simples confirmação pelas fontes até a mera coincidência, a posteriori. Claro que essas elaborações incorporam certa prática corrente no serviço público, que é a de atribuir à influência, “ao dedo” de políticos, e também ao corporativismo por categoria funcional, uma posição privilegiada nas ações favoráveis ou não à Administração Pública. Por isso, um dos “critérios” atribuídos a quem estava ou não na lista era justamente o da pressão política, especialmente para a retirada de

apadrinhados da lista, fato confirmado pelos depoimentos transcritos. A “segunda batida de mesa”, como exprimiu N.M.D, foi justamente quando colegas de sua área de trabalho foram afetados pela inclusão na lista. Generalizando, pode-se deduzir que cada área sentiu-se mais ou menos atingida, segundo a capacidade de pressão demonstrada por quem a “apadrinhasse”, reproduzindo, portanto, a mesma matriz da estrutura externa.

Pelas razões expostas, essas versões terminam ganhando, no seio do funcionalismo, se não crédito de confiança total, pelo menos um status de explicação aceitável da realidade, uma certa verossimilidade que perpetua o fato, o ato e a interpretação, servindo de mensagem, de contato, entre o caso e os casos; entre o visto, o vivido e o interpretado. São vozes, práticas sociais que alimentam o cotidiano, o ontem, o trazendo para o hoje.

O segundo tipo de informações são depoimentos de cinco servidores de instituições distintas, dos quais quatro ocupavam, na época, cargos de direção em hierarquias diferentes e que tiveram acesso a dados mais precisos, pelo menos num dado limite: um era Presidente Estadual da Instituição, um Diretor de Recursos Humanos e dois outros, Chefes de Divisões; o último era participante ativo do movimento dos servidores. No entanto, apenas um participou do grupo que elaborou a lista de disponíveis em sua repartição. Não queremos apelar para o argumento de autoridade¹⁰⁰, induzindo que a veracidade das informações decorre desse status. Nem poderíamos, pois como vimos, apenas o que participou da comissão é que dispunha de conhecimento de todo o processo, enquanto dois sofreram a punição da disponibilidade e da falta de informações, sendo pegos inclusive de surpresa.

Nesse segundo grupo alguns aspectos que, como veremos, configuram o universo interpretativo devem ressaltados.

Pelas informações que pudemos obter, embora não tenhamos pesquisado todos os órgãos da Administração Federal, não houve uma direção única sobre quem deveria efetuar a lista. Em alguns casos, o Ministério transferiu a

¹⁰⁰ Entre os entrevistados há outros que exerceram cargos de direção, mas foram explícitos em dizer que não tinham conhecimento prévio da lista, dela não participaram e recebendo-a de Brasília, manifestaram seu descontentamento, seu desacordo, especialmente com alguns nomes.

responsabilidade às suas autarquias regionais ou estaduais. Mas em função das resistências, reverteu a orientação, predominando a centralização em Brasília, na Administração Central de cada autarquia, como fora desde o início adotado por outros Ministérios. Isso é confirmado pelos depoimentos anteriores. É por essa razão que, conforme o depoimento de L.A.L., embora tenha havido esforço para se fazer uma lista no próprio órgão, ela é sobredeterminada por outra oriunda de Brasília, incluindo-a na relação: “Quando chegou o dia da lista..., fomos logo avisados que ela foi feita à caneta”. (Sob interferência, como se pode deduzir).

Limitando, por enquanto, a análise ao âmbito das administrações, independente de centralização ou não das decisões, pelos relatos acima, houve a constituição formal ou não de grupos ou comissões internas em cada autarquia central, com, tudo indica a incumbência restrita de preparar a lista, cabendo à Direção da Instituição o encaminhamento ao Ministro correspondente. Nem por isso a comissão deixou de se constituir num verdadeiro campo de forças políticas, onde os vários interesses se fizeram presentes. Sobre ela serão exercidas pressões de vários tipos: favoráveis, contrárias, vindas do Governo, dos funcionários, de políticos; a respeito de sua competência e dos critérios a serem estabelecidos. Tendo ou não o poder de decisão, mas sendo a origem ou o locus privilegiado, torna-se, portanto, símbolo e referência. Explicitamente ou não, e desconhecendo-se quem de fato dela participou, é sobre ela que perduram até hoje as magoas, os rancores. Se na época eram “reais”, hoje persistem como fantasmas, marcados pelo distanciamento temporal, cada vez mais longínquo.

Há porém um outro problema da comissão encarregada da elaboração das listas que não está apenas nas pressões para inclusão ou exclusão de nomes: implica a própria legitimidade de quem dela participa. “Ser algoz” de seus próprios colegas certamente criou uma tensão psicológica e política muito forte, servindo de divisor entre os que servem aos funcionários e os que servem ao poder. Relembremos o depoimento de N.M.D.:

“Não fui eu que coloquei meus colegas naquela situação, eu batalhei por eles. Podia ter sido pior, porque, com aquele segundo murro de mesa, consegui diminuir muito o corte na categoria”.

Ou este outro: “Estávamos há mais de um, dois, três meses, eu na Junta, como Diretora, a tentar me esquivar de fazer a lista dos disponíveis. Não fiz e isso deve ter batido em alguém, em membros da Diretoria, que eram evidentemente a favor do governo”. (L.A.L.)

Enquanto se discutia, em Brasília, a lista dos disponíveis, havia pressão dos funcionários contra - mobilização e protestos - para que Diretores locais não fizessem lista nenhuma e colegas não participassem de qualquer esquema que a viabilizasse:

“O Presidente da Associação liderava continuamente um pequeno grupo que subia até minha sala e falava: “nós não queremos esta lista, peça demissão”.(L.A.L.) “ E eu tentando enrolar lá em cima (Gabinete do *Presidente*) para não entregar a lista.”(L.A.L.)

Continuava a pressão da Associação para que a Diretora de Recursos Humanos renunciasse: “Realmente eu pedi demissão, não no dia que ele (presidente da Associação) pediu, eu achava que tinha condição de fazer alguma coisa lá em cima. Então, eu pedi dois meses antes de a lista sair, mas nunca me deram, sempre protelaram”. (L.A.L.)

Poder-se-á encontrar como lenitivo à “execrada” participação, o desejo de minimizar o problema - “melhor eu do que outro” -, a vontade de preencher um espaço político para barganhar, influenciar em favor de colegas - “eu batalhei por eles” - ou até mesmo ocupando espaço para boicotar a própria elaboração da lista – “eu na Junta, como diretora, a tentar me esquivar...”

São avaliações que se acomodam na subjetividade de cada servidor público, mas que não se distanciam das análises da Sociologia Política ou de estratégias de atuação política. Os julgamentos em relação aos colegas que direta ou indiretamente tiveram vez e voz no processo de disponibilidade ocupam justamente o espectro que vai da compreensão subjetiva à análise política.

Foram momentos difíceis, tensos, contraditórios, e é interessante atentar para um outro fato, o do limite da aceitação da pressão, seja subjetivamente,

como drama íntimo, como problema de auto-consciência, seja como ação política, pressão externa : “...aquilo estava me violentando, disseram que eu não podia sair, então eu disse tudo bem, que não poderíamos aceitar esses cortes do pessoal técnico...”, como está no depoimento de N.M.D.

Os desejos de renúncia e de saída do cargo de direção ou da comissão foram atos de protestos, de auto-avaliação e de reencontros consigo mesmo, de busca de legitimidade, de reconhecimento:

“Mas chegou um ponto em que eu pedi para ficar em disponibilidade conscientemente, porque estava vendo as coisas que estavam acontecendo...” (N.M.D)

“Agora você me pergunta¹⁰¹ como me senti. Me senti muito bem (Grifo nosso), no sentido de que eu jamais poderia imaginar (chorando emocionada) que meus colegas fossem colocados no fundo do poço. Ainda dói... Foi um sentimento de humilhação para todos, para mim. Achei que a melhor coisa foi eu ter saído com meus colegas ” .(L.A.L.)

Fica claro uma diferença existente entre essas duas últimas narrações. Num caso, a participação na comissão foi espontânea, aceitou o convite, esperando contribuir com isenção, imparcialidade, mas, pelo próprio relato, não tinha respaldo da comunidade e nem encontrou espaço dentro da própria comissão ou esta não teve condições políticas de se impor às ordens externas. No outro caso, em decorrência do próprio status do cargo que ocupava, no mínimo deveria ter conhecimento das exigências, fornecer nomes do quadro de pessoal etc, fazia-se presente nas reuniões da direção da Instituição. Tinha porém um intuito: impedir a elaboração da lista pelo protelamento ou outras formas. Atitude duplamente complicada: boicotar a lista contava com total respaldo político da categoria, mas, embora houvesse uma relação de confiança, até porque fora eleita Diretora de Recursos Humanos, ao integrar a comissão não merecia o apoio dos representados.

O desenrolar do processo termina por criar um “constrangimento moral” - a participação na comissão conduz à manifestação de querer dela sair ou de se sentir em discordância com os critérios adotados. Esse ato de constrangimento nasce de uma decisão própria, de um exame de consciência, – “ eu me magoei

¹⁰¹ Na entrevista perguntamos qual o seu sentimento em ser colocada em disponibilidade.

muito porque teve coisas que não fiz, mas, como fazia parte do grupo, então fiz. Mesmo eu não estando lá o grupo fez” - mas também premido pela avaliação negativa, expressa pelo conjunto da categoria dos funcionários, quanto ao próprio fato de existir a comissão, e, por conseguinte, de um colega dela participar: “Nós não queremos essa lista, peça demissão”. Com isso, questionava-se a participação e todo o processo. Ato de foro íntimo, ao se exteriorizar, deixar de ser pessoal para ser um problema político, inclusive sofrendo uma coerção política: “disseram que eu não podia sair”.

Uma ação individual – fazer parte de uma comissão - reveste-se de outros significados, ultrapassando os limites pessoais. Essa transformação de uma ação individual em política conduz a uma consciência de superar a crença na ação individual deslocada do contexto; ação que só atinge seu clímax quando se supera, ao se engajar na história coletiva. Assim, torna-se uma história do conjunto do funcionalismo público, ao se sentir partícipe de um processo, especialmente nas circunstâncias apontadas, mais amplo, onde a contribuição técnica é desmistificada, pois servia de máscara para ações de poder. Conscientemente, embora sob temor, receio ou vergonha, o ver e o ouvir têm que estar em consonância com o agir, com o dizer, o que significa criticar o próprio processo.

Assim, a permanência do funcionário na comissão - fica a dúvida sobre até que limites e sobre que condições o impedimento foi exercido - e o sentimento de “ver colegas no fundo do poço” são experiências vividas sob uma forte tensão pessoal, ideológica e política, até atingir um grau de identificação, transformada em desejo de “assumir”, como os demais colegas a punição da disponibilidade. Nesse ato psico-social não resta dúvida que se buscava realizar ou se abria a possibilidade para a crítica do processo. O querer ser punido e o “sentir-se muito bem em ser colocada em disponibilidade” são gestos e razões que jogam a individualidade para o resgate de uma temporalidade coletiva, para, dessa forma, ganhar voz.

Conflitos internos e comportamentos alternativos houve também entre funcionários em disponibilidade que buscaram permanecer nas chefias, quando já

estavam exercendo a função, ou conseguiram transferência para outro órgão, evitando assim a punição. Tanto do ponto de vista legal quanto do administrativo a transferência de servidor para outro órgão é perfeitamente cabível. No caso das chefias, houve uma brecha na Lei e no próprio processo de disponibilidade, pois se era para diminuir custos e números de funcionários, a lógica sugere, no mínimo, que os não disponibilizados ocupassem os cargos. Há, por outra parte, como transparece no depoimento da entrevista de CVA, uma questão de posicionamento político, de falta de solidariedade: “enfraqueceu o movimento da gente”.

Sobre este assunto, procuramos ouvir uma aposentada que à época da disponibilidade exercia um cargo de confiança:

- “Apesar de exercer chefia, fui colocada em disponibilidade, fiquei desesperada. Eu sempre dizia que ia ficar aqui no trabalho até velhinha, ia andar de bengala, porque gostava muito do que fazia. A disponibilidade foi como se tivesse levado uma cacetada violenta. (...) Depois de dois dias de reflexão e de pedidos, resolvi retornar ao trabalho”.

P – Você retorna ao trabalho, em disponibilidade, como chefe?

R – Sim, porque nós trabalhamos em disponibilidade, como chefe. Todos os chefes aqui, acho que foram nove ou dez, em disponibilidade, todos nós continuamos trabalhando. Foi determinado para quem tivesse chefia permanecer trabalhando.

P – Determinado por quem?

R - Pela Direção da *Instituição*. Era uma determinação superior. Todo mundo que tinha chefia, deveria permanecer trabalhando, mesmo os que estivessem em disponibilidade.

P - E como vocês se sentiam em disponibilidade ?

R - Péssima. De um lado, o órgão não queria o trabalho nosso, certamente considerava não importante. Por outro lado, tinha chefia e devia permanecer. Muito confusa essa história. Mas tivemos que permanecer. Todos ficamos.

P - Mas o Órgão não poderia obrigar, porque o funcionário estava em disponibilidade.

R - Mas determinou que quem tinha chefia deveria permanecer. E tem outra coisa: o Governo demitindo¹⁰² também outras pessoas, como foi o caso de vários colegas nossos que não tinham estabilidade. E a gente ficou nessa: fica em disponibilidade, vai embora para casa, permanece na chefia. E aí? Nós, que tínhamos chefia nos reunimos várias vezes, conversamos muito com o pessoal de Brasília, o pessoal em quem tínhamos mais confiança, de direção, eles sempre eram de acordo que a gente permanecesse nas chefias, que permanecesse trabalhando. Terminou passando essa crise em que fiquei dois dias, sem querer falar com ninguém. Voltei, fiquei até o fim. Aposentei-me ainda em disponibilidade.

P - Vocês continuaram nas chefias, em disponibilidade, isso criou algum problema de ordem pessoal? Como vocês foram vistos pelos colegas? Isso criou algum problema, alguma fofoca, algum atrito?

R - Não, não, porque não houve critério para a disponibilidade. Eu posso até te dizer que pelo trabalho que sempre fiz nesse órgão, sempre fui respeitada pelos colegas. E isso não modificou esse respeito que as pessoas tinham comigo, pelo contrário, recebi muita solidariedade na época. O pessoal, indignado, vinha conversar comigo. Como é que eu tinha ido para disponibilidade e fulano, fulano, fulano, que nunca tinham feito qualquer trabalho, que não tinham compromisso com a Instituição, estavam aí muito bem?! Nesse aspecto, não. Mas

¹⁰² É também no Governo Collor a demissão de funcionários não estáveis, de acordo com a Constituição de 1988. Houve recursos judiciais, alguns voltaram e ainda permanecem “sub judice”.

profissionalmente foi assim...olhe, nós nos sentimos muito mal. Nunca percebi por parte dos colegas nenhum comentário a respeito.

P - Quando você diz que conversou com o pessoal, alguns colegas de Brasília e de outros Estados, eram pessoas que tinham ficado em disponibilidade ou aqueles ligados a associações?

R - Era o pessoal da Associação e da área de Recursos Humanos, na qual eu trabalhava, e por isso conhecia e tinha mais relações, inclusive porque eu, de vez em quando, era chamada para ajudá-los no trabalho. Era um pessoal em quem eu tinha confiança. Com esse pessoal, conversei bastante e eles achavam que não devia deixar a chefia, não devia ir embora

P - Essa situação de disponíveis em chefias foi geral em toda a Instituição. E nos outros órgãos?

R - Foi. Em outros órgãos eu não sei explicar. Foi horrível. Lá em casa, fomos os dois para a disponibilidade. Meu marido também era chefe.

P - Nessa mesma Instituição?

R - Sim. O dia da disponibilidade, aqui, foi o dia do juízo final. Eu não conseguia entender, racionar como tinha ficado em disponibilidade. Trabalhava muito, tinha responsabilidade. Para mim, a disponibilidade era para quem não trabalhava. Não foi assim.

Sem dúvida, pela falta de critérios, de orientação, de sensibilidade o próprio processo da disponibilidade fomentou um ambiente de “salve-se quem puder”. Transferir-se para outro órgão, mesmo que legal, certamente não deixou de criar constrangimentos, pois seria para substituir quem tinha sido colocado em disponibilidade. E mais agravado ainda quando feito através de apadrinhamento parlamentar¹⁰³, permitindo insinuações de “funcionário protegido”. Permanecer em

¹⁰³ O apadrinhamento político fez desacreditar ainda mais a própria disponibilidade, encontrando condições objetivas para reprodução dessa prática. A pressão política, recurso legítimo, perde terreno para as formas tradicionais do exercício da política.

cargos de confiança, mesmo tendo a capacidade de trabalho e dedicação reconhecidas, também não aliviou as tensões. Como nem o Decreto e nem outras normas internas restringiu o exercício da chefia aos colocados em disponibilidade, isso permitiu que chefes de nível mais superior aconselhassem a permanência nos cargos. Entendemos que foi muito mais uma orientação pessoal, possivelmente até revestido de uma atitude de protesto e de resistência, do que propriamente uma determinação institucional, pelas informações levantadas.

Os relatos são fatos da vida coletiva, são experiências que trazem o desejo de reconhecimento, a inserção como sujeito ou como testemunha, o abrir-se para o mundo, o que significa partilhar, tanto no significado de compartilhar como de dividir. No que nos apoiamos também em Benjamin : “ (A narração) penetra na vida do relator, para oferecê-lo aos ouvintes como experiência” (Benjamim,1975: 37)

É sob essa experiência compartilhada e transmitida que se estruturam, a partir de então, as relações funcionais, o passado e o cotidiano do servidor público.

III “O Ultraje à Função Social : a desconsagração”

Havia todo um clima de denúncias contra os funcionários públicos, identificados como “marajás”, pelos altos salários; improdutivos, pelo baixo desempenho; relapsos, pela ausência ao trabalho; privilegiados, pela estabilidade no emprego, pela aposentadoria integral, por reajustes salariais constantes e pelo apadrinhamento político. O reverso apresentado era uma grande massa de trabalhadores ganhando pouco e produzindo muito; estruturas administrativas privadas modernas, eficientes.

“A disponibilidade foi antecipada por propaganda governamental mostrando os funcionários como ruins” .

Colocados à sanha da sociedade como responsáveis pela crise financeira do Estado, pela ineficiência da modernização administrativa do aparelho estatal, essa atitude governamental, precedida de intensa divulgação na mídia sobre a incapacidade do servidor público, iguala desiguais, desconfigura personalidades, ultrajando a auto-estima, colocando indistintamente todos na vala comum do irresponsável, negligente, descartável.

A avaliação do serviço público e dos funcionários feita pela imprensa e pelo próprio governo, se espelhava situações reais, apontando para estruturas administrativas e legislação trabalhista e funcional em descompasso com a atualidade, pecava pela generalização, identificando todos numa mesma situação e apontando para soluções muitas vezes deslocadas das necessidades, pois cópias de outros países, ou projetos de empresas privadas. Entre a necessidade de modernizar, e essa palavra encobre vários significados e, sobretudo, vários interesses, e as formas de sua concretização, há vários caminhos, percalços que naquele momento político do Brasil trazia os vestígios de uma campanha política

polarizada entre direita e esquerda, entre a modernização e o atraso, entre o preparado, experiente e o despreparado e inexperiente.¹⁰⁴

Para o que nos interessa, se o “confisco da poupança” arranhara a credibilidade do Presidente Collor, a campanha contra o funcionalismo público, que se alastrou por todos os meios e sob todas as condições, não teve o mesmo destino: preparava o terreno desejado, para implementar as medidas a serem tomadas.

Embora seja digno de um aprofundamento, o que infelizmente não se fará aqui, tomamos como hipótese que o serviço público como meio de trabalho, de emprego, é valorizado e muito procurado, mas a avaliação sobre seu desempenho, no que se inclui o próprio funcionário, é muito negativa, de tal maneira que, sem exagero, podemos dizer que existe uma cultura desfavorável, alimentada sob várias formas, como estereótipos, música, charges, expressões, símbolos¹⁰⁵. Essa situação, portanto, permite uma margem de ação política, desde que não ameace os empregos, pois o Estado é ainda um grande empregador, mesmo para os governos que lançam campanhas contra o “mau servidor público”.

Toda mudança de Governo traz em si uma instabilidade, com a chegada de nova equipe administrativa, com a possibilidade real de alteração dos cargos de confiança – assessorias e gerências – e com novas orientações orçamentárias, estratégicas, administrativas. Ampliando o grau de instabilidade, apontava-se para a extinção, fusão de órgãos e cargos, ou seja, uma reforma do aparelho administrativo, cujas orientações eram transmitidas de forma imprecisa, pontuada de insinuações, falta de clareza, sob a denominação de Plano Brasil Novo.

A Medida Provisória 151, de 15/03/1990, transformada em Lei nº 8.029, de 12/04/1990, extingue, transforma, dissolve, privatiza e funde diversas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e estabelece fundações ou novos órgãos. Entre as extinções, estão as Superintendências

¹⁰⁴ Lembremo-nos que F.Collor era conhecido como o perseguidor dos marajás. Mas não estamos aqui para analisar a campanha e o Governo Collor, aquele momento histórico do qual participamos, ainda está bastante vivo em nossa memória para compreendermos o que tudo significou.

¹⁰⁵ A música “Maria Candelária”, a cadeira sem ninguém, mas com um paletó pendurado sem ninguém e a expressão barnabé, criados nas décadas passadas, são os mais conhecidos e reproduzidos na imprensa, nas piadas, nas conversas.

Regionais de Desenvolvimento das regiões Sul (SUDESUL) e do Centro-Oeste (SUDECO), o IAA, o IBC, a FUNARTE, o Pró-Memória, a EMBRATER, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); como resultado da fusão da FUNARTE, FUDACEN e FCB foi criado o Instituto Brasileiro da Arte e Cultura; o IPEA é transformado em fundação.

O Decreto 99.300, de 15/06/1990,¹⁰⁶ dispõe sobre os proventos de servidores colocados em disponibilidade, os quais serão “calculados proporcionalmente ao tempo de serviço público” (art.1º)

Mesmo apoiando-se na Constituição Federal, não deixava esse Decreto de dar à Carta Magna, em parte, outra interpretação e redação, pois o seu parágrafo 3º do art.41 rezava: “Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo”. A falta de uma qualificação mais precisa para o termo “remunerada” abrirá um intenso debate jurídico, permitindo a arguição no Supremo Tribunal Federal.

É nesse quadro externo desfavorável marcado por uma avaliação negativa do servidor público, pelo menos transmitida e alimentada pela mídia, combinado com uma delicada e tensa situação interna – no serviço público - que é anunciada e aplicada a disponibilidade.

O Decreto nº 99.313¹⁰⁷, de 18 de junho de 1990, assinado pelo Presidente Fernando Collor de Mello, iniciava com um único e curto período gramatical uma página da história do Serviço Público Federal, com extensão nos estados e municípios:

“Declara a desnecessidade de cargos e empregos do Quadro e Tabela Permanentes dos órgãos que menciona e dá outras providências”.

Dessa forma, sem precisar duração e um plano de reaproveitamento, conforme exigia a Constituição, todos os órgãos federais começaram a receber oficialmente a lista de servidores colocados em disponibilidade. Todos os níveis

¹⁰⁶ Ver Anexo VIII.

¹⁰⁷ No total foram 26 decretos, abrangendo diversas autarquias, empresas e fundações, atingindo aproximadamente 10.005 servidores públicos.No Anexo VI apresentamos um resumo do número de disponíveis por instituição.

administrativos foram atingidos e de igual forma as mais diversas categorias funcionais como arquiteto, agrônomo, médico, sociólogo, psicólogo, assistente social, engenheiro, advogado, procurador, contador, sanitaria, terapeuta ocupacional, economista, administrador, entre tantos.

Para conhecimento do impacto que isto representou, no INCRA foram disponibilizados, num só dia, 2.605 funcionários, aproximadamente 26 % do total dos seus servidores; na SUDENE, 588; IAPAS/INPS, 3.343; INAMPS, 112, todos médicos.¹⁰⁸ Se atentarmos para a “desnecessidade” no serviço público conclui-se, no mínimo, que a população brasileira não tinha problemas de saúde, dando-se ao luxo de dispensar médicos.

“Quando saiu o listão foi um dia de horror, porque foi muita gente a desmaiar, a ir a hospital e a gente vendo aquilo, esperando o nome da gente sair, ficar naquela expectativa, todo mundo no pátio esperando ser lida a lista da disponibilidade. Foi muito deprimente, eu sofri muito, até adoeci, porque é a vida da gente. (M.M.J)

A situação interna fica ainda mais problemática, pois a elaboração da lista consumiu as energias de todos, elevando o grau de incertezas e insatisfações. Os critérios para elaboração da lista nunca ficaram devidamente esclarecidos. Como vimos, reinou nos depoimentos apresentados a perseguição política, a discriminação por categorias funcionais, o apadrinhamento político, e a falta de critérios universais, objetivos, de tal forma que, para prevalecer a meta quantitativa estabelecida, todos os funcionários foram igualados na mesma avaliação. Da maneira como foi feito, muitos funcionários – administrativos e técnicos de nível superior –, com muito tempo de trabalho e com grande experiência, avaliados positivamente e reconhecidos pelos colegas e pela própria Instituição, foram colocados em disponibilidade:

¹⁰⁸ CF. Diário Oficial da União, 20/06/1990. Nº 117, p: 11.775 e seguintes. Os decretos em questão tem numeração variada. Assim, para os casos citados, o do INCRA é 99.332, o da SUDENE, 99.320, os do INPS, IAPAS, 99.322, 99.324, respectivamente; e do INAMPS, 99.332

1964 de novo?

"Saiu a lista das disponibilidades na SUDENE.

Sou avisada do fato pelo presidente do Sindicato e subo para falar com o Superintendente.

Há que ser armado um esquema para dar conhecimento da lista do Diário Oficial aos servidores.

Telefona-se para nosso escritório em Brasília. Seu Diretor ainda não tem conhecimento do fato.

Ligaré assim que o tenha.

Liga pouco depois. Abalado, me informa que também estou na lista. (Quanta ironia: eu Diretora de Recursos Humanos, que estava reunida com o "staff" do Superintendente para fazer a comunicação aos servidores e ajudar a tomar as providências daí decorrentes...) O chão me falta. Desço à minha sala e vou tomando conhecimento dos componentes da lista. Meu Diretor Adjunto, minha Secretária, minhas chefias, todas as lideranças da SUDENE, todo mundo que é progressista, que freqüentava a "Praça da paz celestial" em dia de greve. Todos

Um novo 64? Em plena era da democracia e modernidade?

Já de cabeça fria, bendigo os céus por fazer parte do listão.

Como iria me sentir se isso não ocorresse, com todos os meus amigos-irmãos dele fazendo parte?

Muito tempo depois analiso a minha reação naqueles momentos e procuro entender porque não doeu tanto ser expulsa da minha casa.

É que há muito tempo a SUDENE deixou de ser a minha, a nossa casa." ¹⁰⁹

¹⁰⁹ Limeira, A e Gilsoneide Alves. 1992: 37)

Por outro lado, funcionários que poderiam ser enquadrados na categoria de disponíveis, isto é, "os faltosos, os que vivem de licença médica", permaneceram. É interessante se atentar para esse fato, pois como vimos em vários depoimentos, havia uma espécie de consenso configurado no sentido de se esperar, o que não significa concordar, que os funcionários relapsos ou, até mais radical, os contumazes relapsos, fossem aqueles que fariam parte da lista. Assim, relação individual-coletivo só tende a se tensionar, a auto-avaliação e avaliação do outro carrega uma alta dosagem de subjetividade, em detrimento da objetividade. Poder-se-ia questionar inclusive que tipo de objetividade. Um funcionário alcoólatra, explicitamente reiterado na entrevista concedida, não via nesse fato razão para ser posto em disponibilidade, como de fato não foi.¹¹⁰ Será que critérios orientados por bases científicas – Psicologia, Administração de Recursos Humanos - encontrariam justificativas? Mas como eleger e conciliar critérios, com o objetivo do próprio decreto e das falas governamentais, que apontavam para aqueles que não seriam necessários?

Uma situação esdrúxula aconteceu com quem tinha cargo de confiança: em alguns casos, o funcionário foi colocado em disponibilidade, mas, por exercer uma função, podia permanecer na direção da seção ou da divisão. Não deixa de ser insólito, pois se o Governo alegava a desnecessidade, essa só pode ser compreendida se o serviço não tiver mais relevância ou se o funcionário não servir mais.

Talvez haja uma pergunta que todos queiram fazer: só os funcionários de esquerda foram punidos, como alguns depoimentos enfatizaram? Como a pesquisa não foi orientada para esse tipo de questionamento fica impossível pontuar. Contudo, o não estabelecimento de critérios mais objetivos e dada a centralização da elaboração da lista em Brasília, sem a ingenuidade de negar a possibilidade de influência das próprias repartições nos estados, certamente, por desconhecimento e inexistência de um levantamento político-partidário, muitos funcionários de direita ou de outra conotação ideológica e política tenham sido

¹¹⁰ Entrevista de S.J. Ele não atribui o fato de não ficar em disponibilidade ao problema do alcoolismo. Mas também não sabe explicar porque foi poupado.

também incluídos. Houve, por exemplo, na repartição onde o autor desta tese trabalhava, dois colegas que fizeram abertamente campanha para Collor e foram colocados em disponibilidade. Um deles foi por conta própria, conforme fazia questão de falar, salientando sua amizade com o eleito, assistir a posse do Presidente da República. Na mesma repartição, nas primeiras assembléias realizadas depois da disponibilidade, foi explicitamente solicitado que não houvesse referências ou discriminação àqueles que tinham votado no Presidente eleito, pois, agora, todos, punidos ou não, estavam numa mesma situação, além de que as opções políticas de cada um deveriam ser respeitadas.

Sob a aparente igualdade de situação funcional - perante a lei todos são servidores, com salários garantidos -, surge um desafio ou a descoberta de que no novo mundo há desigualdade de oportunidades.

Não temos estatísticas, mas a disponibilidade, com as incertezas que gerou quanto a salário e duração, levantou a questão de sobrevivência e nela a dúvida sobre a real possibilidade de trabalho: quem mais facilidade teria de se integrar ao mercado? Um procurador, um administrativo, um motorista, um técnico de cadastro, um planejador, uma assistente social? Infelizmente não temos dados para responder.

Se alguns se deram bem ou até muito bem, por aproveitarem o tempo de que dispunham em outras atividades, possibilitando-lhes a abertura de novos horizontes, de novos conhecimentos e experiências, o certo é que perdurava introjetado ou explicitado o “estigma” do disponível. Voltar ao trabalho implicava não apenas a pura e simples reincorporação, como um rito de instituição, mas o resgate da própria dignidade pessoal, funcional, portanto do Eu e do Nós, que fazem a categoria do funcionário público.

O trauma, repetidamente salientado, aparece em extravasamento de emoções, ao relatar¹¹¹, ao relembrar os fatos passados, em silêncios ou negativas

¹¹¹ Esse trauma fica evidente tanto nas entrevistas feitas como em conversas informais em diversas repartições. Lembramos um caso, ocorrido com o autor desta tese, no mês de agosto de 2001: ao ser apresentado numa Associação de Servidores como um colega e pesquisador que escrevia uma tese sobre os aposentados, só eles se voltaram. Mas, informados que o pesquisador gostaria também de saber sobre a disponibilidade, outros funcionários reagiram de imediato, ao bater três vezes na mesa dizendo: isola, esquece isso, Deus me livre, tira esse agouro (por

de falar sobre o assunto; são buscas de um lugar perdido, revalorizações do sentido da vida e do trabalho. A rejeição em expor o assunto, especialmente daqueles que tiveram participação direta nos acontecimentos, pode ser ligeiramente interpretado como “vergonha”, como “remorso”, mas por que não como uma auto-avaliação em processo ainda impossível de exteriorizações? Entendemos que, para superar o “psicologismo”, tenhamos que voltar ao que já foi dito e assim recuperar toda a sua dimensão. O esquecimento, a revolta, a rejeição, se explicam ou permitem análises alternativas, porque o funcionário em disponibilidade não foi atingido apenas pelo seu afastamento temporal, mas pelo aniquilamento de certezas, pelo aviltamento a sua dignidade.

Na narração dos momentos da preparação e do anúncio da disponibilidade, verificamos como estes foram tempos tensos:

“O desespero, foi um horror, de quem estava, de quem não estava. Uma amiga minha que pouco falava, era uma pessoa direita, que trabalhava na dela, entrou acidentalmente na disponibilidade. Ela ficou louca, não foi nunca mais à *Instituição*. Ela não quer saber de lá. Ninguém sabe porque ela entrou nessa lista. A gente vê na lista que algumas pessoas foram substituídas. E não tinha computador, era à mão mesmo, vinha de Brasília”.(N.Z.F.)

Inquietações, angústias e incertezas foram certamente as características do comportamento dos funcionários públicos nesse período. O “acidentalmente” traz muito mais a marca da decisão do que de um desvio, um imprevisto de percurso, tendo uma fundamental consequência: destrói o parâmetro da objetividade e da imparcialidade, que devem nortear as relações funcionais.

A publicação das listas coloca a nu, como numa final de uma orquestra desafinada, pedaços de falas, de esperanças, dificilmente ajustáveis, que darão lugar ao desespero, à desilusão, ao isolamento. O sentimento de perda se instaura e perdia-se uma batalha de várias frentes: a pessoal e a coletiva; da confiança e da ilusão; da dedicação e do esforço; do trabalho e da dignidade; do presente e do futuro.

coincidência, a visita foi em período de greve). Depois, conseguimos entabular uma conversa cheia de histórias sobre o período da disponibilidade.

O impacto psicológico - pela pecha de improdutivo, pela separação do trabalho - desestabiliza as relações familiares e funcionais, levando ao desespero os responsáveis pelo sustento do lar. Como se olhar e como olhar para os seus, que certamente o tinham na imagem de bom profissional?¹¹² Como conseguir novo trabalho, depois de uma punição pública, aliada, possivelmente, ao despreparo para novas atividades? Doenças psicossomáticas, e, mais drásticas ainda foram as tentativas de suicídio, quando não a própria morte, em consequência daquele ato ou por infarto, foram manifestações comuns:

“Esse tempo da disponibilidade foi um negócio traumático; teve gente que morreu do coração; que morreu em acidente de trânsito, teve muita coisa, foi uma coisa que bagunçou mesmo (...)” “Fulana, ao saber de seu nome na lista de disponibilidade, ficou tão apavorada que bateu o carro e morreu. Outro caso, lembro-me bem, de um colega, ex-padre, teve um problema de coração e morreu. Via –se também a ‘carrada’ de gente indo ao serviço médico”¹¹³.

O impacto social atinge toda uma categoria social: o funcionário público, agora mais do que nunca descartável, à mercê de critérios subjetivos de avaliação, sem garantia de respeito aos direitos adquiridos. Torna-se um alheio no próprio trabalho, um errante na sociedade. Um olhar para si e o de seus companheiros não basta; o julgar dos outros é a medida de sua avaliação social: rejeitado, a ser compreendido, desculpado, avaliado, sob o peso do noticiário, da mídia, das intrigas departamentais, da perseguição política, do apadrinhamento. A disponibilidade tornou-se um caldeirão onde a modernização administrativa vira espetáculo, a humilhação substitui a altivez, a capacidade técnica é duvidada, a necessidade do trabalho e do serviço desconsiderada, negligenciada. Todos os funcionários públicos são colocados sob uma norma que traz consigo uma forte valoração negativa.

¹¹² “Eu tenho um colega ...que, se tivesse ficado em disponibilidade ia se suicidar. Ele prezava tanto o fato de a família saber que era engenheiro da Instituição, que isso ia ser uma coisa para ele ficar aluado” (L.A .A.)

¹¹³ Depoimento de L. A .A. Os nomes próprios foram omitidos pelo autor desta tese. No INCRA de São Paulo, o motorista Pedro de Almeida morreu de infarto, tendo seu nome colocado na sede da Associação dos Servidores do INCRA.

O processo de disponibilidade acarreta várias conseqüências na vida administrativa das instituições públicas, como são reconstruídas em vários depoimentos: antes da publicação, pela semi-paralisa das atividades, devido ao clima de insegurança, de mobilização e de revolta; depois, pelo vazio deixado pelos colegas, sobrecarregando de atividades os que ficavam:

“Senti os efeitos...era muito deprimente, a gente chegava ao trabalho e encontrava as salas vazias, tudo muito triste; as colegas quando apareciam lá ,uma vez ou outra, era muita tristeza, porque a gente só esperava ser posta para fora, ser dispensada, era muita conversa, todo dia, era muita depressão, era isso, era aquilo...”(M.M.J).

Ora, a disponibilidade, ao atuar indistintamente sobre os funcionários, deixa de se dirigir ao que alimentava os discursos e propostas governamentais de reparar o serviço público dos maus funcionários e de modernizar a máquina administrativa, para atingir de forma violenta a própria finalidade do serviço público e do servidor público, ou seja, a função social neles existentes. Assim, o governo caminhou para a “desconsagração” do serviço público, termo este usado aqui no sentido inverso ao que Bourdieu, apoiado em Durkheim, denomina de “consagração”¹¹⁴, isto é, o reconhecimento, a valorização, a consideração: “o efeito da consagração, capaz de livrar do sentimento de insignificância e da contingência de uma existência sem necessidade,ao conferir uma função social conhecida e reconhecida...” (Bourdieu, P. 2001:294).

Em síntese, só a desconsagração pode, portanto, acarretar a “desnecessidade” dos servidores, retirando-lhes ou avaliando negativamente os capitais sociais, técnicos e culturais. Com efeito, mais do que um sentimento pessoal, mais do que uma convicção de ofício, a disponibilidade foi a ponta, a raiz da desestruturação do serviço público, da desqualificação do servidor público, tanto pessoal quanto socialmente.

¹¹⁴ “O capital simbólico - outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio” ou de forma mais inteligível: “...capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital”. (Bourdieu, P.:2001 :145 e 135 respectivamente)

Aos suspensos das atividades só restou o espaço da decepção, da reclusão em casa, do desespero; do caminho da mobilização, nem sempre permanente, e dos recursos judiciais e administrativos.

Recursos judiciais são impetrados por Sindicatos ou conjunto de servidores, para reverter a disponibilidade. Destes alguns ganharam, outros não.

Em 19 de junho de 1990, o Partido dos Trabalhadores (PT) entra com Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 99.300¹¹⁵. O Supremo Tribunal Federal, apoiado no relatório do Ministro Sydney Sanches, concede por maioria de votos, em 27 de junho de 1990, a liminar, suspendendo até julgamento final os efeitos dos artigos 1º e 2º do decreto 99.300. Em síntese, os três argumentos principais: primeiro, a disponibilidade com remuneração proporcional “não encontra amparo em nossa Carta Magna”; segundo, a matéria tratada sob forma de decreto extrapola a competência do Presidente da República, sendo ela de cabimento do Poder Legislativo, o que na linguagem jurídica é denominada de “vício formal”; e, terceiro, contraria várias normas jurídicas, ou seja, está eivada de “vício material”¹¹⁶.

Outro tipo de comportamento adotado foi a ida à repartição, e até mesmo à própria sala de trabalho, para lá permanecer, tentando inclusive assinar ou registrar a presença. Muitos chefes não viram esse comportamento com bons olhos, proibindo-os de assim agirem¹¹⁷. Como forma de protesto, como manifestação política ou como afirmação de personalidade forte, essa atitude também pode revelar ou embutir um outro aspecto: a dificuldade de se acostumar a uma nova rotina, sem horário fixo para as coisas.

¹¹⁵ A Revista Trimestral de Justiça – (RTJ) -, v.136, de junho de 1991, págs 981-1032 traz toda a discussão e votação sobre essa ação, que recebe o nº 309. A mesma Revista v.137, de agosto, págs.519-559 e setembro, págs.984-1053, trata da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 313 impetrada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT)

¹¹⁶ RTJ v.136:985-87. O Decreto 99.300 traz, como de praxe, além da assinatura do Presidente da República, dos ministros, e neste caso do Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que foi Relator Geral da Constituinte e deu parecer contrário a propostas de proporcionalidade de salários de servidores em disponibilidade, sob a alegação “de que deveria ser tratada no âmbito da legislação ordinária”(pág.983) Fica a dúvida : por que assinou o Decreto 99.300?

¹¹⁷ Dados de entrevistas. Há o caso de um funcionário em disponibilidade que, integrando uma Comissão interinstitucional, compareceu a uma reunião em outro Órgão e foi exortado à força pelos seguranças da sala de reunião por ordem do Presidente da Instituição. Quatro anos depois, torna-se Presidente dessa Instituição, tendo como subordinado a pessoa que o expulsou da sala.

Outro tipo de comportamento foi o de não assumir a disponibilidade, publicamente, perante a família ou grupo de amigos, na vizinhança, negando-se a dizer, a comunicar o fato ocorrido e preferir “sair de casa todo dia no horário de trabalho”, como se lá estivesse exercendo as suas atividades e assim “fugir” das explicações, por não estar no trabalho naquele horário¹¹⁸, ou seja, esconder a realidade, refugiando-se no espaço do nada.

Na literatura consultada não há registro de análise sobre esse tipo de comportamento. Essa atitude não pode ser comparada ao esquecimento, como é tratada nos estudos da memória¹¹⁹. É uma atitude de ocultar da comunidade, do grupo mais próximo, uma realidade cruel, algo aviltante aos valores de homem, de trabalhador. Não há uma reinterpretação do fato, uma destruição de símbolos (cadres sociaux, como diria Halbwachs). Há claramente um silêncio gestual, não para esquecer, mas para não conhecer, não ser informado, não ser julgado. O ritualismo não se apresenta como contestação, como desconsideração, mas como escape, como “âncora moral”. Isto é, o ato de sair, de não permanecer em casa, de dar a impressão de estar no trabalho, encontra-se e justifica-se igualmente com outros valores de homem, de pai de família, de responsável, certamente valor mais forte para o posicionamento e reconhecimento social. O controle social funciona indiretamente pela força dos padrões de interação social, através dos papéis sociais, do status, dos valores. Mesmo para os que viram nesse comportamento uma “fraqueza política, uma falta de consistência ideológica”, a necessidade do ritualismo como forma do “parecer socialmente integrado” se sobrepôs.

O Ofício Circular nº 985, de 17/07/1990¹²⁰, da Secretaria da Administração Federal, ao reconhecer o imperativo da liminar contrária à proporcionalidade dos proventos, dá seus entendimentos, o que é ao mesmo tempo uma explicação a

¹¹⁸ Declaração de um funcionário: “A vergonha era também de ter de ficar em casa, como se fosse um vagabundo. Eu, um pai de família, o que não iriam pensar? Eu saía todo dia, não sabia para onde, mas saía”.

¹¹⁹ Lembramos os textos de Pollak, Michael, 1985 e 1989; Nora, P. 1994, Le Goff, 1994 e Santos, M., 1993.

¹²⁰ Ver Anexo IX

posteriori, uma justificativa e um ordenamento; mas também - nossa análise é que diz -um reconhecimento do processo atabalhado que foi o da disponibilidade.

“O servidor em disponibilidade, estatutário ou trabalhista, não ocupa cargo ou emprego, inexistindo atribuições para serem exercidas. O art.9º da Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990, explicitamente considera o servidor em disponibilidade como inativo”.(Item3)

“No pagamento dos servidores em disponibilidade serão utilizadas a rubrica 255 – Proventos Disponibilidade e a classificação contábil 331900104” (4- IV).

“Não se deferirão férias ao servidor em disponibilidade. No respeitante àqueles direitos cujo direito havia sido adquirido anteriormente à decretação da disponibilidade, poderão ser gozadas na hipótese em que o servidor seja aproveitado antes do término do período de sua concessão. (...)” (4-VI).

“A esses servidores não se concederão licenças, nem serão requisitados ou redistribuídos” (4-VII)

“O servidor em disponibilidade não será avaliado nem obterá progressão ou ascensão funcional ou promoção, ressalvado o direito adquirido. A publicação do ato de disponibilidade interrompe o interstício da progressão funcional”(4-VIII)

“O funcionário em disponibilidade poderá, nessa condição, ser aposentado, computando-se ,somente para esse efeito, o tempo de disponibilidade...” (4-IX)

“Ao servidor em disponibilidade ficam assegurados os benefícios de caráter assistencial...”(4-XI)

“A assinatura de ponto (registro de freqüência) é incompatível com a disponibilidade”. (4-XII)

“Será deferida ao servidor em disponibilidade a gratificação de Natal”(4-XIII)

“A disponibilidade e o valor dos proventos devem ser consignados nos assentamentos funcionais e na parte das anotações gerais da Carteira de Trabalho e Previdência Social”.

O disponível viverá num tempo de espera, que é, de certa forma, de submissão: as expectativas, as ilusões, estão fora de seu controle, como num tempo suspenso, pois a qualquer hora, a qualquer momento, vindo do governo, da Justiça, das pressões sindicais e sociais, pode chegar a solução do problema ou

parte dela. Nesse tempo de espera, eles agem também de forma diversificada: com ações administrativas, judiciais, ou seja, em vários espaços.

A disponibilidade acarreta, não de forma linear e seqüencial, novas formas de comportamento. Os servidores públicos federais passam a conhecer uma nova realidade política, onde não basta apenas reclamar individualmente da “injustiça” cometida. Embora cada um tenha que assumir os seus riscos, impõe-se a necessidade de um movimento amplo e aberto¹²¹: amplo, no sentido de congregar o maior número possível de punidos, dando uma direção comum a um movimento, cujos membros vivem situações funcionais diferenciadas sob distintas tabelas de remuneração, e fortemente divididas por questões ideológicas, políticas e partidárias¹²²; aberto em três direções: a conquista do apoio da população, a busca do apoio parlamentar e ações na Justiça para tentar refazer a imagem negativa perante a sociedade, reconstruindo o capital simbólico. Esses passos é que poderiam dar credibilidade e legitimidade à luta judicial e processual-administrativa. Em outros termos, a sobrevivência do trabalho no trabalho ultrapassava agora os limites institucionais de cada repartição pública, de cada petição por categoria para se voltar para um espaço totalmente diferente até então: o espaço público. Os funcionários passam a compreender, como nunca, que precisam mais da sociedade e das esferas parlamentares do que dos arranjos internos.

A disponibilidade torna-se um problema geral e comum a todo funcionalismo público, seja como medida governamental concreta seja como exemplo do que poderá acontecer no futuro. Passa a fazer parte de uma memória coletiva, do grupo, parte integrante de uma identidade social do aposentado ou do

¹²¹ Infelizmente não foi possível recuperar documentos dos movimentos de protestos. Em algumas atas de assembléia de associações de servidores, encontram-se referências que demonstram uma intensa mobilização. Foram organizadas comitivas a Brasília para atuar junto aos parlamentares, no sentido de reverter a situação; outra frente foi aberta na Justiça, pelo questionamento da constitucionalidade da disponibilidade. Por outro lado, em conversas e nas entrevistas podem se obter dados que permitem não a reconstituição, mas uma moldura com os principais elementos do movimento contra a disponibilidade.

¹²² Que justificativa ou explicações os funcionários que tinham apoiado e votado em Collor poderiam dar? E os “colloridos” atingidos, como participar das assembléias, como questionar na Justiça, como se explicarem e explicarem para os seus familiares e para a categoria? Uma embaraçosa e complicada situação psicológica, social e política.

servidor público. A narração, como alimento do universo da disponibilidade, seja através de representações trocadas informalmente em encontros pessoais, em atos coletivos, seja por meio de entrevistas e relatos, atualiza o fato, tornando-o, pela memória uma experiência de referência e, pela escrita, um testemunho :

“Onde há experiência, no sentido próprio do termo, determinados conteúdos do passado individual entram em conjunção, na memória, com os do passado coletivo” (Benjamin,W. 1975 : 38)

Por força de liminares, houve funcionários que retornaram ao trabalho durante o ano da disponibilidade. Em 1992, a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal declara, por unanimidade, a inconstitucionalidade do Decreto 99.300, apoiado especialmente no art. 7º, inciso VI, da Constituição - “irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo” - e no art. 37, inciso XV - “Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis...” - inviabiliza as pretensões do Governo em diminuir gastos com salários do funcionalismo público. Termina o processo de disponibilidade com a volta de todos os servidores punidos. Inicia-se novo tempo de adaptação, de cicatrização das feridas, nem sempre saradas:

“A grande lição da disponibilidade é que você é descartável”.

P - Qual a sua expectativa em relação à aposentadoria ?

R - Nenhuma, a não ser me livrar do rótulo de “disponível”. (C.M.M.P)

CAPÍTULO III

A cotidianidade do aposentado: “Ser aposentado, não se sentir aposentado”

O universo da vida cotidiana é complexo como podemos ver na passagem transcrita da obra de Agnes Heller:

“A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. (...) O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso não pode aguçá-los em toda sua intensidade” (Heller,A.1992:17/18).

É no cotidiano que as ações humanas são realizadas, por isso apresenta um campo vasto para análise do tempo social, ou seja, das práticas das temporalidades sociais¹²³. Fazendo uso do que aprendemos com Gurvitch é aqui que podemos apreender, em todo vigor, as diversas manifestações da multiplicidade dos tempos sociais do aposentado. Como ele se considera e participa da sociedade, suas relações com a família, com os amigos, com as instituições; suas expectativas e vivências. É no cotidiano que se encontram presente, passado e futuro.

Neste capítulo pretendemos analisar algumas manifestações do servidor público aposentado em sua cotidianidade, por vezes já assinaladas nos capítulos anteriores. É um tema fascinante, mas pela sua abrangência exige delimitações, o

¹²³ “Désignons simplement par temporalités sociales la réalité des temps vécus par les groupes,c'est-à-dire, la multiplicité des conduites temporelles et des représentations du temps liées à la diversité des situations sociales et des modes d'activités dans le temps”.Mercure,Daniel , 1979: 263.

que faremos através da abordagem de dois temas: o da identidade¹²⁴ e o da concepção e concreção do tempo 'livre'.

I. O ir fazendo o aposentado: as expectativas

"Acho que para se aposentar tem que ter outra atividade, não é mesmo? Tem que se dedicar a outro tipo de trabalho, porque se a gente parar, a gente enferruja"(M.M.J, aposentada)

"Não me sinto aposentado" (G.C, aposentado)

A temática da identidade se impõe para que possamos responder a constatação: *ser aposentado/não se sentir aposentado*, ou, no mínimo, delinear um campo de possibilidades de entendimento. Questão, sem dúvida, fundamental, pois como encontramos em Touraine, "Le príncipe d'indentité est la définiton de l'acteur par lui-même" (1973:361). Em que esse sentimento tão marcadamente subjetivo altera e condiciona a realidade do aposentado? Ou ampliando a formulação, não será esse sentimento uma das dimensões da identidade do aposentado?

A identidade não é um fato dado, mas construído com as condições vivenciadas e "das expectativas não realizadas" do passado, com o fazer do hoje e com as esperanças do amanhã, ou nos passos de Berger e Luckmann:" Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social" (Berger,P.L e L,T.1998: 228). A identidade é um processo psicológico e social na história de cada um como membro inserido no seu grupo e na sociedade mais ampla, por isso não é uma situação estática, como nos lembra Elias : "...a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas,mas está sujeita a transformações muito específicas"(1994:9) Ter consciência de si como ator social e pertencer a um grupo, a uma

¹²⁴ Do ponto de vista teórico mais amplo nos apoiamos em : Berger e Luckmann,(1988), Elias,N. (1994), Agnes nas obras já citadas.Os trabalhos de Bosi, E (1999), Debert, G (1999),Sales,T (1998) nos serviram de referência pelos estudos específicos que trataram.

categoria e à sociedade desenvolve-se, portanto, num espaço sócio-cultural e é nessa perspectiva que acreditamos poder apreender algumas dimensões do ser aposentado.

A fala dos entrevistados revelam o seu “eu “ singular e plural, o caminhar por tempos e espaços distintos que foram materializados em suas interpretações e em suas experiências. O que buscamos apreender das falas de nossos entrevistados, trazendo-as para uma reflexão mais abrangente e em outros cânones não é um modelo único de aposentado, se é que assim devemos proceder, mas diversidades de expressões de uma situação social, que se exprime por meio de múltiplos aspectos. Dessa forma, só podemos compreender o aposentado se, longe de enquadrá-lo em um esquema pré-estabelecido e fechado, apreendermos todas as dimensões em que ele se constrói no seu imaginário e na sua exterioridade, o que nos remete para encontrá-las nas práticas de sua cotidianidade. Complexidade existente porque sob a denominação *de* ou *do* aposentado, de fato não estamos tratando de um único ou de uma pessoa específica, mas do conjunto da categoria social de aposentado, ou seja do “eu-nós”.

É nesse embate entre o querer ser e os limites subjetivos e objetivos, mesmo conjunturais, impostos pela sociedade que ele se estrutura e caminha.

A aposentadoria está no horizonte da vida do funcionário público como direito e expectativa :

“Eu acho que para a sociedade brasileira a aposentadoria é uma aspiração. Todos que trabalham têm a aspiração de um dia poder se aposentar, quando chegar o tempo adequado, e poder manter um padrão de vida razoável”. (W.J. G).

Sob esses dois parâmetros ele estrutura sua vida presente e futura. Esse longo caminho será construído por vários fatores objetivos e subjetivos, na vida funcional, familiar, social e pessoal, que conformam o cenário do seu cotidiano e vai forjando o que será a sua identidade social. Na complexidade dessas relações, o ser funcionário público/o ser aposentado é um construir que se apóia e se

desenvolve na certeza e reconhecimento dos direitos previstos, constituindo, digamos, um dos pilares da base de sustentação do seu presente e do seu futuro.

“No setor público, há uma certa regularidade de permanência, a estabilidade, a partir do momento que ingressa, você só sai se cometer algum ilícito ou se optar pela saída. Mas você tem uma vida contributiva regular, se você entrar no serviço com um pouco mais de 20 anos, como eu, ao final de 45-55 anos já teria completado o tempo regulamentar. (...) Eu aproveitei a minha licença prêmio para transformar em tempo de contribuição, que era permitido anteriormente” (C.P.A.V)

Como forma legal inscrita na Constituição e consubstanciada nas leis ordinárias e nos procedimentos administrativos, essas normas são garantias de que o desempenho funcional conduzirá, tranqüilamente, no término de seu tempo de trabalho, ao prêmio merecido. Portanto, essa concepção da aposentadoria como direito - conquista social e política - baliza todo o horizonte de vida do servidor público:

“Um direito que usufruo porque decidi por ele e a sociedade o defendeu”.(L.M.E.M.F)

Como expectativa, segundo pilar de sustentação, a aposentadoria é um anseio para o qual ele canaliza todas as suas energias, seus sonhos, seus envolvimento afetivos, suas dúvidas, seus investimentos materiais e culturais; é uma esperança de reconhecimento valorativo de sua capacidade de integração à sociedade pela “...contribuição para o crescimento do país” (A.M.L.S.M), e de sua abnegação total : “...dedicado ao serviço público, como eu havia me dedicado de corpo e alma, como se fosse um trabalho, um emprego pessoal, uma empresa minha”(C.M.P.T)

Direito e expectativa calçam, assim, um longo período de investimento de sua vida. Nesse construto há uma identificação de seu desejo, de seu direito ao da sociedade como um todo. No seu discurso, o seu objetivo futuro é também o da própria sociedade. Em outros termos, a aposentadoria é inserida num projeto de sociedade, para o qual ele se preparou, lutou e deposita confiança. Esse aspecto

é fundamental, porque sobre ele, o servidor público, e de forma mais geral todo cidadão, alicerçou a razão de ser, inclusive para se reorientar diante de alguma mudança, o que não é fácil pelos impactos desestruturadores. Assim, a aposentadoria é um reconhecimento socialmente legitimado pela sociedade, pois ela estabeleceu o princípio e a forma através da Constituição, reafirmada através das emendas constitucionais, e do direito comum, e como valor e objetivo a ser alcançado.

O percurso de funcionário público a aposentado é vivido sob fortes angústias, contradições, esperanças. Longe de um mar de rosas, de uma “vida tranqüila”, como a visão estereotipada e preconceituosa difunde, é um processo cheio de conflitos. Conflitos decorrentes das relações funcionais, pessoais e sociais no trabalho; das discordâncias técnicas; das posturas ideológicas e políticas; bem assim das incertezas relativas ao futuro, apontadas pelas condições institucionais e guardadas muitas vezes na introspecção silenciosa ou no recinto familiar.

A aposentadoria é um ato individual¹²⁵, desejado, perseguido. No entanto, nem sempre, como já discutimos anteriormente, a decisão pessoal e intransferível é feita fora de contingências institucionais, políticas, ou nos casos aqui tratados, sob a pressão das modificações na legislação previdenciária, como testemunham os nossos entrevistados.

Embora desejada, inscrita no seu horizonte de vida, o projeto da aposentadoria não se apresenta acabado, pronto; ora é turvo ora cristalino. A dúvida lhe preenche, as circunstâncias selam a decisão. Tem-se noção do que poderá ser, vislumbram-se espaços, mas não se sabe, não se domina a sua concreção, nem poderia, pois ela só existirá nos atos que tecem a vida cotidiana.

“Eu acho difícil dizer de antemão, na época em que me aposentei, quais eram as expectativas. A partir da vivência posterior, da forma que se organiza a vida, é que me

¹²⁵ Como estamos nos referindo aos casos sob análise, as reflexões estão baseadas em princípios gerais que regem o Direito e a vida social em regimes democráticos. Embora não desconhecendo como fato histórico, as aposentadorias compulsórias de juizes e professores feitas pelos governos militares pós-64, nem sequer podem ser analisadas como exceção à regra, mas simplesmente como atos arbitrários e ditatoriais, e por essa razão não podem ser relacionadas à aposentadoria compulsória prevista em Lei, por limite máximo de idade.

levou a ter um juízo de valor sobre o que seria a aposentadoria. Não tinha um plano específico, pré-estabelecido. Com o passar do tempo de sua aposentadoria isso vai surgindo e você pode desenvolver outras atividades, que às vezes nem estavam previstas e vão surgindo. Na verdade, eu estou mais ativo agora do que antes. Mas estou mais despreocupado, sem compromissos, pois o que quero é curtir a minha aposentadoria. E se soubesse que era tão bom, teria me aposentado antes”. (S.H.S, agrônomo, aposentou em 1991 aos 35 anos de serviço e 53 de idade).

- “Eu jamais pensei em me aposentar. Talvez porque na minha família, ao redor de quem eu vivia, não tinha nenhuma mulher que trabalhasse fora ou estivesse aposentada. Trabalhar sim, desde quando me formei. Nem eu fazia, nem tinha uma previsão para o futuro. Aposentei-me por conta da situação da época, de que ia perder a aposentadoria” (W.A.M, aposentada com 32 anos “de exercício da profissão, desde os 25 anos de trabalho eu poderia me aposentar”)

_ “Desde sempre, eu pensava em me aposentar cedo, assim que completasse o tempo, para dar lugar a outra pessoa. Eu tinha a expectativa de me aposentar e voltar a trabalhar. Mas, na época da minha aposentadoria, o que me levou a apressar esse processo foram as ameaças neoliberais”. (A.M.L.S.M. economista, aposentada em 1994 com 30,5 anos de serviço e 48 de idade.)

- “Já havia completado meu tempo de serviço, exigido por Lei, e também por sentir a sensação de dever cumprido” (T.M)

- “Eu vejo que as pessoas se aposentam porque não têm mais objetivo de vida dentro do serviço público. Não têm mais aquele atrativo. O serviço público caiu de nível, de uma forma tão drástica que já não é tão chamativo para a maioria. São poucos os que ficam, mais pela causa em si e não pelo serviço público. A gente enchia a boca e dizia : eu sou funcionária pública federal. Era assim, um status. Hoje, não. Você tem vergonha” (G.M.L.T.M)

- “A ocasião se apresentou para eu me aposentar e eu entrei na história sem muitas expectativas, mas com a intenção de vivenciar um tempo diferente”(Q.M.A)

- “Me aposentei, me aposentei de livre e espontânea vontade¹²⁶, achava que estava preparada e me vejo como uma pessoa envelhecida. Logo depois que parei para meu tratamento de saúde, praticamente comecei a me sentir inútil. Isso foi um momento

¹²⁶ Essa frase eu entendo como um reforço a sua decisão pessoal, sem referência ao contexto mais amplo, pois no início da entrevista ela afirma: “O primeiro motivo (que a levou a pedir aposentadoria) foi a pressão do governo Collor”.

muito difícil para mim. Eu vejo a minha vida, aos 59 anos de idade, que talvez a doença tenha vindo por conta dessa ociosidade” (S.N.M, aposentada, nível médio)

- “A possibilidade de exercer atividades acadêmicas (ensino e pesquisa) mesmo que, na época, estivesse optando por uma remuneração proporcional ao tempo de serviço, ainda incompleto para aposentadoria integral. As atividades da Secretaria não preenchiam mais os requisitos exigidos do ponto de vista profissional” (P.I. P)

Estas transcrições de depoimentos, que poderiam ser multiplicadas por outros tantos, reveladores de várias intenções ou constrangimentos, mas demonstrando, sobremaneira, a complexidade existente nos vários aspectos que conduzem à aposentadoria. É um ir fazendo. Mesmo os que tinham tempo completo poderiam, dependendo das circunstâncias, continuar no serviço público, até mesmo tentaram :

“Em fevereiro de 1998, tive o meu contrato de trabalho cancelado em virtude de parecer da Advocacia Geral da União, que determinou o afastamento de todos os empregados de Empresas Públicas e Sociedades e Economia Mista já aposentados por outros órgãos e pelo INSS. Eu já era aposentado no cargo de Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura, por tempo de serviço, sendo então atingido pela medida” (Q.H.A, afastado do trabalho aos 71 anos de idade)

De maneira um tanto forte, podemos dizer que o servidor público foi jogado para a aposentadoria, sem tempo de se preparar :

- “Como não existe na *Instituição* uma área que prepare o servidor para a aposentadoria, eu tinha a expectativa que iria estranhar muito a nova situação, em razão do longo tempo que trabalhei no órgão e da forma como me dediquei ao trabalho”. (F.L.P)

Nesta tese já fizemos referências a esse problema e, pela sua importância, aqui reaparece, pois não se trata apenas de um ponto final num período de trabalho. A repetição das palavras tira-lhe às vezes o seu peso, o que pode acontecer nesse caso em relação aos vocábulos *aposentadoria* e *situação*. Mas se refletirmos que a aposentadoria cria uma nova posição social e psicológica, estamos apontando para relações sociais que estruturam novos papéis, status, personalidade, individualidade psicológica, padrões comportamentais e culturais

(conflituosos, sem dúvida), afetividades, representações, competências, ou, em síntese, estruturas normativas, valorativas e de oportunidades sociais. É nesse contexto de socialização, tão vasto e tão dinâmico, que o servidor público desenvolve no cotidiano sua identidade, ser aposentado.

Os rastros do passado pesam como fardo, como justificativa, como positividade. É preciso deslocar-se da instituição, da repartição para que o passado se apresente como campo de experiência a lhe alimentar um presente individual, pessoal e social, cheio de incertezas, mas, sobretudo, de esperanças. É essa passagem da ruptura institucional, fantasiada muitas vezes sob a denominação de afastamento, suavizando perdas e tensões para a sua nova vida, que só é aceita, inclusive pela denominação, quando o fato é consumado.

Se a aposentadoria, como projeto, é marcada por incertezas e angústias, o ato que a consubstancia como fato, também não é diferente. O funcionário vive o dia da aposentadoria com um misto de tristeza e alegria. Despedida e saudade, olhar para os que ficam, guardar na memória o que foi construído, retornar a casa em tempo integral, jogar-se num tempo sem tempo marcado.

“O Chefe do Setor de Pessoal ligou para mim dizendo que minha aposentadoria fora publicada no Diário Oficial, desde o dia primeiro de abril. (...) Já estava programada uma festinha de Páscoa para o dia seguinte... durante a festa, a chefe do RH informou aos colegas que, na véspera, eu ficara sabendo da minha aposentadoria e perguntou se eu queria dizer alguma coisa. Fiquei logo emocionadíssima! Só consegui agradecer as gentilezas que me foram feitas durante toda minha vida ali e pedir desculpas pelas falhas cometidas. Comecei a chorar, fiquei três dias sem conseguir falar sobre o fato, três dias chorando, depois de aposentada” (A.M.L.S.M)

“Tenho amigos que tiveram “choque”, que ficaram decepcionados porque acordaram e aí? ! A partir do momento em que me aposentei, eu não tinha mais esse ritmo de levantar bem cedo e ir para o trabalho. Foi uma coisa que me alterou muito, eu senti que deveria substituir a questão da ida ao trabalho por outras coisas...”(Q.M.A, sociólogo, aposentou-se em 1991 com 37 anos de trabalho e 53 de idade))

“O outro dia, o dia seguinte, acordar e não saber o que fazer. Olhar as quatro paredes do quarto, da casa e perguntar : e agora ? Acordar e se preparar

para ir ao trabalho e se dar conta que não é mais isso. Tudo mudou. É duro, mas é a vida". A aposentadoria deixa de ser expectativa, futuro, para ser presente. São frases que permeiam todo discurso dos entrevistados, expondo seu primeiro contato¹²⁷ com um tempo diferente, de deslumbramento, de espanto, de medo: qual a diferença entre o choro e a indagação de surpresa, de susto, o sair por aí? São manifestações ricas de afetividades com os colegas, com o trabalho, mas também consigo mesmo, pois, ao se olhar, é custoso reconhecer que se é agora um ex e um novo, um passado e um presente. É uma atitude de valorização de si. É um convite, atormentado, sem dúvida, para o futuro. Se a nova vida se inicia pela ausência de atitudes impregnadas de uma rotina, essa quebra é sinal de que marcas estão cravadas e de que algo diferente vai ser gestado. Em várias entrevistas, outros relatos testemunham o impacto do primeiro dia de aposentado¹²⁸, mediante manifestações como: sair de casa ou nela nada fazer, andar sem rumo, sem hora, "aposentar" temporariamente o relógio; saber da aposentadoria e ir chorar numa praia¹²⁹, cujo espaço diante de si é a imensidão das águas verdes ou azuis, ficar em casa ou errar sem rumo certo são atos demonstrativos e contemplativos; apresentar-se em novos espaços, dizer de sua nova condição social, talvez a ninguém, talvez a muitos, o importante era a si mesmo, remoendo no seu interior o presente, o futuro ou o passado, ou todos eles, sentir-se intimamente aposentado. Sob quaisquer formas, espaço e tempo lhe aceitam.

O ato da publicação de sua aposentadoria no Diário Oficial é a manifestação litúrgica do rito de passagem que se completa com as anotações na sua ficha funcional e num quadrado do contra-cheque, ruptura de uma forma de vida funcional, de um status social, concretizando institucionalmente essa nova

¹²⁷ "Seu" Afonso, ao acordar e abrir a janela de seu quarto, exclama: Primeiro dia de aposentado, não tenho nada para fazer. Depois, na calçada à espreita de D. Isaura: Mais um dia de aposentado e não tenho nada para fazer. – O sr é que é feliz, retruca-lhe.

¹²⁸ Esse assunto está tratado no capítulo sobre o tempo livre.

¹²⁹ Faz muito tempo mesmo, mas guardo, até hoje, uma frase de um pescador paraibano que dizia ser o mar as lágrimas de Deus.

posição social. Despedidas¹³⁰, em alguns casos, em alguma festinha já programada ou propositadamente organizada num recinto mais fechado, entre amigos e colegas mais próximos, são atos coletivos desse rito de passagem. Mas, esse tipo de celebração nem sempre acontece. Muitos funcionários são apenas informados de sua aposentadoria,¹³¹ sem nenhuma cerimônia. Na comemoração, no anonimato ou na rudeza da notícia o rito de passagem é a folha copiada com a portaria da aposentadoria. O espaço da instituição, os anos de trabalho e de convívio se condensam nesse 'papel', ato burocrático que encerra parte de uma história. É a nova carteira de identidade, que não será carregada em bolsa, mas trancafiada nas pastas de documentos pessoais, num lugar da casa que o recolhe até no papel¹³², e guardada na memória, pois a partir de então, o mais importante é o número de sua portaria.

Na angústia da espera da publicação, na procura de seu nome no Diário Oficial, perdido entre tantas e tantas decisões governamentais, e que, aparentemente, só a ele interessa, está ali uma história passada, a realização projetada de um futuro, nem sempre totalmente concretizada segundo seus desejos e condições objetivas, que agora se tornam presente. Neste - a vida cotidiana é o cenário da exposição da identidade – o aposentado se apresenta à sociedade não como um ato findo, acabado, mas com uma forte carga de falas, de práticas, com experiência técnica, profissional ou numa linguagem à Bourdieu, possuidor de capital cultural e social.

Sob todas essas circunstâncias vai se formando a identidade do aposentado. Se toda identidade é fruto de um longo processo de construção,

¹³⁰ Retomando o filme *Chuvas de Verão*, "seu" Afonso, ao ser homenageado com uma festinha pelos colegas, recebe uma lembrança; em certo momento, falando para si mesmo diz: "tantos anos de trabalho em troca de uma caneta dourada".

¹³¹ Recordo que, em uma assembléia dos funcionários da Instituição, em que trabalhava, para discutir ações contra sua possível extinção, muitos oradores compararam a situação com a dos aposentados, que nem sequer eram valorizados pela própria Instituição e pelos colegas. "Não se sabia que fulano, sicrano já estavam aposentados. Saíram sem nenhum adeus". Um grande silêncio se fez, para depois se ouvir proposições de homenagens aos aposentados, mesmo aos que estavam trabalhando ainda no órgão.

¹³² O nosso propósito, mais do que uma frase, é chamar a atenção e, se tempo tivesse, gostaríamos de discutir a importância do guardar "papéis" na vida social dos sentimentos e na formação dos padrões de comportamento. Expressamos uma sensação de que só lhe atribuímos valor por ocasião da morte. Abrir as gavetas é de fato um dos momentos mais doloridos, os papeis "reencarnam" a história, a nossa história, tornam-se significações.

essa, certamente, dada cristalização de atitudes, de comportamentos e de valores, torna-se mais difícil, mais complexa, acrescido das transformações da sociedade em relação a papéis sociais, a competências e a valores culturais. No mundo conhecido, de cujo fazimento participou, surge o mundo desconhecido, para o qual está sendo convidado, quando não impelido, a se integrar.

O aposentado vive profundos dilemas na formação de sua nova posição social, dilemas que se manifestam pela própria imagem e na que lhe impingem.

Para alguns, até a própria denominação de aposentado revela ambivalência, não a aceitando ou afirmando não assim se sentir, porque diferentemente do padrão antigo, simbolizado pelo "vestir o pijama", eles estão agora mais ocupados do que nunca :

"De funcionário passei a ser um misto de empresário e empregado da iniciativa privada. Não foi muito difícil, porque na *Instituição* minhas funções eram muito relacionadas com o setor privado".(B.G);

- "Não deu tempo para redefinir tempo, espaço, atitudes, porque me aposentei num dia e no outro fui para uma consultoria de administração, recursos humanos e educação, na qual passei seis meses. Depois fui para uma instituição governamental¹³³, depois para outro trabalho na iniciativa privada, e voltei para a minha antiga Instituição para prestar uma consultoria. Como e nunca fui aposentada na atividade, na inatividade eu também não me considero aposentada ".(G.M.L.T.M.¹³⁴).

"Não me considero aposentado porque continuei trabalhando. Primeiro dentro da própria repartição, apesar de ter adotado a decisão de me afastar, mas imediatamente eu fui convidado a permanecer. Então nos seis primeiros anos de aposentado eu não percebi a diferença, pois permaneci praticamente no mesmo local de trabalho, apenas exercendo uma função de confiança". (W.J.G).

Para todos que, de uma maneira ou de outra, permaneceram exercendo ocupações de forma mais contínua, a aposentadoria considerada como estar parado, não é assim assumida. Para os que não abandonaram o trabalho há uma

¹³³ Relembro que já tratamos dessa "irracionalidade" do Governo em forçar e favorecer aposentadorias, depois contratar os mesmos funcionários. Outra forma continua sendo a Reversão.

¹³⁴ No momento da entrevista, agosto de 2001 tinha encerrado aquela atividade de consultoria. Está agora colaborando com um grupo de funcionários na elaboração de um projeto de reclassificação.

certa confusão em ser aposentado, seu status social principal, com uma posição sobreposta. O ritmo de sua vida é ainda determinado pelo trabalho, mesmo com uma jornada de trabalho menor ou mais flexível, como acontece em alguns casos.

Todavia, o reconhecer-se não aposentado não é exclusivo daqueles que estão ainda em algum tipo de trabalho sistemático, remunerado. Ter o tempo ocupado, mas ocupado com algo conscientemente assumido, de tal forma que o diferencia das lides caseiras, da inatividade, da ociosidade, instituindo novos compromissos, preenchendo as horas, enfim, ter uma rotina :

“Estou me sentido muito bem, muito livre, porque acho que a inatividade não depende só de uma aposentadoria profissional. Não me sinto inativa, e sim mais livre para fazer o que durante tantos anos não tinha condições para fazer” (G.M.T.A)

E esse fazer implica dedicação de um tempo reservado para o cuidar de si – ginástica, cursos, artesanato (bordado, doces, desenhos), para o voluntariado, para o engajamento político, movimentos sindicais ou sociais:

- “Continuo participando das atividades sindicais, dos movimentos sociais, das manifestações...” (L. A.L)

- “Acho que sou uma pessoa produtiva, não apenas porque tenho tido a oportunidade de estar no mercado de trabalho, mas também porque tenho tido uma presença ativa em outros segmentos, extremamente valiosos, embora sem retorno financeiro” (C.M.M.P)

- “No meu caso, na minha idade, eu acho que devo é estudar, fazer alguma coisa, trabalhar, porque ainda tenho muito tempo pela frente, me aposentei cedo por causa das circunstâncias, então dá para trabalhar, produzir alguma coisa, complementar a renda. E agora a vantagem é que eu sempre gostei de ler e tenho tempo agora para fazer o que eu quero, ler, ir ao cinema, fazer o que for. (G.D, advogado, aposentou-se em 1997 com 30 anos de trabalho e 47 de idade)

Nesse lusco-fusco, a sua existência de aposentado não desaparece, pelo menos pela lembrança, a funcionar como um pisca-pisca no inconsciente “social” :

–“Fico em dúvida se sou um sujeito adequado para sua pesquisa, pois não me sinto aposentado, a não ser quando recebo o contra-cheque dos proventos ou correspondência do Sindicato sugerindo participar dos programas tipo ‘boa idade’, aos

quais nunca fui" (P.I.V)

-“Fui convidada para a “terceira idade” e disse que não dava , porque tenho meus compromissos”. (M.A.N, técnica de nível médio,aposentou-se em 1991 com 58 anos de idade e 32 de serviço)

Lembrete que toca também quando ocorre chamamento para ir à Sala dos Aposentados ao Núcleo dos Aposentados para assinar procurações administrativas e judiciais, em atos de reivindicações. Assim, ser aposentado é condição que se reduz, se enxerga, se encontra no contra-cheque, nos processos judiciais contra o Governo para recuperação de perdas de vantagens financeiras, num espaço temporário nas repartições ou sindicatos, sala dos aposentados .

Na formação da identidade do aposentado há uma forte rejeição ao termo e ao espaço da inatividade e da ociosidade. Até o substantivo lazer é citado com parcimônia. O ser e o estar aposentado buscam responder as exigências da sociedade de hoje, seja pela própria valorização de seu papel social e de sua auto-estima seja pelas necessidades econômicas e financeiras. Nesse processo de socialização e de inserção na sociedade, a experiência e a potencialidade assumem significados altamente positivos.

Talvez possamos dizer que estamos tratando de situações diferentes de aposentadorias, especialmente se tomarmos como padrão um outro modelo que implicava a paralisação das atividades profissionais, ou numa linguagem simples, mas objetiva, “vestir o pijama”, embora não tenha sido assim formulado nas entrevistas. Salientase esse silêncio e não se trata de um recurso lingüístico porque, de fato, nas entrevistas não se estabelecem comparações com outras situações, como, por exemplo, a de seus pais. Fato que só vem ocorrer quando se faz referência a considerações sobre o idoso ou ao aposentado, de forma genérica, como consta no capítulo II. A distância dessa geração para a anterior não é tão grande que torne as práticas antigas desconhecidas. Muito provavelmente, a geração atual de aposentados não tem interesse em elaborações explicativas e comparativas. São o que são, são o que estão sendo no momento.Ou porque haja uma necessidade, não necessariamente explicitada e formulada teoricamente, de marcar um distanciamento em relação a padrões

diferentes, sobretudo quando qualquer comparação é atravessada pelo fator idade, ligado à velhice.

“Vestir o pijama” – não mais trabalhar, recolher-se em casa - caracterizava o estilo de vida do aposentado de gerações anteriores, no qual um dos elementos constitutivos era dado pelo fator idade, pois os funcionários públicos já se aposentavam em idade avançada, idosos. Hoje não é mais possível sequer essa assimilação, quando os dados de órgãos governamentais apontam para uma idade média do servidor público aposentado do Poder Civil em torno de 56 anos, e no universo de nossa pesquisa, bastante restrita quantitativamente, de 51,7. Ao se negar a ser comparado com o idoso, certamente o elemento etário tem um peso que justifica qualquer afirmação, pois ele carrega outras implicações. Ser idoso, ser aposentado, não mais trabalhar, não ter mais ocupações, formaram partes de um mesmo continuum, arcos de um mesmo círculo.

“Eu me sinto às vezes, de certa forma, constrangido de me apresentar como aposentado. Sou sincero a você, pela minha pouca idade para a exigência da aposentadoria comparativamente com outras pessoas, que se aposentaram tardiamente, embora a minha tenha sido justificada pelas ameaças. Sinto-me constrangido em determinadas situações, porque eu acho que poderia dar mais de mim durante maior tempo. Só que não havia condições satisfatórias” (C.P. A.V)

Nesse depoimento, analisando a questão a fundo, veremos que há um aspecto importante pela sua abrangência explicativa e pelas conseqüências na vida do servidor. Por trás do aspecto idade, há o reconhecimento de que o servidor público aposentado se constitui, no conjunto da sociedade brasileira, um grupo privilegiado, pelas condições em que a Lei permitia a contagem de tempo e pelas vantagens concedidas, especialmente vencimentos integrais e agregação de gratificações adicionais, como, por exemplo, uma espécie de abono pela aposentadoria¹³⁵. Os dois aspectos estão inseridos no fundamento maior,

¹³⁵ Esse abono, específico para os funcionários estatutários que não tinham direito ao FGTS, foi instituído pela Lei nº 1.711, de 1952 (art.14 inciso 2º), incorporado à Lei 8.112, de 1991, e abolido quando de sua alteração, no primeiro governo FHC. Nos casos de empresas e fundações e para certas categorias profissionais, há outros tipos de gratificações.

portanto. Embora consciente de que é um direito e como tal deva ser respeitado, não há como fugir de uma imagem negativa de privilegiado, que lhe é imputada e pela qual é olhado e julgado na sociedade. Assim por remorso ou por consciência, ou ainda por ambas, procura se afastar do estereótipo do funcionário público. Ao reafirmar sua potencialidade, sua disponibilidade e sua inserção no mercado de trabalho, no voluntariado ou em outras ocupações é como se quisesse mostrar que foi sempre diferente:

“Fui contratada como CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas o que preferia, porque se falava muito mal de funcionário público. E eu sempre me pautei por um caminho completamente diferente, do que se chamava, do que se esperava, do que se dizia do funcionalismo público, no que acho também que há um pouco de injustiça. Tinha muita vaidade pessoal de ser diferente. Procurava fazer os meus trabalhos como se fosse o primeiro e único da minha vida. Quando houve a primeira oportunidade de a pessoa se tornar funcionário público ou continuar no regime de CLT, preferi ficar no regime CLT. Só na época de Fernando Collor de Melo¹³⁶ fui obrigada a ser funcionário público. Em sendo obrigada, o que me desesperava era que eu não tinha mais o trabalho de antes um trabalho desafiante” (M.L.B, arquiteta, aposentou-se em 1991 com 28 anos de trabalho e 56 de idade)

“-É sempre o que se ouve na voz do povo: funcionário público tem emprego, não tem trabalho”(W. A.M)

Uma aposentada ao explicar as mudanças de atitudes e comportamentos na sua nova condição social, assim se expressou:

“O principal foi a idéia de ganhar a vida com mais competência e prontidão, estar sempre em alerta. Saí da cultura do funcionário público, embora nunca tenha me sentido como pessoa acomodada. Mas, agora, tenho que correr...” (L.M.E.M.F)

O julgamento dos outros é um peso, uma marca contra a que se deve lutar para anulá-la, para desfazê-la, como é salientado em todas as entrevistas.

O que buscamos apreender das falas de nossos entrevistados, trazendo-as para uma reflexão mais abrangente e em outros cânones é que estamos muito longe de elaborar um modelo único de aposentado, se assim devamos proceder.

¹³⁶ Refere-se à Lei nº 8.812, de dezembro de 1991.

Como vimos, há aposentados que não se despiram ainda da condição de trabalhador formal, fazendo questão dessa reafirmação, pela prática, por gestos e palavras. Outros há que preferem não ser rotulados, não se sentir aposentados, pois conscientemente assumiram tarefas, funções, atividades que não lhes deixam tempo: “Quando a gente pensa que vai tomar fôlego, já tem outra coisa surgindo” (N.Z.F, aposentada, assessora de movimento sindical). E, por fim, há aqueles que, por condições objetivas – saúde, falta de melhor preparo técnico etc - e subjetivas, estão recolhidos nos espaços domésticos, vivendo alegre ou constrangidamente sua aposentadoria. Assim, tanto esses aspectos quanto o desejo de distanciar-se de qualquer semelhança com a velhice e com o funcionário público relapso constituem fatores importantes na formação da sua identidade de aposentado.

Essas são formas distintas de identidade, mas que se amparam num único e proclamado discurso: ser dono do seu tempo, sensação sentimento de propriedade de algo que não possuía: “*Ter a vida em minhas mãos para decidir o que fazer*”. “Você dispõe de seu tempo, você é o senhor do seu tempo” (C.M.P.T).

São essas distintas formas de revelação de uma posição e de uma “composição social” (Elias, N. 1994), vividas pela fala de cada entrevistado, que constituem o servidor público aposentado.

Sob a aparente ambivalência, o que de fato existe é uma diversidade de manifestações do ser aposentado. A idade certamente não é mais a característica fundamental, e, sim, o conjunto de como se sente, como se insere nas esferas culturais, econômicas e sociais, de como é visto e avaliado. Só podemos compreender o aposentado se, longe de enquadrá-lo em um esquema pré-estabelecido e fechado, apreendermos todas as dimensões em que ele se constrói no seu imaginário e na sua exterioridade, e como se realiza no conjunto da sociedade.

É nesse embate entre o querer ser e os limites subjetivos e objetivos, mesmo conjunturais e impostos pela sociedade, que ele se estrutura e caminha. Compreendemos o processo de formação e de exposição da identidade, levando em consideração situações sociais, culturais, grupos de referência, processo de confluência e de distanciamento, de apropriação e de distinção.

II “Ter todo o tempo ”

Trataremos agora do segundo tema escolhido para analisar as manifestações da vida cotidiana do aposentado: o tempo ‘livre’, como é comumente denominado. Iniciaremos com uma breve discussão sobre os parâmetros teóricos e complementaremos com três estudos mais específicos : “Vou fazer o que em casa”, referindo-se às diferentes formas de ocupação do tempo; “Embriagada com a fartura de tempo ”, que trata da organização (ou tentativa de) do tempo; e por fim, “O idoso e o aposentado: um olhar oblíquo, cuja temática está, facilmente, identificada pelo título.

Tempo ‘livre’ ou todo o tempo ?

A velhice e a aposentadoria trazem a angustiante questão da administração do tempo - o que fazer, como usá-lo - e, não menos importante, a da atribuição de um valor, de um significado ou, em outros termos, como encontrar razão e justificativa para o tempo do não trabalho, do novo tempo sem obrigações, sem rotinas formais e sem imposições horárias. A aposentadoria não é desemprego, não é a falta de trabalho, pode ser a falta de uma vida laboriosa, a saudade do emprego como está nas vozes de nossos entrevistados :

“Foi um corte de um laço que mantive com uma instituição. Gostava muito dela e do trabalho que realizava. Hoje, tenho saudades, mas não sinto falta dela”.(L.M.E.M.F)

“Achava que não conseguiria esquecer a *Instituição* e que não saberia o que fazer para evitar esse problema” (F.L.P)

É a suspensão do trabalho no tempo e no espaço, é o cumprimento do tempo de atividades produtivas. Por isso, ela é normatizada - reconhecimento institucional - e tem valor cultural, status; é construção e mostra de um estilo de vida. A rigor, o aposentado, como o idoso que não exerce mais nenhuma atividade

regular e obrigatória, não tem “tempo livre”, ele tem todo o tempo ou todos os tempos à sua disposição.

O tempo livre pode ser analisado sob a forma de um sistema composto por agente, significado, valor, função social e gestão. Em qualquer concepção do tempo livre esses elementos estão presentes em maior ou menor grau.

Há duas concepções de tempo livre :uma que o pensa na órbita do campo do trabalho e outra que o coloca como valor e prática para a sociedade, independente do trabalho, da velhice e da aposentadoria.

No primeiro caso, o *tempo livre* está em função de um outro tempo obrigatório, ou mais atenuado, predominante. Analisar o tempo livre é estabelecer relações, é colocá-lo na dependência do mundo do trabalho e no seu sistema de significados. Ele surge como intervalo, como pausa, como repouso, como momentos no tempo trabalho, segundo lemos no *Capital*¹³⁷:

“ Le temps libre est la fraction du temps hors-travail utilisée par les travailleurs pour élever leur niveau culturel, technique, pour s’adonner à la culture physique et aux sports, pour un repos bien compris, pour le contact entre camarades, pour l’activité sociale “. (Marx,K.)

Na citação, ressaltam-se a *definição* e o *locus* do tempo livre como atividades desempenhadas « fora do trabalho », mas a ele subordinado ou como um tempo suplementar; da sua função social, objetivar a melhoria das condições culturais e físicas do trabalhador.

À definição tempo livre sempre se agrega mais uma complementação ou uma determinação através do substantivo lazer, quando não mais outro :o de ócio.

¹³⁷Em *Lazer e Cultura Popular*, Dumazedier compreende a visão de Marx do repouso como condição para a reprodução da força de trabalho como “ideologia que refletia a realidade”. “Hoje, o repouso foi substituído por um conjunto integrado pelas mais diversas atividades, não ligadas a necessidades e obrigações, como por exemplo, os deveres familiares e sociais. São *atividades terceiras* (no original) diversas das atividades produtivas e das obrigações sociais que apresentam a estas novos problemas.Surgem como um elemento perturbador na cultura de nossa sociedade” (Dumazedier,J.2000: 28). Lembremo-nos que na utopia marxista, (Engels e Marx) o comunismo se qualificaria pela maior abundância do tempo livre,onde os homens libertos da escravidão do trabalho e do Estado dedicariam, com iguais oportunidades, suas energias físicas,culturais e morais para a administração do bem comum, da sociedade. A função social do tempo é teleológica e se situa no espaço das utopias.

Não é difícil de se encontrar títulos e sub-títulos de capítulos de livros e de artigos em que assim não se faça, como, por exemplo, no célebre trabalho de G.Friedmann, *Le travail en miettes* : « Les loisirs et l'insatisfaction du travail »¹³⁸ ; em G Rifkin, *Fim dos Empregos : Trocando Trabalho por Lazer* (1995 : 257), entre tantos outros. Ou seja, o tempo livre é abordado pelo viés do lazer, como se fossem sinônimos ou a mesma coisa. Tempo livre seria, portanto, o tempo fora do trabalho, das atividades obrigatórias. E o lazer seria o seu conteúdo. O sociólogo francês, Joffre Dumazedier, um dos pioneiros da sociologia do lazer, define¹³⁹:

« O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais » (2000 :34).

Há, portanto, uma agregação de atributos que dimensionam o espaço do tempo livre, para além do simples repouso ou divertimento, projetando-o numa perspectiva de um tempo útil para a pessoa e para a sociedade ou, se quisermos, numa função de integração social participativa.

Através da qualificação do tempo livre, revela-se uma preocupação com a sua amplitude, mas sobretudo com a sua utilização, o que denomino de função social. Assim, o tempo livre pode ser empregado tanto para fins pessoais e coletivos numa direção de enriquecimento físico, cultural, político, de sociabilidade, o que Friedmann qualifica como lazer ativo, quanto negativamente pelas diversas formas que se enquadram no universo cultural da anomia¹⁴⁰.

¹³⁸ Na seção dedicada a Trabalho e Tempo Livre, Friedmann inicia com "La diversité des contenus dont tant d'hommes et de femmes, dans nos sociétés industrielles, peuplent leurs loisirs, conduit à y associer l'idée d'activité (...) Le véritable loisir actif est aussi un loisir librement choisi, pratiqué dans le moment et de la manière souhaitée, par celui qui en attend la satisfaction et même un certain épanouissement". (Friedmann, G 1964:195). Dumazedier, J : "Alguns estudiosos visando a caracterizar o modo de vida da sociedade em que vivemos, referem-se ainda a uma civilização do trabalho e outros já falam numa civilização do lazer". (Dumazedier, J. 2000: 93)

¹³⁹ Ele funda em 1953 a Equipe de Sociologia do lazer e dos Modelos Culturais, que se torna referência mundial em pesquisas e publicações. CF. Samuel N. (1993).

¹⁴⁰ O trabalho como valor ascético e, por conseguinte, o temor às horas de lazer e de ócio têm uma raiz histórica no pensamento, melhor dizendo, na ética protestante, como Weber analisou: "A perda de tempo, portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados" e "A falta de vontade de

Nos estudos e proposições políticas, sempre aparece um certo viés ou uma postura moralista sobre o tempo livre, como se os problemas de conduta e de comportamento – ausência ao trabalho, alcoolismo, por exemplo - fossem a ele inerentes por natureza. Desde a acumulação primitiva do capitalismo ao fordismo, sempre houve preocupações com « políticas de educação » da classe operária, quando, de fato, tratava-se da adequação da mão-de-obra aos novos sistemas de trabalho e aos valores da sociedade burguesa.

O trabalho, como valor moral, comportamental e como mecanismo de enquadramento social, tem raízes religiosas. Na Bíblia há várias passagens – a construção da arca de Noé, para salvamento dos bons e construção de uma nova relação humano-divina, é feita pelo próprio Noé, ou seja, pelo seu esforço e trabalho ; a caminhada para o Egito, com a provisão da alimentação, os apóstolos trabalhadores ; as epístolas de São Paulo -« quem não quer trabalhar, também não coma » - são ricos exemplos. Uma outra forte influência religiosa está na práxis das ordens religiosas do século XIII, lembrando-nos São Francisco de Assis, São Domingos e São Bento, por exemplo, para quem « orar e laborar » torna-se lema, guia e conduta de vida perfeita.

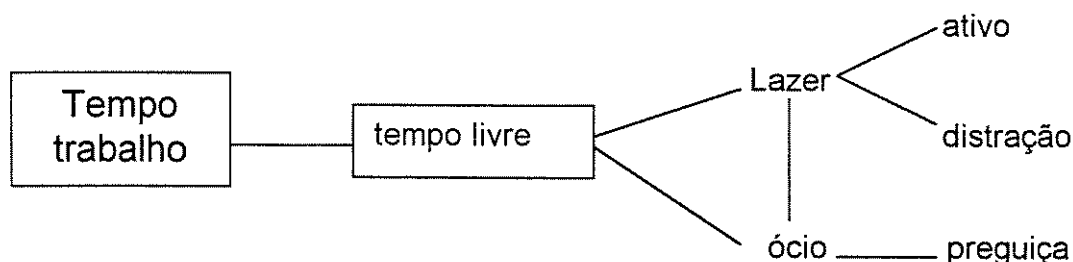
Mas, é com Weber que o puritanismo calvinista ganha espaço na explicação sociológica da nova ordem capitalista. Em qualquer uma das vias de desenvolvimento influenciado pelo cristianismo católico ou pelo protestantismo, o ócio é abnegado, o lazer fortemente controlado por valores morais e o trabalho visto como meio de salvação terrestre (afasta o homem das más intenções e práticas) e celestial. Se essas formas de conduta foram úteis e ajustadas à gênese do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa, o próprio desenvolvimento do capitalismo há muito vem « desreligiolizando » esses valores, constituindo «... uma específica ética do trabalho, que sob uma forma menos rigorosa, foi dominante nos tempos modernos mesmo fora dos países protestantes » (Schaff, A. 1995 : 130). Isso não quer dizer que se tenha abandonado o controle real e moral sobre o uso do tempo livre e que o trabalho tenha perdido

trabalhar é um sintoma da ausência do estado de graça" (Weber, M. 1987:112 e 113). Ver (Thompson, E.P 1984: 290 e 291)

seu valor axiomático. As inovações tecnológicas na produção econômica, a expansão de outras atividades no setor terciário, aliadas ou não à luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, o que inclui regulação da jornada de trabalho, direito a férias, repouso semanal etc, geram um espaço mais amplo para o tempo livre e, com isso, a necessidade de canalizá-lo para bens lucrativos - cinema, turismo, ginástica, centros de repouso, de rejuvenescimento etc, passando a ser objeto da ciência e de técnicas da administração.

De maneira bem sintética procuramos exprimir essa problemática através de um gráfico, onde o tempo livre faz parte do campo do trabalho e ainda é entendido predominantemente como lazer. A adjetivação do lazer segue, em linhas gerais, as proposições de Georges Friedmann, quando faz uma diferença entre o lazer ativo e a distração passiva¹⁴¹.

Gráfico IV



Em relação ao ócio¹⁴², este, aqui, está como « nada fazer », que parece ser o sentido mais comum e abrangente, inclusive com forte carga negativa. Um dos nossos entrevistados, ao responder sobre a sua « organização do tempo hoje » assim se referiu :

¹⁴¹ Contrariamente ao lazer ativo, outro tipo seria a "recreação passiva", "divertimento", "distração" como formas de "matar o tempo". "Il s'agit de se distraire de soi-même, de son vide et de son ennui profond, plus au moins conscient, où la insatisfaction du travail est un élément important". (Friedmann, G. 1964:204)

¹⁴² Não inclui aqui o « ócio criativo », na formulação de Masi, pois o entendo em outra dimensão da discussão, isto é, não satelizado ao mundo do trabalho, e com um significado positivo, contrariamente ao que é comumente entendido.

«Muito livremente. Leio muito e sobre assuntos bastante diversos. Viajo sempre que há disponibilidade financeira. Cultivo um ócio despreocupado » (S.N.R).(grifo nosso). Já outro, perguntado sobre o lazer, foi enfático: « Eu cheguei a me preparar para o lazer... investi nisso consciente, pensando na aposentadoria ; mas eu tinha medo de não ter lazer e ter ócio .Medo de me sentir inútil para a sociedade »(W.J.G) .(Grifo nosso)

Ao sublinhar os termos, manifestamos a preocupação com o tempo livre, sobretudo quando este pode ser vivido sob o temor do ócio¹⁴³, associado à inutilidade, ou mesmo que, como atenuante, lhe seja acrescentado mais um adjetivo: « despreocupado », para assim retirar-lhe qualquer sinal de negatividade. O ócio traz em si a conotação de ausência de sentido de vida pessoal e social. O tempo livre pode ser expressão positiva de um sentido de vida, como destruturador de valores morais.

É através da redução da jornada de trabalho –diferente de redução do tempo de trabalho - e da flexibilização¹⁴⁴ dos horários e formas de trabalho (trabalho parcial, fim de semana, em feriados, em domicílio, informal) que o espaço do tempo livre se amplia e ganha outros conteúdos, não apenas o do repouso. Redução essa mais abrangente do que simplesmente a diminuição das oito horas diárias, ela integra todo um sistema do que se vem denominando, desde a crise do modelo fordista e da própria economia, de flexibilização do trabalho, incluindo aí os diversos ritmos de trabalho¹⁴⁵. Todavia, essa redução está também em função do aumento de oferta de empregos, seja para diminuir um desemprego em massa seja para incorporar a força de trabalho jovem recém treinada e formada.

¹⁴³ A identificação da aposentadoria ao ócio é muito comum no imaginário popular, tomado aquele como a vitória sobre o trabalho. No filme Chuvas de Verão, ao saudar a chegada de “seu” Afonso, personagem principal, à sua casa para comemorar a aposentadoria, Juracy, personagem do malandro, grita “Viva o ócio!”, para logo em seguida e em tom mais baixo completar, referindo-se ao recém-aposentado: “vagabundo com verba do Governo”.

¹⁴⁴ Rompendo o modelo tradicional do que Dumazedier denominou como a fórmula dos « três oito – oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de lazer »(Lazer e Cultura Popular :31)

¹⁴⁵ Embora seja um assunto complexo e importante, não iremos aprofundá-lo. Para uma compreensão mais geral, a bibliografia de apoio foi (Antunes,R.1999), (Harvey,D,1992) e (Castells, M.1999.v 1).

Se a redução da jornada de trabalho tem merecido avaliação positiva, uma conquista que não se deseja perder por representar benefícios econômicos, o mesmo não pode ser dito sobre a gestão do tempo, numa perspectiva de liberação cultural e política. Vários estudos mostram que o emprego do tempo livre tem revelado mais uma continuidade do confinamento às atividades familiares, nela imperando a divisão sexual do trabalho doméstico, quando não ao assento fixo diante de um aparelho de televisão,¹⁴⁶ por horas e horas seguidas, do que ao projetado e desejado para atividades coletivas, sociais, políticas. O desenvolvimento cultural, as potencialidades sociais ainda se encontram bem limitadas, apesar do progresso havido. Mesmo assim, desperta esperança¹⁴⁷.

A sociedade atual, sob denominação de quaisquer tipos de “pós” - industrial, moderno, fordismo -, apresenta um estilo de vida cada vez mais complexo, dificultando uma conciliação entre as várias atividades que cada indivíduo desempenha, acarretando uma carga de frustração pelo não usufruto das vantagens existentes ou uma carga de desespero pelo não acesso a todos os bens. As modificações no sistema de trabalho apresentam-se, assim, como resultante de uma visão do uso das tecnologias modernas¹⁴⁸ e sofisticadas, mas também determinadas pela ampliação de outros valores que alimentariam melhor

¹⁴⁶ Baseio-me nas discussões através de entrevistas com sociólogos e outros especialistas, que os jornais franceses *Libération* – setembro de 1997 e outubro de 1998- promoveram; *Libération* apresentou, em 11 páginas, um resumo do livro de Nicole Notat: *Du bon usage des 35 heures*. *Le Monde*, abril de 1999, os quais foram consultadas pela internet em fevereiro de 2000.

¹⁴⁷ Entrevista ao jornal *Libération*. Enquête sur le travail. 10/09/1997, o sociólogo francês Guy Aznar confessa: “On va assister à une demande croissante d'autogestion de son temps. On va vers un genre de semaine à quatre jours flexible,... Type année sabbatique pour une formation, un voyage, ou une participation à une activité associative. Je crois beaucoup à l'équilibre entreprise-association”. Cf. Scaff, A. Em a Sociedade Informática podemos encontrar um projeto para « um novo tipo de homem, ou seja, o homo studiosus ». (Scaff, A. 1995 :125)

¹⁴⁸ O papel da informática e nela da internet é fundamental para compreender a reestruturação dos sistemas de trabalho. Certamente ainda estamos longe da anulação do trabalho humano pela exclusividade do computador como profetizado por Rifkin, J (1995), mas não tão longe de um predomínio cultural do software, como organizador da sociedade, repercutindo inclusive sobre uma classificação de trabalhadores em função do conhecimento e do domínio da informática. Cf. (Touraine, A. 1970), (Castells, M. 1999), (Scaff, A. 1995), entre outros. O sociólogo francês Philippe Breton ao analisar o “culto da internet” constata que um dos valores por ela trazida é o do “jeunisme”, “exaltação da juventude”, ilustrando com o exemplo da Microsoft que “recruta pessoas bem jovens para orientar a estratégia da empresa” e cita : “A empresa encarregou dois adolescentes para explicar a nova filosofia de trabalho e de lazer a seus dirigentes de meia-idade. Um dos adolescentes assim se expressou : “os períodos de educação, de trabalho, de aposentadoria, anteriormente distintas e sucessivas estão hoje misturados”. *Nouvelles Mythologies. Le culte d'Internet*. In: *Le Monde Diplomatique*. fev. 2000 : 24/25.

a vida pessoal, familiar e coletiva. Pesquisas e estudos mostram cada vez mais o interesse na redução de horas de trabalho, até mesmo numa diminuição salarial,¹⁴⁹ desde que compensada por mais horas de folga, bem aproveitadas e coordenadas ao conjunto de atividades, conforme escreve Rifkin, J (1995:257) :

“O novo interesse em trocar salário por mais tempo livre reflete a crescente preocupação por parte de milhões de americanos com obrigações familiares e necessidades pessoais. Equilibrar trabalho e lazer está tornando-se uma questão de suma importância para os pais de família”.

Com as ressalvas marcadas pela história de cada país, esta questão é semelhante ao que vem sendo travado na Europa, a respeito da redução do tempo de trabalho para 35 horas. Provavelmente, esses esforços e benefícios sejam próprios dos países mais desenvolvidos e, mesmo aí, atendam mais a determinadas camadas do que a outras, o que não se pode contestar. Se não na mesma escala e intensidade, esse novo padrão já se faz presente como problemática, como anseio, como prática limitada, em alguns países em desenvolvimento. De toda forma, onde quer que estejamos e o que desejemos, é sob a organização capitalista que nos encontramos, sob a globalização e sob a universalização.

A par dessa primeira concepção de tempo livre, outros autores tem demonstrado que as transformações técnicas, científicas e sociais da sociedade pós-industrial, têm propiciado discussões e embates sindicais, jurídicos, políticos e ideológicos, a propósito de um tempo livre, independente, « liberado » do tempo trabalho, como, por exemplo, vamos encontrar em Lalive D'Épinay e que já estava, em Dumazedier :

« Mes travaux me convainquent que la part du temps libre et du loisir, sur le plan des pratiques comme dans le domaine symbolique, est essentielle au sein de la société postindustrielle. J'ai montré (...) comment aujourd'hui la logique du temps libre s'est libérée de celle du travail, comment aujourd'hui c'est elle qui à son tour

¹⁴⁹ Não sejamos imprudentes a ponto de não enxergar na redução da jornada de trabalho e até de salários formas de garantir primeiramente o próprio emprego, e não só no Brasil, mas em outros países europeus, conforme se pode acompanhar pelas informações de jornais e de TV.

pénètre la sphère du travail et y diffuse ses valeurs ». (Lalive Dépinay.1993 :315/316. Grifo nosso).

Desejaríamos retornar a Scaff, para quem, na sociedade informática, « o fator determinante não será apenas a redução da jornada de trabalho,mas também e sobretudo a transformação do próprio caráter do trabalho » . O trabalho fisicamente cansativo será substituído por « ocupações criativas », « fonte de alegria e de satisfação »(Scaff,A.1995:131/132).

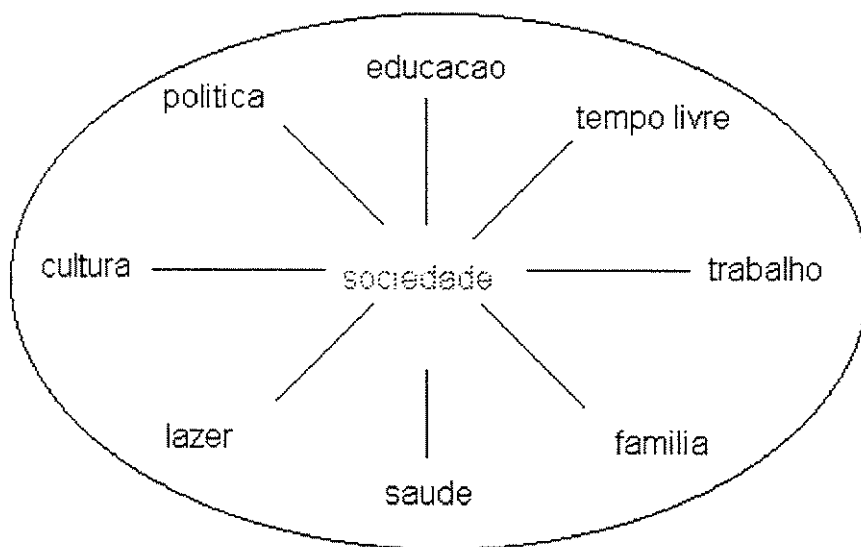
Mais pertinente ao nosso tema, convém refletir um pouco mais sobre o que Scaff compreende como « estilo de vida » - « o modo pelo qual o homem emprega o seu tempo entre o trabalho e o tempo livre »(op.cit. : 132) que será modificado pelo « prolongamento do tempo livre » e ,por outro lado, pelo acesso das pessoas « aos meios materiais (que reduzirão as diferenças entre os extremos da população) para estruturar interiormente esse tempo livre de forma mais rica »(op.cit. :132). Na sua prescrição sobre o tempo livre,distinguimos dois aspectos :primeiro,um caráter pedagógico-moral,especialmente para as « massas », « ensinar as pessoas a utilizar seu tempo livre com razão e fantasia », para evitar a « degeneração do tempo livre em tédio », ou seja, a possibilidade de usá-lo para o « alcoolismo,as drogas,bandidagem e, algumas vezes,crimes de vários gêneros,aí incluída a violência sexual » (Schaff,A.1995 :133) ;segundo, o emprego do tempo livre « ao prolongamento de uma atividade (criativa),isto é, não se trata de fazer quaisquer coisas para « matar o tempo » o que seria, de acordo com o próprio autor, « a poluição do tempo livre » (op.cit. :133) . O pensamento de Scaff se encontra, portanto, na encruzilhada entre o reconhecimento do avanço científico que aportará melhores condições de vida pelo acesso de bens materiais e pelo prolongamento do tempo livre (ele não esquece o perigo do desemprego estrutural),ou seja, o tempo livre não mais subordinado ao tempo de trabalho ; e uma preocupação moralista, segundo vemos, com o mal uso do tempo livre, especialmente pelas massas, e nelas sobremaneira pelos jovens. É sobre este último aspecto que, do nosso ponto de vista, a análise é recorrente,semelhante aos discursos moralistas que

lemos nos livros da história inicial do capitalismo. É o tempo livre que traz o *perigo*, quando acredito que deveríamos inverter os termos. É a ausência de um projeto de sociedade que modifique as condições materiais e culturais das massas que cria um tempo livre cheio de ociosidade, de « poluições ».

Na sociedade atual, segundo nossa perspectiva, o tempo livre encerra alguns aspectos :como valor extensivo à qualidade de vida, não encontrando mais razão de ser um tempo de trabalho prolongado, “intensivo”, numa sociedade cada vez mais tecnificada e informatizada. Independente de utopias revolucionárias,a utopia de uma vida, já no presente, de melhor qualidade , inclusive com o apoio da medicina,da genética e da psicologia, abarca uma nova concepção do viver,do conviver, do ser e do estar. Aqui, sim, emerge algo diferente do tempo livre acoplado,quase que exclusivamente,ao trabalho . Ou seja, o tempo livre como necessidade, anseio e valor, compondo o universo simbólico de uma sociedade que nele reconhece,como ao trabalho, à educação, à saúde, à política, à moradia, uma forma de melhor condição da reprodução e continuidade biológica e social da humanidade. Nessa perspectiva há uma outra lógica, uma nova maneira de abordar e entender o tempo livre que tanto pode atender as necessidades dos que ainda trabalham,como dos que estão fora da esfera do trabalho formal. A sua extensão e intensidade não resvalam para o campo de uma sociedade sem trabalho, sem atividades,sem ocupações, sem diferenciações sociais.

Em lugar de um gráfico de relações causa-efeito, propomos,conforme o gráfico seguinte, uma abordagem de relações interrelacionadas, onde cada atividade, cada ação, tem sua importância em função de um projeto societário.

GRÁFICO V



Dessa forma, o tempo livre teria como função social a melhoria das condições culturais e sociais do trabalhador, do cidadão, permitindo um outro estilo de vida coletiva, de maior sociabilidade, de maior participação política¹⁵⁰. O tempo livre não se restringiria mais à aposentadoria ou aos aposentados, mas a um modelo mais amplo de organização e valor cultural da sociedade, que exige um outro sistema de organização do trabalho. Lalive d'Épinay considera "o tempo livre como uma dimensão fundamental da sociedade pós-industrial; o processo de construção de uma nova sociedade com novos modos de vida: onde os aposentados são "desbravadores" ¹⁵¹ do "tempo livre a tempo integral", um dos atores centrais dessa nova sociedade"(Lalive d'Épinay, 1993: 317). Ao sublinhar a última expressão, enxergamos uma categoria de tempo livre diferente, perdendo sua relacionalidade, com o que comumente se faz, embora sob a expressão "tempo livre", por falta de um melhor termo que transmita todo o sentido projetado.

¹⁵⁰ Compreendo, a despeito do apelo mediático do chamariz "ócio", os trabalhos de De Masi (1999) numa reflexão de construção de uma sociedade que reconhece e oportuniza as possibilidade de crescimento cultural, espiritual, uma nova administração, primada pela racionalidade do tempo.

¹⁵¹ No original "les explorateurs". Os termos seguintes foram grifo nosso.

Como fora antes na sociedade industrial, a redução de horas de trabalho e a conquista de uma nova modelagem para o tempo livre continuam hoje como embate e conquista de árduas lutas históricas dos trabalhadores¹⁵². O tempo livre - sua ampliação e forma de uso - não está separado do contexto de garantias do trabalho, da ampliação do emprego da força de trabalho feminina ou, se quisermos mais precisão, do papel da mulher na nova sociedade, e, por seqüência, do esgotamento e conciliação da dupla jornada de trabalho da mulher e da necessidade de um tempo maior na família para homens e mulheres.

Não entraremos em detalhes, especialmente porque isso exigiria uma reflexão com apelo à filosofia, à ideologia, à economia e a outros dados de pesquisa. Contudo, a redução da duração do trabalho – “tout court” – e, por conseguinte, a questão do *tempo livre*, não está isolada de outros fatores econômicos, sociais e culturais da sociedade e, de maneira particular, às formas desiguais de acesso a bens materiais e culturais, incluindo aí a própria importância do tempo¹⁵³. A generalização do uso do tempo livre como um meio de solução para a alienação e para as diferenças culturais, sem levar em consideração as classes sociais, as estruturas econômicas e sua diversidade no meio rural e urbano, redonda em lhe atribuir uma existência e uma força que não tem e também a vislumbrar frustrações, quando de fato são problemas.

Nesses últimos trinta anos, certamente houve mudanças significativas, especialmente após o uso da internet nas comunicações pessoais. Mas a televisão, os vídeo games ou outros meios eletrônicos de fácil uso e acesso nas residências não só aumentaram quantitativamente, como não perderam o lugar de bens de entretenimento preferidos, certamente porque as transformações nos demais setores, sobretudo o da produção, não foram no mesmo ritmo e nem extensivos a todos os grupos sociais.

¹⁵² Tem aparecido, com maior frequência, na imprensa escrita –jornais ,revistas semanais, e na televisão artigos,entrevistas, reportagens sobre férias e licença maternidade, dando-lhes o cunho de algo prejudicial ao desenvolvimento do país e do próprio trabalhador, técnico ou executivo; alguns articulistas e comentaristas chegam mesmo a desaconselhá-los a gozar esses direitos.

¹⁵³ Numa pesquisa em fins dos anos 60 nos Estados Unidos, Alain Touraine já constataria “a fraca importância dos tempos livres nas preocupações operárias”, onde a família e o trabalho tinham peso bem maior, diferentemente da classe média. Para ele, “os home-centered são indivíduos que não possuem os meios financeiros, nem, sobretudo as motivações sociais, que impelem a classe média a colocar-se na frente da cena social” (Touraine, A, 1970:219).

Gostaríamos de concluir, explicitando que a dificuldade de um usufruto diferenciado do tempo livre está na sua “desarticulação” com os outros tempos, ritmos e horários – da escola, creche, diversão, transporte, comércio, banco -que continuam, para usar a imagem de Dumazedier, no ritmo “dos três oitos”, e, como vimos na primeira parte desta tese, ao estudar Gurvitch, a multiplicidade dos tempos sociais e seu inter-relacionamento são mais complexos que o simples desejo ideológico e não desaparece pela simples ausência do “suor do seu rosto”. Inclusive quando essas decalagens temporais são funcionais ao sistema econômico. A mudança qualitativa do uso e da gestão do tempo livre tem que estar coordenada a outros fatores na sociedade e, como tal, constitui uma decisão política. Para que mais grupos sociais possam ser beneficiados com melhoria na qualidade de vida, de acesso ao consumo cultural, de lazer, a sincronização dos vários tempos sociais tem um importante papel a desempenhar. No entanto, é necessário termos consciência e clareza ao entender que sistemas de trabalho flexibilizados, por si não podem redundar em melhorias de vida, se não houver, ao mesmo tempo, políticas efetivas de diminuição das desigualdades sociais. E isso é válido tanto para o primeiro mundo quanto para os países em desenvolvimento. O que poderá um trabalhador negro americano, um francês, alemão ou paulista fazer com uma redução da jornada de trabalho, se os sistemas de habitação, de educação, de cultura, por exemplo, lhes são de acesso difícil ou de qualidade inferior, quando não excludentes? Como esperar um salto qualitativo no uso do tempo livre, particularmente por grupos sociais em que a cultura é mais um produto de mass media, um espetáculo do risível, da catástrofe, da uniformização? O tema da mistificação, da alienação e da indústria cultural foi profundamente abordado por Adorno e Horkheimer, cujo trecho de *Dialética do Esclarecimento* transcrevemos por entender que encerra uma grande síntese :

“O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural. A velha experiência do expectador de cinema, que percebe a rua como um prolongamento do filme que acabou de ver, porque este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção quotidiana, tornou-se a norma da produção” (Adorno, T.W e Horkheimer, M. 1985 : 118).

Provavelmente, devemos dizer mais duas ou três palavras sobre a função social do tempo livre, dado que aqui está com o significado de projeto cultural e social explicitamente formulado por diversos autores - conforme referências ou indiretamente quando exposto como desejo, intenção, princípios, prática surgida das falas de nossos entrevistados. No primeiro caso, o tempo livre inserido numa formulação ideológica da sociedade; no segundo, enfatizado mais como forma de ação. Como componente de um modelo, não significa que seja cumprida concomitantemente em todas as fases; são idéias e atitudes que operam desarmoniosamente e, como já assinalado, não estão isoladas de um contexto mais amplo da organização do trabalho e de valores culturais da sociedade. Por exemplo: a projeção de que o tempo livre, carregado de expectativas, possa ser mais bem canalizado para atividades culturais, não depende exclusivamente da pessoa, porém de um contexto interativo mais complexo. Se na cidade, e mais ainda no meio rural, faltam-lhe as condições objetivas, aumenta o fosso entre meios e desejos, entre pessoa e coletividade, como se cada um fosse peça fora da engrenagem maior. Nessa direção, entendemos que uma maior elevação cultural, técnica, política e social das pessoas, dos grupos sociais, faz parte de um conjunto mais amplo, em que indivíduos, grupos, comunidade civil, administração pública e empresas atuam, no mínimo, no sentido de viabilizar as potencialidades locais, sociais e econômicas.

A informática e, nela, a internet, pode ser vista sob dois ângulos: primeiro, dentro do mundo da produção econômica e de serviços, aparece como "suavizadora" dos esforços físicos, de uma maior presteza/agilidade, o que permitiria, em princípio, uma jornada de trabalho menor, mas não menos intensiva. Ora, o mundo real não está ainda povoado do mundo das maravilhas, pois, segundo estudos¹⁵⁴, o que tem acontecido é uma "intensificação do trabalho". Segundo, requer uma formação mais especializada ou de conhecimentos mais amplos e diversificados.

¹⁵⁴ Além das referências anteriores, Bulard, Martine. "Progrés ou Surexplotation ? Temps modernes version internet". In: Le Monde Diplomatique, dec. 2000: 24/25.

Um relógio digital, símbolo do tempo, no vídeo de um computador marca ainda as horas pelo velho sistema de 24 horas. Está lá para informar e não mais para determinar. A internet traz uma nova linguagem e medição do tempo, onde a denominação do dia vale menos que a velocidade dos “beats”,¹⁵⁵ que nos permite vencer a barreira dos fusos e nos colocar no “ar” a qualquer segundo, eliminando distâncias e oferecendo contatos com bibliotecas, sites culturais, religiões, ações políticas, abrindo um campo para ocupação do tempo livre. Tanto nos países desenvolvidos como em nosso país, a expansão da internet é um fato real, contribuindo para mudanças de atitudes e de comportamentos, especialmente para aqueles que podem usufruir mais de seu tempo.

No caso de nossa pesquisa, aproximadamente metade¹⁵⁶ dos entrevistados não se utiliza ainda do computador e, por conseguinte, da internet, embora faça parte do universo cognitivo e informativo. Em alguns casos, a sua presença é feita através dos filhos. Visto ainda como instrumento de trabalho, o computador e a internet não têm sido utilizados nem como meio de comunicação nem para entretenimento nem para formação cultural. Pelas entrevistas, as informações nos levam a encontrar o lazer nas leituras de revistas semanais, mais do que de livros, no assistir à tv e à tv a cabo- “uma dádiva de Deus para me livrar da Globo, desses “Ratinhos” da vida, eu tenho a Tv a cabo” (S.J.) -, com destaque para programas de auditórios e filmes para divertimento (o que talvez se traduza como ausência de filmes de “autor” ou de maior elaboração intelectual).

¹⁵⁵ Riviere, Philippe. “S’appropriier le temps”. In: Le Monde Diplomatique, fev. 1999 :17

¹⁵⁶ Não fizemos nenhuma enquête quantitativa, é apenas uma dedução do que foi dito quando se referia ao que fazer hoje.

III. “Vou fazer o que em casa?”

“Já que estou desocupado”

O aposentado vive e exprime uma profunda relação de medo e de prazer com o tempo, ou numa terminologia mais usual com o tempo livre.

Na reconstrução das expectativas da aposentadoria uma das primeiras indagações e inquietações, reveladas como balizamento para uma nova vida, surge através da pergunta: **“Vou fazer o que em casa?”**, que, como expressão polifônica, procuraremos explorar nas suas várias dimensões e falas. Essa interjeição indagativa ganha certamente entonações diferentes na voz feminina ou masculina.

A metáfora da casa¹⁵⁷ é bem mais ampla do que os contornos arquitetônicos, pois é também referência identitária e possui várias “esferas de significação social” (DaMatta,R.1991:53). Mas por que subterfugir e não reconhecer que nessa auto-indagação se traduz primeiramente um estado de medo, de receio, de incerteza. Acostumado a atividades, a volta ao lar pode significar igualmente recolhimento, isolamento, dedicação exclusiva ou majoritária às rotinas de uma vida familiar. Receio que pode ser captado através de outras duas expressões: *“Ficar o tempo todo em casa, Deus me livre”*; e *“O que vou fazer com você em casa o dia inteiro sem fazer nada?”*¹⁵⁸. São frases repetidas, sob

¹⁵⁷ A sociologia reflexiva nos fornece elementos ricos para uma análise espaço-tempo, inclusive já nos referimos na Primeira Parte desta tese. Ao trazer Giddens para cá é para, através da metáfora “Vou fazer o que em casa”, apreender toda complexidade do “zoneamento do tempo-espaço em relação às práticas sociais rotinizadas” e dessa forma darmos conta da “mutualidade de presença e ausência” (Giddens,A. 1989: 96 e 95, respectivamente). Assim não reduzimos nem a cotidianidade a casa, nem ela ao doméstico; nem aquela à rotina, nem essa a costumes. Por essas e tantas outras razões, não podemos esquecer do estudo de DaMatta, Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil, que por sinal inicia com uma reflexão sobre espaço e tempo.(DaMata,R.1991)

¹⁵⁸ Ao telefonar a um aposentado para solicitar uma entrevista, fui atendido por sua esposa. Julgando-a também aposentada, segundo me disseram, entabulei, então uma explicação sobre a tese, para depois de tudo, ouvir que não estava aposentada.Mas, após ter falado com seu esposo, retornou ao telefone: -Posso fazer uma sugestão? – Claro, com prazer, estou precisando... - Procure saber como o tempo do aposentado, sobretudo do homem, influencia também o tempo dos outros. – Interessante questão, obrigado...”. A sugestão foi aceita e incorporada ao questionário. Mas, nesse momento que escrevo, lembrei-me que o entrevistado é o que expressou

risos e reticências, sob tonalidades masculinas ou femininas, que flexibilizam as tensões de uma convivência diária a tempo integral, porém remetem, em última instância, para a problemática das relações mais profundas da família e, nela, da vivência da aposentadoria.

Nestas frases está o desafio de uma nova forma de convivência e relacionamento da família, na família. Se antes a luta incessante era para conciliar trabalho e família, agora são, em princípio, 24 horas face a face, onde todos os aspectos da cotidianidade serão partilhados coletivamente. De um convívio social secundário extensivo – para relembrar o modelo relações primárias/secundárias – em vários espaços e tempos diferentes e distintos, passa-se, muitas vezes sem nenhuma preparação e de forma até repentina, para uma dedicação quase exclusiva - intensiva - às relações sociais primárias: a família e o lar, sendo o centro de todas as convergências. Há uma concentração espacial e de temporalidades novas na casa, que a torna efetivamente ponto de chegada e de permanência, não mais “estacionamento”, passagem. No deslocamento e na redefinição valorativa do tempo há um “reposicionamento” hierárquico da Instituição para o tempo pessoal e familiar.

Não insinuamos apenas as dificuldades da rotina do casal, da família - a adaptação/alteração de hábitos, os conflitos -, mas as dificuldades de articulação e convivência, em uma palavra, a sincronização dos múltiplos tempos, das presenças e ausências, do estritamente localizado até o externo, e neles a probabilidade do risco de uma maior demanda para aquele que está com “o tempo livre”:

- “Ele (o aposentado) é visto completamente à disposição de todo mundo, porque seu tempo é livre. Então, dão a ele todos os trabalhos dentro de casa, porque ele é aposentado”.(S.N.M.técnica de nível médio, aos 58 anos de idade e 30 de trabalho se aposentou em 1990)

- “Tive que me preocupar, muito pouco é verdade, com a possibilidade de ser visto (Grifo nosso), por familiares, amigos, vizinhos, etc. como alguém desocupado, a quem

viver um” ócio despreocupado ““. No filme Chuvas de Verão, de Cacá Diegues, “seu” Afonso, no seu primeiro dia de aposentado, retira da cômoda o seu pijama, perfeitamente dobrado, e olhando para o retrato de sua esposa, já falecida, com ela estabelece o diálogo: A falecida não queria que me aposentasse, sempre dizia “Homem o dia inteiro dentro de casa não presta”.

podem ser atribuídas tarefas com as quais os “ativos” não podem perder tempo. Felizmente, não passou de pequena preocupação, sem concretização.(P.I.V.).

- “Por exemplo, algumas amigas deixam de usar o carro porque outra pessoa quer usá-lo. Tenho uma amiga que dá o carro para os filhos passearem e fica em casa porque está aposentada. Não faço a menor questão de servir, mas eu estou na frente. É muito fácil chegar para mim e dizer que já que estou desocupada posso fazer as coisas, mas faço até a hora que eu quiser.”(G.M.T.A.)

- “Parece que a gente fica com menos tempo depois que se aposenta. Naquela rotina de trabalhar, assinar ponto, levar e buscar menino na escola, esse ritmo parece que faz a gente multiplicar o tempo. Depois, a gente fica com o tempo à disposição de todo mundo”.(N.Z.F)

O aposentado é visto “à disposição de”, como se ele não tivesse seus interesses, seus desejos; como se o seu tempo não lhe pertencesse com exclusividade; na melhor das hipóteses, é fracionado para que todos possam dele usufruir. Visto do ângulo oposto, a dedicação aos outros não estaria ocultando um sentimento de culpa ou de resignação? Fugindo do terreno movediço do psicologismo, preferimos trabalhar com uma outra categoria sociológica, o da inversão de posição hierárquica. Isto é, o aposentado sendo mais velho teria, por princípio, um lugar de preferência, como se dizia antigamente. Mas o que há é uma pré-disposição para dele se cobrar ajuda, dedicação, colaboração em função dos que estão ainda em trabalho ou estudo, pois estes é que estão no topo do prestígio, merecedor ou necessitado de mais consideração. Numa linguagem mais dentro da terminologia dessa tese: o tempo livre está em função do tempo trabalho; não do aposentado, mas dos que o cercam. Essa é uma explicação geral sobre o uso do tempo pelo aposentado em suas relações familiares, servindo inclusive de lastro para outras interpretações.

A Reprodução Ampliada da Jornada de Trabalho

Na voz feminina, "fazer o que em casa" é continuidade ampliada da dupla jornada - passado-presente -, pois até fisicamente a casa lhe é mais costumeira, onde sempre lhe coube o papel de zeladora desse locus geográfico-social-político; é "colaboração" para o padrão de vida dos filhos; o tempo da aposentadoria é "redenção" de um conflito :

P -"O que mudou em sua vida, nos sete anos de aposentada?

R -A minha vida era muito corrida, muito preenchida em termos profissionais. Mesmo quando, por exemplo, eu estava em casa, o que eu fazia era com horário muito corrido em função do trabalho. A minha atividade principal era o trabalho e não a casa. Apesar de minha ligação afetiva com a casa. Eu sempre estive muito presa emocionalmente, afetivamente a casa. O trabalho não era o primeiro plano para mim não, mas na realidade, no dia a dia, eu desenvolvia muito mais atividades, era muito mais preenchido lá do que aqui. Isso mudou muito porque eu parei completamente. Passei a me dedicar 24h a casa. A mudança principal foi esta.

P - O que significa 24h em casa?

R - Eu passei a fazer todos os trabalhos domésticos. Saio pouco. Não me dediquei a outra atividade. Às vezes, eu passo a semana só resolvendo as coisas de casa, o dia a dia, a rotina. Saio assim, vamos dizer, para fazer feira, um supermercado, a uma missa, tenho um compromisso com a parte religiosa, mais nenhuma atividade extra-casa. Eu digo 24h porque, às vezes, são 11 horas da noite e eu estou esperando filho que está chegando, fico naquela preocupação, ansiedade, só esperando. Só vou dormir na hora em que as coisas se acomodam, se organizam ou, ao contrário, como hoje. Minha filha, ia sair às cinco horas da manhã, só que levantou e passou mal. Ela me chamou, então, às cinco horas eu

comecei a atividade em função dela, embora depois tenha voltado um pouquinho para a cama”.(C.M.C.V.)

Será que essa relação tão polarizada nos papéis de homem-mulher, marido-esposa, não conheça uma outra relação intermediária? Se não constitui um modelo, as variações comprovarão a regra:

P – Você sai da dedicação exclusiva ao trabalho para dedicação exclusiva à família?.

R - Não era exclusiva porque, por exemplo, quando eu tinha empregada... Passei bastante tempo da minha vida tendo empregada, então eu fazia em casa coisas que só me agradavam. O resto deixava para a empregada e, quando chegava, muita coisa estava pronta. Eu só assumia a casa mesmo quando estava sem empregada doméstica, que para mim era um fator importante. As meninas pequenas precisavam de atenção, de alguém, na minha ausência “. (C.M.C.V.)”.

Numa contabilidade social das ações familiares, o tempo do aposentado teria a função de “surplus”, que se concretiza pela necessidade de: a) assumir – ou continuar -determinadas tarefas domésticas, antes delegadas a terceiro, em virtude do “encurtamento” do poder de compra do seu salário, sobretudo em momentos de crise econômica, caracterizada pelo arrocho salarial, que impõe a dispensa da empregada doméstica; b) viabilizar a presença no mercado de trabalho de membro da família, através de determinadas colaborações, ajudas, encargos, como, por exemplo, cuidar de netos pela impossibilidade financeira de contratação de uma babá ou de colocá-los numa creche ou escola; e c) a volta de filhos para residir dentro da casa paterna¹⁵⁹, seja por motivo de separação conjugal seja por desemprego. A casa reveste-se de uma feição de extensão do

¹⁵⁹ Não quero transmitir a idéia de que a volta ao lar paterno esteja condicionada à aposentadoria, o que seria uma grande idiotice e desconhecimento da realidade. Apenas, mais uma possibilidade de arranjo intrafamiliar. Essa questão surgiu de uma conversa ouvida por mim sobre o assunto, quando o pai disse mais ou menos assim: “meu filho ficou desempregado, voltou lá para casa com mulher e filho. Aham que por estarmos aposentados, podem tudo. É a vida. Mas, a casa é também deles”. Os termos “achar” e “a casa é também deles” aparentam no discurso uma contradição, tornando-se uma formulação aporética.

tempo livre dos pais. Espaço e tempo coabitam e se integram no universo cultural e na prática. A identidade familiar nuclear se conforma - para não dizer se mescla - à identidade familiar ampliada. Em sua própria casa ou em função dos filhos, o seu tempo “de atividades” não é integrado como custo, ele está “disfarçado” na contabilidade geral, porém a sua colaboração é que viabiliza um padrão familiar. Ou seja, sem a consciência de uma organização de economia familiar, o aposentado, e mais ainda a aposentada, desempenha um papel importante na estratégia de um padrão de vida, não permitindo que a degradação chegue a um nível inferior.

Certamente essa hipótese merece uma melhor comprovação e estudos, exigindo dados quantitativos mais precisos, que não buscamos em nenhum momento da pesquisa. Poder-se-á, inclusive, argumentar que o “abuso” na utilização do tempo do aposentado em atividades domésticas esteja superdimensionado pela crise econômica e financeira do país e da família, o que não deixa de ter validade, sem anular a questão de fundo. Pois se, para algumas aposentadas, é continuidade de uma prática tradicional, agora redimensionada em grau superlativo absoluto, para outras é o início dessa prática, com grandezas mais extensas.

“Eu preparei meus filhos o tempo todo dizendo que agora o meu tempo era para descansar, quem tiver seus filhos que se vire. Só que vi o que está sucedendo muito na minha classe toda: viver na obrigação de cuidar dos netos. O que está acontecendo é que a gente viveu num tempo em que tinha condições de arrumar uma pessoa para cuidar dos filhos, mas agora é difícilimo; apesar do número de empregadas se oferecendo, é até uma contradição, mas é muito difícil você achar. E as pessoas têm outro esquema de vida. Minha filha, por exemplo, não tem cozinheira nem nada e não pode voltar para casa na hora do almoço. Então tive que ficar com meu neto e era mais um aspecto de dizer que estava fazendo alguma coisa”.(L. A.L)

“Uma coisa não posso dizer a você que lamento, foi o tempo que eu e meu marido podíamos nos dar ao luxo de viajar. É uma coisa que sabíamos fazer: eu viajei duas vezes nas férias para a Europa, por conta própria, e ele viajou, a serviço, para a África e para Portugal. Nós passamos dois anos nos Estados Unidos, tive licença, porque ele foi fazer o mestrado em eletricidade. Então, as viagens dele foram programadas a serviço, e

eu viajei porque gosto de viajar. Agora, quando poderíamos viajar juntos, não podemos “. (L. A.L)

Esse longo relato de uma servidora pública aposentada com nível superior, com 30 anos de serviço e agora com 63 de idade, tendo certamente incorporado ao salário todas as gratificações pelo exercício de chefias, vive com seu esposo, também de nível superior, aposentado. O casal tem três filhos: um é engenheiro, uma filha é médica (casada)- “Trabalha feito uma condenada” -, tem consultório e emprego público, “Ganha um décimo dos outros” - e a outra, formada em engenharia elétrica - “...por causa do pai, ela é louca pelo pai” -, tem mestrado em Direito e trabalha como analista financeira do Banco...“ Me telefona às vezes da Colômbia, Buenos Aires, Nova York”. Essa família, um casal típico de classe média média, revela as dificuldades financeiras em que vive hoje a maioria dos aposentados, e no nosso caso, dos aposentados públicos. No seu depoimento, distinguimos *pudor* para demonstrar os “apertos” financeiros e um *atributo* ao tempo que se substantiva no cuidar dos netos: “Para dizer que estava fazendo alguma coisa”. Não que o cuidar de netos não seja prazeroso, mas, aqui, no nosso entender, está um subterfúgio, uma racionalização de uma crise financeira. Uma coisa – netos e crise- não anula a outra. Ressaltamos mais um aspecto do problema do que o conjunto.

Se as falas acima transcritas são expressões de um grupo social de classe média em dificuldades para manter o padrão de vida anterior, especialmente se considerada como símbolo a empregada doméstica, que o eufemismo denomina de “secretária”, nem por isso poderemos dizer que, em geral, famílias que mantêm um padrão mais elevado, não estejam as mulheres dedicando um tempo para a administração da casa, aos cuidados familiares, como decorrência de outro eufemismo, a divisão, a distribuição das lides familiares. Se para algumas mulheres o trabalho doméstico é o lavar, passar, cozinhar; para outras é a administração, no sentido do planejamento e da fiscalização, desfrutando, por isso, um status mais valorizado. Todavia, as *especializações* fazem parte do sistema de reprodução da condição feminina no lar, quer como dona de casa quer

como profissional/dona de casa. E isso é o importante para o que estamos tratando.

Em alguns momentos das entrevistas, várias pessoas se emocionaram, chegando ao choro, ao falar da necessidade do grande controle das despesas que estão sendo obrigadas a fazer, inclusive médicas, tendo modificado o padrão de vida, limitado hoje ao essencial. Dessa forma, o lazer é o primeiro a ser sacrificado, ficando restrito aos encontros familiares, e televisão em casa, aluguel de vídeo, e, para os homens, campo de futebol. Os passeios, especialmente viagens mais longas e sonho de todo aposentado, foram cortados: “Poder viajar com meu marido, coisa que nunca realizei enquanto trabalhava, pois minhas férias eram dedicadas aos meus filhos” (J.C.S.). As assinaturas de jornais e revistas não foram renovadas, ficaram drasticamente reduzidas a uma assinatura.

Claro que a atual situação econômica e financeira do país alterou os projetos desenhados para o gozo da aposentadoria, substituindo-os por uma certa carga de frustração, conforme ouvimos em declarações que nos ajudam a compreender o atual estado de vida dos aposentados:

- “Ter muita tranquilidade e aproveitar para viajar. Estabilidade econômica para fazer milhões de cursos que queria e não tinha tempo e que agora é mais impossível ainda, por falta de recursos financeiros. As expectativas ficaram frustradas, você tem todo o tempo do mundo e não tem o que fazer com ele”. (P.D.M, técnica de nível médio, aposentou-se em 1994 com 49 anos de idade e 31 de trabalho)

- “Fase em que vivo de maneira simples e parcimoniosa, conforme os vencimentos que percebo” (H.I. nível superior, aposentada desde 1991 com 30 anos de trabalho e 51 de idade)

- “Hoje não posso dizer que tenha a mesma disponibilidade financeira do momento da aposentadoria. Quase sete anos sem aumento! E qualquer coisa, o curso, por exemplo, vai requerer algum gasto. Atualmente, no meu orçamento não está cabendo mais nada”. (A..M.L.S.M.)

- “ Todo mês entro no CDC-salário, pago aquela quantia, faço em 12 ou 18 meses, enquanto eu posso pagar, entro no limite. Meu Deus, nunca vivi assim, eu era para estar louca, graças a Deus tenho esperança. Tenho sempre esperança no dia de amanhã, vai melhorar; a gente não vai ficar assim. É em Deus que estou acreditando. Quero acreditar nos poderes públicos também, mas não vejo por onde, não

votei nele, nem da primeira vez, porque estava no Rio Grande do Sul, nem da segunda, porque não gostei dos quatro anos”.(M.A. N..)

“A aposentadoria é hoje para mim 60% de minha renda total, porque com essa defasagem de salário que vem acontecendo, eu não poderia sobreviver pura e simplesmente com a aposentadoria que eu tenho do serviço público. Então a minha atividade econômica paralela é para complementar a minha renda, embora eu saiba que tenha perdido um percentual significativo do padrão de vida que mantinha”.(R.J.G.C, nível médio, com 49 anos de idade e 33,6 de trabalho se aposentou em 1991)

Não são o espaço e o tempo¹⁶⁰ que determinam situações, eles espelham uma divisão do trabalho e de posição social na sociedade. Nessa “volta ao lar”, a tradição se renova e se reproduz. O espaço do lar parece conservar, ou melhor dizendo, ser portador de uma estrutura hierárquica na família. O exposto não causa estranheza, pois a dupla jornada de trabalho, a que são obrigadas as mulheres, é tema já bastante pesquisado e analisado. Com a aposentadoria, aumenta consideravelmente, tanto em projeção quanto em possibilidade real, a utilização do tempo livre para as atividades domésticas. É como se aposentadoria abolisse, “desencantasse”, esse caráter da dupla jornada. Rasga-se o véu, expõe-se a realidade nua e crua, refeita diariamente por solidez estrutural, por necessidade financeira e por oportunismo conservador.

“Descobri que tinha uma casa”

Para a mulher, a aposentadoria é também um desejo para construir novas formas de vida, indo desde o assumir a casa, como local doméstico, até alternativas de trabalho. Nessa estrada tão cumprida da vida do aposentado, o “fazer o que em casa” é estação também de prazer, de redescoberta e resgate do eu, do nós:

“Passei a tratar do físico, com atividades que antes não podia fazer. Dormir e me alimentar melhor. Ter mais tranquilidade para viver. Isso mudou meu relacionamento com

¹⁶⁰ Voltando a Durkheim para quem não é o tempo que cria a sociedade, ele é uma representação da sociedade.

minha família, meu marido, e tudo”.(M.M.I.T).

- “Descobri que tinha uma casa, não é? Aprendi a fazer um arroz, feijão, etc. Não agüentei mais a empregada, que já tinha passado quase dez anos... Deixe-me dizer sim mais outra coisa: eu, a essa altura, não me pertenco; primeiro, para o neto são 12 horas, tirando o tempo que ele está na escola, que aproveito para fazer alguma coisa, além da casa, o trabalho voluntário...”(L.A.L).

- “Ser literalmente dona de casa, cozinhar, lavar, passar, enfim ter a rotina de um lar e dedicar-me a alguma forma de voluntariado”(J.C.Z)

- “Significa investir no que nunca pude fazer: curtir o doméstico, que me faz muito bem... desenvolver atividades de prevenção à saúde, poder ter mais participação político-cultural, de vez em quando ir para o interior, ir à festa sem preocupação com o dia seguinte, até ter o direito de ficar em casa lendo, lendo, costurando, ouvindo música...Isso.” (S.M.N.)

— “Me sinto bem estando dentro de casa,cuidando da minha casa, eu gosto; sou uma pessoa que procuro viver bem onde estiver.e então, se estou em minha casa, procuro limpar,cuidar das minhas coisas,costurar,bordar, tudo isso eu sei fazer,ocupa muito o tempo e além de cuidar da minha casa, tiro o meu tempo de lazer para ler. Vou para o Centro onde eu presto minha contribuição fazendo enxovais...”(M.M.J)

Na maioria das vezes, a casa, como local doméstico, ficou por muito tempo entregue às empregadas – fixa ou temporária -, de conformidade com o status social, com as possibilidades financeiras de cada momento e com a postura ideológica adotada.

- “No corre-corre do trabalho, delegamos as funções às pessoas que trabalham conosco em casa, mas ficamos pensando que estamos explorando essa pessoa porque estamos em casa, parados. Essa possibilidade de pensar em bem estar físico, hidroginástica, caminhadas, sem preocupação com o tempo, isso nos fez refletir se não estava sendo o ócio. Se seria necessário mesmo ter uma pessoa em casa,se você estava desocupado. Antes era preciso porque não estava em casa, e agora que estou? O repensar e o retorno a esse ócio voltado para uma atividade de artesanato, por exemplo, usar o tempo livre para criar,visitar um museu,ir ao cinema.A idéia que se tinha era que lugar de mulher aposentada é na cozinha, temos que repensar esses conceitos, mas sem

se deixar envolver por essas preocupações. Esse repensar é que é importante no primeiro momento da aposentadoria, que você dispõe de todo tempo que nunca teve antes. É ser feliz e saber ser feliz. (M.M.I.T)

Normalmente, era nos fins de semana e nos feriados que a mulher se voltava mais para dentro, seja para “cuidar da minha casa” seja como recolhimento para o repouso, descanso. De toda forma, estava em casa, estavam em casa. Ela agora se vê diante de uma segunda descoberta, mas com posse definitiva, de algo que lhe era e é tão íntimo. Posse definitiva que inclusive é assumida simbolicamente, pelos atos que circunscrevem as funções ditas femininas.

A casa, “cenários de interação” na formulação de Giddens, está cheia de forças do pensar, do agir, do querer e do poder. Por essas manifestações, ela é, primeiramente, a localização do encontrar-se consigo mesmo dentro de uma atmosfera grupal, para viver sua individualidade e seus múltiplos papéis sociais, é, a partir dela, que se irradiam as demais ações. É essa deslocação que caracteriza e diferencia o tempo do aposentado da vida anterior de servidor público.

Esse prazer de ser literalmente dona de casa não implica enclausurar-se, fechar-se. Não se deve deduzir que todas as mulheres aposentadas se dedicam exclusivamente aos assuntos domésticos. Se ressaltamos, e o verbo fala por si só, a divisão doméstica do trabalho, é porque na aposentadoria ela não é eliminada. Reproduz, amplia, o que existe na sociedade como pensamento, como ideologia, como ato concreto. Outras ocupações, com maior regularidade, tendo, portanto, um sentido de compromisso institucional e/ou como uma atividade voluntária, carregado de valor moral, fazem o tempo da aposentada:

- “Hoje, depois que assinei um contrato permanente com a iniciativa privada, parece que volto a sentir que renascem novos vínculos com a sociedade, com um projeto coletivo”. (L.M.E.M.F)

- “Colaboro com atividades de trabalho manuais e bordados para rede do Câncer de minha cidade. Pertencço ao grupo de bordados para A.C.D. Participo e colaboro com as atividades religiosas da minha Igreja” (T.M)

- “Também tenho dedicado um tempo ao trabalho voluntário.(...) Mas há a

preocupação ,sempre presente, de conseguir outra atividade que também remunere,pois a aposentadoria não permite manter o padrão” (C.M.M.L)

- “Realizada não tanto, eu ainda gostaria de trabalhar com plantas(com finalidades fitoterápicas).Isso poderia ser também uma realização pessoal e também uma realização financeira, devido à minha situação financeira de hoje”.(M.M.J.)

Interessante se frisar “esse novo vínculo com a sociedade”, que provém do trabalho, capaz de despojar a individualidade para trazer com ele o valor do coletivo. A ideologia sobre o trabalho, como fonte de realização social, de meio de integração, de legitimação de um tempo livre, continua como força e como justificativa.

O voluntariado, ação pessoal de colaboração para com o próximo - “Outro dia um amigo me pediu para ver sua tia, que está sofrendo uma coisa,que nenhuma análise resolve, uma solidão. Eu fiz uma primeira visita e fiquei 'contratada'...(L.A.L.) -, aparece também na vida do aposentado como desejo de retribuição do que aprendeu, tendo, portanto, um significado moral e fonte de legitimação social. Como ação de cidadania, o trabalho voluntário é ainda recente em nosso país e tem sido muito incentivado como substituição e complementaridade às funções do Estado. Ele se apresenta, muitas vezes, com propostas não muito definidas, o que conduz a uma improvisação ou ao uso inadequado de pessoas e como utilização de mão-de-obra. Para a terceira idade, é louvado como integração social e terapia. O voluntariado está hoje em franca expansão, tornando-se um projeto político e um valor cultural que abraça todas as gerações. Aos aposentados e idosos são abertas oportunidades de voluntariado, mas eles são também objeto de sua própria ação, especialmente os mais idosos. Dessa forma, a terceira idade é sujeito e objeto.

O depoimento transcrito no box “Eu não queria ser mera mão-de-obra em distribuição de cestas básicas” nos permite apreender todas as facetas e conflitos na percepção e execução do voluntariado, revelando o caráter das atividades e a utilização do seu corpo de voluntários, nem sempre de forma adequada. O assistencialismo, como mera prática de atendimento, choca-se com uma visão de cidadania, em que a colaboração não pode ser compreendida como caridade e o

voluntário, como mão-de-obra sem participação ativa e crítica. Administrações governamentais, igrejas, seitas e ONGs se utilizam do voluntariado, como suprimento de mão-de-obra e como ação cidadã participativa. Esse duplo caráter, talvez especificidade de um modelo brasileiro, é encantador para o aposentado como meio de integração, retirando-o do isolamento da casa e dando um sentido ao tempo. Revendo trechos das narrativas aqui transcritas, o voluntariado se inscreve no horizonte do aposentado como oportunidade de mostrar suas experiências, por tantos anos exercidas formalmente, muitas vezes deslocadas dos anseios da comunidade. "Eu trabalhei 32 anos na *Instituição* e qualquer pessoa que passa 32 anos numa instituição sai com uma carga de experiência bastante forte" (Q.M.A). De qualquer forma, colocar a própria experiência à disposição de terceiros é reconhecer uma aprendizagem, ou em outra linguagem, considerar a sua antiga instituição como "uma grande escola", cujos ensinamentos lhe dão hoje status e condições, pelo saber acumulado, para servir à comunidade. Como desejo de colaboração, essa prática de prestação de serviço carrega também um sentimento de retribuição para os grupos sócio-econômicos mais carentes .

O voluntariado não anula ou não substitui a necessidade de um trabalho remunerado, complementar à aposentadoria. Como não foi abordado diretamente na pesquisa, não podemos avaliar até quando e sob que forma entrariam em choque, ou seja, qual a preferência em termos de quantidade de tempo seria dedicado a um e a outro. Podemos especular com dois fatores: o da idade, como limitação para os mais velhos, dada a concorrência no mercado de trabalho, mesmo nessa categoria, sobretudo se nos lembrarmos que há uma faixa bastante grande com menos de 60 anos ; e o da especialização, pois se o voluntariado é aceito com o que já se sabe,, o trabalho remunerado certamente imporá outras condições.

Ao se engajar no trabalho voluntário, o aposentado se sente antenado com a sociedade, para o qual não tinha convivência e por muito tempo foi visto como ação de velhos ou de pessoas ligadas à Igreja, ficar circunscrito às igrejas, asilos, hospitais. Hoje, há uma nova concepção do voluntariado como ação política (cidadania), para a qual estão se socializando. Claro que as distinções sociais,

culturais e de gênero não se apagam. Pelos depoimentos, mesmo não havendo uma quantificação, podemos até considerar como hipótese que o trabalho voluntário está presente mais nas práticas femininas do que na masculina, e de que está majoritariamente ligado à formação profissional do aposentado, de tal forma que os que têm curso superior buscam se dedicar mais às atividades de planejamento, de assessoria, de ensino e reflexão; as atividades mais domésticas - costurar, bordar, organização de exposições artesanais - ficam para os que não têm formação universitária.

Dos entrevistados do sexo masculino, apenas um se dedica ao trabalho voluntário, como rotariano, no Instituto do Cego e em um educandário para palestras sobre “questões ambientais”(Q.H.A)

Em si, essa pretensa estatística não diz muito. Provavelmente assinala uma tendência existente na sociedade, onde o voluntariado seria – colocado bem no condicional - assumido mais pelas mulheres do que pelos homens.

“Eu não queria ser mera mão-de-obra em distribuição de cestas básicas”

“Quando me aposentei, achei que seria mais fácil me oferecer como voluntária. Seria uma coisa que poderia me apresentar um resultado mais concreto. E nas varias tentativas que fiz foi muito difícil. Fiquei com um trabalho da área religiosa, mas temos uma tentativa de fazer uma coisa de artesanato, onde as pessoas pudessem reverter isso para melhoria de rendas. Ou você é voluntária num grupo de voluntariado ou quando a área não oferece voluntariado eles ficam pensando que você vai colocar a empresa na Justiça. Eles colocavam abertamente que não existia campo aqui para voluntariado. Diziam que as pessoas às vezes se colocavam como estudantes, universitários, mas depois querem ter esse tempo trabalhado reconhecido, então não havia essa abertura. Só pode ser voluntariado naquilo que é aberto apenas para o voluntariado. Todo dia uma organização pede voluntário, você não vai poder fazer aquilo que você quer, mas o que eles precisam. Por exemplo, o Amigos da Escola, se você quiser fazer um planejamento, ver a grade curricular ou ver a ideologia da coisa, você não pode. Agora, se você disser que quer pintar as bancas da escola ou fazer a limpeza do chão, eles querem. Assim, para se aposentar como assistente social e ser voluntária no Hospital do Câncer, vendendo roupa na cantina, realmente não tem condições. Vamos fazer uma coisa mais inteligente. Já é difícil administrar dinheiro e administrar dinheiro público em cima da pobreza dos outros é pior ainda. Buscar uma realização profissional depois de aposentada junto com a clientela mais pobre, sendo voluntária no Hospital do Câncer, vendendo roupa velha na cantina, não dá realização. Não para uma pessoa que trabalhou na área de humanas. Talvez dê em outra área que não tenha nada a ver com o humano e a pessoa queira se realizar com o aspecto da caridade, da assistência. Mas a gente que estava no lado da assistência como direito, não vai mais encarar a assistência como filantropia, do ponto de vista da caridade. A gente tem uma outra visão disso. Fica então difícil ser voluntária sem querer meter o bedelho no planejamento. Voluntário, realizador de tarefas ficou muito difícil. só poderia entrar numa coisa que não me desgastasse, nem que fosse alijada da discussão, pois não compensaria no ponto de vista de realização profissional. Tinha que ter alguma coisa relacionada com o crescimento de cada pessoa, e não distribuir sopa nas sextas-feiras, numa creche. Isso não ia adiantar para mim. Queria contribuir com aquele grupo do ponto de vista de crescimento e desenvolvimento e dar uma continuidade à minha capacitação. não queria ser mera mão de obra em distribuição de cestas básicas, por

exemplo.No que isso vai me levar à frente? Então pensei em entrar num grupo mais aberto, mas sem que houvesse ciúme por parte da direção. Porque existe isso também. Se você chega num grupo querendo ser voluntária, eles não querem que você faça parte de nenhuma discussão. Na Igreja já existe o assunto de determinadas pastorais definidas. Se você não é do conselho tal, só pode entrar devagar. Entrando devagar, achamos uma brecha na comunidade do Ó, onde passo a maior parte da semana, em Maria Farinha.e então. tenho um trabalho ligado à Igreja, mas sem que eles queiram me pegar para ser catequista. Tenho que ajudar num projeto de educação, de artesanato, numa coisa mais pensada para que as pessoas pudessem se engajar, para o crescimento, melhorar a renda. Uma coisa que pudesse dar um resultado também social e econômico, que não fosse só de todo mundo toda semana ir buscar assistência. Porque se assistência e entidade resolvesse, Santo Amaro não teria mais problemas. É o bairro que reúne maior número de entidades: Sesc, Sesi, LBA, Cruzada de Ação Social... Todas as mães faziam enxovais desde 45, no outro ano ia buscar mais ajuda para ter mais filho até não ter mais. Era a mesma mãe, mesma assistente social, esperando o mesmo enxoval. Isso não resolve. Nas secas do Nordeste é sempre a mesma coisa. Chegam as cestas básicas, chegam frentes de trabalho, vão embora e na outra seca é tudo de novo. E nada se resolve, a água está lá embaixo. A gente fez uma orientação para os professores do bairro.Com os adultos que não tinham educação integrada, fizemos alfabetização de adultos.Conseguimos formar as turmas e a Prefeitura assumiu, pois o objetivo era esse mesmo: despertar a comunidade para exigir da Prefeitura. A Igreja Católica também divulgou, a Presbiteriana começou com 5 alunos,a professora ia dar aula. A gente uniu os esforços porque a professora estava se afastando e a Prefeitura assumiu a alfabetização e educação integrada e já está no terceiro ano. acho que isso foi um resultado concreto, porque a gente queria que a demanda fosse atendida, mas que não fosse a gente que fosse monitor de alfabetização.” (M.M.I.T)

Na voz masculina, “fazer o que em casa” tem outra conotação, menos ampla do que na voz feminina que junta lar, residência e família num mesmo horizonte, locais distintos num mesmo espaço. Para o homem, o primeiro significado é de reconhecimento de sua inutilidade para as duras atividades domésticas e, por conseqüência, de reafirmação da divisão sexual do trabalho e do status de macho na sociedade. Cozinhar o extraordinário, fazer supermercado, levar-buscar filhos/netos na escola, “bricoler” são avanços do homem moderno ou urbanizado, mas que aí pararam, pelo menos tomando como fonte o que foi colhido nas entrevistas. Assim, a casa surge como o oposto à falta de novas oportunidades de trabalho ou de outra ocupação :

- “ não queria me aposentar porque aqui fora as perspectivas de emprego eram as piores possíveis... via aqui fora uma situação difícilima, vou me aposentar e *Vou fazer o que em casa?*¹⁶¹ (C.M.P.T)

- “Acho que a minha aposentadoria (significou) foi mais no ponto de vista social, mais em termos de família. Na realidade, tenho mais tempo agora para me dedicar à família e à nova turma que está chegando, os netos.” (S.H.S)

No universo de nossa pesquisa, 21 entrevistados do sexo masculino, apenas um assume o compromisso com atividades domésticas, explícita e prazerosamente:

“A relação com minha mulher é muito equilibrada. É bom porque ajudo muito, entendeu ? O apoio logístico dou a ela e todo dia ela diz que a melhor coisa do mundo é ter um marido aposentado. Ela diz: ‘vai fazer isso para mim’, aí vou, resolvo os problemas dela e tudo, quem quebra os galhos dela sou , tudo de casa quem resolve sou eu , dou um apoio logístico muito grande a ela.:coloco roupa para lavar, ajeito tudo em casa ”.

P – Antes não fazia isso, quem fazia era ela?

R – Não. Era ela. Tudo mudou, odeio empregada dentro de casa, às vezes ela quer colocar empregada: não! limpo, encero, quem lava tudo sou , na máquina, tudo quem faz sou em casa, almoço, adoro cozinhar, sempre gostei de cozinhar; (...) quando

¹⁶¹ Essa frase, por sinal mais dita pelos homens, deu origem a essas reflexões e seção.

ela fica em casa no sábado e no domingo aí cozinheiro, mas durante a semana, dou dinheiro ao menino e ele e eu comemos na rua; volto, venho ler, dormir..."(S.J.)

Nos demais, a aposentadoria é o momento, a oportunidade de mais dedicação à família nuclear e ampliada. Dedicção que se reveste de uma constante presença junto aos filhos, quando ainda estão em casa, ou aos netos, o que é feito pelo ato de levar e buscá-los na escola, nas aulas de língua, de natação; de fazer as compras de supermercado e ficar mais em casa. São coisas do cotidiano normal que o homem moderno vem realizando, faz tempo. Provavelmente, a novidade agora é que na sua agenda sem horas haja mais horas para algumas atividades que se tornaram compromissos familiares. Observando bem, verificamos que o homem utiliza a expressão "dedicação à família", distinta, portanto, de trabalho, afazeres domésticos. Estar mais em casa não é a mesma coisa de assumir as atividades domésticas. É estar com a família.

Essa diferenciação de papéis sociais não sofre grandes alterações com a chegada da aposentadoria; pelo contrário, por estar já sedimentada e sacramentada (pela tradição civil e religiosa) é encarada com naturalidade:

P. Você acha que há uma diferença entre a mulher aposentada e o homem aposentado?

R. acho até pela estrutura normal que se vê do homem e da mulher. O homem aposentado... Bom, tenho a minha experiência porque o meu marido é aposentado e não conheço outros. (Risos) Como funcionário público aposentado, melhor dizendo. Então, acontece que, ele em casa, por exemplo, me ajuda. Ele é uma pessoa extremamente doméstica. Ele seleciona, ele faz uma seleção do que quer fazer e acho ótimo. Sempre digo que qualquer ajuda é bem-vinda, das meninas ou dele, mas em geral quanto à dureza, não tenho escolha. As pessoas fazem alguma coisa até ali, até aqui é bom fazer, é gostoso, faço porque quero. Dali em diante, deixa. Então, pego o lado ruim de alguma coisa doméstica, por exemplo, e o homem não. Ele faz quando quer, se é prazeroso, gostoso para ele, se é interessante; se não, senta-se para ler o jornal ou sai, se senta lá embaixo

ou vai para a Jaqueira¹⁶², para outro lugar. Quer dizer, tem mais liberdade de ação. não sei se são todos, mas a minha relação com m marido é essa. Ele tem mais liberdade de dizer eu vou, eu faço ou eu não faço”.(C.M.C.V.)

— “Acho que deve haver uma diferença muito grande, porque a mulher sempre tem a casa, aí diríamos, como Nelson Rodrigues, “as normais “.E se ela tem a casa, ela tem milhões de afazeres; agora, os homens..., Eu soube que o que tinha de homem, depois de aposentado, numa sala que era dos Recursos Humanos... iam quase todos os dias.Então é diferente, é muito diferente. O m marido não, graças a Deus tem uma cuca ótima. No momento ele é curador da Fundação..., Às vezes fico com raiva porque ele diz que não posso sair porque ele vai passar o dia na Fundação” (L.A.L.)

Cometeria, *talvez*, uma arbitrariedade – Bourdieu diria explicitamente violência - se interviesse diretamente nesses ricos e contundentes depoimentos,destacando algumas frases. Rogamos que o advérbio nos absolva (e o verbo absorva a intenção), ao fazê-lo aqui e não lá. A domesticidade do homem é seu mando, é sua posição superior de entrar-ficar-sair-voltar quando bem entender; é sua liberdade de escolher o que, quando e como fazer, ou melhor, o que, quando e como ajudar. Para a mulher, a responsabilidade é integral – não ter escolha -, resta-lhe em geral a “dureza”, a “normalidade” rodriguiana. Para o homem, o tempo doméstico é prazer, usa quando lhe convém, até mesmo para aquele que gosta e assume as tarefas de casa, pois, quando está “de veneta” nada faz. Já para a mulher há uma responsabilidade que lhe é cobrada, não só pelos membros da família, mas pela sociedade em geral.

Permanecer em casa é para o homem estado de carência, de falta de ocupação mais produtiva. Por isso, à rua - para utilizar a célebre relação casa/rua, feita por DaMatta - serão dados atributos como espaços do que fazer, que não lhe afetam a dignidade de homem, de chefe de família: ir ao banco, ao supermercado, ao local de trabalho,encontrar-se com amigos. Esse “fazer” é um fazer poroso. É o

¹⁶² Parque público muito utilizado para caminhadas.

agüentar-se para atenuar a fadiga do “o quê vou fazer com você em casa o dia todo”. Assim, *o tempo passa sem se sentir que nada fez, parecendo que tudo foi feito* poderia ser muito bem um epílogo na voz de muitos e muitos aposentados:

“Sou uma pessoa metódica, tenho hora... Vou ao supermercado todo dia duas vezes: de manhã e de tarde. De manhã, compro coisas que são da manhã; à tarde, as coisas para a noite e para o outro dia. Acho que é por não ter o que fazer e você tem que preencher seus dias. É o inconsciente, não é?” (S.J.)

Se prestarmos bem atenção ao comportamento de determinados aposentados em locais públicos, como, por exemplo, em filas de banco, veremos que muitos deles fazem desse constante comparecimento o preenchimento do seu dia a dia, motivo para trocar conversa e opiniões sobre o país, a política, o futebol, a violência.

Lembramos duas cenas recentes numa fila de banco em supermercado: no primeiro caso, o aposentado aproxima-se do caixa, deixando para trás um bom número de pessoas. Diante de um “psiu” bastante forte, ele olha para o mais próximo, e rindo, diz: “Pode ir, não me incomode, tenho todo tempo, sou aposentado mesmo. Tenho tempo para vir quantas vezes quiser”. Retira-se sem constrangimento, para pouco depois estar olhando o tamanho da fila, mas fora dela. No segundo caso, um senhor avança e posta-se atrás de alguém que está realizando uma operação bancária. Outro senhor, na fila, grita: “Que é isso, olha a fila, é muita cara de pau”. Ele simplesmente aponta para o cartaz indicador de acesso privilegiado e diz: “tenho direito. É o direito”. O reclamante responde: “também sou aposentado, mas não vou usar esse privilégio, a fila está pequena, não é nada urgente”. O outro replica: “Cada um usa o seu direito como quer”. Tira seu extrato, sai e ao passar por este autor,, certamente pelos seus cabelos precocemente brancos : “Vá, é um direito”.

São casos corriqueiros, aos quais outros poderiam ser acrescentados, mas reveladores de uma concepção de direito - a lei existe e pouco importa se o caso seja urgente ou não, se a fila é grande ou não; de uma forma de ocupação do tempo – “tenho todo tempo”-. Para alguns aposentados são esses atos simples que lhes preenche o vazio das horas, momentos de encontrar alguém conhecido,

oportunidade para conversar ; e de identificação, ao assumir sua condição de idoso, o que nem todos fazem, e dirigir-se a quem tem cabelos brancos, apoiando-se em estereótipos.

“Fazer o que em casa” traduz medo do ócio, do nada fazer que possa conduzir ao isolamento, ao tédio, à inutilidade.¹⁶³

¹⁶³ Impressionante que esses sentimentos sejam figurados com a metáfora espacial do lar.

“O meu mundo é um e o dele é outro”

“No âmbito social, quando a gente trabalha, tem um círculo de amizade maior. Hoje o meu círculo gira muito em torno de minha igreja. O seu círculo de amigos (refere-se ao marido, também aposentado) é diversificado não é o mesmo caso. A irmã de meu marido também é evangélica, então compartilho algumas das suas amizades, mas não saio para dançar ou coisa assim. Hoje, as pessoas querem sair para ir às festas e essas coisas. Então, já fica um pouco difícil para mim, porque tenho o meu mundo, que não tem nada a ver com isso. Seria mais fácil se ele também fosse evangélico, mas ele se recusa. Não me sinto bem indo para lugares sozinha. Prefiro ficar em casa. Ir ao teatro, ver algum filme, alguma festa muito boa, vou, mas não tenho um ambiente social. E no meio de pessoas aposentadas, essa amizade fica um pouco restrita, é uma coisa meio esporádica, não é de se juntar todo fim de semana. Então, a aposentadoria sacrifica também o círculo de amizades. Quando você trabalha é melhor. Primeiro, você tem filhos pequenos, então é festa o tempo todo. Mas, depois, quando você está em casa, acho chato. Sempre tenho uma desculpa para não ir até aos almoços mensais de encontro do pessoal. Às vezes o marido vai. Acho que fui umas três ou quatro vezes nesse tempo todo, dez anos de aposentada, mas é que não é a mesma coisa. (...). Agora gosto de reunir na minha casa numa tarde, para ficar conversando, tomar chá ou um almoço, seja o que for. faria isso, mas o meu mundo é um e o dele é outro. Conversar é comigo mesmo, mas ele quer exclusividade com a patota dele. Então você vê quantas barreiras tenho para ter uma vida mais livre, então me sinto sozinha. Mas levo muito bem, obrigada. (S.N.M.) (grifo nosso)

Para muitos aposentados, a presença coletiva é solidão sozinha: olhar e entreolhar-se entre quatro paredes, como as “estátuas pensantes” da parábola narrada por N. Elias¹⁶⁴.

São personagens que tudo fizeram, que tudo deram: trabalho, esforço, dedicação. De uma hora para outra, estão voltadas para um mundo reduzido, cujo alargamento se faz pela infinitude da memória. Mundos cristalizados pelos costumes, pela tradição, pelos papéis sociais: “O meu mundo é um e o dele é outro”. A comunicação não é um novo fazer, um novo criar, mas atos de uma incomunicabilidade pela falta do fazer conjunto, do compartilhar. O passado se torna presente pela memória, pela rememoração, pela rotina atualizada do que foi. A maior aproximação da presença é a distância de experiências, que perde força para se transformar em “murmúrio do passado”, de Baudelaire, trazido para nós por Walter Benjamin (1975:55). O trabalho e a família continuam como referências, como ato do relembrar e de anseio de encontrar amigos, ex-colegas, parentes. Assim, cada um continua guiado pelo fantasma idealizado do passado. O presente-futuro – o novo, o móvel, o comunicável – se abre como perspectivas, pelo desejo de construir alternativas, buscar o que fazer. O aposentado é um ser de esperanças, tanto no sentido de aguardar alguém que lhe ouça, que divida com ele as dificuldades do momento; quanto em confiar, esperar por melhores dias.

A voz da experiência é a do reconhecimento de uma vida de trabalho, de construção de uma família, de uma rede de amizades. Hoje, essa voz é também continuidade de uma diferença de interesses, marcada por posições, encoberta pelo nome de aposentadoria, mas que carrega as marcas do homem e da mulher, do esposo e da esposa, do nível superior e do nível médio, de distinção salarial e de classe social, da pluralidade ideológica, religiosa¹⁶⁵, de pensamentos e idéias.

¹⁶⁴ “Cada estátua forma sua própria opinião. Tudo o que ela sabe provém de sua própria experiência. Ela sempre foi tal como é agora. Não se modifica. Enxerga. Observa. Há algo acontecendo do outro lado. Ela pensa nisso. Mas continua em aberto a questão de se o que ela pensa corresponde ao que lá está sucedendo. Ela não tem meios de se convencer. É imóvel. E está só. O abismo é profundo demais. O golfo é intransponível” (Elias, N. 1994: 97).

¹⁶⁵ A prática religiosa dos protestantes é caracterizada por uma grande solidariedade de visitas, ajudas etc. Por outro lado, dada a rigidez de valores tradicionais, não permite uma maior sociabilidade pela dança, cinema, festas profanas, o que reduz o espaço de vivência social de

A aposentadoria traz o distanciamento, -“sacrifica o círculo de amizades” dos ex-colegas e dos amigos - que vai aumentando com o passar dos anos. Nos primeiros momentos, esforços são feitos em busca de uma regularidade, marca do trabalho, que soldem laços antigos. Para que o convívio não seja disperso, escasseado, surge a constituição de um espaço próprio: sala dos aposentados, realizações de reuniões, de encontros; celebrações¹⁶⁶ de aniversários e de outras efemérides coletivas, como Páscoa, Natal, aniversário da Instituição. Estes são momentos onde, sem dúvida, histórias de ontem são relembradas, nomes citados, indagações repetidas, fatos do hoje narrados, - exposições de vida - e neles os anseios de aumento salarial, as opiniões sobre o andamento de ações administrativas e judiciais, os filhos casados, separados, trabalhando, graças a Deus!, desempregados, que governo!, os netos, as dificuldades do sair, a violência. São reposições de parcelas de um cotidiano ao mesmo tempo distante e atual. São abraços, promessas de novos encontros, de novas reuniões, de “não se deixar vencer pelo imobilismo”. Vamos nos encontrar.

Lendo e relendo as entrevistas, histórias e análises, recordando conversas e opiniões, em todos uma forte palavra parece ser voz e desejo: encontro. Trabalho, família, amigos são vozes de recordação, caminhos de encontro. São personagens que anseiam superar o isolamento: “Procuro manter a sociabilidade, cultivando velhas e novas amizades”(Q.H.A)

Sim porque o “o que vou fazer em casa” carrega em si o medo do isolamento, do trancar-se em si e em família. Problema que ganha dimensão, de acordo com as condições locais. Se as cidades grandes oferecem mais oportunidades para o lazer, para outras ocupações, têm, contudo, as dificuldades de locomoção, a distância, a pressão da violência, que estão em todas as falas, tudo isso obstaculizando os encontros, as festividades coletivas. As cidades médias ou pequenas, com suas vantagens comparativas, favorecem determinado tipo de qualidade de vida, longe da poluição, do corre-corre, do stress. Por outro

seus “irmãos”, sobretudo em um lar não exclusivamente religioso ou protestante. Atente-se para o fato que a expressão irmão/irmã substitui, cada vez mais, outras denominações como compadre, padrinho, amigo. A homogenia religiosa quebra outros laços verbais de comunicabilidade.

¹⁶⁶ Relembremos Durkheim : “Um calendrier exprime le rythme de l’activité collective em même temps qu’il a pour fonction d’en assurer la régularité” (Formes : 14)

lado, “o tempo não passa”.

“Olha quem chegou!”¹⁶⁷

- Olha quem está ali. Meu Deus do céu, quanto tempo! Faz anos que não nos vemos! Nem parece que moramos na mesma cidade!

Sob um sorriso estampado em todo o rosto, abraços efusivos, falas concomitantes, são expressões de uma alegria incontida.

- Que bom lhe ver, quanto tempo! E a família? Mas, você está com um aspecto ótimo, feliz da vida, despreocupado, nem parece com aquela época de tanta preocupação.

- Nem fala, quanto sofremos, mas valeu, não foi? Lembra-se daquele dia que ..., lembra-se quando fizemos... Lembra-se de ..., onde está agora? Não tive mais notícia. Soube que agora não sai mais de casa, só para a família. Ah, ... está morando no interior, feliz da vida, pelo menos um pouco mais tranqüilo do que aqui, apesar dos assaltos. - Nem lá se escapa mais, é um horror. Um dia desse fui assaltado... Um dia desse ela foi assaltada, roubaram. – Lá na Baixada é igual.

- Mas você está sabendo que... está muito doente? É verdade, infelizmente, é isso mesmo, é grave. Telefonei, conversamos um pouco.

- Soube que... morreu ? Tão jovem, 55 anos, foi fulminante. Três filhos. O enterro foi na cidade dela. Mas fui à missa de 7º dia. Não quis se aposentar, esperava melhorar... não deu tempo. - Só vim saber depois, poderiam ter me avisado, não custava nada, vinha, uma hora de viagem não é nada. Isso é desorganização, falta de consideração.

- O que está fazendo agora, só descansando?

- O que mais posso fazer a não ser cuidar da casa, supermercado, ver os filhos, os netos? Com esse grande salário!

¹⁶⁷ Para realizar as entrevistas, marquei com alguns aposentados numa sala da Associação dos Servidores de uma Instituição. Apesar dos intervalos cronometrados não foi possível evitar os atrasos, as delongas, o que permitiu o encontro de vários funcionários. O diálogo, ou melhor, diálogos, que reproduzo aqui é uma lembrança do que ficou gravado na minha memória e de algumas anotações feitas após as entrevistas.

- Mas, o homem vai dar um grande aumento. Que maravilha! 3% poderia... deixa pra lá. Um dia ele sai. Será que virá um melhor? Sei não, os que estão aí querendo...
- Vamos mudar de assunto. Ah, e os filhos, todos formados, casados? Quantos netos?
- Solteiro/a; casado, separado, junto, hoje em dia a gente não sabe mais... Mas pelo menos estão quietos e graças a Deus longe de drogas. - Só isso já é um alívio.
- Mas, ... estava trabalhando, foi demitido, está distribuindo curriculum.
- ...conseguiu com mais facilidade. É uma área mais técnica.
- E aqui como está? - Não sei, venho cada vez menos aqui. É uma tristeza, nem parece com nosso tempo, de muito trabalho, de muita união. Éramos uma família. Hoje, a gente só ouve notícias de fofocas, de brigas. Nem Páscoa, nem Natal organizam mais. Passa lá no andar... que tristeza, não tem ninguém! Até a sala dos aposentados não existe mais.
- Me telefona, vamos nos encontrar, não é possível que a gente não se veja.
- Ih! Olha quem está chegando, como sempre, elegante. - Que prazer encontrar vocês, está parecendo uma assembléia de aposentados. Só falta...
Só essa tese para reunir todo mundo. Vamos aproveitar. Que bom, só assim a gente se vê. Foi gostoso. Abraço em... Vamos ,mesmo, nos encontrar, não ficar só na promessa.

Fazer o que em casa é também reclusão. Claro que existem aqueles aposentados que por falta de opções, de capacitação ou por outras razões “não têm mais força nem vontade para fazer mais nada” (M.M.J), fazem da casa um local de tédio, de doença¹⁶⁸, do não saber dela se utilizar:

¹⁶⁸ Em diversas ocasiões ouvi referências ao aumento do alcoolismo no meio dos aposentados, especialmente entre os que não trabalham, sem que houvesse dados mais precisos. Procurei informalmente algumas pessoas ligadas à área de Recursos Humanos que, embora não desconhecendo o problema, alegam, contudo, falta de um estudo, de uma pesquisa para confirmar a dimensão que é atribuída. Um chegou a formular a seguinte hipótese: sem dúvida não será maior ou muito mais do que já existia. Os problemas financeiros certamente estão contribuindo, mas por

- “As pessoas estão se aposentando, não sei se pressionadas pelo tempo já vencido, mas até onde conheço, muitas amigas não estão devidamente preparadas para a aposentadoria, pois não sabem o que fazer. Vejo, então, um despreparo muito grande, o que traz frustrações, doenças de várias naturezas, elas engordam, não cuidam de si, não saem de casa. É inevitável. Ficam dentro de casa sem nenhuma objetividade, pelo menos com pessoas que conheço”. (S.N.M.)

Situação que, como vimos, é real, vivenciada; mas também problematizada como preocupação, temida pela probabilidade de sua realização e, por isso, são construídos mentalmente esquemas para evitá-la :

“A questão mais importante é você estar sempre preocupado em manter uma atividade, qualquer que seja, para que se tenha objetivos, mesmo que pequenos, que mantenham a cabeça ocupada. Isso para não ficar preocupado com o tempo que não passa, ficar criando problemas, enfim, mudar o seu padrão de comportamento, em função desse estresse, de ficar nessa crise de inatividade. Então você tem que ter um preparo psicológico e começar a criar áreas de interesse que lhe permitam estar sempre de bem com a vida. E também não descuidar do físico”. (S.H.S)

Longe de se encontrar nesse depoimento veios de um receituário de pensamento positivo, ele contém elementos referentes à falta de preparação para a aposentadoria, tanto do ponto de vista psicológico, quanto de formação, aliás tema recorrente em várias entrevistas.

Situação que é dada pela precariedade financeira, pelo “desmonte” da instituição, entendida essa na literalidade do substantivo ou pelas mudanças de estratégia que está sofrendo. Na seção anterior já tratamos desse assunto.

As dificuldades financeiras apontadas indiretamente são muito comuns na categoria analisada, pois há sete anos (2001) o governo federal não lhe concede aumento salarial. No entanto, elas são mais sentidas pelos funcionários de nível médio e administrativo, cujos salários são inferiores aos de nível superior e para quem é mais difícil também conseguir alguma forma de complementação salarial, através de outras atividades, mesmo esporádicas.

“SETECENTOS REAIS”

“Economicamente não está tão bem. Eu, com esse pouco dinheiro, me aposentei proporcional, perdi 30%, quer dizer, tenho um salário de R\$ 700,00(setecentos reais), é pouco. Tive que dividir minha casa para alugá-la e ajudar no orçamento, dispensar empregada. Meu marido está trabalhando numa empresa privada, ganha pouco e, para manter duas filhas, não é fácil. Inclusive a mais velha está fazendo o segundo período de Turismo na Universidade, mas ela vai trancar agora este semestre¹⁶⁹, porque o patrão do m marido ajudava a pagar uma parte, mas ele fechou. A gente tem que ser realista. Resultado: vai fazer um cursinho para ver se passa na Federal, ela fez outras vezes e não passou. Ela está triste, porque lá faz dois cursos, Turismo e Hotelaria, e na Federal é independente. Tem outra filha que faz nível médio e está querendo se submeter a um vestibular no fim do ano, mas está difícil porque ela está saindo de uma escolinha particular e a Federal... Mas ela faz estágio na CEF e já paga o colégio, com 18 anos .” (M.M.J.)

¹⁶⁹ Esta entrevista foi feita em julho de 2001.

Estamos diante de um problema bastante sério que atinge uma quantidade muito grande de aposentados, independente de sexo, certamente mais presente no seio daqueles que não têm um curso superior. Na Tabela 7, do capítulo primeiro, mostramos que dos quarenta e nove entrevistados, treze homens e onze mulheres estão com outras atividades, o que corresponde a quase 49% do universo da pesquisa. Mas a precariedade persiste, porque muitas dessas atividades são no setor terciário ou em cargos de confiança, que de uma hora para outra podem ser perdidos. Não queremos e não podemos tomar o universo de nossa pesquisa como espelho de uma situação generalizada de toda uma categoria. Todavia, o problema do desemprego na sociedade, e no nosso caso, de uma segunda alternativa de trabalho, aparecem nas falas dos entrevistados e estão estampados em jornais, boletins sindicais e associativos.

As causas e explicações são variadas. De uma aposentada que exerceu cargos de direção, inclusive na área de Recursos Humanos, a fala se baseia num raciocínio bipolar : entre aqueles que “participaram ativamente das atividades da Instituição, eles vão para a aposentadoria, mas não se aposentam. Não aposentam a cabeça, o trabalho. Muitos, não a grande maioria, já se aposentam pensando em ir para tal lugar para ocupar um DAS¹⁷⁰ ou um outro cargo. Eles se aposentam no papel, mas continuam a trabalhar ou no próprio Órgão ou em outros, pois detêm o conhecimento e gostam do trabalho”; e os que “estão aposentados já na atividade, vão simplesmente trabalhar e voltam para casa, eles se aposentam e ficam em casa e não querem saber de mais nada”.(G.M.L.M.)

Essa explicação - sinteticamente formulada na classificação entre os que vestem a camisa do trabalho e da Instituição e os que não a vestem”, e que sociologicamente privilegia uma análise funcionalista -, é recorrente em vários discursos, como já tivemos oportunidade de encontrar no capítulo II, em que analisamos a disponibilidade. Lá, ela está como crítica “aos que nada fazem no órgão” e foram poupados.

Será simplismo dividir uma categoria, quantitativamente tão vasta, em dois

¹⁷⁰ É uma gratificação de nível superior para quem exerce chefia e/ou assessoria. Quando em atividade pode escolher entre 50% do valor para ser somado ao salário, ou a integralidade se inferior aos vencimentos. Quando aposentado, recebe integralmente.

pólos opostos, embora se reconheça que há uma verdade na interpretação acima, mas não uma exclusividade. De fato, é um dado objetivo que muitos, considerados bons, excelentes funcionários, conseguem outros empregos ou são convidados para cargos de confiança. Como também é verdade que, entre esses, nem todos serão chamados, com considerável probabilidade para os que exerciam atividades administrativas. Outros fatores como fama, prestígio, amizades, funcionam como correia de transmissão para indicações, considerações, de tal maneira que, indiretamente, se constitui um sistema de corte a desempenhar um papel fundamental nas sugestões de nomes para cargos, pesquisas, em síntese, acesso aberto a novas oportunidades.

Na interpretação acima se sublinha o reconhecimento, a valorização, de quem trabalha com afinco, com dedicação e integrado aos objetivos da Instituição. É uma forma de se distanciar do preconceito que considera o funcionário público como negligente, acomodado, que só sonha com a aposentadoria.

A falta de preparação e de uma capacitação mais aberta e além dos conhecimentos técnicos da Instituição, pesa e limita consideravelmente as oportunidades de inserção no competitivo mercado de trabalho, já inflacionado de jovens. O fator idade, mesmo para aqueles considerados “jovens” no universo dos aposentados, pesa negativamente; se encontram algum trabalho, é com salário reduzido e dentro de uma “política de felicidade” para a terceira idade.

“ Acho que o aposentado está com muita possibilidade de entrar no mercado de trabalho. Mas, primeiro, existe o caso do preconceito da idade e, segundo, há uma competição natural por novos cargos... O aposentado não tem, independente de sua formação, da sua capacidade, poder de competição com a faixa jovem. Contudo, acho que ele teria elementos importantes para contribuir, por sua experiência, sua vivência, principalmente para um melhor desenvolvimento da sociedade.”(S.H.S)

É esse capital, o da experiência, que alimenta, de um lado, esperanças de encontrar portas abertas para novas ocupações, e, de outro, que o torna mais cioso do seu passado. No entanto, entre as estruturas imaginativas e as estruturas reais o fosso está se tornando cada vez maior. A capacitação, sob formas variadas, que conduz à atualização e à aprendizagem de coisas novas é o

mecanismo apontado, reclamado por todos, mas nem sempre de fácil acesso para aqueles que estão financeiramente com mais dificuldades, restabelecendo-se assim um círculo vicioso.

Espaços de encontros

Essa necessidade de “sair de casa”, no sentido de consolidar amizades e de conquistar novas, de ter outra coisa a fazer como lazer, se concretiza através de almoços mensais, reuniões comemorativas, meios de intra-comunicação¹⁷¹. Mas, entre esses meios de encontros, devemos destacar um, pelo seu valor simbólico: a SALA DOS APOSENTADOS, aqui tomada como qualquer espaço costumeiramente destinado com exclusividade para essa categoria social. A sala é fruto de reivindicação, de conquista e tida como símbolo de consideração e respeito. Mas, conscientemente tida e vivida como espaço de encontros.

Ao solicitar uma entrevista e pedir sugestões de outros nomes, um engenheiro-agrônomo aposentado me diz: “Toda quarta-feira vou à repartição, à sala dos aposentados. É o melhor dia, pois tem mais gente. Posso lhe apresentar e você faz logo as entrevistas. Os colegas podem sugerir mais gente que vem nos outros dias”. (V.S)

No dia combinado, lá comparecemos. Houve um atraso por parte do amigo e do responsável pela abertura da sala. No corredor já estavam três ou quatro homens conversando e reclamando da demora da chegada do responsável: “Ele vem quando quer, a hora que quer. É uma vergonha, falta de ordem”. “Pagaram o salário dele?” - “Sei lá”. “Enquanto isso, vamos à associação...”

Apresentamo-nos, falando que estávamos aguardando o amigo. “É, ele deve estar chegando, sempre vem nesse dia. Talvez tenha passado em outro

¹⁷¹ Em setembro de 1993, o Núcleo de Aposentados do INCRA realizou uma consulta entre 2.981 aposentados da Instituição, com o objetivo de conhecê-los e para orientar a sua política de ação. Entre as 15,49% respostas obtidas, os cinco itens com maior número foram: “ i) criar boletim informativo, com 175; ii) defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas com 166; iii) direito ao auxílio alimentação com 115 respostas; iv) intercâmbio entre aposentados e entre ativos e aposentados, com 56; v) criar representação do Núcleo de Aposentados a nível regional, com 47 respostas”. Núcleo de Aposentados do INCRA. Boletim Informativo. Ano I. nº 2, set.1994.

lugar para ver um amigo. Mas, certamente virá. Se o banco já estivesse aberto, ele estaria lá. Mas ainda é cedo. Quem vem aqui tem quase um costume de ir ao banco, visitar amigos e depois vai embora, é essa a peregrinação ". Vão chegando mais, inclusive o responsável pela sala. Falamos sobre a tese, dois se prontificaram para a entrevista e marcamos outra data; outros dois ficaram de pensar, anotamos seus telefones para uma resposta. Sala aberta, uns se dirigem para uma mesa grande, sentam-se e começam a ler um documento, trocar idéias; outros se espalham por outras mesas, conversam, telefonam, riem. Falam de uma mesa para outra, com brincadeiras, cujo teor é sempre o salário, "enriquecimento" com os aumentos que o governo promete dar, as ameaças de descontos para um, para outro. Cada um que chega é motivo de uma piada, de brincadeira: "Já assinou", "já viu o papel"! Perguntamos de que se trata: "São processos, recursos para o governo pagar o atrasado de, equiparar com, corrigir o percentual ...". As paredes estão cheias de aviso, de modelos de procuração, de resultados de julgamento. Aproximamo-nos de um e ao explicar o que desejamos fazer: "Não faltará material aqui, de aposentado aqui está cheio e ainda vem mais. É só ter paciência. Está vendo aqueles ali? Ficam sonhando com correções nas gratificações, coitados, vão gastar com advogado e nada ganhar".

- "E o senhor não está também nesses recursos, não tem esperança ?" –"Meu amigo,sabe o que fiz durante quase quarenta anos de trabalho? Para cada aumento, cada gratificação que inventavam, cada correção de plano econômico, fiz uma poupancinha. Vivía do salário, graças a Deus. Deus, apertado, mas deu. Hoje vivo somando salário e essas poupanças, sabe quantas?Essa foi da gratificação de, no ano de...Se todos eles tivessem feito assim, não estariam naquela mesa. O presidente Figueiredo dizia: 'Poupem que o negócio vai ser difícil'. O aposentado que tem poupança,a aposentadoria é uma beleza.Quem não tem poupança, vive reclamando de salário . Eu não me preocupo, meu filho coloca tudo no computador;é casado, trabalha, vive na casa dele, mas me ajuda no computador.Não confio muito nessa invenção.Está vendo isso aqui?É uma lista das poupanças".(V.L.C.C)

Mostra um papel com uma relação, faz brincadeira com um, com outro. Era o mais descontraído e alegre do grupo. Combinamos uma entrevista, mas antes

perguntamos porque só homem na sala. De súbito responde: “É porque elas têm medo desses jovenzinhos...” Gargalhando, se despede.

“O Lazarento”

Uma líder sindical, (P.M.D), em São Paulo, contou que o Sindicato tem um programa de telefonar aos aposentados para estimulá-los a participar de suas atividades. Qual não foi seu susto ao ouvir de vários aposentados, em referência à precariedade financeira e,conseqüentemente ,o rebaixamento no nível de vida, a classificação de “lazarento” para o Presidente da República. Ao achatamento salarial agrega-se agora o controle da energia elétrica. Essa atingiu em cheio a uma das poucas possibilidades de conforto: o banho com água quente, o freezer e o lazer: assistir a vários programas de tv, somando-se ao fato de a casa ser hoje um refúgio gradeado em face da onda de violência. Segundo ela, fazia muito tempo que não ouvia tal adjetivo.Lembrava-se apenas, quando pequena, numa cidade do interior, e que tinha um significado negativo muito forte, “de arrepiar os cabelos”. Esse termo lhe afetara tanto emocionalmente, que mesmo não apoiando o atual Presidente da República, estava em dúvida se teria condições psicológicas para continuar a colaboração voluntária. “Lazarento” , é muito forte. Eles estão no fundo do poço”.

“Você precisava sentir, não é só o termo, é a voz, é o que contam das precariedades, do isolamento, é uma raiva tão grande”, dizia-me ela.

“ Acho um ponto necessário, um ponto estratégico para os aposentados. Se a gente não tivesse essa sala, para onde ia se encaminhar? Não teria um lugar onde pudesse buscar informações e especificidades. E a sala dos aposentados cumpre direitinho o seu papel. ” (Q.M.A).

Espaço¹⁷² de referência para onde os aposentados se dirigem e podem ser encontrados. É lá que assinam papéis, procurações para processos administrativos, jurídicos e são informados de seus andamentos, por um advogado, geralmente ex-colegas do Departamento Jurídico ou técnico da área de Recursos Humanos:

“Na realidade tenho uma programação às quartas-feiras, por exemplo, de vir recolher material para fazer esses cálculos de correção do Fundo de Garantia com o pessoal aqui da *Instituição*. Pessoas que ingressaram com ação na Justiça, para correção do Fundo de Garantia, que era progressivo e, inexplicavelmente, não foi pago. Hoje, eles estão na Justiça, os processos em fase de elaboração de cálculos, e estou ocupado com esse trabalho, para esse grupo de aposentados”. Outro exemplo: “Estou fazendo acompanhamento de uma senhora que tinha o marido funcionário público, já tinha várias ações na Justiça, algumas já ganhas, mas que não tinham sido pagas ainda, e a lei prevê que, nesses casos, a pessoa recebe o valor integral”. Em relação também aos 28,8%, que o governo assinou, com a possibilidade de receber parcelado. Nesse caso específico, aliás, são três viúvas para as quais estou fazendo esse acompanhamento e que não sabiam que tinham o direito. Eles estão tirando, como a lei prevê, que o saldo seja sacado integral, mesmo diante de um requerimento administrativo. Estou buscando o direito delas através de petição, documentações. Então, acredito que esse trabalho que venho desenvolvendo está sendo útil para as pessoas na minha área de atuação, do meu conhecimento”. (R.J.G.C)

Embora sem nenhuma barreira de gênero, pois situado no órgão de trabalho, com decoração e arranjos dignos de senhoras e senhores, a sala dos aposentados é, contudo, freqüentado majoritariamente pelos homens, as mulheres

¹⁷² Os aposentados, segundo pude observar e colher de informações, custeiam a presença de um colega de nível administrativo para as funções de responsável e secretário da sala. Uma outra forma é dada pelas associações e sindicatos de servidores que lhes cedem um local.

lá fazendo apenas um momento de passagem rápida¹⁷³. São outras razões que devem justificar esse domínio de território pelo sexo masculino. Como, durante a realização das entrevistas, não atentamos para esse fato, só nos restam algumas deduções. Excetuando-se os momentos de encontros mais amplos para as decisões, a ida periódica à sala dos aposentados torna-se uma justificativa para sair de casa e mais uma maneira de ocupação do tempo. Como retornam para almoçar em casa, isso é sinal de que não têm outros compromissos caseiros, estão certos de que, lá chegando, encontrarão tudo pronto, feito pela esposa ou pela empregada. Seu papel está cumprido.

A sala dos aposentados é ponto de encontro para troca de notícias sobre vários assuntos, entre eles, aumento salarial, associação e sindicato de servidores, colegas, especialmente quando estão doentes. Espaço do passado e do presente: recordações, esperanças e ilusões. Espaço da satisfação: reviu colegas, atualizou notícias, foi ao banco. Espaço de passagem, de não-ficar. Tempo da rapidez, do até outro dia, até a próxima semana.

Porém, embora o espaço próprio seja reconhecido como necessário e, até mais, como um respeito, ele não é freqüentado por muitos. A presença mais constante e ritual é vista, por outros, com certa desconsideração, como indica o depoimento de L.A.L. Como se para lá se dirigissem apenas os que não têm nada a fazer ou que “vivem dessa mania de aposentado” de estar atrás de processos, do passado. Por algumas vezes, ouvimos: “Não sabem fazer outra coisa”, “não sabem nem ficar em casa”. Tais afirmativas podem ser interpretadas como uma crítica, não ao local, à possibilidade de encontro, mas sim à rotinização que denuncia um estado de insignificância do tempo e um certo padrão estereotipado do aposentado.

“Fazer o que em casa” pelos seus vários significados sociais, revelou duas amplas e complexas dimensões do ser aposentado. Uma, marcada por um processo de socialização de uma nova vida, para a qual não houve preparação. A outra, é caracterizada por condições externas, que fogem de seu controle, como

¹⁷³ Durante as quatro vezes que fui a essa sala, só em uma vi uma senhora que olhou os quadros de aviso, falou com alguém e saiu discretamente.

a política econômica, a limitação salarial. Nesses dois pólos, a vida do aposentado se equilibra. O presente é um contínuo refazer em direção ao incerto futuro.

Longas falas expuseram um cotidiano como prática histórica, expressão de conservação/contestação, quando se formaram um novo padrão de valores e de comportamentos.

IV “Embriagada com a fartura de tempo”

“Logo que me aposentei fiquei embriagada com a fartura de tempo. Uma das primeiras coisas que fiz foi tirar o relógio do pulso; então, saía de manhã, saía à tarde, me perdia nas horas, me esquecia do tempo. Depois me cansei e achei que precisava racionalizar as horas, até porque me criei ouvindo meus pais dizerem que “tempo é ouro”. Hoje dou um tempo para tudo...”(S.M.N)

Uma verdadeira declamação de encantamento de rito de passagem, podendo ser tomada como símbolo de todo aposentado, sintetiza com todo vigor o primeiro contato, a sensação primeira com um novo estilo de vida, sem regras, sem imposições horárias. Mas, ao mesmo tempo, um chamamento à responsabilidade, à necessidade do ordenamento, do auto-controle. Uma leitura na ação passiva: o tempo, algo externo, é que vem, quem é, quem faz. Uma leitura na voz ativa: despojar-se dos símbolos, usar o tempo à exaustão, para seu prazer. Impinge-lhe um valor referência, e com ele traz para o presente algo do inconsciente, do passado, de uma vida familiar, de um processo de socialização.

Essa relação com o tempo não é apenas de exterioridade. Pelo contrário, há algo mais profundo que caminha para uma “demonstração” de apropriação, no sentido de não ser privado, não ser alienado, ou seja, poder controlar, usar e usufruir dele. Sensação primeira que vem com o sentimento de propriedade de algo que não possuía: *“ter a minha vida em minhas mãos para decidir o que fazer”*(Q.M.A). É fundir, amalgamar, mais ainda, realizar a síntese : tempo e vida.

Só podemos entender o significado da não alienação, termo tão controverso e complexo, se levarmos em consideração dois aspectos: primeiro, ele se reporta a uma situação anterior, na qual toda vida do servidor público era ditada e normatizada pelo uso quantitativo e pela valorização qualitativa da jornada de trabalho, seus sistemas de organização, as relações de poder e de autoridade parecem agora deixados para trás, os elos de subordinação foram quebrados. Expressões como “é liberdade, é sair do relógio de ponto”, “sou o chefe do meu tempo”, mais do que vozes soltas ao ar como grito de sonhos e utopias, traduzem

desejos, visões de mundo não exclusivo do servidor público, por isso mesmo inteligíveis. Segundo, não há uma proposição de liberdade total do uso do tempo, num reino imaginário de um individualismo absoluto, pois o aposentado não está excluído das regras gerais da sociedade, que impõe limites e censura, e parece-nos que não seja isso o que se busca exprimir. Tanto que, com “tempo é ouro” e a manifesta necessidade de organização e administração do tempo, dessa imensidão de tempo, a ele se atribui uma importância, um valor que não podem ser desperdiçados.

Caminhamos, assim, para fazer o elo com as discussões mais amplas, acima expostas, sobre o caráter e a função social desse tempo livre, apropriando-nos, entre outros autores citados, Schaff, quando vê a possibilidade de realização do “tempo livre com mais fantasia e vitalidade do que é hoje possível” (Schaff,A.1995:132). Com as cautelas requeridas quando transcrevemos proposições genéricas, como esta de Schaff, encontramos na labuta dos servidores públicos aposentados a preocupação de dar uma função social ao tempo, preenchê-lo de sentido e de vida¹⁷⁴, numa sociedade em que, mesmo em situação privilegiada de aposentadoria, não encontra nela todas as condições de inserção.

Possuir, usar, ter liberdade são verbos, portanto ações, que conduzem e determinam a cotidianidade do aposentado. Aqui está o significado maior da relação do aposentado com o seu tempo. É nele que sua identidade parece encontrar razão de ser. Imaginemos o tempo livre como um canal central, com várias veias comunicativas importantes, a partir do qual o aposentado encontra suas coordenadas para olhar o passado, viver o presente e construir o futuro. São canais de orientação, de alimentação e de reprodução.

Viver o dia a dia é atribuir uma carga muito forte de afetividade ao tempo, é nele se encontrar com toda sua história passada, todas as suas potencialidades,

¹⁷⁴ Ao analisar a situação dos desempregados argelinos, Bourdieu mostra, como privados do trabalho, “eles só conseguem viver o tempo livre que lhes é deixado como tempo morto, tempo para o nada, esvaziado de qualquer sentido” (Bourdieu,P. 2001:271)

é, no dizer de Heller , “manipular as coisas”, que podem tornar o tempo íntimo¹⁷⁵, confundindo-se consigo mesmo. São formas distintas que o trazem para o convívio social ampliado através de um estilo de vida :

“(Ser) menos formal com as rotinas diárias, tais como: não se barbear todos os dias, vestir-se de maneira mais esportiva, não ter hora rígida para acordar, me dedicar mais à leitura, cuidar mais das questões familiares e domésticas, ter mais tempo para o lazer”. (F.L.P).

“Trabalhando em casa. Acordo cedo, faço o café dos meninos. Eles vão trabalhar, vou cuidar da casa, fazer almoço, cuidar da roupa, de todo o trabalho doméstico”. (S.M.J.C.M.).

“Tenho que me policiar, mas de forma geral mantenho meus compromissos profissionais, assuntos pessoais e familiares, e mantenho um tempo especial para o trabalho voluntário, tenho um tempo para a música (sempre tive, pois é algo que me é muito importante para o equilíbrio emocional) passeios, cinema, viagens (só se o governo der uns reais a mais) que amo fazer, mas que nem sempre é possível”. (C.M.M.P).

Esse estilo de vida o obrigam a novas formas de relacionamento e de ordenamento com o tempo, agora sob sua inteira responsabilidade. Um olhar angustiado para as dificuldades diárias da vida de pessoas comuns, mas que necessitam disciplinar o tempo:

- “É difícil organizar-se quando existe disponibilidade de tempo. Acostumada a planejar e dividir meu tempo entre trabalho e família, hoje sinto que estou relaxada neste aspecto. Dedico meu tempo aos afazeres domésticos, netos, compras e alguma diversão. Participei de reuniões sobre o trabalho voluntariado e aguardo indicações de local, em breve”. (J.C.S.)

- “Não faço nada e não tenho tempo para nada. Vou fazer daqui a pouco e deixo para depois. Ou você faz naquela hora ou não faz. Parece-me que tem mais tempo de fazer as coisas quando você está com horário predeterminado. Com isso, parto do princípio de que sou muito indisciplinada. Nessa indisciplinada não tenho tempo para nada, para coisa nenhuma. Então, deixa acontecer” (W. A.M).

¹⁷⁵ Certa vez assisti na TV uma entrevista do ator Mário Lago na qual ele dizia “tenho um compromisso com o tempo...” Não recordo mais o restante.

-"Acho que tenho tanto tempo que ele não rende. Por ter uma disponibilidade de tempo tão grande vou protelando as coisas que planejo fazer. Passei a ser uma grande procrastinadora". (A.M.L.S.M).

À primeira vista os depoimentos sugerem aposentados que vivem sem nada fazer, sem atividades. Na leitura completa de suas entrevistas essa impressão se desmancha, pois se consideram ativas, mesmo que sem trabalho fixo. Nesses depoimentos estão ainda resquícios da "fordilização" que diagramou personalidades e padrões de concepção e vivência da jornada de trabalho. Não ter que se deslocar sistematicamente e num mesmo horário dá a sensação de vazio, de não ter nada para fazer. Revela-se também um outro aspecto, a sempre reclamada aprendizagem para organizar o tempo.

Ter uma disciplina pessoal é ordenar o tempo, e, paradoxalmente, romper com os hábitos tradicionais, cortar o cordão umbilical com o trabalho, sem negar os pontos positivos; é trazê-lo como experiência e adaptar às novas circunstâncias, dando-lhe nova feição pessoal:

"Eu não sinto o tempo passar, vou levando, é uma maravilha. Tenho que fazer o meu cronograma na cabeça, porque ali era limitado e agora parece que não acaba mais. A gente vai achando que dá para fazer tudo e não é assim. Então penso que não estou na idade de querer fazer isso amanhã e depois e depois e depois. Tenho que fazer com calma, se não der tempo não deu, sou muito apressada, tudo tem que está pronto na hora, se o senhor diz está, fico pronta esperando, tudo certinho. Mas às vezes penso que não é para ser assim também não, tem que ser calma. É para ser mais metódica, da mesma maneira, mas menos acelerada, estou querendo mudar isso, uma questão minha, estou querendo mudar para poder viver mais, porque se for como era antes não dá mais não." (M. A.N.).¹⁷⁶

Rico depoimento que, em linguagem e forma metafóricas, traz comparações com o antes e o agora, colocando uma outra dimensão, a do ritmo:

"Estou mudando para poder fazer tudo sem querer correr. Para que correr, se a vida é tão curta? Estou me educando nesse sentido, depois de velha, porque tinha o

¹⁷⁶ Quando da entrevista, em 2001, essa senhora tinha 68 anos de idade e faz trabalhos artesanais com porcelana.

tempo muito corrido e quis continuar naquele tempo corrido, de pontuar, de pontuar, pontuar. Agora estou com a minha liberdade, então não posso exigir de mim mesma aquela pontualidade, aquela rigidez, para que isso, meu Deus! Então, estou fazendo tudo como gosto, mais comedida, porque estou querendo me reeducar nesse ponto”. (M. A.M).

- “Uma coisa boa que notei na minha aposentadoria: foi não precisar correr¹⁷⁷, porque o supermercado eu fazia correndo. De um tempo para cá, pensei, estou correndo para quê? Não vou dar expediente daqui a pouco. Tenho que ir devagar para ver isso e aquilo, com outros olhos... Era tudo com hora marcada, agora não”. (W.A.M)

“Se ficar parado, é como bicicleta, cai de vez”

O ritmo é uma das manifestações temporais mais importantes pelo qual se exercitam as diversas modalidades de organização e de administração do tempo. Embora já citado na primeira parte desta tese, convém lembrar que para Durkheim “é o ritmo da vida social que é a base da categoria do tempo”. Vamos encontrar em Gurvitch o mesmo significado, mas em outra dimensão, a da continuidade e descontinuidade, ou seja, do permanente e da alteração:

“Le rythme est une mesure du temps qui ne détruit pas son caractère spécifique de coordination ou de décalage des mouvements, son élément qualitatif. Le rythme est une accentuation des durées et des intervalles, un équilibre recherché entre la continuité et la discontinuité dans le temps. » (Gurvitch, G. 1969 : 372).

Os ritmos nos conduzem, como acentua Mercure, para uma compreensão das *diversas esferas do real* (1979:269), colocando, dessa forma, o que exprimiu Gurvitch, quanto à necessidade de conciliar na vida cotidiana, preenche de ações e ocupações sendo feitas ou a realizar, os diversos ritmos que lhe dão cadência – aceleração, lentidão – e significado. Não só como atributo dos grandes acontecimentos históricos, das suas marcas e periodizações, os ritmos estão na vida cotidiana como dimensionamento do presente e do futuro e é por isso que o aposentado o vivencia também com angústia e como apropriação de seu tempo.

¹⁷⁷ A descoberta dessa possibilidade de novo ritmo foi depois de quase seis anos de aposentada, segundo sua entrevista.

Enquanto, a sociedade atual se caracteriza pelo ritmo acelerado, rápido, não ter tempo para o tempo, fugidivo, esses pronunciamentos e explicações de nossos entrevistados parecem querer ir na contra-mão. Nada de contraditório, primeiro e repetindo, a vida é a multiplicidade de tempos e de ritmos; segundo, como corolário, o desafio de ter seu próprio ritmo no conjunto da sociedade. O aposentado, ao buscar um ritmo próprio, desloca-o, de certa forma, daquele predominante na sociedade, tendo assim a possibilidade de dominar o seu tempo.

Para tanto, estabelecer uma rotina é mais do que uma organização pessoal, é uma necessidade de se relacionar, de participar e de poder, sob quaisquer formas, guardar suas particularidades, seu eu, seu eu-nós, em síntese, é “mudar a disponibilidade do tempo”.(Q.M.A.). Enfim, uma relação de aproximação e de distanciamento, de medo e de prazer.

Para concluir, nada melhor do que ver na transcrição de suas entrevistas como o aposentado está organizando o seu tempo hoje, ou seja, como ele vive concretamente o seu dia a dia. Claro que essa rotina não encerra toda dinâmica da vida do aposentado, pois outras manifestações de convivência já foram anteriormente reveladas e ainda serão complementadas no capítulo seguinte; por outro lado, não pode ser entendida como uma camisa de força, sem nenhuma maleabilidade, o que descaracterizaria o próprio controle de seu tempo.

Com o objetivo de oferecer uma visão mais ampla, organizamos os depoimentos em três grupos. O primeiro grupo é constituído por quem tem ocupação sistemática, formal e se dedica em período integral a uma só atividade, havendo, portanto, a necessidade de estar no escritório ou na repartição.

“Sem grandes “mistérios”. Trabalho “full time”. Mais do que na época de funcionário público”.(B.G).

Nesse caso, a rotina é a mesma de antes da aposentadoria, ficando as noites e os fins de semana para o lazer e para maior presença junto aos filhos, ou seja, para a família. O final da frase chama a atenção, pois certamente na condição de “misto de empresário e de empregado da iniciativa privada” o tempo e os negócios lhe pertencem e arrancam todas as responsabilidades, para as quais

não pode haver horário fixo de dedicação, deve estar à disposição total, como tercem laudas a esse espírito todo empresário do pequeno ao grande.

O segundo grupo é formado por aqueles que exercem atividades por conta própria, na Universidade, instituição governamental, Ong, sindicatos, mas apresentam uma outra sistemática de organização do seu tempo, cujos compromissos estão distribuídos nos vários períodos do dia ou da semana.

- "Procuo planejar melhor minhas atividades, dedicando algum tempo para isto, de modo a evitar o stress, sabidamente inimigo do prazer. Busco dedicar mais tempo à leitura de jornais e revistas do que antes, procurando sobretudo me informar sobre outras atividades; antes da aposentadoria, o tempo se tornava pequeno e exigia uma abordagem estreita das questões da sociedade. Separo os expedientes da semana mais ou menos em blocos de acordo com as atividades: preparação de aulas; pesquisa A; pesquisa B; consultoria; etc, incluindo nos blocos as reuniões necessárias." (P.I.V).

- "Pela manhã, atividades relativas ao condomínio do edifício, à manutenção do apartamento, dos carros, correção de provas e trabalho de alunos, compras etc; à tarde, preparação de aulas; à noite, aulas na Universidade".(G.C).

- "Um dia de aposentada: horário anterior de acordar às 6 horas. Hidroginástica três vezes por semana. De 10 às 13 horas, trabalho em casa no computador – elaboração de documentos. À tarde, contatos externos, reuniões, telefonemas, oficina literária. Curso de conjuntura uma vez ao mês, nos sábados. No mínimo duas horas de leitura por dia. Televisão uma hora e meia, mais ou menos. Mais tempo para visitas, telefonemas e internet e mais tempo para ler e escrever".(C.M.M.L)

- "De manhã, estou acordando de 5h30, para você ver como dedico m tempo à família, para levar minha filha ao trabalho, com medo que ela pegue esse ônibus cedinho aqui, porque é meio perigoso uma menina sair a essa hora. Quando volto, aproveito e passo no parque, dou umas caminhadas; depois levo minha esposa ao trabalho; retorno para casa, pego o jornal dou uma lidazinha, vou ler, estudar, qualquer coisa. De tarde, a gente vai para o escritório, ainda está meio fraco, porque o escritório é ali no centro da cidade, que está totalmente abandonado, não tem estacionamento, então é difícil chegar cliente lá, a gente está pensando até em sair de lá. Temos poucas causas, é mais uma higiene mental, sair encontrar o pessoal, estudar uma causa, mas é muito pouco, acaba

tendo mais despesa do que receita, é mais uma higiene mental mesmo e um aprendizado. Estou aprendendo mais a parte de processo, então para mim é vantagem pelo aprendizado, tem uma coisa e outra, vou ao Fórum. Isso tudo é uma atividade para quem está aposentado, para ativar a mente, não pode é ficar parado porque se ficar parado, é como bicicleta, cai de vez, você tem que ficar ativo, fazendo uma coisa, outra. Às vezes ajudo minha esposa, resolvo umas coisas para ela, às vezes vou para o cinema no shopping”. (G.D.).

- “Meu tempo está organizado: parte para a família, parte para o trabalho, sindicato e colegas do antigo trabalho. Eu me distribuo em atividades do sindicato, quando tem, relacionadas com os funcionários vinculados ao Órgão em que trabalhei. Fora isso, trabalho com uma equipe da Universidade Rural que faz capacitação em turismo sustentável, formação de monitores. Sou instrutor de uma das equipes e, de vez em quando, saio pelo interior com o grupo para fazer capacitação. Tem também a questão do plano de saúde, sou o representante nacional dos trabalhadores da *Instituição*. Inclusive está tendo uma eleição, agora. Isso exige tempo. Então, procuro não perder o vínculo com ela; dar tempo à minha família e fazer uma atividade voltada para minha especialização. O lazer vai junto aí. Agora mesmo no São João, nós saímos. Sempre em grupo. Saio com ms filhos, minha família. Nós sempre trabalhamos juntos, vamos a uma praia, um São João. E nas atividades culturais, teatro, cinema e participação nos fóruns das universidades, estou sempre lá. Somente na área ambiental, de turismo e nas questões trabalhistas. Nunca perco estas discussões. (C.P. A.V.).

- “De uma maneira geral, trabalho em leituras e escrevendo pela manhã e participo de reuniões à tarde e à noite”. (C.M.T.B.)

No terceiro grupo, estão aposentados que não têm compromissos formais estabelecidos, centralizando-se as suas atividades mais na casa, na família:

- “Eu faço assim, hoje tenho interesse em desenvolver, digamos, durante o dia, pequenos projetos. Mas a primeira coisa que faço é a ginástica, vou para academia logo cedo. Quando volto, trabalho até meio-dia nessas coisas que estou desenvolvendo. Descanso após o almoço, por meia ou uma hora. Depois pego um cinema, assisto uma partida de futebol, encontro algum amigo para conversar. À noite leio, assisto algum programa de interesse na televisão. Essa rotina é feita de uma maneira, não sei se posso dizer assim, sistemática, com esse quadro mais ou menos delineado. Atividades manuais,

lazer, leitura, brincar com os netos, levar para o colégio, fazer picolé. Então, meu dia todo está organizado dessa forma, com algumas atividades com horários estabelecidos, como buscar os meninos na escola, mas os demais são horários feitos por mim. Mas de um modo geral o dia fica pleno. Estou sempre dividido. Às vezes quero viajar, fiz agora uma viagem e estou programando outra, mas agora fica condicionado às férias dos meninos”.(S.H.S)

- “Quando a pessoa se aposenta mesmo, o seu tempo todo passa a ser para cuidar da família, que você não cuidou na época que poderia ter cuidado; mas, em função do seu trabalho, não era permitido. Hoje não, eu me sinto um mensageiro da casa, o motorista da casa, me sinto, sei lá, uma pessoa que procura congrega, olhar mais para a família. Mais disponível para a família.(C.M.P.T)

- “Sou uma pessoa muito metódica, tudo meu é assim. Tenho hora, vou ao supermercado duas vezes, de manhã e de tarde; de manhã compro as coisas que são da manhã; à tarde, as da noite e do outro dia. Acho que é por não ter o que fazer, e você tem que preencher seus dias, é o inconsciente, não é? Toda segunda-feira vou para a praia, leio a Veja, leio a Veja na praia na segunda-feira; no sábado vou para um shopping, leio o jornal Folha de São Paulo, tudo assim programado, entendeu? À tarde, é a minha hora de ir à cidade. Em tudo faço uma programação, tem hora que não dá, quando vejo, já deu de tarde, estou com minha leitura atrasada. Meu tempo é tão cheio que não sei como uma pessoa tem tempo de trabalhar. gosto de sinfônica, nas quartas-feiras tem concerto de orquestra sinfônica. Tudo programado, todo cheio o meu tempo, é um aposentado do tempo cheio, não tenho do que reclamar”.(S.J).

- “Caminhada pela manhã; atividades bancárias e outros pagamentos; atividades domésticas como supermercado, açougue; leitura, palavras cruzadas ; viagens para o litoral, onde tenho uma casa e curto meu lazer predileto; todos os dias dedico um tempo ao condomínio já que faço parte do Conselho de Administração”. (F.L.P).

- “De manhã cedo me acordo, faço exercício, depois leio a Bíblia, para levantar “minha moral”,principalmente os Salmos;depois tomo café, faço algumas tarefas domésticas; depois me sento e vou estudar ou então fazer alguns dos trabalhos que tenho que fazer . Almoço e depois tenho preguiça, me deito, aproveito para ler Saramago, Rostand Paraíso. À noite, leio a Bíblia, depois assisto uns três jornais, quando canso de ouvir as mesmas notícias, assisto a alguns programas – quando tem um Globo repórter interessante, cantores espanhóis, às vezes filmes”. (M.L.B).

- "Trabalho (voluntariado) com crianças, gosto muito, no sábado de manhã ; à tarde, trabalho com um grupo de gestantes fazendo enxoval de recém-nascido. No domingo, na Escola Aberta¹⁷⁸, ajudo-os com aproveitamento de retalhos para confecção de almofadas, colchas, lençóis. O meu conhecimento eu passo para que as pessoas possam ganhar o dinheiro delas e tocar a vida para frente". (M.M.J.).

A questão "*como está organizado seu tempo hoje?*", posta aos nossos entrevistados, é, por si só, de uma grande abrangência. No entanto, sem a ambição de abarcar todas as dimensões da vida do aposentado, encontramos aspectos importantes que revelam o entendimento e posicionamento sobre vários assuntos, manifestações afetivas, valores culturais, ou seja, padrões de comportamento de uma categoria social ou, até mais amplo, de uma classe média.

Como fatos sociais, esses relatos estão datados, são sintomas de um momento pessoal, familiar, influenciados pelos acontecimentos mais amplos da sociedade local, estadual ou nacional. São manifestações de vida, cujas dificuldades e conflitos internos nem sempre as exteriorizações desvendam. São testemunhos de um momento. Em outras oportunidades, provavelmente, alguns fatos mudarão o curso da vivência dos tempos, dando-lhes sentidos e ritmos distintos.

Se a palavra *trabalho* é constantemente utilizada, referindo-se a várias coisas - atividades, ocupações - há parcimônia em relatar o que se faz nos fins de semana. Predomina ainda, inconscientemente, o modelo da jornada de trabalho, na qual o fim de semana, sendo de repouso, não é programado, parece estar fora dos ritmos, de pressão temporal, excetuando-se os trabalhos domésticos exercidos pelas mulheres. A rotina feminina, com as atividades de casa, da cozinha etc, está tão impregnada que não se distingue, no seu cotidiano.

São falas que se complementam com as que foram já reproduzidas em outros capítulos, e que serão finalizadas nos depoimentos do próximo. A metodologia tem também seu ritmo.

¹⁷⁸ É um programa de utilização dos espaços escolares nos fins de semana para trabalhos comunitários.

V Idoso e aposentado: um olhar oblíquo

Nas idas e vindas do pensamento e do texto, a relação, imaginária ou real, aposentado-idoso reaparece na temática do tempo livre.

Tem sido muito comum se ouvir que o Brasil não é mais um país de jovens, envelheceu¹⁷⁹ e, por reducionismo, está cheio de aposentados.

De acordo com os dados do Censo 2000, numa população de 169 milhões¹⁸⁰ de brasileiros, o número de pessoas idosas, isto é, com 65 anos ou mais, é da ordem de 9.935.100, representando 5,8% do total. Nesse grupo etário, as mulheres são maioria, totalizando 5.554.525 ou 55,16%, ao passo que os homens somam 4.380.575. Em relação ao local de domicílio, a grande maioria dos idosos brasileiros, 8.113.616, residem em zona urbana, atingindo 80,61%, contra 1.821.484 que moram na zona rural¹⁸¹.

TABELA 10

Grupos Populacionais em Percentagem

ANOS	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
1980	38,24	57,74	4,01
1991	34,73	60,45	4,83
2000	29,60	64,55	5,85

Fonte: IBGE.Censo Demográfico 2000.

¹⁷⁹ Quando da publicação do Censo 2000, a interpretação predominante na imprensa foi o comparativo entre um país jovem com uma população envelhecida. São dois parâmetros temporais. Um, cronológico referente à idade do nosso país; outro – as idades da população – tem como referencial um limite presumido de existência da vida pessoal, a morte, a finitude do homem, em função da qual se estabelece um padrão temporal presumível de idade máxima possível, que passa a ser considerada como velhice. No primeiro caso, 500 anos esbanjam juventude; no segundo, a partir de 65 anos de idade já se considera idoso.

¹⁸⁰ IBGE.Censo Demográfico 2000. Site ibge/estatistica/populacao/tabelabrasil111, em 27/12/2001.

¹⁸¹ Idem. Abrimos um parêntese para registrar um dado importante, especialmente, nas regiões mais pobres, onde o aposentado rural tem se tornado o principal agente de sustentação econômica da família, e, por consequência, do acesso aos bens de consumo do município, de acordo com o importante livro de Delgado, Guilherme e Cardoso Jr, J.C. (2000)

Os dados constantes da Tabela 10 permitem desenhar um perfil da transformação por que passou a população brasileira no período entre 1980 e 2000, ou seja, durante os últimos vinte anos. Três elementos podem ser apontados como característicos dessa nova realidade: uma redução da ordem de 8,64% na faixa etária de 0 a 14 anos, o que demonstra uma importante queda na taxa de fecundidade da mulher; o crescimento da população economicamente ativa, composta por pessoas de 14 a 64 anos, cujos percentuais mostram um salto de 57,74%, em 1980, para 64,55 % em 2000, ou seja, um crescimento de 6,81%, dados esses importantes para a política de Previdência Social, indicando que o país tem hoje uma população em idade de trabalho mais numerosa que em décadas anteriores, o que, em princípio, contribuirá positivamente na relação ativos/inativos (e pensionistas) do quadro da Previdência pública.

Por fim, testifica-se o persistente aumento da população com idade de 65 anos e mais, cujos percentuais variam, num crescendo, de 4,01%, em 1980, para 4,83%, em 1991, e 5,85 %, em 2000.¹⁸² Nessa última categoria, de acordo ainda com o IBGE, o grupo *“do mais idoso”, de 80 anos e mais*, que, em 1991 era de 1.129.651 pessoas, passa, em 2000, para 1.832.105 pessoas, confirmando um aumento da ordem de 62%. Dessa forma, não só a população idosa é, ano após ano, mais numerosa, demonstrando o importante e bem-vindo patamar mais elevado da expectativa de vida em torno de 68,5 anos, como internamente há um processo de diversificação, onde pessoas com mais de 80 anos formam um grupo etário já importante, que alguns especialistas começam a denominar de “quarta idade”.

No mesmo espaço de tempo assinalado, a idade mediana da população¹⁸³ que, em 1991, era de 21,7 anos, chega a 24,2 anos, em 2000, indicando, portanto,

¹⁸² O conceito de idoso está ainda em discussão. De uma forma geral, idoso é considerado a pessoa que tem 65 anos ou mais. CAMARANO, Ana Amélia (coord) Como vai o idoso brasileiro? IPEA. Texto para Discussão Nº 681. (p.6). CF. Berquó, Elza (1999 : 11-40), Debert, G.G (1999) traça um panorama histórico dos estudos sobre velhice na Europa e Estados Unidos. Para outras visões, os livros de Ecléa Bosi, 1979, e Guita Grin Debert, 1999, que com ênfases diferentes, aportam novos caminhos interpretativos. Oliveira, Paulo de Salles, 2001. Recordo-me agora de Bobbio ao distinguir entre “velhice burocrática e fisiológica” (O Tempo da Memória: 17)

¹⁸³ Folha de São Paulo, 20/12/2001. Especial Censo 2000, p.2.

o caminho do envelhecimento. Esse fato pode ser mais bem visualizado através da relação idoso/criança, cujo índice, segundo o IBGE, expressa uma variação para mais na população de idosos na ordem de 10,49%, em 1980, para, respectivamente, 13,90%, em 1991, e 16,97%, em 1996¹⁸⁴, quando o país tinha uma população total um pouco acima de 160 milhões de habitantes.

Os principais fatores responsáveis por essa nova configuração da população brasileira são a redução da mortalidade, uma expressiva diminuição da taxa de fecundidade da mulher, a melhoria das condições de higiene e de saúde pública e do trabalho, os benefícios aportados pela medicina e pela genética. São fatores reais positivos no cenário nacional, marcado ainda por uma precária situação econômica e social da população brasileira, onde há a presença de 49,6¹⁸⁵ milhões de miseráveis, isto é, 29,3% da população total do Brasil.

O idoso, cujo conceito está sendo modificado¹⁸⁶, completa um ciclo de vida produtiva e está em outra etapa do ciclo biológico e social:

“Considero a velhice um declínio biológico natural e inevitável do indivíduo, mas não o fim” (Q.H.A.).

De um lado, não é mais simplesmente identificada a doente, “fim de vida”; de outro, descoberto por ele mesmo como cidadão, cuja presença ativa na sociedade exige reconhecimento, espaço e meios para uma melhor qualidade de vida, o que implica a formação de uma nova consciência social. Descoberto também pelos outros: Estado, organismos internacionais, ciências - psicologia, sociologia, serviço social, medicina e afins - universidade, organismos de assistência privada, o que Guita Debert definiu como “uma socialização progressiva da gestão da velhice” (1999:13). A identidade do idoso forma-se, assim, num

¹⁸⁴ IBGE, Contagem da População-1996 :31

¹⁸⁵ Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Rio de Janeiro, julho de 2001

¹⁸⁶ “A velhice agora é um universo altamente diverso composto de aposentados precoces e médios, idosos capazes e idosos com vários graus e formas de limitação. (...) a terceira idade se estende na direção de grupos mais jovens e mais velhos e redefine de forma substancial o ciclo da vida de três modos: contesta a saída do mercado de trabalho como critério definidor...diferencia os idosos fundamentalmente em termos de seu nível de limitação nem sempre relacionado à idade... e obriga a distinção entre várias faixas etárias, cuja diferenciação real dependerá muito do capital social, cultural e relacional acumulado durante a vida”.(Castells, M. 1999: 473 v.1) Cf. também. Camarano, A. A. IPEA. Texto para Discussão nº 681.

contexto múltiplo de relacionamentos com: a) os organismos governamentais internacionais e nacionais na redefinição do que deve ser considerado como "estado de saúde" da população, implicando na formulação de políticas públicas sociais¹⁸⁷; b) a própria família que, além dos laços afetivos, enfrenta hoje a questão da convivência, seja na própria residência seja em asilos;¹⁸⁸ c) os movimentos sociais ou organizações de caráter nacional, portando a identificação da terceira idade ou da "boa idade", em outros termos, de movimentos coletivos de idosos; d) os partidos políticos que não podem mais menosprezá-los, trazendo-os não só para a cena eleitoral, mas, mediante proposições de políticas públicas, dando-lhes também assento no debate parlamentar; e) as religiões, pois a espera da morte não é mais o único sentido da vida; f) o mercado, como nova categoria de consumidores de bens materiais e culturais ou, na linguagem atual, de consumidores diferenciados; g) na mídia, com programas específicos sobre alimentação, ginástica, passeios, danças.

Essa nova conformação da população traz importantes desafios às políticas sociais do Governo, à área médica e de assistência previdenciária e à cultura, de um modo geral. O idoso está se "inserindo" na cotidianidade, no tempo concreto da sociedade brasileira.

Essa semelhança está contida na fala de nossos entrevistados e assume várias entonações e significados. Ao solicitarmos uma opinião de *"como a sociedade brasileira avalia o aposentado"*, normalmente surge uma reflexão sobre o idoso : O aumento dessa categoria social no país, que se vangloriava de ser e de ter uma população jovem, traz à tona toda uma discussão desde a composição social até a constituição de direitos sociais. Valores culturais, comportamentos e padrões de convivência social estão sendo revistos e criados, constituindo um novo patamar nas relações familiares, comerciais, de turismo, de sociabilidade, de educação, de valores, incluindo os relacionados à morte. O cotidiano do brasileiro é agora de uma convivência complexa, exigindo um olhar, um pensar e um agir para essa camada social mais numerosa e em franca expansão, com

¹⁸⁷ Camarano (1999:1) chama a atenção para o viés economicista em considerar os gastos sociais com idosos como consumo, enquanto que para os jovens são investimentos e custos.

¹⁸⁸ Cf Debert, G.G (1999) que traz uma importante discussão sobre o tema.

hábitos e costumes diferentes. O idoso deixou de ser (ou busca não ser mais) conhecido apenas como um índice estatístico, um dado distante e raro, para se tornar um cidadão, com plena presença nas ruas, nas atividades culturais, sociais e políticas. Certamente, várias concepções e interpretações devem ser consideradas, inclusive as próprias formas inovadoras, ditadas pela produção e pelo mercado, para ampliação da integração do idoso no sistema de consumo. A análise sobre o idoso deve superar as características até agora predominantes, relacionadas apenas à idade e à saúde, para vê-lo como membro ativo de uma sociedade que se modifica, e cuja problemática da velhice situa-se num patamar mais amplo de estruturação e valorização do tempo social, de acordo com o que compreendemos do discurso da especialista: "Tratar da velhice é buscar acessos privilegiados para dar conta de mudanças culturais nas formas de pensar e de gerir a experiência cotidiana, o tempo e o espaço, as idades e os gêneros, o trabalho e o lazer, analisando, de uma óptica específica, como uma sociedade projeta sua própria reprodução". (Debert, G.G. 1999: 13).

Em síntese e do ponto de vista sociológico, configura-se um processo em que o próprio idoso e os demais grupos sociais estão em permanentes relações de estranhamento e de aceitação, pela expressividade de padrões de comportamento e de sistemas de valores; formas de convivência sociais não isentas (nem poderia) de preconceitos, da distinção entre classes sociais, nível educacional e étnico.

A temática do idoso não é estranha ao objeto de análise dessa tese. Conforme dito no primeiro capítulo, não podemos tomá-lo como igual ao aposentado nem incluí-los numa mesma categoria ou grupo social, dado que no Brasil o aposentado, de um modo geral e mais especificamente o do serviço público, não é reduzível à condição de idoso, embora tenham certos traços em comum e participem de universos culturais assemelhados. Trabalhadores na faixa de 50 anos tinham o direito de se aposentar, formaram grupo social com experiência de trabalho, candidatando-se a outras atividades e enfrentando o desafio de reestruturar suas vidas em uma sociedade em plena ebulição de valores materiais, culturais, espirituais e comportamentais.

A presença de uma faixa populacional de idosos bem maior e ao mesmo

tempo de um expressivo grupo de aposentados com idade inferior a 65 anos traz, para o cenário econômico, social e cultural do país, novos desafios e formas de convivência. Um exemplo simples, mas revaldor, experiência cotidiana, pode ser observado em filas de bancos, comércio ou onde há, como sinal de conquista e de respeito, reservas de atendimento especial para “idoso, gestante e portador de deficiência física”. Se as duas últimas classificações são fáceis de visualização, a do idoso nem sempre o é, seja pela própria rejeição ou excusa de alguém não querer assim se apresentar, seja porque um dos sinais mais visíveis, os cabelos brancos, não são o comprovante definitivo. Se para uns é motivo de orgulho, para outros, de constrangimento. Em conversas de funcionários públicos aposentados, o fato de alguém ter sido chamado para a fila de idoso ou com ele ser confundido, se torna motivo de brincadeira, revelando, claramente, a distância que os separa.¹⁸⁹

A referência ao idoso é sempre constante em nossa pesquisa. Em vários momentos da elaboração da tese ao falar do tema escolhido, ouvimos sugestões para livros, artigos e pesquisas

“Eu não diria o aposentado, mas o idoso. De um modo geral, a sociedade brasileira não foi preparada para tratar o idoso como ele deveria ser tratado, como em outros países por aí. Existe uma certa recusa por parte dos mais jovens em aceitar o idoso em s ambiente. posso dizer que nunca me senti discriminado. Estou com 63 anos, as pessoas dizem que não aparento, mas acho que ainda tenho bastante energia, tenho bastante lucidez e posso usar essa energia e essa lucidez para me comportar como uma pessoa não idosa, não como jovem, mas como uma pessoa não idosa” (Q.M.A) (Grifo nosso).

Outros depoimentos vão enfatizar, sobremaneira, a forma negativa como o idoso é considerado e tratado:

¹⁸⁹ Na seleção dos entrevistados, conheci um que, ao mesmo tempo em que ressaltava com orgulho sua condição de octogenário e de aposentado, fazia questão de não ser considerado um aposentado-idoso e a prova era que, depois de há muito tempo viúvo, tinha descoberto o amor, estava amando, com todo vigor, ou nas suas próprias palavras: “meu jovem(referia-se a mim),estou vivo, não sou um velho-aposentado”. Claro que não entrei em especulações sobre a farmacodinâmica! No universo cultural há uma plena e tríplice identificação: velhice-aposentadoria-impotência sexual.

- “No Brasil, de um modo geral, o conceito de aposentado está ligado à velhice, à inutilidade, ao arquivo definitivo de um passado muitas vezes rico em trabalho e criatividade. Criou-se uma concepção perversa ligando a figura do aposentado ao pijama, à bengala, à cadeira de balanço. Felizmente, surgem alguns exemplos de iniciativas dos chamados” grupos da terceira idade, os quais, com exemplar ousadia, se autodeterminam ”grupos da melhor idade “. (Q.H)”.

- “Acho que hoje a visão é melhor, as primeiras pessoas que se aposentaram fizeram isso mais velhas, até porque as pessoas envelheciam mais cedo, mais precocemente. Acho que de uns tempos para cá, o próprio aposentado passou a se valorizar. A gente sente isso, vê pessoas à procura de lazer, de continuar exercendo uma atividade. Hoje, os próprios meios de comunicação até trocam palavras que poderiam parecer pejorativas: o velho não, é o idoso, a terceira idade, a melhor idade. (C.M.C.V.)

- “O aposentado é visto por muitos como mais um “velho” que dá trabalho” (J.C.S)

- “O papel do aposentado na sociedade brasileira não tem nenhum significado. Ele é visto apenas como um velho. Este se vê como quem já cumpriu sua missão (trabalhou desde criança até quanto pôde) e nada mais lhe resta a não ser esperar a morte. Não se sente capaz de provocar nenhuma mudança por não ser mais útil”. (P.D.M)

- “Aposentado é considerado um velho. Podem dizer que você está forte, mas é balela, pura falsidade, deixada para lá porque tem gente nova, mesmo que ela não tenha as qualidades e estudo que você tem. Conheço pessoas que têm toda uma bagagem de vida, que são frustradas e vivem sem fazer nada”. (S.N.M.)

- Acho que ele é visto como alguém no fim da vida, sem merecer tirar muito dela, pois já não é mais útil. (Até vagabundo é considerado pelo Presidente da República). A expressão “inativo” reflete essa visão. O aumento da relação demográfica entre ativos e “inativos” significa um desastre social, uma infelicidade para os “produtivos”.(P.I.V.)

Sentimentos de rejeição e de desconsideração que também são fortes em lugares mais precisos, como o do antigo trabalho e, por essa razão, a frustração ganha uma dimensão maior :

- “Noto, pelo menos na sociedade brasileira, um descaso com o velho. Muita gente trata o velho com certo desrespeito. É como se todo aposentado já fosse um velho, e aí tem o mesmo tratamento dado ao velho”, ao relatar o que tem ouvido de aposentados

sobre o tipo de tratamento recebido nas suas repartições. (M.L.S.M.).

-... “de tristeza, até certo ponto profunda, não pelo fato de ver as pessoas mais envelhecidas, mas pelo fato de ver as pessoas que deram suas vidas inteiras de trabalho a uma instituição não serem tratadas convenientemente” (Q.M.A).

-“Nem sei se posso dizer,mas às vezes sinto isso, fico um pouco triste,porque muitas vezes chego na repartição e encontro as pessoas, e sou uma pessoa muito alegre,passo muita alegria quando encontro as pessoas, então quando chego o povo está assim desanimado e muitas vezes parece que nem me conhece mais. Muitas vezes,digo assim: ‘Mas meninos, vocês vão se aposentar também, a gente chega e vocês nem conhecem mais’. Dez anos que me aposentei,mas estou viva.(...) Alguns, parece, não valorizam muito a gente.Não sei se foi bom ter dito isso... Não são todos é claro,...”(M.M.J)

Mas, essa relação com o idoso ocorre também quando o aposentado se nega a assumir sua própria condição, por nela não se encontrar, em função de sua “falta de cabelos brancos”:

“Não, não me sinto (um aposentado). Se fosse colocado num plenário de aposentados, não me sentiria em condições de estar ali. Eu não me sentiria à vontade, porque vejo muita gente de cabelo branco, talvez quando ficar com os ms completamente brancos me sinta mais à vontade. respeito bastante o Núcleo de Aposentados, mas me sentiria como se estivesse invadindo o terreno do outro. O lugar seria de uma outra pessoa que tenha o perfil mais parecido com o de um aposentado. me aposentei parcialmente”.(C.P.A.V, 54 anos de idade)

Essas manifestações procuram desfazer, demarcando fronteiras, a associação do aposentado ao idoso, pelo critério de idade. De fato, utilizando dados do Ministério do Planejamento, a idade média do servidor público aposentado é de 56 anos, o que mostra uma diferença média de nove anos entre ele e os que são enquadrados na categoria social de idoso. Não só pela imagem e status que a idade carrega, mas pelas possibilidades de inserção no mercado de trabalho ou em outras atividades, a diferença etária tem um papel importante na construção da identidade do aposentado e no encontro de um espaço social para si como categoria social. Mesmo não subestimando o medo do peso da idade

futura, esse explícito distanciamento esconde inquietudes e revela a necessidade de formação de uma identidade do aposentado, sem comparações com os padrões etários.

As falas dos entrevistados constatarem e lastimam como negativa a rejeição e a desqualificação do idoso; e ao mesmo tempo reconhecem todo um esforço que vem sendo feito de valorização da velhice, simbolizada pela própria designação que lhe atribuem – terceira idade, boa idade, idade da experiência - e pelo espaço útil, assinalado para ocupar na sociedade.

Digamos, para concluir essa seção, que, para o aposentado, a velhice não é apenas uma referência longínqua: ela está no seu horizonte temporal como uma esfinge que merece compreensão, consideração, respeito e, também, medo. Provavelmente, ao enxergar a discriminação na sociedade contra o idoso, procure dele se distanciar para não sofrer a mesma coisa. Mas também - e tomamos isso como hipótese - compreender, como uma ação em construção da sua identidade, que necessita de um espaço, de uma cultura, de uma mística, que, apesar das dificuldades e precariedades, o idoso já conquistou. Posicionar-se em relação aos outros, e às coisas, preconceituosamente¹⁹⁰ ou não, são elementos desse processo cultural e social que só nos compete apreender.

À título de conclusão desse capítulo, exprimimos que viver o tempo livre – e no caso dos aposentados significa dizer a sua vida – está condicionado pelas formas de acesso aos bens materiais e culturais pelas classes e grupos sociais. Assim as “motivações sociais”, já lembradas por Touraine, exprimem todo processo de socialização em que classes e grupos foram formados, condicionados pelas transformações históricas da sociedade. Dessa forma, se nos primeiros momentos do capitalismo a preocupação com o lazer e com o tempo livre estavam muito referidos à classe operária, na sociedade atual essa problemática extrapola, quer por força das modificações da composição das classes quer pelo avanço tecnológico, o universo da classe operária, inclusive já diferenciada dos padrões

¹⁹⁰. A importância da compreensão do preconceito como elemento ativo da vida quotidiana é estudado por Agnès Heller: “O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos” (Heller, A. 1992 :43)

originais, para incorporar com maior grau de sensibilidade os setores médios, cuja mobilidade social em todos os aspectos tem demonstrado uma vitalidade cultural e política muito grande.

As teorias explicativas e as políticas propositivas sobre o tempo livre devem incorporar todas as mudanças sociais e nelas está, tanto no Brasil quanto nos países desenvolvidos, a presença cada vez maior de uma população idosa e de aposentados, com características próprias e, o que é novo, com uma capacidade de mobilização política para influenciar nos destinos de seu país.

Elaboramos o quadro abaixo como síntese das visões e concepções sobre o tempo livre.

Sistema do Tempo Livre

Agente	Significado	Valor	Função social	Gestão
Trabalhador	No universo do trabalho : Tempo reduzido« fora » do trabalho	Positivo Negativo	Melhorias na qualidade do trabalho e da vida grupal : repouso, entretenimento, lazer pouco criativo. Benefício individual, ócio-preguica.	Adequação ao tempo trabalho
Trabalhador	Tempo ampliado « fora » do trabalho	Positivo Negativo	Melhorias na qualidade do trabalho, da vida individual e social : sociabilidade, criação cultural, maior presença na família, atividades culturais, políticas « Ocio criativo »(De Masi) Benefício individual, Ocio-preguica	Adequação ao tempo trabalho e compatibilização com outros tempos
Aposentado, Idoso	Tempo livre total	Positivo Negativo	Valorização da vida coletiva Nova qualidade de vida individual, grupal e societária.: Lazer, sociabilidade, ativa participação cultural e política ; voluntariado. Ócio-criativo(De Masi) Isolamento, reclusão	Articulação e compatibilização com outros tempos

CAPÍTULO 4

Horizontes temporais

I Presente

“Presente e passado iluminam-se com luz recíproca”.
(Fernand Braudel. História e Ciências Sociais).

Há várias maneiras de perceber e conceber o presente. Ele é o tempo da cotidianidade por excelência¹⁹¹, é nele que nos realizamos na totalidade de nossos pensamentos e ações ou, como propõe Ricoeur¹⁹², numa contra-interpretação a santo Agostinho: “O presente já não é, então, uma categoria do ver, mas sim do agir e do padecer”. É visto como tempo de ligação entre um passado, no qual nos apoiamos, e o futuro, que está sendo projetado. Mais do que um elo, é locus privilegiado, onde o passado - pelas lembranças, símbolos, marcas - impregna o atual e o futuro é gestado. Nesse sentido, o presente é a contemporaneidade, “espaço comum da experiência”¹⁹³ e criador da expectativa. A vida humana no presente se apóia, portanto, nesses dois pilares, se a imagem não for distorcida, pelo sentido de “estancabilidade”. Olhar para trás é reviver a minha, a nossa, experiência nas durações que configuraram épocas. O tempo presente se compõe do estou, fui e serei. É idealização, iniciativa, construção. É fundamental compreender o tempo presente pela “junção” das outras temporalidades, caso contrário, reduziríamos-lo a um tempo parado, imóvel, único e definitivo, o tempo da ordem. O fazer, refazer, corrigir, mudar dão substância à cotidianidade, onde se

¹⁹¹ Em síntese, o pensamento de Lefebvre, H. sobre o cotidiano: “espera que o estudo da vida cotidiana ofereça”, ou seja, “o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época...o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação”. (Lefebvre,H.1991: 30).

¹⁹² Ricoeur,P. 1997 : 392.

¹⁹³ Ricoeur,P. 1997 : 397.

criam as condições objetivas das transformações. Longe de ser um tempo harmônico, homogêneo, ele é universo dos conflitos e da heterogeneidade, como por várias vezes é lembrado por Heller e que bem antes já encontramos em Marx. Citando ainda Ricoeur:

“Um verbo exprime-o melhor (o presente) do que todos os substantivos, inclusive ‘presença’: o verbo começar; começar é dar às coisas um curso novo, a partir de uma iniciativa que anuncia uma seqüência e, assim, abre uma duração. Começar é começar a continuar: uma obra deve seguir.” (Ricoeur, P. 1997:392).

A questão central do presente está justamente em não se fazer uma tábula rasa do passado, como se tudo começasse do zero, nem uma sucessão linear, uma exata reprodução do passado. Nem tão pouco, simplesmente transição, embora nele haja muitas transições. É o tempo no qual os homens na sua condição de sujeitos da história, conforme aprendemos com Marx, fazem-na como projeto e como realidade, com conflitos e com acordos, com lentidão e celeridade, nas ruas e nas instituições, no progresso técnico, material e na criação cultural.

No momento da elaboração desta tese, queremos sair dessa visão macro, embora importante, para ter esse tempo presente como tempo testemunho, do encontro e dos desencontros de opiniões, dos fazeres e dizeres, da dinâmica das descontinuidades temporais pela multiplicidade de usos e de ritmos do tempo, conforme vivenciado pelos servidores públicos aposentados.

Nesse sentido, procuramos trazer as opiniões manifestadas pelos aposentados a dois conjuntos de questões. O primeiro refere-se ao que pensam sobre o presente, o passado e o futuro, de forma aberta e abrangente, sem ter sido solicitado nenhum exemplo, nenhuma conceituação e nem especificação. E o segundo, que fatos, acontecimentos, são considerados importantes na sua vida funcional, social e da sociedade, tanto no passado como atualmente. Não faremos nenhuma comparação entre os grupos de questões. São maneiras distintas de tratá-los, embora possam estar tanto num quanto noutro grupo. São leituras, testemunhos das coisas, dos fatos, das pessoas, que não estão isentas das interferências conjunturais ou, melhor dizendo, foram produzidas sob determinadas circunstâncias, por isso são transparências de uma cotidianidade,

representações que revelam partes de um todo mais complexo. Em outros termos, é a história, como encontramos em Heller: “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico; é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (Heller, A. 1992: 20).

Há duas formas pelas quais foram expressos os atos e fatos que compõem o presente: a primeira, pela generalidade contida em frases curtas e diretas: “decepção”, “frustrações”, ou “consciência do dever cumprido”, “estou feliz”, “ver meus filhos crescendo”, “o meu presente é casei e tive filhos”; a segunda é uma exposição e leitura da realidade com os parâmetros que dispõem, numa linguagem desprendida de elucubrações. É o impacto na mente, no coração, no lidar e no fazer e, como tal, abarca várias coisas.

Na leitura de suas manifestações, percebe-se um sentimento de positividade, mas não a-crítica, especialmente quando referidos à família, ao mundo particular, à sociedade mais ampla. Mesmo, como já transcrevemos alhures, quando aludem às dificuldades financeiras em que estão vivendo, e revelam a consciência de que, apesar de tudo, têm uma aposentadoria com vencimentos integrais, que os distingue da grande maioria da população, e também um certo ressentimento pela desconsideração com que julgam ser tratados os aposentados de qualquer categoria.

Há também considerações que mostram as transformações que mudaram para melhor a nossa sociedade, os problemas do país, as descrenças em instituições, em personalidades, em políticas. Difícil rotulá-las de exaltacionistas, vesgas, negativistas. Pelo contrário, expõem, de acordo com sua ótica ideológica e ética, a realidade em que vivemos, em que estão inseridos. Por achar não ser esse o caminho, nem nossa preocupação, não procuramos coerências internas em cada fala ou entre elas.

Felicidade e desafios do presente

O presente, tomado na sua totalidade e generalidade, é idealização. As várias facetas da realidade, da vida, são entendidas, estão sendo enfrentadas, preferindo-se olhar o presente pelo ângulo da esperança, da confiança, projeções de sentimentos subjetivos, de valorização da vida. Nesse sentido, o presente são os desafios, são os prazeres, que devem ser vividos com intensidade, desfrutados ao máximo, como a convivência familiar, que, mais que nunca, recebe, nesse espaço da aposentadoria, uma valorização maior. Assim, não é só estar em família, é ser família pelo que ela é no momento e pelo que representa de novo, de renovação da vida: ser avô/avó. Condição que está também em alguns depoimentos, interligada com uma visão mais ampla, o do sucesso do projeto familiar, isto é, do casamento dos filhos, da continuidade do nome familiar. É um amálgama entre presente e futuro. Aparecendo aqui o sentido de geração no seu significado original. Em todos os depoimentos, o prazer de ter os filhos se completará, como numa parusia genealógica, na terceira geração.

Uma das maneiras de se relacionar com o presente é através de um sentimento de forte pertencimento, que se revela mediante uma avaliação positiva desse presente, pelo que pôde contribuir para a sua construção:

- “O presente é muito gostoso, o que vivo, muito positivo. Me acho uma pessoa útil, que tento preencher o tempo. Sou aposentado, mas que preencho o meu tempo satisfatoriamente, e gosto da vida que levo hoje, gosto muito, muito mesmo, adoro”. (S.J.).

“Mesmo que as coisas não estejam muito bem, a gente tem que fazer um esforço para sobreviver e viver bem e aproveitar e se divertir para que a vida seja o melhor possível. Apesar da conjuntura não ser boa para o país, acho que a gente deve ir contribuindo para melhorar individual e coletivamente. Apesar de tudo estar ruim, sempre procurar viver melhor.” (N.Z.F).

Tempo de construção

Se anteriormente o tom foi o da realização, agora é o do desafio.. Não há uma esterilidade ou uma paralisia. Reconhecem-se os desafios, as exigências colocadas pela sociedade, do ponto de vista técnico e político. Sentir esse desafio é enfrentá-lo, primeiro, reconhecendo, tomando consciência; segundo, respondendo.

“O presente exige que você participe e se capacite. Essa capacitação precisa existir em todos os níveis. Ela precisa ser compartilhada para que as pessoas tenham uma compreensão da sua realidade, do presente e olhar o futuro”. (C.P. A.V.).

O desafio posto ao aposentado desde o início de sua nova vida foi justamente o de se inserir na sociedade, como contraposto à reclusão domiciliar, (essa é também uma forma de inserção pelo isolamento), buscando novos espaços de atuação. Se, por um lado, ele trazia consigo algo importante, como a experiência, pela qual se comunicaria com vários setores sociais, por outro lado, é-lhe exigido outros atributos - ou até os mesmos -, mas sob novas condições, indo desde o que aparentemente é simples, como *trabalhar* com o micro, até comportamentos políticos, como o da participação, da organização, situação diferente de uma vida funcional hierarquizada e isolada no conceber e agir. Foi justamente esse diferencial, salvo as exceções, que fez com que não houvesse um único modelo de aposentado. Há os que continuam em atividade e os que optaram pela reclusão familiar, excetuando os casos determinados por fatores mais graves, inclusive a falta de capacitação. Ao ressaltar esse aspecto da participação, ele vai ser identificado no discurso que indica (ou lamenta a sua falta), num processo de mudanças da sociedade.

“O presente é muito cheio de temores”

Vivenciar o presente é também sofrer. Os sentimentos extravasam a intensidade desses acontecimentos, cada vez mais amplos e que atingem os mais diversos setores sociais. De um lado, a constatação da criminalidade e da violência, que não se limita mais a um espaço da cidade, a um grupo social, expostos com sensacionalismo pela mídia¹⁹⁴, sendo apenas objeto de curiosidade. De um fato distante, alheio, tornou-se universal e todos se sentem atingidos, seja diretamente seja como problema social, exigindo um julgamento, uma tomada de posição sobre a sua natureza e que políticas devem ser adotadas e, dessa forma, o aposentado participa como vítima e como cidadão. Anteriormente, esse problema já foi abordado nesta tese nas manifestações de medo de sair de casa, de ter a casa gradeada, de ter sido assaltado, criando um estilo de vida mais fechado. A opinião de um aposentado que transcrevemos a seguir sintetiza o conjunto dos depoimentos:

“Acho que a maior preocupação de hoje, além do desemprego, é a violência. Inclusive, o desemprego gera a violência até certo ponto. O país vive uma situação muito ruim na questão da moralidade, não vou dizer uma questão de moralidade pública, mas digo da moralidade dos políticos, toda essa questão da falta de honestidade no meio político. Temos uma certa clareza do que aconteceu ou do que deve ser apurado, mas as coisas não são apuradas devidamente. Parece que já houve uma certa cristalização de uma cultura de indiferença ou de uma cultura de tolerância, com relação à desonestidade de homens públicos. Então, este presente de hoje pra mim é meio sombrio. Não gostaria de me ater muito a essa questão para não me angustiar, porque me angustio muito quando vejo o noticiário na TV, de muita violência, de muita desonestidade, de falta de moralidade. Isso tudo me angustia, não sei se pelo fato de ter uma educação muito rígida ou se é pelo fato de que isso tudo redunde em desamparo da população. Para usar uma palavra mais abrangente, falo desamparo porque, enquanto a população está sofrendo todas essas coisas de maus exemplos, por parte de pessoas que podiam dar bons exemplos, ela se sente desamparada e esse desamparo me parece que tende a

¹⁹⁴ Não é o caso de ser tratado aqui. Mas sabemos o “atrativo” das cenas de violência expostos na mídia – jornais, rádio e tv- junto às camadas populares e de uma parte da classe média. Os programas de rádio que tratam de forma sensacionalista a violência tem uma grande audiência. Sem esquecermos que locutores e jornalistas se fizeram políticos a custas desse expediente.

aumentar, na medida que não se apuram as irregularidades como deveriam ser apuradas, se cristaliza essa cultura da indiferença ou do desprezo pela opinião pública. E isso tudo me preocupa muito”. (Q.M. A).

Este é um depoimento vasto em todos os sentidos, especialmente pela abrangência de problemas focalizados. Se pudéssemos transcrever outros tantos, veríamos que violência, desemprego, desonestidade, se misturam num único diagnóstico da realidade atual. Ao lado da violência, o problema do desemprego é tangencialmente tocado, merecendo um maior destaque a crise de moralidade no meio político. Certamente, os acontecimentos das denúncias e cassação dos três senadores e de deputados em 2001¹⁹⁵, e mais tantos outros casos de corrupção, de desvio de dinheiro público, em todas as esferas políticas do país, tenham marcado a todos os aposentados de modo muito particular e com uma intensidade muito forte.

Esse desencanto, essa decepção com os políticos, incluindo as autoridades, e que sempre vem no mesmo espaço discursivo sobre a violência, repercute na relação de confiança entre cidadãos, autoridades e sistema político, extrapola para um sentimento de temor, como exprime paradoxalmente a aposentada S.N.M.: “ Ainda continuo sonhando e querendo alcançar. O pior é isso”.

Descrédito, palavra que condensa angústia, medo, desilusão, está presente também em outras entrevistas e no mesmo contexto, para denotar uma posição em relação às autoridades, às políticas públicas, pelo *desamparo* a que é submetida a população, que não vê os seus sentimentos de repúdio serem traduzidos em atos, não só em palavras. O sentimento, para não dizer certeza, da impunidade para os atos contrários aos interesses públicos, vai solidificando, como disse o aposentado Q.M.A., esse *desamparo*, que passa a ser associado a outros problemas do país como os do serviço público, dos desempregados, dos aposentados :

“Pelas informações que a gente conhece, não vivemos um presente tranqüilo e de esperança de dias melhores. Principalmente nós, os aposentados. (F.L.P).

¹⁹⁵ As entrevistas foram realizadas no período de julho, agosto e setembro de 2001.

“Uma certa revolta pela operação desmonte que o Governo Federal vem - sem fundamentos e sobretudo razão - tocando no projeto da SUDENE”.¹⁹⁶

- “ Vejo o presente do Brasil muito triste por causa da situação do Governo, que não dá valor social ao Brasil. Entregou o que nós tínhamos construído com amor, com sangue, essas grandes empresas. A maioria foi privatizada, construída com uma luta danada, feita em benefício do povo, porque vai sustentar o brasileiro. Tenho mais raiva ainda porque está quase tudo privatizado. O Governo não dá valor ao social. Que valor está tendo a educação? A educação é zerada, a saúde uma tristeza, hoje, você vai a um hospital desses, é triste. A gente, que tem plano de saúde, já se sente discriminado. Os planos de saúde não atendem mais a sua essência, aquele que você contratou. Ele acha uma brecha na própria Justiça, nas próprias medidas do Governo, não dando mais aquilo que a gente precisa, que o pobre precisa, educação e saúde. (C.M.P.T.).

- “Inquieta, como sempre, com a situação da população pobre. Não dá para aceitar a persistência da exclusão num país rico. Do ponto de vista pessoal, continuo insistindo, teimando pela solidariedade. (C.M.M.L).

- “ Toda sociedade brasileira convive com um período de grandes dificuldades, em todos os setores, das questões estruturais às conjunturais. Convive com desemprego, violência, exclusão social alarmante, empobrecimento da classe média, enfim, muitas mazelas. Como a luta pela sobrevivência assume o 1º plano, não está sendo fácil trazer a população para contestar essa política econômica tão maléfica. Mas, pelo mundo afora esse despertar também tende a fazer com que os brasileiros se mobilizem para derrotar esse projeto das elites e eleger outro que tenha a ver com as aspirações legítimas da população brasileira”.(S.M.N.).

¹⁹⁶ Omitimos propositadamente a identificação do autor da frase. Poderíamos, transportando das entrevistas, citar outras instituições.

Conforto, mazelas, liberdade política

Para o aposentado o presente é testemunho. É um olhar crítico para o país que não desconsidera o que ele é, suas lutas, seus projetos. O Brasil nesses depoimentos não é apenas ação governamental, é a fermentação da sociedade civil, lutas e conquistas.

Reconhece-se que, apesar da persistência da miséria, da desigualdade social, houve certos avanços: “melhorou, inclusive para os pobres”(G.C.).

“Em qualquer coisa que se compare, o Brasil vai estar melhor. No índice de IDH, o Brasil, como um todo, melhorou, o Nordeste, como um todo, melhorou. Ainda não está em patamares adequados, mas houve um crescimento substancial e importante. Inclusive o Nordeste, bem mais do que o Brasil. Agora, também, ao meu ver, aumentou a nossa capacidade de crítica. Antes a gente se revoltava com menos coisas. Hoje a gente tem mais bens materiais e vem reclamando mais. Principalmente reclamando do Governo, mas quando você olha quem está reclamando tem duas casas, só usa uma, mas tem duas, dois ou três carros, três ou quatro celulares, e assim você vai, em termos de bens. Então, hoje a sociedade média tem um patrimônio, tem mais bens de consumo; no entanto, é mais crítica, está exigindo mais. E ela não está percebendo, não está consciente que o Brasil está muito melhor do que há 10, 20, 30 anos. Apesar do grande crescimento da população.(...) O Brasil está com 160 milhões de habitantes. Quer dizer, mais do que duplicou a população e, no entanto, está com níveis bem melhores do que há 30, 40 anos”(W.J.G.).

“A coisa mais importante que vejo no presente é a organização dos trabalhadores sem terra. Vejo isso como uma luz no fundo do túnel e pretendo me engajar, me coloquei à disposição para dar uma colaboração, a minha experiência de associação, de serviço social em comunidade, não sei como seria. Mas vejo que se tem alguém organizado, sem ter a pretensão de ser partido político, e que vai em busca de crescimento, de solução viável para a sociedade, acho que o MST tem uma proposta de crescimento, de solução viável para a sociedade. O presente é esses jovens que estão aí, que precisam se segurar pelo apoio da experiência dos mais velhos. Tem saída com essa juventude que está aí, porque estão com a base da família. A família tem que substituir em certos aspectos a escola, porque no interior, antigamente, a gente pensava o contrário, que a

escola daria ao filho o que a família não pode dar. Agora a gente vê que a família tem que estar vigilante para suprir o que a escola não está dando mais.” (M.M.I.T.).

“A liberdade. A gente tem que ver também que essa geração seja, talvez, mais honesta, no sentido de fazer as coisas com mais tranquilidade. Acho que a honestidade é muito importante. Acho que tem o avanço da ciência, da tecnologia, que é fundamental. E as facilidades que você tem atualmente para tudo na vida. Você já pensou que pode se comunicar com qualquer pessoa no mundo na mesma hora. É demais! E as coisas negativas são a violência, a insegurança, talvez até por conta de uma estrutura de má administração do governo da Nação, do país”. (M.T.A.G.).

Se possível for uma síntese, essa indicará uma percepção dos problemas da sociedade, não restrita a um local, a uma região e, sobretudo, não fechada a seu mundo, a seu grupo ou categoria social, num corporativismo. Sem dúvida, fatos mais prementes da conjuntura se fizeram fortemente presentes. Mas a universalização dos problemas, como os rumos de uma política de privatização das empresas públicas, as dificuldades de uma organização política da sociedade civil, a exclusão social, e também as melhorias econômicas, mais sentidas por parte da classe média, tudo isso foi posto também como questão ética e política para a condução do país. Dessa forma, o aposentado se encontra na condição de cidadão, sintonizado e participante.

O presente é ainda sentido como um tempo bloqueado pelo passado :

“O Golpe Militar criou uma espécie de situação, um bloqueio político em termos de formação de novas lideranças. Se você me perguntasse hoje, por exemplo, se existe alguma liderança política que lhe causa algum impacto, eu diria que não. Credito isso ao processo do fechamento democrático que não permitiu essa geração de novos líderes. Para você escolher hoje um candidato à presidência, é muito difícil, porque as lideranças já estão desgastadas, não existem novos líderes. Então, acho que o fato impactante aí foi a decorrência dessa questão da ditadura que bloqueou, amordaçou um pouco essa formação de novas lideranças”.(S.H.S.).

“Acho que a sociedade brasileira atravessa uma fase delicada, marcada por ansiedade e desejo de mudanças. O longo período do Governo Militar, atrofiou a organização social e retardou o progresso sócio-econômico, que tem como pressuposto o pleno exercício da democracia. As organizações populares, o surgimento de partidos e

até alguns movimentos extremos estão conduzindo o nosso povo a reivindicar, com firmeza, mais espaço na formulação das decisões. Saúde, educação, segurança, emprego, discriminação, são fundamentos que caracterizam o atual momento da sociedade brasileira em todos os níveis". (Q.H.A.).

É hora de irmos com Braudel buscar no passado os outros fochos de luz, essa reciprocidade que lhe dá o presente.

II PASSADO

“ Eu só quero me lembrar das coisas boas”

“Não faça isso. Começar uma história com ‘naquele tempo’ envelhece a gente. Não faça isso.”(Seu Afonso para D.Isaura, em *Chuvvas de Verão*).

Começamos com uma frase que já nos remete para o âmago da questão teórica sobre o passado: ele é só lembrança?

Quem em momentos de alegria ou tristeza, de afirmações ou dúvidas, não procurou se ver para trás? Primeiro sentimento, portanto, de uma anterioridade que atravessa as divisões da vida, está no hoje e desejamos que nos acompanhe no amanhã:

“Meu passado é meu texto permanente sendo passado a limpo” (L.M.E.M.F.).

Longe de estar guardado como antiquário, o ontem só pode estar sendo revisto porque é também presente; é companheiro mais velho, mais sábio, que orienta e dá força para o amanhã, por isso é energia e segurança.

Convidados a nos oferecer “*um olhar sobre o passado*”, os aposentados destacam a infância, o período de estudo, as trajetórias de trabalho; recordam a família, alguns fatos marcantes, estabelecem comparações, tudo isso num quadro genérico, em que seu relacionamento com o pretérito é carregado de afetividade, de interrogações, pois nele se vêem como lembrança, como portador. Mas em todos eles, um ponto comum, ou seja, o passado como raiz: início, continuidade, acervo. Raiz que pode ser encontrada em três veias, digamos assim: a familiar, a funcional e, por falta de um nome sintético, a social.

O tempo familiar

A família não é só esteio biológico, mas também esteio da vida construída em termos de valores, ações, condições econômicas, afetividades, localidade, nome, parentes, ou seja, o que a sociologia e a psicologia definem como elemento básico da estrutura social, do espaço simbólico e concreto primário da cotidianidade.

O olhar para a família é reconhecimento, gratidão, cujos parâmetros de avaliação vão sendo redefinidos com o passar do tempo, proporcionados por outros olhares, outras interpretações sobre momentos vividos em comum. Mas, nessa contínua avaliação há a manifestação de um sentimento de dificuldades vencidas, de obstáculos superados, comumente chamados de trajetórias de sucesso. Esse campo nos interessa também, pouco importa o nome com que se batize, pois ele aparece nas falas dos aposentados, pela conclusão dos estudos, pelo emprego, pela ascensão funcional, pela possibilidade de ter sido útil para a sociedade. Como aposentado, sente-se realizado hoje, pelo que fez ontem, antes-de-ontem, sua legitimidade conquistada foi conferida.

Uma primeira ligação vem normalmente com referência¹⁹⁷ aos pais, responsáveis que foram pela socialização e pelos encargos de sustentação econômica, pelos ensinamentos, pelas afetividades, pelas ações religiosas, morais ou políticas, em uma palavra, pelos exemplos. Exemplos que se tornam a nascente e a referência permanente da experiência.

- “Sou filha de um homem que vivia do passado, então adoro o passado. No passado, meu pai era todo de lembrança – fulano, sicrano - vivo muito disso. Não posso passar pela Instituição em que trabalhei, e hoje em dia não vou, porque ouço tudo nos corredores, tudo. Passado para mim é uma coisa que me alimenta. O passado é quase o que me sustenta”

- “Maravilhoso. Um olhar sobre o passado é tudo o que tenho hoje, foi a criação do meu pai e da minha mãe. Meu pai era um homem íntegro, mas foi embora com 44 anos, de uma angina fulminante. Com 19 anos fiquei com todo encargo de mamãe, de uma irmã de 13 anos e outra de dois anos”.(M. A .N.).

¹⁹⁷ Sobre a lembrança ser ordenada pelo hoje, cf.(Bosi,E. 1999: 412); (Halbwachs,M.1994:279)

- “ Sempre admirei muito meu pai, é uma presença muito forte. E hoje, uma ausência muito forte, porque, primeiro, ele era uma pessoa que, segundo afirmava, veio aprender a ler sozinho, autodidata, através de jornais que mandava o menino comprar escondido. Ele só - hoje a gente nem imagina mais como isso seja - ele aprendeu para, dali, se tornar um líder, para lutar pelo direito das pessoas. As histórias que a minha mãe contava com respeito, com toda admiração, de como ele fundou o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar. As reuniões que ele fazia escondido, atrás dos currais para o pessoal da usina não ver.”(C.M.C.V.).

- “O passado é algo que não renego. Sempre coloquei o passado como uma construção, como uma ferramenta de construção do presente. Sempre que me reporto à minha vida, à Amazônia, por exemplo, nunca me envergonho de dizer que a minha mãe e o meu pai foram seringueiros, daqueles que coletam o leite da castanha para fazer borracha. Durante 15 anos, ele foi submetido ao regime de escravidão pelo escambo, que é praticado na Amazônia, estava devendo sempre. Trazia a produção da coleta, entregava para o patrão que geralmente era um libanês, lá chamavam turco, um cearense também. Depois que cresci, estudei e me tornei algo, me interessei por avaliar o meu passado e pensei que ninguém necessariamente precisava se submeter àquele tipo de escravidão. Não é uma escravidão declarada, mas ela existe em alguns lugares do país. Ela não está completamente erradicada, prevalecem formas de escravidão disfarçada, e a gente precisa ir atrás para resolver”. (C.P.A.V.).

- “Tive uma infância maravilhosa. Fui meninona, joguei bola na rua. Acho que isso foi muito importante para mim. Mas da mesma maneira que fui meninona, também fui responsável e sempre puxei as coisas para mim, para resolver, para fazer. Não sou uma fortaleza. Sei que sou frágil. Passo isso de fortaleza, mas não sou. Minha avó era uma pessoa forte. Ela enfrentava o meu avô naquele tempo, era paraibana. Então, levei esse meu nome, mas não sabia meu nome. Chorava porque não gostava do nome Maria. Morei com meu avô um tempo no Nordeste, onde todas as empregadas eram Maria. Meus irmãos me mandavam buscar água para eles, porque eu era Maria e Maria era empregada. Foi por isso que meu pai me chamou e falou que meu nome não era Maria, era Maria de..... Sempre fui uma pessoa muito família, me preocupo com todo mundo, mesmo trabalhando, só que não participava tanto como agora, depois da aposentadoria. O elo era meu pai e minha mãe, depois que ele faleceu, a gente que sempre achava que a força de tudo era minha mãe, a gente descobriu que não, que a força era o meu pai.

Mas falei que a família tinha que continuar unida, então comecei a puxar. Festa de fim de ano...”(N.M.D.).

- “Sinto uma saudade imensa. Da minha infância, feliz demais porque foi no campo, na fazenda, e nem sabia que era tão feliz. Depois com 11 anos, saí de casa e fui estudar no seminário(...); depois vim estudar sociologia, vim trabalhar ... Foi um tempo muito bom, de enriquecimento, de experiência. Pensando hoje nesse passado, penso com saudade. Se tivesse que voltar, gostaria que voltasse do jeito que foi e reviver tudo aquilo. Agora, é claro que não vou ficar me amargurando...” (Q.M.A)

- “O passado teve uma coisa muito ruim, porque perdi meu pai com 15 anos, ele que i era um marco na minha vida. Era mais marco do que minha mãe, inegavelmente, porque ela era apaixonada pela minha outra irmã, menor do que eu, mais bonita do que eu.. Entendi que não era querida porque não era bonita, era feia. Só quem dizia que eu era bonita, era meu pai. Então me desenvolvi muito bem na parte do estudo.”(M.L.B.).

O papel do pai tem um destaque especial, resvalando mais para uma interpretação psicológica e freudiana. Por total incompetência de adentrar nessas áreas, preferimos abrir um outro caminho explicativo, o que não ignora outras interpretações, assentado na figura do pai provedor econômico, sobretudo se pensarmos que na época da infância e adolescência de nossos entrevistados, as mães não estavam no mercado de trabalho, dedicando-se com exclusividade às responsabilidades maternas e domésticas. Não basta, ainda hoje, relembrar os fatos do pai, mas também trazê-los pelo relato das mães. A lembrança do passado é respaldada por quem também tem autoridade.

Mas nesse mundo tão predominantemente marcado pela figura masculina, o papel feminino emerge, algumas vezes nas entrelinhas, não tão submisso e amorfo como uma primeira impressão deixa transparecer. Todos conhecemos que, por trás do “pai provedor” (vivo ou morto), as mulheres assumiram o comando da família, foram responsáveis – e responsabilizadas – pela conduta moral dos filhos, sobretudo das filhas, pela visão complacente com as mudanças, com o equilíbrio afetivo. Foram mulheres que carregaram uma enorme responsabilidade de trazer filhos e filhas, nas circunstâncias da época, para a modernidade e para o hoje.

Se a mãe é o ponto chave desse processo, na família ampliada os exemplos também são buscados, e agora revelados, como veias do passado, influenciadores da sua personalidade e alimentadores desse presente que a memória associa:

“A família de minha mãe era muito mais um matriarcado. Eram sete mulheres que botaram a nau para frente. Dois tios morreram cedo, então a minha avó foi quem conduziu junto com as filhas mais velhas. As figuras masculinas da família da minha mãe não são tão fortes. A não ser a do meu pai. Eram exemplos de irresponsabilidade, não traziam dinheiro para casa, gastavam tudo com farra, com mulher; isso os homens, maridos de minhas tias.” (W. A.M.).

Nessa família, duas de suas tias foram ser freiras, só que uma abandonou o convento, cuja rememoração – *Do convento para o Partido Comunista* – transcrevemos, não só pelo inusitado como pelo contexto da época e certamente pelo exemplo que ficou e é até hoje citado.

Os relatos acima transcritos situam um pouco da luta de homens e mulheres pela sobrevivência, no contexto econômico e social da época. São pedaços de uma história, alguns da classe dos trabalhadores urbanos e rurais, na sua luta pela organização e pelos direitos, outros reportados ao sistema familiar, que marcaram a personalidade, influenciaram a conscientização, proporcionaram outras leituras sobre a realidade do país, conduziram a assumir funções e compromissos. Hoje, certamente, olhando para esse passado, orgulhosos de sua origem, dos exemplos aprendidos, possam se ver em condições econômicas, culturais diferenciadas e dizer: “Na minha vida, minha história desde garoto, não foi nada fácil” (C.M.P.T.).

Do convento para o Partido Comunista¹⁹⁸

"Tive duas tias que foram ser freiras. Uma morreu, como freira, em 2000. E a outra, que era irmã de caridade, saiu de Irmã de Caridade, na Revolução Constitucionalista, em 1932. Era enfermeira e aconteceu que chegaram uns soldados no hospital onde ela tomava conta. Ela apaixonou-se por um soldado, ele por ela. Ela saiu do convento, ele era do PC e ela tornou-se uma ativista do PC. Saiu de freira para ser do Partido Comunista. Foi quando estava no Partido Comunista que teve a casa, duas vezes, arrombada; quebraram tudo, porque eles eram do Partido Comunista, em São Paulo. Não sei o nome da cidade, sei que um dos primos meus nasceu em Santos, então, eles devem ter morado lá. Tanto é que depois ela foi trabalhar em uma fábrica, como operária, mas ia para as reuniões do partido. Recebia notícias dela. Na casa da minha mãe tudo lá era aberto: "Eita, a casa de tia A... foi novamente invadida, por conta do Partido Comunista e ela perdeu tudo". Minha outra tia, que morava no Rio, ajudava, porque ela tinha uma condição econômica boa. Ajudava, acolhia, ficava escondida na casa dessa minha tia do Rio, ela, o marido e os dois filhos. Depois, saía para recomeçar a vida e o Partido ajudava muito. O apoio dado era pela relação familiar e também um apoio político. As duas coisas. Engraçado que tinham sempre uma visão mais política para esquerda. A família de mamãe é mais para esquerda do que para a direita. Como é que a família da minha mãe via a irmã freira, essa ruptura da religião para o partido? Nunca ouvi ninguém dizer assim: ela fez mal, ela fez errado. Nunca escutei nenhum comentário, nem das minhas tias, nem de mamãe, nem de papai, contra isso aí. Era contado assim: "Menino, quem diria, hein, era freira e, agora, no Partido Comunista". Inclusive a outra irmã, tia-freira, ela estava bem, escrevia, se correspondiam, às vezes. Essa minha tia comunista já faleceu. Era um exemplo na família. Aliás, minha tia era mais ardente, mais defensora do PC do que o marido. Ela sempre teve uma credibilidade, nunca se formou, foi operária, mas ela lia muito. Nem se falava em naturalismo, partido verde, em não comer carne, e já era macrobiótica. A preocupação dela era com a alimentação. Tanto é que ela quebrou a perna com 70 e tantos anos, e atribuo à alimentação dela, porque ela emendou, tinha osteoporose, e ficou sem defeito nenhum no fêmur". (W. A.M.).

¹⁹⁸ Foi feita alteração no formato da entrevista, abolindo as perguntas. O conteúdo, porém, nada sofreu.

TEMPO FUNCIONAL

O que denominamos de segunda veia do passado será, aqui, revelado pelas experiências pessoais de trajetória de vida, desse caminhar até à aposentadoria, merecendo destaque os anos de trabalho, as relações com a instituição ou empresa:

“Grande aprendizado, a convivência humana bastante diferenciada ao longo dos 36 anos de atividade profissional. Fui comerciaria, com hora para chegar e sem hora para sair; trabalhei igualmente em multinacional, com sua política de RH cheia de artifícios para explorar a força de trabalho ao máximo, com a concessão de medalhas e falsos loiros. Depois o serviço público e a sensação de que as coisas não são para serem levadas a sério; tudo é só faz de conta. E você se envolve profissional e emocionalmente e esbarra na falta de vontade política. Por mais que você tenha compreensão do processo, é frustrante”.(S.M.N.).

“O passado é visto por mim como muito positivo. Considero válida a experiência profissional que me permitiu alcançar a aposentadoria. Essa experiência, inclusive, foi importante para acumular conhecimentos relacionados com linhas de pesquisa a que me dedico: economia da tributação e finanças públicas brasileiras”.(P.I.V.).

“Vim trabalhar no Incra. Quando me vi aqui, achei um objetivo na minha vida. Então, olho para o meu passado e dou graças a Deus por ter entrado no Incra, por ter tido oportunidade de trabalhar por uma causa importante, interessante, porque a reforma agrária é um dos pontos principais de qualquer país. É a base de uma economia, é a base de um povo evoluído. Acho que a reforma agrária tem que passar, tem que ser concluída e depois vem uma outra etapa. E nós ainda não passamos por ela. A gente começou, mas parou no meio. Então, olhando para o meu passado, tive um passado bom e um presente relativamente bom. Lógico que com os percalços da vida, com problemas de perdas, mas de uma forma geral não me arrependo de ter entrado no serviço público. Se pudesse voltar para trás, talvez não ficasse no serviço público pelo que ele é hoje, mas pelo que foi, na ocasião, eu voltaria”.(G.M.L.T.M.).

“Um olhar não saudosista... mas um olhar que busca no *não mais* condições de articulação com o *não ainda*, como possibilidade de viver o presente. Um olhar que busca nas tradições possibilidades do presente e do futuro. Do passado uma lição – vale a pena

inventar, criar, mesmo quando se pode ficar marginalizada do pensamento dominante, sobretudo do pensamento acadêmico homogeneizador”.(C.M.T.B.).

“Foi um trabalho gratificante no ponto de vista de objetivo alcançado, quanto à proposta a ser desenvolvida. Aquilo cria na gente uma energia muito grande, uma força de fazer muito grande. Mas depois, olhando para trás, você se pergunta se realmente todo aquele trabalho, aquele esforço resultou em alguma coisa, alguma mudança. Isso é que coloco como prospectiva. Será que a minha participação contribuiu com alguma coisa. Sempre me pergunto isso, quando vejo a situação em que tudo está hoje. Se você me perguntasse que tipo de correções poderiam ser feitas pela Instituição à qual pertenci, tenho uma visão bastante objetiva nesse sentido. Se a SUDEN fosse direcionada desde o início a ações políticas para a organização do pequeno produtor rural e também na resolução desses problemas de ordem climática, geração de novas tecnologias, de uma convivência efetiva com a seca, acho que essas questões é que deveriam ser colocadas como foco principal de atuação do Órgão. Se um terço do período da SUDEN fosse objeto dessa política de representação das comunidades, do público de baixa renda mesmo, se tivesse feito essa política desde o início, a coisa teria tido outro efeito, outro resultado. No início teve alguma coisa nesse sentido, com o corporativismo. Mas foi uma coisa muito pequena em termos de Nordeste” (S.H.).

São momentos importantes da vida pessoal e social, longos anos dedicados ao trabalho, sobretudo se levarmos em consideração que o tempo dedicado às atividades profissionais não foi inferior a 25 anos. É como se diz comumente: *foi uma vida*. Não é à toa que a vida pessoal seja profundamente marcada e que até hoje cada aposentado seja associado à sua instituição, à sua empresa e que o seu presente-passado e passado-presente seja a todo instante povoado de lembranças positivas ou negativas, pouco importante, mas que estão no seu eu, no seu ser. *Gratificação*, *sentido* são substantivos com os quais demonstram a realização pessoal dentro de um objetivo social encontrado no trabalho. Não foi apenas o trabalho em si, meio de sobrevivência, mas a sua finalidade - a reforma agrária, transformação do Nordeste, indigenismo, educação. Há uma *mística* que os envolveu, tornando-os compromissados, e que ainda persiste quando pensam soluções alternativas, quando ainda se sentem *incrianos*, *sudenianos*, *ibamianos* etc. E dessa riqueza brota a *experiência*, palavra-chave,

ação, que faz o elo funcional do ontem com o hoje. Foi momento de construção, hoje, de legitimidade. Se esses anos de atividades aparecem como uma realização pessoal, foram, sobretudo, a contribuição de cada um, do conjunto da categoria para a manutenção e reprodução da instituição. Há um olhar e um fazer recíprocos entre instituição-funcionário mais rico do que as transcrições fotografam e que as revelações deixam em tamanhos diminutos.

“Por incrível que pareça, em 32 anos de trabalho, fazendo meu serviço correto, só fui ter certeza disso quando recebi uma carta de elogio, que nunca rasguei, do Superintendente do INCRA. Quando ele foi embora, mandou que colocasse na minha pasta funcional uma carta falando da pessoa que era, com os agradecimentos das coisas que fazia. Isso foi interessante para mim, marcou demais, porque ninguém nunca tinha feito um elogio assim”. INCRA

Isso nos coloca um desafio para compreender a história das instituições como sendo também a dos funcionários. Enquanto a duração da instituição é mais prolongada, a do servidor, do funcionário, do professor é limitada. Uma permanente, durável, que continua independente das pessoas; a outra, volátil, descartável.

Todos os depoimentos transmitem uma riqueza de fatos, de envolvimento, gerando uma cobiça para ir mais além, mais ao detalhe, aprofundar o que seja saudosismo ou outra coisa. Para revelar com um pouco mais de nitidez, apresentamos parte de uma entrevista sobre a experiência pessoal de um aposentado da área indígena e, em anexo, uma síntese sobre a SUDENE que fizemos, juntando as diversas opiniões manifestadas por alguns de ss aposentados.

Uma experiência numa comunidade indígena

P - “Que fatos profissionais foram marcantes em sua vida ?

R - O fato mais importante foi ter optado pelo indigenismo. Eu saí da escola profissionalizante, voltei para o Amazonas e ingressei na Funai. E entrar na Funai me

pareceu um desafio. Fiz indigenismo porque foi uma atração, identificando grupos de indígenas em arredios. Foi o meu primeiro trabalho na Amazônia. Nesse período, era solteiro. Nós trabalhávamos com uma equipe chamada de expedições, cujo objetivo era procurar índios nos arredios primitivos. Essa atividade me marcou bastante, até porque sou do Amazonas. Fui a uma região que não conhecia. Eu estava no miolo da Amazônia. Sou de uma região central de lá e não conhecia o local. Aquilo é tão imenso! Fui conhecer o outro lado do rio Negro. Nunca pensei que pudesse vivenciar uma experiência dessa, ter contato com índios que não falavam a minha língua. Os outros quando morriam, viravam cinzas para tomar com mingau de banana. Os yanomamis faziam isso! E trabalhei com eles num estágio em que não havia nem estradas, absolutamente nada.

P- Como foi sua atitude diante desse ...?

R- Foi de cautela. Um sertanista falou que quando você entra numa atividade dessas, vai trabalhar com índios primitivos, você tem que ser um mero observador, se não você não volta pra contar a história. Só estou aqui porque segui os conselhos dele. Se lhe oferecerem algo, aceite. Depois de um tempo, me dei tão bem que passei a morar com os índios. Fui designado, como estagiário, para viver lá quatro meses e fiquei nove. Já estava virando índio, quando foram me buscar, minhas roupas já estavam acabando. Então, foi uma experiência marcante. Outra, foi voltar a estudar depois de aposentado. Foi muito gratificante também porque pude reafirmar que não se pode nunca pretender ganhar um espaço sem lutar por ele. Você tem que investir em si próprio. Se você quer conquistar algum espaço no mercado competitivo que está aí, é até uma questão política mesmo, tem que ter argumentos, senão você vai ser humilhado. Credencie-se para reivindicar espaço, principalmente com relação a emprego. Sem credenciamento você não se habilita.

P- Experiência com os índios. Quando você retornou, como passou a compreender nossa sociedade?

R- Estou em Pernambuco há vinte anos. Quando fiz este trabalho na Amazônia, saí migrando de lá pra cá (...). Fiz indigenismo em vários lugares. Tive a benção de Deus de conviver com índios em vários estágios de integração, o que alguns antropólogos chamam de *entregação*. Isso me permitiu fazer um comparativo com a sociedade primitiva. Os índios devem ser deixados em seus lugares de origem, em benefício das

suas comunidades, pois elas devem ser deixadas em seu *habitat* . Eles estão melhores contemplados lá.

P- Você acredita que isto é possível ainda hoje?

R- Olha, a Funai tem se esforçado pra manter; o pessoal tem sido cauteloso em trazê-los pra cá. Inclusive porque essa integração é uma herança missionária, eles são trazidos para impor novos hábitos. Hoje, esse é um modelo repudiado pelos próprios índios. A sociedade de índios aculturada já está procurando resgatar valores que remetem para suas origens que se perderam no tempo. Eles perderam muitos desses referenciais com essa integração com a sociedade. Existem comunidades, como a potiguar, que perderam o dialeto. Na Paraíba, começaram a resgatar e conseguiram resgatar todo o referencial de cultura deles.

P- Você perceberia diferença na concepção de tempo entre os índios e a gente? Você poderia fazer uma análise comparativa da utilização do tempo na sociedade indígena e na nossa?

R- Colocaria até uma observação recente desse modelo. Essa minha experiência com a comunidade indígena me serviu para essa área de turismo ecológico. Nós ficamos em contato com pescadores do litoral sul ou com trabalhadores e o índio não difere muito do pescador aqui da região. Daquele pescador que ainda tem o meio ambiente rico, preservado, não sofre as pressões do consumo, o tempo dele é administrado de acordo com as suas necessidades, comida se ele precisar de comida. A questão do homem com o meio ambiente é perfeitamente possível de se trabalhar. Isto desde que resgate essa forma de conviver. Tirar da natureza o que você precisa apenas para aquele dia. O índio, a sociedade primitiva, não tem a preocupação de acumular . Todo dia é dia de caça, de pesca para consumo diário. E as mulheres também nas tarefas que competem a elas: carregar lenha, cuidar da roça e do filho. Existe também a divisão das tarefas. Mas a preocupação do índio com o tempo remete ao infinito, amanhã é sempre um outro dia, a prática que a gente fez hoje, amanhã vai se repetir da mesma forma. Aquelas condições naturais de se repetir o ritual são oferecidas, mas quando são comprometidas não sei se esse tempo pode ser aplicado da mesma forma. Dentro de um equilíbrio entre a natureza e o homem, acho perfeitamente possível ter uma regularidade severa da distribuição do tempo. O índio não se preocupa com o amanhã, isso remete a uma responsabilidade de convivência.

P- Isso é ensinado às crianças ?

R- Certamente que é. As gerações que se sucedem adotam as mesmas práticas dos seus antecessores. É uma cadeia que remete para aquela convivência, para a manutenção daquele *status quo* de relação com a natureza. Se a gente pensar índio e natureza, não dá pra compreender índio sem natureza, como também pescador sem rio, mangue, restinga. O índio, dentro da floresta, só desmata o lugar que ele vai plantar a casa dele. Ele quer a floresta em sua volta. Ele tem essa consciência. Eles são nômades, então, vão se mudar para um lugar onde eles tenham oferta de peixe, caça. Devido ao ciclo do rio ou da floresta, há uma quebra ou não da oferta dos alimentos. Eles mudam de lugar, mas deixam a casa conservada. Eles têm uma convivência muito boa com a natureza.

P- Na sua ida à comunidade indígena, qual o fato que mais o marcou?

R- Essa despreocupação com o amanhã, com a forma como eles organizam o tempo, sempre há uma hora para fazer as tarefas. Então, de manhã cedo você ouve o Tuchaua, o equivalente ao cacique, capitão, falando aos guerreiros as tarefas, aí ele fica comandando lá, logo muito cedo. Mas, às cinco horas da tarde, rigorosamente, todos tem o direito de se recolher. O lugar de eles se protegerem durante a noite é lá na oca. O cacique não obriga ninguém a trabalhar de noite. A noite é um outro mistério, uma outra realidade. Eles se recolhem muito cedo, quando a floresta começa a escurecer, sombrear. Eles dormem e só saem no dia seguinte, na mesma hora. Eles não enfrentam a noite.

P - Não há nenhuma atividade coletiva?

R - Nenhuma, nem individual e nem coletiva.

P - E você como conviveu com isso?

R- Lá você não tem para onde ir ou você vai à floresta ou não sai. Fica conversando com as pessoas num lugar reservado, protegido. Eu fiquei com um grupo de índios. adotava a mesma prática que eles. A língua, aprendi muito pouco. Neste tempo, com a falta de uso, já se perdeu muita coisa. A linguagem era mais gestual. estou aproveitando tudo isso para aplicar no meio ambiente, na própria convivência com os índios, com o sindicato.

P - Tem diferenças entre o índio da Amazônia e o da nossa região?

R - Tem diferenças, principalmente no tipo de relação. Na Amazônia, ninguém quer ser índio. A minha mãe, por exemplo, se você disser que ela parece com uma índia, ela não vai gostar. As pessoas, aqui do Nordeste que são miscigenadas, têm orgulho de serem chamadas de índio. É um referencial físico, cultural. Na Amazônia, o descendente não quer ser comparado com o índio, porque índios são aqueles que vivem no mato. A carga de miscigenação lá com o povo indígena é de 90%. Os negros não chegaram na região Norte. Então, lá a fisionomia do índio é muito presente, mas a maior parte das pessoas não aceita um comparativo.

P- É um preconceito?

R- Acredito que sim. Existe uma herança missionária de trazer o índio, instalar uma missão, aculturá-lo. Isso foi feito, praticado no Amazonas por muito tempo. Ainda hoje há missões religiosas que trabalham só com índios. Já foi mais marcante, hoje está mais ameno. Quando comecei o trabalho lá, há trinta anos atrás, era muito mais complicado. Hoje, já está mais assimilado, já tem índio na universidade, índio que tem livro, que vive aparecendo na televisão. Já evoluiu em termos de aceitação, principalmente na Amazônia.

P - A integração do índio na sociedade está fazendo também com que a sociedade reveja seus valores?

R - O poder anterior era forçado, você trazia o índio pra cá. O índio tem méritos, eles também contribuíram pra isso. Foi uma conquista deles, eles resistiram, se organizaram, não foi uma concessão social. Quase todas as tribos estão organizadas em sociedade e se fizeram valer como grupos indígenas. Uma forma de organização para manter seu espaço.” (C.P. A.V.).

A recordação social

O título não é bom, como certamente certas classificações, mas o que buscamos aqui é uma outra maneira de dialogar com o passado, numa perspectiva mais ampla, sendo, sobretudo, ponto de referência ou, se quisermos, como tempo também de comparação, outra luz com a qual o presente se ilumina. Assim, ele pode ser lido como lição, a que se atribui um significado positivo ou negativo.

“Sou saudosista. Tenho saudades do passado quando a vida era mais tranqüila e não existiam os problemas de segurança, apagão etc” (F.L. P.).

“Saudade das amizades e dos lugares onde vivi e passei. Época que, a meu ver, era mais tranqüila, havia menos pobreza, desemprego, violência e mais solidariedade.” (H.I.).

“Dou importância à memória. O porquê não sei. O passado é a vida. E a vida tem momentos diferentes, espaços diferentes, espaços familiares, no trabalho, espaço de lazer, cada momento desses, cada espaço desses trás lembranças, lição para a vida. Vejo assim, não vejo como tristeza e sim como um fato. Não tenho marcas negativas, a não ser essas históricas”.(N.Z.F.).

“Tenho uma experiência muito interessante na minha infância, lá de onde sou (Mata Norte, área de cana). Tínhamos a *Escola Rural*, do Estado, que atendia tanto às pessoas da cidade como do campo. Mas tinha açude, horta, jardim, teatro, onde uma professora ensinou a gente a votar, na terceira série primária. E a participação na escola, como membro da caixa escolar, por eleição, me deu um sentido de participação política, que repercutiu em minha vida até hoje. Então, faço esse olhar sobre o passado como representante de turma, secretária, por eleição, escolhida pelos colegas, charanga, eleição. Quando os amigos daquela época se encontram, a gente tem uma história de participação na escola que deu esse crescimento, no sentido de representar. Alguns já foram representantes de associações e fui representante de minha categoria.”(M.M.I.).

“O passado é rever muitos sonhos que ficaram para trás sem realização. Sonho profissional, acima de tudo. Muita coisa que poderia ter sido vista e não foi. Muitas vezes, a gente olha para o passado, pensando que pode trazê-lo para o presente ou tentar recuperar um tempo que não é recuperável. Então, olho para trás, saudades de algumas coisas e vendo quanto tempo talvez perdi, oportunidades que deixei passar. Se pudesse

voltar ao passado, voltaria 20 anos para cá. Não voltaria de 20 anos para trás. Não que tenha tido uma infância ruim, tive boa, aos vinte anos me sentia bem senhora de mim. Dali, poderia ter construído uma coisa mais alta, porém, às vezes, a situação não permite. Nos leva a sonhar, mas não a realizar.”(Voz embargada).

O saudosismo assume, pela comparação, a conotação de lamentação de uma vida atual degradada. Na visão sobre o presente, exposta anteriormente, vimos que ela foi determinada pelos problemas que afligem o momento atual do cidadão, especialmente a falta de segurança pública e a desonestidade no meio dos políticos. A exaltação ao passado, como de tranquilidade, de alegria, coloca-o num tempo indefinido, elástico, indo da infância e adolescência a outro mais recente, mas o suficiente para definir um passado melhor em contraposição a um presente conturbado.

O último depoimento, de uma grande introspecção e por isso mesmo não passível de todo conhecimento, introduz ou nos faz correlacioná-lo com o tema ou a questão do *não realizado*, ou seja, das expectativas que naquele tempo presente foram gestadas e, agora, a retrospectiva revela a sua não concretização, tornando-a, portanto, possibilidade para o hoje ou para o futuro. Nesse sentido e tomando como premissa que “o sonho era profissional”, as oportunidades suprimidas¹⁹⁹ para sua realização não podem ser hoje ou amanhã retomadas, porque há uma limitação, dada não apenas pela irreversibilidade do tempo, mas pela condição de aposentado, que o retira da instituição, impedindo-o, portanto, de *retomar* qualquer iniciativa de correção, de começo, de retomada do projeto para sua concretização. Assim, aquelas possibilidades só podem ser *realizadas* agora como saudades, lembranças, lamentações de um tempo perdido. Essa é uma das formas possíveis de diálogo do presente com o passado.

O passado em nosso presente está como luta para esquecer, por várias razões, o que consideramos como negativo, ou seja, o presente é a correção do

¹⁹⁹ Barrington Moore, em *A Injustiça*, utiliza a categoria de “possibilidades históricas suprimidas” para analisar porque alguns momentos da sociedade - no caso, a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial -, possibilitaram determinadas situações e não outras. Aqui, por falta de dados mais precisos que nos permitam, como propõe Moore, o “ordenamento das evidências e a colocação à prova de um argumento” (Moore, B.1987:549), não podemos ir além do que a simples inspiração.

passado - a denominação talvez soe destoante -, mas o importante é que essa correção não é um apagar, sobretudo quando verbalizada, porém uma não repetição, ao contrário, é uma fonte que alimenta novas perspectivas.

“O passado é referência para o presente. Só quero me lembrar das coisas boas, as coisas ruins vão para aquele lugar. Procuro esquecer as coisas ruins que não frutificaram no presente, que não renderam, porque há coisas ruins com as quais você aprende. Por exemplo, a postura do professor. Uma coisa do passado que acho ruim é aquela distância do professor, até mesmo uma distância espacial. Ficava o professor até acima do alunado, num estrado de madeira. Hoje em dia não. Atualmente, é o professor primário no centro e os alunos ao redor. Procuro me lembrar do passado na sala de aulas para não repetir mais aquilo: Magister Dix. Agora, o passado como conhecimento, acho que dá de dez a zero nesse conhecimento que está, inclusive, na universidade. A minha formação acadêmica foi excelente, porque realmente a gente fazia estudos de livros, não era de resumos de livro (...)” (W.A.M.). (Grifo nosso).

A frase sublinhada é interessante, pois a professora, aposentada há sete anos, fala como se estivesse ainda em atividade. Por ocasião da entrevista, ela se referia ao método, à pedagogia, como se estivesse em preparação de aulas, o “lapso” aparecendo quando usava a terceira pessoa para fazer comparações com o hoje, distante dela pessoalmente.

O relacionamento com passado é marcado por esta carga emotiva que não o separa no tempo. Mais do que isso, ele não é apenas memória, lembrança do que foi, algo que facilmente pode ser descartado ou, como sucessão, que vai perdendo luminosidade, energia. Pelo contrário, é uma relação psicológica e social e, por ser constante, *alimento, sustentáculo*²⁰⁰.

²⁰⁰ Em *A Voz do Passado*, Thompson mostra a importância das “boas lembranças” para suportar o “sofrimento do passado” (Thompson, P. 1998: 208). Se ficarmos atentos ao tom das conversas, veremos que o passado remoto ou recente está no centro delas, de todos os assuntos. Mesmo em encontros de jovens, com menos de 20 anos, relembrar o colégio, a fase de criança, contar histórias ‘antigas’ narrada pelos pais ou pelos professores é algo que lhes fazem estar informados, mas também não desenraizados. É, na sua linguagem, “interessante saber essas histórias”.

As marcas de uma geração

Na Sociologia, é a Mannheim - O Problema das Gerações, em Sociologia do Conhecimento - que devemos recorrer para uma análise mais profunda e sistemática sobre gerações, embora, ao se estudar o tempo, se se encontre esta questão também em outros autores.

É impossível fazer, nesse momento, uma síntese do pensamento de Mannheim, pois necessitaria explicar as principais categorias analíticas, tais como "localização de geração", "geração como realidade total" e "unidade de geração". As definições seguintes são suficientes para nosso entendimento:

"O fenómeno social 'geração' nada mais representa do que uma espécie particular de identidade de posição, que compreende 'grupos de idade' mergulhados num processo histórico-social" (Mannheim,s/d :137). O autor insiste que não basta apenas a "co-existência no tempo" para criar uma "comunidade de localização de geração" (op.cit.152). Por isso, são necessários "um laço concreto", um "destino comum", uma participação :

"Os indivíduos da mesma idade só estavam e estão ligados como uma geração real se participam nas correntes sociais e intelectuais características da sua sociedade e período e se têm uma comum experiência activa ou passiva das interacções de forças que construiu a nova situação". (Mannheim,K.s/d:153)

Antes de tecermos quaisquer comentários teóricos sobre geração, esclarecemos que o termo está compreendido como um grupo social com participação comum de experiências ocorridas num determinado momento, revelando uma cultura de interpretações e representações para os fatos compartilhados. De acordo com o que a Sociologia define como categoria e grupo social, isso não significa que a interação social tenha sido previamente planejada e que a participação tenha sido no mesmo ritmo e no mesmo grau de comprometimento. Uma geração pode se definir tanto pelos efeitos indiretos, gerais, comuns a vários grupos sociais, como por fatos mais precisos de um determinado grupo. Por exemplo, relativamente à "geração 68", há várias formas de pertencimento, indo desde o movimento hippie aos movimentos contestatórios

mais radicais, desde os que nele se engajaram efetivamente aos que apenas o *saborearam*²⁰¹. O fundamental é esse envolvimento que, de uma forma ou de outra, marca o comportamento e a visão de mundo, dando o espírito da época e com ela se identificando. Pretendemos abordar ainda neste estudo essa problemática, por meio dos sentimentos manifestados pelos entrevistados.

No desenvolver desta tese, uma gama muito variada de assuntos, uns de caráter mais geral, outros mais específicos, já foi apresentada, permitindo-nos conhecer melhor o servidor público aposentado. Transpondo repartições, as experiências familiares são um conjunto de temas sob a rubrica de minha geração. Independentemente da idade, os aposentados entrevistados se sentem partícipes e testemunhos de uma época de nossa sociedade, cujos acontecimentos lhes dão o sentido de inserção num contexto mais amplo da História do Brasil.

Dois temas caracterizaram essa geração: o Golpe de 64 ou regime militar, e a militância católica.

A falta de liberdade: a frustração de uma geração

Não faremos nenhuma síntese sobre a História de nosso país, de 1964 a 1985. Esse período de 25 anos engloba momentos especiais, como o próprio golpe militar de 31 de março de 1964, os Atos Institucionais, especialmente o AI-5, os governos militares, a ideologia do Brasil grande e ordeiro, a brutal repressão sobre movimentos políticos e sociais e seu fim, com a campanha pelas diretas-já, e a redemocratização, com as eleições em 1985. Em grandes traços, são esses acontecimentos que caracterizam, na óptica de nossos entrevistados, o regime militar, “aquele período”.

- “Um fato que marcou muito na vida de muita gente foi a Revolução de 64. Na minha vida esse talvez tenha sido o fato mais marcante. Infelizmente não foi positivo, mas foi o mais marcante, pelo que representou de retrocesso, de Governo forte e pelo longo período de duração dele”. (W.J.G.)

²⁰¹ A *Era dos Extremos*, de Hobsbawm, nos dá uma visão muito rica sobre gerações.

- “via com muita apreensão. Naquele tempo não tinha a percepção das coisas, em termos de política, era muito jovem para entender certas coisas. Via com muita apreensão, a falta de liberdade, sobretudo isso. me preocupava muito com a questão dos controles excessivos que eram exercidos sobre a sociedade como um todo e sobre os estudantes particularmente”. (G.M.).

- “Essa história do passado tem um certo sabor pra mim, me lembro que na época da Ditadura Militar, para nos divertirmos, inventávamos, engendrávamos muitas estratégias, porque havia muita repressão. Na minha universidade, ensaiávamos escondidos uma peça de teatro que era um pouco subversiva, tinha músicas de Geraldo Vandré e não sei mais quem, consideradas subversivas. Uma noite, tentamos ensaiar no teatro da AIP e tivemos que sair de lá correndo. A polícia foi atrás de todos nós, descíamos as escadas e os policiais subiam pelo elevador. Tínhamos combinado toda uma estratégia de defesa lá em baixo com o ascensorista e deu tudo certo. Depois a cavalaria ainda perseguiu alguns, porque alguém denunciou que havia um grupo subversivo da universidade que estava ali ensaiando, não sei quem foi. Então, tudo isso são lembranças que guardo com certo carinho, porque era um tempo efervescente. Batalhávamos para fazer as nossas idéias se apresentarem, defendíamos os nossos ideais. Para a diversão durante a noite aqui no Recife existiam uns inferninhos, foram lugares de reuniões de pessoas, de universitários, não só universitários, íamos muito pra lá. Discutiam-se as coisas nas mesas desses inferninhos, doses de Campari...ouvindo músicas que eram proibidas no período militar. Era um tempo bom, no sentido de que vivíamos perigosamente. Tenho umas lembranças boas desse passado. O perigo às vezes é bom desde que se saiba sair dele”. (Q.M.A.).

- “É uma geração tão sofrida, tão de sanduíche porque não fomos politizados. iniciei a Faculdade de Filosofia em 63. Peguei, a revolução dentro de filosofia e não entendia nada, que confusão era aquela, era muito nova e fazia uma universidade tomista, não estava na USP, e quando me percebi da coisa, já estava em regime militar, você não podia fazer nada. Então, a gente se acostumou com aquilo, foi uma apatia, embora nunca fosse apática. Lia, estudava, nunca fui militante, nada disso, mas me sentia tolhida, sem ação. Só podia fazer aquilo que estava ali, o que podia. O que podia, fazia. O que não podia, não fazia. Então, não tinha medo. Depois, estava dentro de um órgão²⁰² politizado, um órgão perseguido, colegas meus foram presos do meu lado, nem sei o porquê, tinham outras atividades fora. Então, no começo fiquei um pouco assustada

²⁰² Refere-se à Instituição de trabalho.

até entender e fui entender isso, praticamente, depois de muitos anos que estava na *Instituição*. Vamos dizer, do governo Geisel para cá foi que comecei a entender, mas aí já foi a parte mais “light”. Na parte mais terrível, fiquei até um pouco assustada porque não entendia o que estava acontecendo, tanta coisa. A minha mente é lógica, matemática, então, para mim tinha que ter o direito, você tinha que ter o direito, falava mais forte em mim, de falar, de protestar, então, você não podia morrer porque você podia protestar. Então, isso era um paradoxo na minha cabeça, mas também foi um período em que me casei, tive os filhos. Então, estava mais na vida de trabalho e familiar. Depois foi que comecei a tomar mais pé da coisa, aí já estava numa parte mais *light* do regime militar.”(G.M.L.T.M.).

- “Primeiro, foi aquele 64, da revolução, que me pegou de calça curta, não sabia que ia acontecer aquele fato tão importante para a Nação; quem era ruim passou a ser bom e quem era bom passou a ser ruim, nos cargos políticos. Para mim foi um dos fatos marcantes. Passou todo mundo a andar sobressaltado, com medo, você não devia nada, não dizia nada, mas de qualquer forma a gente sentia o clima pesado, ninguém queria sair à noite, a rua era vigiada pelo Exército, pela Aeronáutica, pela Marinha e pela própria polícia. tinha vários parentes na polícia, na época, que também foram prejudicados, pessoas sérias, honestas, pessoas apenas que diziam cumprir o dever. Um amigo meu era oficial e estava no comando, e, de repente, disseram: “A partir de hoje você vai para Manaus, vai... prender fulano e sicrano”; e ele: “Por que? Aqui está normal, não tem nada com isso”. Responderam: “É ordem superior”. Ele foi posto em disponibilidade na polícia, voltou um certo tempo depois, voltou como coronel”.(C.M.P.T.).

“Não estava nesta mesma onda intelectual”

“A aposentadoria significou deixar a rotina do trabalho, embora eu não tenha desprezado ou achado que trabalho é uma coisa ruim, como também não me penitenciava quando tinha que cuidar dos meus filhos pequenos. Era uma coisa até que eu criticava nas minhas amigas, porque a gente foi da época da independência da mulher. A gente participou do movimento hippie e de um momento de ruptura de tabus na sociedade, e a mulher passa a ser profissional. Para você conseguir isso, tinha que desprezar aquilo, rejeitar. Então, tudo que era doméstico, era rejeitado. Mulher não queria saber de cozinhar, de cuidar de meninos. Eu tinha um certo conflito com as minhas colegas, que ficavam desprezando tudo isso, que diziam: “Ah, hoje, eu vou dar uma de babá”. “Eu dizia : você não vai dar uma de babá e sim uma de mãe. A babá é que dá uma de mãe”. Mas na verdade, quando não tinha babá para tomar conta, a gente tinha que cuidar do bebê. Eu sempre rejeitei esse tipo de comentário das minhas amigas. Ninguém cozinhou, costurava, nada disso. Eu tinha habilidade pra fazer essas coisas todas e fazia. Eu ficava meio com complexo porque achava que não era uma mulher muito evoluída, não estava nesta mesma onda intelectual. Eu queria dizer que nunca rejeito trabalho. Apesar de achar que estava como a mãe ausente, eu não tive nenhum complexo. Os meus filhos não seriam piores do que os outros por eu não estar presente. Nunca achei que trabalho fosse uma coisa horrível”. (N.Z.F.)

Conflitos na vida de estudante

A memória dos anos sob o regime militar se manifesta também pelos dilemas internos a que alguns foram confrontados, em termos de opção para a participação na contestação ao sistema vigente. Das exigências que lhes foram cobradas, pelas lideranças estudantis ou partidárias ou por ambas, hoje restam-lhe marcas da tranquilidade pelo acerto na posição assumida, mas guardadas como conflitos internos, nem sempre devidamente esclarecidos ou compreendidos. Pelos relatos, foram momentos difíceis, desde a verbalização da não participação, passando pelo medo de perder as amizades e sofrer, portanto, uma exclusão e, sobretudo, o pesado julgamento político.

- “Lembro-me quando decidi continuar o curso de pedagogia e não ir fazer outras coisas que meus colegas me chamavam, como movimentos estudantis mais pesados. Acho que foi confortável ficar onde estava. Foi bom para mim”.(L.E.M.E.F.).

- “ Vou dizer um fato que acho que você também não sabe. Estava grávida da primeira filha,quando,não digo isso para todo mundo não, houve uma greve na minha escola. Duas líderes do grupinho são amigas suas . Era um dia de prova e me preparei para a prova, precisava passar para começar minha vida profissional. furei a greve porque estava com a vida a perigo, fiz prova. Para mim foi uma violentação, mas minha cabeça estava em voltar para a família, no que estava para acontecer. Para mim, foi uma coisa muito forte, passei a ser rejeitada pelo grupo, depois passou. Acho que pelo meu comportamento de brincar. Hoje estou meio taciturna. Sempre fui muito alegre, brincalhona, disponível para as pessoas. Mas essa minha nova realidade me fez reagir desta forma.

P- Você tinha consciência da greve, mas também tinha consciência da sua situação.

R- Da minha realidade, do que estava vivendo.

P- Era como se houvesse duas realidades ao mesmo tempo.

R- E tem um detalhe, na época, meu pai estava bem. Deputado, estava em uma situação boa e, embora ele me apoiasse - queria me dar a casa, a gente não pagava aluguel - nunca achei que devesse estar numa dependência. Me lembro que alguém falou assim: “Você não é filha de deputado?” Sou filha, nem sou deputada nem o meu marido é deputado. Então, queria viver a minha realidade e para isso estava me

esforçando, estudando e enfrentando as barras, sem estar choramingando no ouvido de ninguém” (C.M.C.).

DIRETAS JÁ

- “ Da minha época para cá, as Diretas Já foi um movimento muito forte, onde houve um engajamento. Não acredito que todos que estivessem lá, tivessem sabendo o que realmente estavam pleiteando, mas foi um movimento muito forte. Acho que a própria passagem, a saída do governo militar para um regime democrático, foi um fato histórico que nós, pelo menos da minha geração, participamos e ficamos meio sem saber avaliar o que era melhor. Hoje, a gente poderia fazer uma avaliação. Naquela ocasião foi marcante para nós, porque praticamente nós fomos criados pelo regime militar. Pelo menos na minha geração, não me lembro de fatos anteriores como a morte de Getúlio Vargas, que sei que foi marcante, mas não passei por isso. conheço de ler. Sim, de contar ou de ler, ver filme”.(G.M.L.T.M)

- “Sobretudo a redemocratização do país. Procuro acompanhar o que acontece no Brasil e no mundo e me emocionou demais a não aprovação das Diretas Já. Foi uma grande frustração! Tinha uma certa expectativa em relação à eleição de Tancredo Neves - hoje, questiono - mas a sua morte foi também uma frustração. Hoje, questiono, pensando que afinal de contas ele era do mesmo grupo que estava no poder, mas na época não tinha muito essa visão, era um pouquinho alienada nesse sentido, não tinha essa visão política. Mas, me emocionei, acreditei; foi uma frustração. E depois lá vem Sarney, uma pessoa do PFL, da ARENA, continuando a mesma coisa. Só não era militar. Sempre me envolvo, choro; se puder participar, participo. Tive e continuo tendo uma expectativa muito grande que esse país se torne menos injusto, socialmente falando. Sempre envolvida por essas expectativas é que participo”. (A.M.L.S.M.).

“ Os fatos mais importantes que vivemos na sociedade e que foram partilhados no ambiente de trabalho foram, embora que muito restrita a poucos, a luta contra a ditadura, através da solidariedade; a luta pela redemocratização, pelo apoio a Anistia (78-79) ; a luta pelas Diretas Já, com a organização de Comitês, venda e distribuição de materiais (84-85); a campanha para Presidente do Movimento Brasil Popular, que foi a mais apaixonadamente vivida (1989), a luta vitoriosa pela saída de Collor. Sempre tivemos também uma participação grande na luta contra a destruição do serviço público, contra a

política neoliberal, sobretudo durante o Governo Collor. Depois, continuei como militante contra a mesma política do atual Governo".(S.M.N.).

Personagens

Em alguns depoimentos nomes de líderes, de personagens históricos foram lembrados, alguns como muito próximos de sua convivência funcional, religiosa ou política, outros pelas leituras, informações ou narrações pelos pais. Getúlio Vargas está na memória dos aposentados mais pelo seu segundo Governo e, claro, pela trágica morte, do que pelo período da ditadura. Uma outra marca da era varguista, como não poderia deixar de ser, é a legislação trabalhista, as iniciativas na área social.

No Nordeste, Celso Furtado, Dom Hélder Câmara, Paulo Freire, Miguel Arraes e, em um depoimento, Cristiano Cordeiro, estão presentes na história do desenvolvimento da região, nas inovações pedagógicas, em síntese, como personagens que se engajaram na luta contra a pobreza e a miséria.

Na síntese que fizemos sobre a SUDENE, o papel de Celso Furtado está situado. Por isso transcreveremos, aqui, apenas uma experiência de trabalho com D.Hélder, pela importância que teve na criação da SUDENE, durante o regime militar e na própria Igreja Católica.

Dom Hélder

- "Dom Hélder teve um papel importante, muito importante. No Rio de Janeiro teve uma ação muito fecunda. Não achava Dom Hélder santo e cobrava isso, nunca falando. cobrava isso diante de mim, nunca achei que ele fosse santo, achava ele político, como Padre Cícero. Muito mais político do que santo, virou santo na boca do povo".(M.L.B.).

- "Tenho o maior respeito por D. Hélder. Não sou religiosa. Acho que é um homem que persistiu pela bondade, pela justiça na sua vida toda. Foi um dos primeiros da Igreja a

fazer movimentos. No Rio, ele tinha aquela Feira da Providência, ele fazia todo um movimento para ajudar os pobres. Uma pessoa que pautou toda sua vida nisso. Agora, não tenho a questão religiosa, vejo D. Hélder como um homem que foi taxado de subversivo, por ter assumido uma posição em defesa dos pobres. Se você defende os pobres, naturalmente, você ataca os ricos e os que têm a ânsia do poder, do dinheiro”.(N.Z.F.).

- “P - “Você já fez algumas referências a Dom Hélder e, pela expressão, com certo orgulho e prazer. O que foi esse trabalho com ele e como você avalia essa experiência?

R – Para mim é orgulho e prazer. E para mim dom Hélder foi o máximo, porque ele, na sua simplicidade, administrava tudo sem precisar falar. Isso é o que mais encanta. fazia trabalhos junto à distribuição de medicamentos, na Pastoral da Saúde no próprio Palácio dos Manguinhos. Lá abriram uma farmácia para distribuir medicamentos e orientar as pessoas. E tive essa excelente oportunidade de conviver com dom Hélder, que ensinava, sem precisar dizer nada. Era um professor nato. Uma pessoa que humilha quem quiser ser desonesto. Mas precisa-se ter cuidado para perceber essas mensagens dele. O testemunho dele, pra mim, a coerência de vida, foram muito maiores do que ele dizia.

P – Essa experiência de trabalho com dom Hélder foi dentro de um engajamento como católica, de voluntariado. Como você avalia a vivência católica na época de dom Hélder, com as mudanças posteriores, se houve?

R – Houve uma queda total. sou até meio suspeita para falar disso. A Igreja perdeu a Arquidiocese de Olinda e Recife, pois pra mim morreu com a saída de dom Hélder. Infelizmente, a gente tem que dizer isso. Aí perdemos grandes figuras, não só por expulsão, pela falta de compreensão, de clareza cultural, sensitiva e religiosa de seu sucessor, como também pelo contra testemunho, porque a arquidiocese para a Igreja, porque falamos mais que a arquidiocese é hoje um contra-testemunho. Perdemos vários sacerdotes bons, como leigos também. Você vai à Episcopal hoje e vê um mundo de leigos, que eram católicos. Na igreja anglicana, sim.

P – Como você explicaria isso?

R – Porque eles estão sendo muito mais inteligentes e conquistam muito mais. E era o que dom Hélder fazia, se bem que ele não tinha nem essa pretensão, aí é outra questão. E se você não é bem recebido aqui, não vem mais. acho que hoje em dia não

existe Igreja, também não existe Arquidiocese de Olinda e Recife. A presença do arcebispo aqui, pra mim, é a de um fantoche, no sentido de não ser realmente reconhecido por ninguém. Tive essa experiência quando fui com ele ao Centro de Convenções receber o Ministro da Educação e fiquei com vergonha. , representando a Secretária de Educação, fui muito mais bem acolhida do que ele, que ficou lá no ostracismo. Tinha gente que não sabia nem quem ele era. É uma prova de que ele não marca presença, não de ostentação, mas evangélica, no meio da comunidade católica.

P – Você tocou num tema interessante quando disse que hoje a Igreja Anglicana vem recebendo varias pessoas que eram da Igreja Católica. Isso seria, digamos, também fruto do ecumenismo?

R – Acho que não. Porque o ecumenismo trabalhava junto, é diferente. Dom Hélder era profundamente ecumênico. Volto, então, à questão do trabalho de equipe, de somar com as adversidades, de você me completar por ser diferente de mim. Hoje, você vai embora porque não tem mesmo muita coisa para lhe oferecerem.

P – E dom Hélder era de uma liderança regional, nacional e até internacional. me lembro que fui uma vez participar de uns eventos em São Paulo e na chegada dele teve uma comoção, uma emoção muito grande das pessoas. No Nordeste, essa presença era ainda maior, inclusive com outros bispos e outras igrejas. Você vivenciou alguma relação?

R – Vivenciei várias desse tipo. Dom Hélder era um testemunho de vida. Ele tanto lutava pelo menor, como pelo maior. E também enfrentava tudo. tive a oportunidade de vê-lo enfrentando a Polícia Federal, no “Giriquiti”.²⁰³ todo mundo detido e ele chamar o representante, responsável, pelo grupo que estava detendo as pessoas, ligar para o Núncio, em Roma²⁰⁴ e pedir que o cara escutasse. Ele não queria escutar o telefonema, mas D. Hélder dizia: “Estamos, aqui, com a Polícia Federal, assim, assim, assim”. Então ele só era pequeno na estatura, pois era uma pessoa grande e forte. Acho que isso aconteceu mais ou menos em 70 ou 71. Isso porque a polícia invadiu o “Jiriquiti”, a sede da arquidiocese. - Hoje, é o *shopping* Boa Vista, que foi vendido pelo arcebispo atual. Houve, inclusive, uma novela muito grande para que não fosse vendido, mas não adiantou -. Então, a sede foi invadida, a polícia entrou para recolher aqueles livros, e aí dom Hélder foi chamado, veio imediatamente, e quando ele veio, muda todo o esquema.

²⁰³ Trata-se de um prédio da Igreja Católica, sede de vários organismos, inclusive da Ação Católica, ficando conhecido por esse nome por estar localizado na rua do Jiriquiti. Junto com o Palácio dos Mangueiros, sede do Arcebispado, tornou-se símbolo de resistência ao regime militar, sendo vigiado e invadido. D.Hélder residia numa pequena casa ao lado da igreja das Fronteiras, tendo sido metralhada algumas vezes,fato atribuído ao CCC. (Nota do entrevistador).

²⁰⁴ Deve haver uma ligeira troca de nome das cidades. A Anunciatura Apostólica fica em Brasília.

Só a presença dele muda todo o esquema. E a polícia que estava cantando de galo, e ele disse para o cidadão que não queria escutar o telefonema, que tinha que escutar e disse ao cidadão tudo que queria dizer ao Núncio.

P – E qual foi a atitude do Núncio?

R – Não me lembro, acho que deu apoio total. me lembro da atitude da polícia que foi embora, todinha, sem levar nada.

P – Isso foi *Ouvi o Grito do Meu Povo*? Como você avalia a repercussão que teve esse documento na época?

R – Foi muito importante. Era a conscientização das pessoas através da educação. E o que a gente sentia muito, como sente hoje também, era a unidade de trabalho, mesmo quando havia uma divergência de pensamentos. Mas havia uma coerência. Trabalhava-se em função de um bem comum.

P – Mas esse documento foi considerado um marco na história do país.

R – Foi realmente um marco expressivo. Foi uma definição, um posicionamento da Igreja, onde as pessoas, principalmente os bispos, tiveram a coragem de assinar. Para mim, o Recife, Brasil, sei lá, o momento mais bonito que teve foi “64”.(G.M.T.A)

Um dilema: comunistas e jecista

“ Papai era amigo de Cristiano Cordeiro, fundador do Partido Comunista e, por sinal, foi o sócio número um do Partido Comunista. Acho que, como eu, ele foi meio covarde, nunca se filiou. Ele fazia militância, apoiava e ofereceu a casa por diversas vezes para ser um aparelho do partido. Ele botava a gente pra fora e dizia: hoje, vocês vão dar uma voltinha porque o pessoal vai se reunir aqui. A campanha do Petróleo é Nosso, aqui em Recife, foi muito articulada na minha casa. Depois, inclusive, ele botou uma placa que guardo até hoje. Dizia: “Aqui foi sede, aqui aconteceu a campanha do Petróleo é Nosso”. Foi lá na minha casa, muita coisa. Depois, ele construiu uma nova casa, que foi também muitas vezes sede.

P- Na época do Cristiano Cordeiro, do “Petróleo é Nosso”, você era criança?

R- Era criança, passando para adolescente. E foi quando me envolvi com a JEC (Juventude Estudantil Católica)

P- Cristiano, Partido Comunista. E você se envolve com um grupo católico?

R- Foi um conflito danado. Fui até meio vedete nesta época, me lembro de padre Z..., fazia aquelas confissões. Eu era citada como uma pessoa que tinha o pai comunista. Mas, depois, descobri que não tinha fé. Descobri que meus envolvimento com a Ação Católica eram muito mais por esta disposição de estar envolvida com a comunidade, com os problemas, de estar participando das coisas nas comunidades. Para votar em Miguel Arraes pela primeira vez²⁰⁵, eu fui à Igreja comungar, ver se votava ou não em um comunista. Porque na época, eu estava mais ligada à religião. Por exemplo, Paulo Cavalcanti foi da turma de papai, ele foi líder comunista, morreu e nunca negou sua origem, uma das pessoas mais sérias que conheci. Papai tinha uma admiração enorme por Paulo. Uma filha de Paulo foi contemporânea minha na Escola Normal Estadual. E nesse movimento de Ação Católica, acabei me tornando presidente da JEC, na Escola Normal. Tinha que fazer eleições para representante de classe e, naquela época, nós fomos pioneiros, a JEC foi quem criou as representações de estudantes, representações de classe até chegar a UNE. Então, disputei com ela, e ela trazia uns cartazes com umas coisas coladas em cima, porque a origem dos cartazes era o Partido. Tinha umas mãos dadas, umas coisas assim. Todo mundo era contra na época. Às vezes, a gente tirava as colagens para saber o que tinha por trás. Havia uma disputa muito grande minha com ela, por conta dessa história de ela já estar mais ligada às esquerdas, por causa do pai. Depois a Escola Normal, que era estadual, passou a se chamar Sizenando Silveria, pai de Pelópidas²⁰⁶. Mas era *Normal* porque tinha a formação de professores, embora tenha feito lá o científico. Na época, eu era muito anticomunista, mas papai era comunista; papai trabalhou com Arraes, na Secretaria da Fazenda. Entendeu? E ele sabia da seriedade de Arraes, do trabalho sério dele. Quando Arraes foi secretário, papai era Superintendente da Fazenda, porque papai era fiscal de renda, tido como reserva moral da fazenda. Ele fez esse trabalho, depois participou do governo de Pelópidas, na Prefeitura, na parte de finanças. Depois foi chamado por Marcos Freire para trabalhar na prefeitura de Olinda e não quis. Ele teve participação política, mas não se filiou a nenhum partido. Fiquei com

²⁰⁵ Miguel Arraes é eleito governador em 1962 e assume em 1963.

²⁰⁶ Pelópidas Silveira foi duas vezes Prefeito do Recife, em 1955-59 e em 1963-64, quando foi deposto e cassado. Ele ainda vive.

essa herança dele. Eu tinha várias discussões com ele, que nunca foi uma pessoa de influenciar. Misturando aqui com a nossa entrevista, eu também tenho uma outra experiência de família, muito rica. Fui aluna de Elza, mulher de Paulo Freire, no meu jardim da infância. Como a gente era mais classe média e as pessoas da escola eram mais populares, meu pai, que já era advogado, era sempre chamado para ser presidente da associação de pais. Tenho muita coisa dos acervos, lá na minha casa. É um horror de tanto papel. Uma outra coisa que tenho que fazer, quando tenho tempo sempre organizo esses papéis, porque quero ver se consigo fazer uma síntese, uma memória, uma coisa qualquer com esse material. Paulo Freire procurou o Clube de Paz, no caso era meu pai o presidente e começaram um trabalho na comunidade, a partir da merenda escolar. Foi criado um programa de merenda escolar. Minha mãe parece que fazia parte, era tesoureira, sei lá. Quando a coisa começou a pegar mesmo, ter mais trabalho, papai passou a presidência para minha mãe, porque ele era uma pessoa muito ocupada. Minha mãe desmantelou-se porque ela era uma pessoa extremamente ativa, embora não tivesse estudo, além do ginásio, mas era uma pessoa, em termos de criatividade, dinâmica. Ela praticamente abandonou a família e dedicou-se de corpo e alma à história desse Clube de Paz, do trabalho de merenda escolar, fazendo campanha, conseguindo alimento. Olha, foi um tempo assim de dedicação, os filhos já estavam quase criados, mas ainda havia duas irmãs menores. Eu era de ginásio na época e outros eram menores. A impressão que tenho é que ela era “um animal preso” e foi dada a chance de sair em disparada. Mamãe dedicou-se a esse trabalho, incrivelmente. Uma vez encontrei Paulo, ele estava lançando um livro no Sítio da Trindade e disse: olhe tenho muita coisa do Clube de Paz que quero organizar, queria falar com você sobre isso. Paulo morreu e não deu para fazer junto com ele. Vou tentar ver se faço algum resumo, alguma coisa. Isso é um dos capítulos da vida do meu pai, da família. tenho algumas coisas de Cristiano, fotografias de quando saiu da prisão. A mulher do filho dele quando soube, ficou doidinha. O meu pai tinha uma cópia na carteira dele.

Meu pai foi à Rússia num Primeiro de Maio, depois foi a China num Primeiro de Maio. Ele era uma excelente pessoa para você entrevistar. Ele era do Estado e foi de algumas associações do serviço público.

P- Quando ele foi a esses países, como vocês se sentiram?

R- Não estava mais preocupada com o comunismo. já não era adversária.

P- O que significou para você?

R- É quase, assim, um reconhecimento de sua atuação. Na verdade, o governo fez o convite à Associação dos Servidores e ele foi, entre outros que também foram passar o Primeiro de Maio lá. Um ou dois anos depois, outro grupo ia para China, parece que na última hora as pessoas tiveram problemas ou tiveram psicologicamente dificuldade de enfrentar. Meu pai, como tinha passaporte e já estava preparado, substituiu uma pessoa que não foi. Não era para ele ir, pois, outras pessoas teriam a oportunidade. Acho que ele era ligado à ASEPE – Associação não sei o que dos servidores do Estado.

P- A imagem que tenho de você é que é uma espécie de memória.

R- Se tivesse que fazer uma terapia, é porque não faço, seria pelo papel. Tenho uma facilidade de acumular papel. A papelada do Sindicato, ninguém quer, eu é que fico responsável por zelar, cuidar dela. Preciso guardar os papéis, eles são a memória. É uma coisa que tenho que não sei o que é.

P- Por que você dá importância à memória?

R- Dou importância à memória. O porquê não sei.. Acho que os papéis contêm muita coisa interessante. Quando escuto alguém dizer é papel velho, joga fora, não vejo papel velho. A informação que tem no papel, ela é valiosa. O passado tem uma contribuição para o presente muito grande. Tenho esse gosto de recuperar memória. Não recordo datas, desde o colégio que tenho esta dificuldade. A história não é só data, embora não se possa relevar. A história é compostas por fatos que aconteceram em épocas. E cada época tem o seu contexto. Os fatos não são isolados. Nunca estudei história, embora fosse um campo que gostaria de estudar. Tenho uma curiosidade pela história, mas não sou muito estudiosa. Sou muito ativa. Sou mais de fazer, de estar em movimento.”(N.Z.N.).

Os relatos acima não foram, aqui, postos com o objetivo de síntese do pensamento dos aposentados sobre a história passada. São testemunhos heterogêneos de uma página de nossa história. As ações e reações ao regime militar revelam justamente essa pluralidade de reações e descontinuidade. Para alguns, perplexidade diante de uma realidade vista, mas não compreendida, não participada; já para outros, o engajamento político feito dentro de seus limites psicológicos e de suas condições materiais. Estão na consciência e na memória

dos aposentados como uma marca importante da história do Brasil, da instituição de trabalho e de suas vidas pessoal e familiar.

As referências aos personagens são formas de expor uma realidade pela presença de outros ou pela ação conjunta e co-participativa com alguns desses líderes. Se Dom Hélder está na fala dos aposentados da SUDENE não é só pela sua personalidade, mas pela ativa participação de parte da Igreja Católica, que na época desempenha um importante papel, desde o importante Encontro dos Bispos de Campina Grande. Mas através da aposentada G.M.T.A., ficamos conhecendo um pouco da repressão militar aos cristãos e católicos durante o regime militar.

O papel de Dom Hélder no episódio da invasão da sede da Ação Católica lembra outra atuação sua por ocasião do cerco policial-militar, como nunca se vira até então, a uma grande concentração estudantil na Universidade Católica do Recife, em 1968. Sem nenhuma possibilidade de saída ou de fuga, universitários de várias escolas e universidades se viram, no mínimo, ameaçados de prisão, pois a invasão poderia desencadear outros efeitos. O pânico toma conta do ambiente e, apesar de todas as discussões político-ideológicas, de todos os hinos e cantos, só serena quando ele, de batina preta, aparece, como que do nada, fura o bloqueio policial e se posta em frente ao portão principal da Universidade. O grito ecoa como um relâmpago: *Dom Hélder está no portão!* Uma catarse. Hino Nacional, abraços, telefonemas para os pais, pedindo calma, pois D.Hélder chegara. O Vice-governador em exercício, se não nos falha a memória, se dispôs a recebê-lo, que só aceita ir com uma comissão de estudantes. Cerco policial levantado, ele só se retira da Católica quando o último estudante saíu.

Cristiano Cordeiro, legendário comunista pernambucano, Pelópidas Silveira, Miguel Arraes, Paulo Freire representaram momentos de um movimento regional, - mas também nacional -, pela mudança política, econômica e cultural da Região e do país. Quem, por exemplo, no Recife desconhece esses líderes, não associa o regime militar à bárbara prisão de Gregório Bezerra, líder comunista, acorrentado, puxado feito um animal, desfilando pelas ruas do bairro de Casa Forte, sob a fúria de um militar ensandecido ?

Mais do que nomes, somos transportados para uma história que não está tão distante e que ainda agora emociona, convida a uma reflexão.

Quando N.Z.F., ao trazer os ss personagens, faz pela lembrança de seu pai, com quem se assemelha não apenas pela luta, mas por não se filiar a nenhum partido político, não está, de igual forma, embora não explicita, pondo a questão para a atualidade? Na lembrança de seu convívio com tantas ilustres pessoas pela mão de seu pai não descobriu a potencialidade, “independência” de sua mãe? Não nos revelou uma estrutura familiar, em que, mesmo habitada por homens de esquerda, as mulheres não encontravam as condições para “sair em disparada”, assumir sua dimensão de “ser genérico”? Não podemos, embora enxergando motivações diferentes, fazer um paralelo com a influência deixada pelo “matriarcalismo” nos relatado de W.A.M. e no exemplo de sua tia freira que se torna comunista ?

Quando afirmamos que o passado não é só lembrança, é porque pelo processo de socialização, mesmo o da socialização secundária, nos tornamos também presente-passado. O que queremos dizer é que essas lembranças de fatos políticos - poderiam ser outros - vieram à tona, não só por efeito de estímulo ou de associação, mas porque foram aqueles fatos interiorizados, considerados, fazendo parte do e do nós. Foram fatos que ainda hoje estão no presente de cada aposentado que expôs sua vida.²⁰⁷ O passado é o que aprendemos e que parece indistinto no conjunto da personalidade; é o que guardamos na memória e por ela, através do que Halbwachs denomina de *cadres sociaux*, tornamos público o que foi individual na vivência coletiva.

²⁰⁷ Hobsbawm tem uma frase lapidar ao situar os fatos históricos no presente: “Parte do passado que ainda é parte do meu presente”.(Hobsbawm,E.1998: 245).

“Pequeno sempre pensa grande”

“Não tive uma infância privilegiada no sentido de recursos. Perdi meu pai quando tinha dois anos e dois meses; e minha mãe, pessoa muito boa, honesta, trabalhadora, mas semi-analfabeta, não estudou, não podia dar uma estrutura de educação, apesar de ser filho único. Depois que o meu pai faleceu, ela casou, bem jovem, pela segunda vez. O seu marido sempre foi comerciante. Por isso, talvez, fui prejudicado também. Vim concluir o primário, tinha dez, onze anos. Ficava de cidade em cidade, tinha dificuldade de estudar. Morava no interior, eu, pequeno, já trabalhava, tinha um jumentozinho e botava água para a vizinhança, para ganhar uns trocadinhos. Sempre gostei de trabalhar, nunca gostei de parar. Sempre pensando - pequeno sempre pensa grande -, só tinha o primário e dizia quero crescer, quero viajar, quero ir para um canto maior. (...). Uma família, amiga nossa, os pais e os três filhos trabalhavam aqui na cidade. Um era metalúrgico, outro era camelô e outro trabalhava em artesanato. Eu disse: ‘Olhe, mainha, vou sair, vou embora, vou para a cidade. Não vou ficar aqui botando água. Já estou com doze anos e pouco, vou embora para a cidade.’ Ela: ‘Mas não pode, você é muito novo’. Aí, calhou dessa família ir nos visitar. Quando eu disse da minha pretensão de ir para a cidade, que queria continuar a estudar e trabalhar, ele disse das dificuldades, falou que talvez tivesse mais oportunidade, mas também não seria fácil. Tinha o irmão do meu padrasto que trabalhava na Sociedade de Moagem Recife Ltda, era uma indústria de café, torrefação de café. Cheguei, aqui, primeiro, sem documento, só tinha o registro. Tinha que tirar a profissional e só tirava com quatorze anos, tinha treze anos e pouco. Fiquei trabalhando com um menino na feira até completar meus quatorze anos. Mas, antes dos quatorze, dei entrada no documento, peguei a profissional. Botou-me para trabalhar como embalador de fubá. Ganhava meio salário mínimo e morava com esse meu parente lá. Na rua Direita, tinha um prédio só dos servidores e funcionários e fiquei trabalhando com ele lá. Também eu era muito interessado, comecei a aprender logo ortografia, estudando também sem ir ao colégio. Comprava os livros e ficava estudando em casa. Conheci um português, dono de uma padaria, ele disse: ‘Quer trabalhar comigo? Pago um salário mínimo’. Falei com o meu chefe, está acontecendo isso, sou pobre e preciso ganhar um tiquinho a mais. Ele falou para não ir, aqui tem oportunidade para estudar, ‘Eu estava vendo para você estudar no Colégio J. N’.

Eu já estava estudando com C... (futura esposa), fui fazer o admissão, porque não tinha trazido documento nenhum. Em seis meses, fiz admissão, passei em tudo. Fui ao Colégio J. N me inscrevi, passei nos testes, só que tinha que sair da moagem. Repara a burrice que fiz. Eu dormia lá, tinha alimentação, tinha café da manhã etc. Outra coisa, se chegava às oito horas no escritório. Lá passei para o escritório. Já estava escrevendo direitinho, fiquei como uma espécie de mensageiro ambulante. Tudo eu escrevia na máquina, um ofício, uma besteirinha que eles mandavam fazer e depois ia para banco, ia entregar ofício em banco, etc. Era melhor, aí fui para a padaria. Trabalhei um ano e pouco na padaria. Tinha que chegar seis horas da manhã, fechar oito, dez horas da noite. Eu, como balconista, atendendo no balcão. Era branquinho, parecia um português também, todo arrumadinho. Trabalhei ainda um ano e tanto. Mas o impacto foi grande, primeiro, porque tinha um lugar de morar certo, passei a não ter. Aluguei uma pensãozinha, eu e outro rapaz fomos pagando o aluguel. O dinheiro começou a encurtar. Vi no jornal, *A Voz do Povo*, que ia ter vaga de boy, para viajar, na Rede Ferroviária do Nordeste. Cheguei lá, tinha que arrumar um político. Não tinha um político. Aí voltei para o antigo patrão, era muito amigo meu: 'Olha, está acontecendo isso e isso.' Ele falou: 'Na Rede tem um amigo meu. É o diretor de tráfego da Rede.' Ele telefonou, dizendo: 'Vou mandar um amigo meu etc.' Fui falar com ele, não estava, estava viajando. Fui outro dia, estava viajando, porque era diretor de tráfego. Na sexta-feira, se não me engano, ele estava lá. Me apresentei: 'Ah, foi X que mandou.' Ele, então, mandou um bilhetinho para um senhor, que era da sessão de restaurante da Rede Ferroviária. Fui com o bilhete dele e na mesma hora o cara me perguntou se queria trabalhar. Não, tenho que pedir demissão lá. Pedi demissão da padaria e vim, passei a viajar. Viajei pelo Nordeste todinho, fiquei sete anos e oito meses na Rede. Só que eu não tinha imaginado uma coisa, um negócio interessante: lá não tinha onde estudar. Eu fiquei estudando avulso, numa escolinha em Jardim São Paulo para não perder as matérias: português, história, geografia. Em 1960, viajando para Garanhuns, encontrei, por acaso, um parente que era major da polícia. Disse a ele que queria estudar, mas que estava difícil. Eu estava ganhando direitinho, porque era um salário mínimo que eu ganhava na época, mas tinha as gratificações do Governo, tinha a alimentação e viajava. Cabra novo com 17, 18 anos, viajando. Fiquei sete anos sem estudar, só estudando matéria avulsa. Disse-lhe que estava com vontade de ir para a polícia.

Ele botou mau gosto, de todo jeito, que a polícia não presta. Disse: 'Mas eu quero ir porque quero estudar'. 'Você quer ir vá.' Na época, ele era major, era diretor, trabalhava no Palácio do Governador. Fui pra lá, todo arrumadinho, falar com ele. Fiz testes, passei no escrito, no psicológico; mas não no de vista, tive problema no olho direito. O médico disse que só não ia me passar porque eu tenho problema na vista. O major foi lá ajeitou, passei. Quando completou um ano, fiz o curso para cabo, mas não cheguei nem a ser promovido, porque apareceu um negócio do INPS, o IAPI, como escrevente, datilógrafo. Eu tinha feito um concurso anteriormente sobre isso, tinha feito concomitantemente pelo DASP, passei em 4º lugar, em ajudante de ambulância. Passei, na polícia, dois anos, três meses e seis dias. Quando estava prestes a ser nomeado, poderia ficar como titular, meu futuro sogro estava como deputado, conseguiu me nomear como escrevente de datilógrafo, em 62. Fui para o IAPI, aproveitei todo o tempo que tinha na Rede, de 52 pra cá, aproveitei o tempo da polícia também, esse tempo todinho. Na minha vida, minha história desde garoto, não foi nada fácil. Tinha muitos anos aqui no Recife, minha mãe morava no interior, depois veio morar comigo. Viver só é muito difícil, primeiro, porque você não tem com quem conversar, à noite. Qualquer problema de saúde, você não tem a quem recorrer. Você tem que ser o homem, o enfermeiro, o médico, o padre, o confessor." (C.M.P.T.).

III O tempo futuro

“O futuro está esquisito”

(L.A.L.,apsoentada)

Uma primeira manifestação sobre o futuro é expressa por uma despreocupação: não é imaginado, é como se tivesse um curso próprio, independente do que fazemos, impossível de precisão. É um sentimento de alheamento, causado por uma perspectiva não muito boa, pessimista. O subjetivismo da esperança é que pode alimentar alguma confiança.

“Você sabe que é uma coisa que não imagino. não procuro pensar o que vou fazer amanhã, pelo menos um futuro mais remoto, distante, o médio também não. De amanhã, visualizo mais o depois”.(W.A.M.).

“Não é esperançoso, está lúgubre, agora. Mas, apesar disso, acho que não é um túnel que não tenha nenhuma luz no fim.”(M.L.B.).

“Acho que é sombrio como muitas pessoas pregam. Acho que pode ser trabalhado no sentido de ser compartilhado, como algo construído coletivamente. Não dá para imaginar que o meu futuro não tenha nada com o seu. Nessa sociedade globalizada, nós temos perfeita integração.” (C.P.A.V.).

Numa segunda abordagem, o futuro é projetado como espaço de preocupações, a partir da avaliação feita sobre o presente. Nesse sentido, há uma correlação muito grande entre o diagnóstico sobre a vida atual e o horizonte do amanhã: deseja-se ardentemente que seja diferente. Nessa direção, ele pode ganhar uma conotação otimista ou pessimista e, por conseguinte, é mais indicativo em relação à situação do país e do próprio aposentado.

“ Acredito em um futuro melhor para o Brasil. Acho que a gente está com os olhos mais abertos, se preparando melhor para o futuro do que antigamente, em termos econômicos, intelectuais. Fico muito contente quando vejo uma notícia, que não é espalhada, de que na Universidade de Pernambuco, todo o pessoal de informática, já sai contratado. Isso não é espalhado. O que é que se diz? Ah, a universidade está sucateada, está um caos, horrível. E por que não se explora um exemplo desse? O

exemplo edifica, isso desde criança. Com um bom exemplo em casa, dificilmente, a criança segue um mau exemplo. É estimulado positivamente.”(W.A.M.).

“Tenho esperanças que a situação deste país melhore, alguma mudança já estamos sentindo na área política. Chega de político profissional, é necessário que a ética prevaleça.”(J.C.S).

“Para falar claramente, nesse governo atual, não vejo possibilidade, porque ele não quer saber do servidor público e dos aposentados, em especial. Lutamos para não perder o que temos, ele ainda está querendo descontar INSS do aposentado, que pagou muitos anos para se aposentar. Então, em matéria de monetário não vejo futuro. Espero ganhar os 28,86% que estão na Justiça Federal. Agora, no geral não vejo melhoria, assisto muito à televisão e de estado para estado não vejo melhoria”. Não vejo melhorar em educação, não vejo melhorar em saúde, que é péssima em todo o Brasil, não só no nosso Estado, e também o social. Só vejo esperança, do fim desse governo pra lá, pode ser que a gente saiba votar melhor.” (M. A.N.).

“O futuro é meio distante. Se continuar essa política como está, vejo um futuro negro para o país. Não está mais se respeitando o meio ambiente, o futuro dos nossos descendentes.”(Tenório).

“Tenho esperança, contraditoriamente, tenho esperança, porque essas pessoas morrem, essas pessoas saem dos cargos, não é possível que a força da televisão e do dinheiro seja tão poderosa que derrube o bom senso de uma nação inteira”.(Liana).

“Sempre me situo como cidadã. Assim, creio que se os demais aposentados não se colocarem também como cidadãos, junto às suas entidades de classe, partidos, em breve seremos esbulhados do que conquistamos no decorrer dos anos. Os planos do FMI, via governo federal, vêm dando mostras na Argentina do que pretende dos aposentados: deixá-los à mingua. O governo vem aí com uma caixinha de maldades que deve estar dentro do novo acordo com o FMI. Ou resistimos ou seremos arrasados.” (S.M.N.).

“Acho que a tendência é continuar. Quer dizer, em alguns aspectos uma piora, principalmente em relação à segurança. Nesse aspecto da política, acho substancial uma piora. Mas acho também que a tendência de melhoria vai continuar, independentemente de político. E a minha perspectiva é favorável para o futuro.”(W.J.G.).

A perspectiva predominante para o futuro é marcadamente pessimista e está muito colada no cotidiano de carências e de necessidades. Buscando um elo

com as coisas ditas anteriormente, não será difícil encontrar, na falta de confiança política, a razão de todo esse pessimismo paralisante. Falta de confiança que criou um processo de aposentadorias como nunca visto na história do país, e é essa mesma desconfiança que sedimenta o futuro.

Poderíamos até nos indagar até que ponto essa perspectiva em relação ao futuro seja apenas um reflexo exclusivo da condição de aposentado na sua relação com o Governo Federal. Esse estado de perplexidade e de incerteza não é comum a um conjunto social mais amplo da sociedade, na qual o servidor público aposentado está inserido?

Neste último capítulo, apresentamos, mais do que nos outros, longos depoimentos, perguntando-nos se diferente poderia ser, pois os exemplos aqui relatados mostram o caminho de vida percorrido pelos aposentados. De certa forma, são uma síntese. Lembranças da infância, da vida familiar primária, da sua própria família, do trabalho, da aposentadoria, dos acontecimentos políticos. Diversas fases da vida expressas através das relações do tempo social com o tempo individual, captada nas três dimensões presente, passadas e futuro.

Certamente, as opiniões e interpretações podem não refletir o pensamento dos aposentados, em toda sua abrangência, mas configuram o que podemos denominar consenso histórico sobre um momento, um período da vida social e política do Brasil, sendo, portanto, testemunhos de uma geração, que vivenciou, sob várias formas e expectativas, um regime militar de 25 anos de existência.

Se os servidores públicos perseguidos - presos e cassados -, citados em dois instantes da tese, na voz de C.V.M.A., no Capítulo II que trata da disponibilidade, e de G.M.L.T.M., no Capítulo IV, sobre Horizontes Temporais, tivessem sido ouvidos, os relatos sobre o regime militar tomariam outra coloração.

Essa trajetória de vida foi aqui exposta numa relação permanente entre espaço e tempo – trabalho, casa, família, associação, sala dos aposentados - que a memória passada e recente deu vida através de duas categorias fundamentais : experiência e expectativa.

O que ouvimos é importante para dizer que a memória dos acontecimentos de 64 a 85 não pertencem a um único grupo. Pela diversidade e heterogeneidade ela é universal e universalizante.

Não será pretensioso concluir este Capítulo com Benjamin, mas assumir a posição de narrador : “a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades.” (Benjamin,W.1985: 210).

CONCLUSÃO

" Les événements se succèdent dans le temps, mais le temps lui-même est un cadre immobile".(Halbwachs, M. La Mémoire Collective : 126)

Buscamos neste trabalho, através de várias leituras e reflexões, salientar que a concepção de tempo é histórica, estando ela diretamente determinada pela forma como os grupos sociais percebem e vivenciam a relação homem/natureza e pelas formas de organização das sociedades. Essa prática temporal – concepção, idéias, símbolos, atos - não é uma ação secundária. Pelo contrário, envolve todos os aspectos de uma vida societária, sendo, inclusive, objeto de controle político.

O pensamento e a ação dos homens distinguem, com clareza, aquilo que já foi e o que se espera.

O passado ganha contornos de localizável, permitindo uma relação de conhecimento do que já se viveu, já se ouviu, do que está exposto em vários lugares, em vários dizeres e símbolos. Quando criança queremos ser adulto, quando velho, jovens. De certa forma, o passado é muito vasto, é o de cada um, por ele vivido; é o do grupo social mais próximo e da sociedade mais distante, trazido e aprendido pela memória. É proximidade e afastamento, é valorização e desconsideração. Não é uma relação tão amistosa, especialmente quando o passado torna-se um pesadelo, uma força que controla e reprime. Para que guardar, para que conservar são indagações comumente ditas, expressas com carinho, amor, saudades, rancor, ignorância. Mas há também o contrário: por que não conservar, não preservar, não respeitar? E essas perguntas fazem cada vez mais o sentido do hoje. E quando se pergunta, não é a dúvida que preenche o vazio? E não é o vazio que deve ser respondido, preenchido?

O futuro é incerteza, desejo e esperança. Não se domina, almeja-se, sonha-se. Como algo a ser alcançado, tem um toque de mistério, de medo, de sedução, mas é força que orienta, que conduz. É poço de garantia, (na linguagem financeira, investimento). Em situações difíceis, de desânimo ou

desencorajamento, as expressões Levante-se! Erga a cabeça! Olhe o futuro! Para frente é que se anda !, são associadas ao futuro

Até mesmo na gramática da língua portuguesa, vamos exprimir essas diferenciações. Por acaso já pensamos no sistema dos verbos? O passado e o futuro têm mais de uma modalidade: pretérito, imperfeito, mais-que-perfeito; futuro, futuro do presente e futuro do pretérito; e até dois pretéritos e dois futuros compostos.

Mas, onde se fez o passado, onde se constrói o futuro? É assim que surge o presente. Ele compõe e descompõe: como seqüência do que veio antes e como projeção do que virá depois. Nas formas verbais, não esbanja tantas modalidades, é do indicativo e do subjuntivo, que, convenhamos, pende, este último, mais para o futuro. E mais: não damos ao tempo presente um significado de futuro? Vamos defender esta tese - defenderemos. O presente é o tempo da insatisfação criativa ou amorfa.

Por muito tempo, os que estudam e interpretam a sociedade não viam o tempo presente com a dignidade que a ciência atribui, o acontecendo ficava para o campo do instantâneo, do superficial, do jornalismo, da televisão²⁰⁸. Com Fernand Braudel aprendemos que história é “ontem, hoje e amanhã”²⁰⁹. Para santo Agostinho, o presente é o que se está fazendo, que se tornará passado; o que se premedita agora será o futuro. (Confissões,XI,18).

Nas definições sobre o tempo ou no entendimento das manifestações temporais, alguns elementos comuns estão sempre incorporados, formando, por conseguinte, partes de um conceito científico ou de um pensamento cultural e religioso: movimento, sucessão, continuidade, seqüência, repetição, ordenação, permanência, aceleração, mudanças, transcurso. Todos esses substantivos visam a transmitir a idéia de movimento de um acontecimento (sucessão, mudança,

²⁰⁸ “Depuis longtemps, la l’égitimité universitaire d’une histoire du temps présent ,applée naguère ‘histoire immédiate’ a été contextée par ceux qui lui reprochent de manquer de recul, d’être proche ‘du journalisme’ et d’être mal armée pour apprécier l’importance à long terme des phénomènes qu’elle étudie. Mais ce débat est aujourd’hui dépassé... parce que la pratique a montré d’abord qu’une telle histoire pouvait parfaitement reposer sur des bases scientifiques ».(Perschanski,D. 1991 : 9).

²⁰⁹ Braudel,F.1969.

seqüência), numa ordem de regularidade (repetição, permanência, continuidade) e com uma intensidade variável (aceleração: rápida/lenta) . O fato observado ou imaginado ocorre num determinado espaço e dentro de um intervalo. Ocorrências percebidas e traduzidas como circulares, lineares, sincrônicas ou diacrônicas; através de uma dimensão relacional: presente, passado, futuro; dia, mês, hora; de um ritmo: lento, rápido, parado; de uma extensão: curto, longo; de uma valoração: bom, mau. Por isso, ao representarmos o tempo, temos a necessidade de concebê-lo, de adjetivá-lo, o que parece dar idéia de intimidade, de proximidade, de apropriação, de simbolizá-lo e ao mesmo tempo distingui-lo. Nas várias passagens de textos citadas, todos esses elementos se fazem presentes, constituindo o que se pode denominar por tempo.

“Nous ne pouvons concevoir le temps qu'à condition d'y distinguer des moments différents. Or quelle est l'origine de cette différenciation ? Sans doute, les états de conscience que nous avons déjà éprouvés peuvent se reproduire en nous, dans l'ordre même où ils se sont primitivement déroulés ; et ainsi des portions de notre passé nous redeviennent présentes, tout en se distinguant spontanément du présent. Mais, si importante que soit cette distinction pour notre expérience privée, il s'en faut qu'elle suffise à constituer la notion ou catégorie de temps. Celle-ci ne consiste pas simplement dans une commémoration, partielle ou intégrale, de notre vie écoulée. C'est un cadre abstrait et impersonnel qui enveloppe non seulement notre existence individuelle, mais celle de l'humanité » (Durkheim, E. 1960 :14)

O eixo central, portanto, da definição do tempo e do tempo social é a percepção por um grupo social e por uma sociedade de um movimento descontínuo de determinado fenômeno. Essa idéia de movimento é tomada de forma abstrata para englobar todos os fenômenos que se desenrolam em um grupo ou coletividade e permite projetá-lo numa escala referencial, formando, assim, um sistema de temporalidades.

Dessa maneira, podemos dizer que a estrutura temporal ou, mais apropriado, a estrutura temporal da sociedade contemporânea, compreende três elementos: primeiro, uma idéia geral, abstrata de tempo; segundo, um sistema de mensuração (ou o tempo vivido, concreto) utilizando especialmente o relógio como

símbolo maior; e terceiro, um sistema de significados , isto é, como cada grupo social e cada sociedade atribui valores às formas temporais, que se exprimem numa vivência social .

A concepção de tempo, como um constructo cultural, não impede que cada ciência²¹⁰ e cada forma de pensamento possa, com seus elementos constitutivos específicos, apreender as manifestações sócio-culturais e históricas sobre o tempo.

É nesse sentido que compreendemos o pensamento de Levi-Strauss na seguinte afirmação :

" É impossível conceber as relações sociais fora do meio comum que lhes sirva de sistema de referência. O espaço e o tempo são os dois sistemas de referência que permitem pensar as relações sociais, conjunta ou isoladamente. Estas dimensões de tempo e de espaço não se confundem com as que utilizam as outras ciências. Consistem num espaço "social" e num tempo "social", o que significa que não tem propriedades senão aquelas dos fenômenos sociais que as povoam. Segundo sua estrutura particular, as sociedades humanas conceberam estas dimensões de modos muito distintos". (Levi-Strauss,C. 1970: 313).

O importante não é considerar simplesmente o tempo como uma representação cultural. É fundamental revelar o seu caráter histórico, mostradas as suas formas distintas de existência, o que permitirá que seja apreendido, compreendido e interpretado de acordo com as especificidades metodológicas de cada forma de pensamento. Assim, poderemos compreender que a cada ciência (ou a cada forma de pensamento) sejam postos problemas diferentes e diferentes abordagens para a formação do universo a ser investigado .

Os atos sociais se dão num *onde e quando* interligados, ou melhor, acontecem numa sucessão temporal dentro de um espaço, constituindo um "sistema de referência", formador de uma consciência social temporal. A existência de vários sistemas de conhecimentos e de vivências do tempo, cada

²¹⁰ "...the facts that social time, in contrast to the time of astronomy, is qualitative and not purely quantitative; that theses qualities derive from the beliefs and customs common to the group and that they serve further to reveal the rhythms, pulsations, and beats of the societies in which they are found".(Sorokin,P e Merton.R, 1937 : 623)

um com suas particularidades, remete para a negação de um único tempo, pairando sobre as consciências individuais e coletivas. Esses tempos estão integrados, fazendo parte do universo cognitivo e interpretativo de cada cultura, manifestada pelos grupos sociais na realização de suas atividades materiais e espirituais.

Assim, embora distintos e diversos sejam os sistemas temporais, podemos estabelecer um ordenamento, um sistema de comparação e de relacionamento, o que nos permitiria, seguindo os passos de Levi-Strauss, pensar esta dimensão temporal como uma "estrutura de ordens concebidas" (Levi-Strauss, C.1970 : 340/341), isto é, no plano metodológico de uma estrutura temporal, existente em todas as sociedades e culturas. E esta estrutura temporal pode ser formada de dois elementos, adaptando, aqui, a interpretação de Evans-Pritchard para a sociedade primitiva, de dois elementos : o primeiro é "o tempo ecológico", que "reflete as relações com o meio ambiente" (Evans-Pritchard, 1978 : 107), podendo, pois, exprimir os sistemas de duração e de mudanças, dando conta desse contato imediato e conturbado do homem com os fenômenos da natureza; e o segundo é formado pelo "tempo estrutural reflexo de suas relações mútuas dentro da estrutura social". (Evans-Pritchard, 1978 : 107) .

Estabelecemos um paralelo com o que Durkheim define como tempo comum e tempo total. Esta estrutura temporal pode ser concebida e vivida como mais abstrata, mais sincrônica, reversível e menos instrumental em uma sociedade do que em outras.²¹¹

A idéia de o homem situar-se no tempo, isto é, a existência de uma consciência social temporal nasce, por assim dizer, da própria necessidade de compreender que os atos sociais, inclusive a sua própria existência, são mutáveis, finitos. É uma inflexão sobre a própria história. Compreender o porquê dessas alterações e dessas mudanças, entender que, mesmo num sentido mais empírico, imediato, pragmático, tudo tem uma origem, que há uma evolução, uma

²¹¹ Aliás, o próprio Levi-Strauss estabelece a distinção entre as sociedades "frias" e as sociedades "quentes", sendo que a finalidade das primeiras é "fazer de forma que a ordem de sucessão temporal influa o menos possível sobre o conteúdo de cada um" (Levi-Strauss, C.1970 B : 270)

descontinuidade, tudo isso conduz o homem a colocar esses acontecimentos numa escala dimensional, separando o que está sendo do que já foi, do que será.

Mas, a percepção mediata inverte a compreensão de que "são os acontecimentos que possuem ritmos", não o tempo (Heller, A. 1982:153). A relação continuidade/ descontinuidade coloca para o homem uma percepção mais abstrata do tempo, que lhe permite "formar a imagem de um cosmo unificado" (Gourevitch, 1975:264); utilizar meios capazes de mensurá-lo, configurando momentos, ritmos, cronologia; compor uma memória coletiva, através da constituição de pontos de referência memorativos ou, na linguagem de Halbwachs, de "cadres sociaux de la mémoire". Tudo isso - noção abstrata, durações, instrumentos e memória - tem o significado de simbolização, assumindo, portanto, a função de identificação e de localização dos acontecimentos individuais e sociais.

Por isso, no percurso da história da humanidade sempre houve diversas formas de concepção e de materialização do tempo, condizentes com o grau de desenvolvimento das sociedades.

As percepções e ideologias de que nada muda na sociedade, de que tudo se repete igualmente ou, o contrário, de que a sociedade é um processo constante de refazer, traduzem justamente angústia e ansiedade, conformismo e revolta, passividade e dinamismo, nas ações orientadoras do agir social. As idéias de conservantismo e progresso, de ordem e mudança, de atraso e moderno, lançam numa dimensão temporal as qualificações históricas das relações sociais. Dessa forma, ao caracterizar e distinguir os eventos da sociedade, isto é feito através de expressões temporais - *"aceleração das mudanças"*, *"tempo de mudanças"*, entre outras - , assumindo, por assim dizer, uma identificação entre ação social e representação temporal.

Essas representações temporais são formas históricas de percepção e de expressão do indivíduo e dos homens em grupos na sua relação entre si e com a natureza, na constituição e reprodução da organização societária. Responde a uma necessidade de traduzir o universo mágico, físico e social e de dimensionar, relacionar cada instante da vida como um momento único e singular de sua

história real e imaginária.

O tempo social será, portanto, o que determinada sociedade considera como referência temporal comum, coletiva. À coexistência de vários pensamentos e manifestações sobre o tempo em uma sociedade podemos atribuir a hegemonia a um determinado tempo, o qual simbolizaria o pensamento global temporal, característica dominante da sociedade, em outros termos, uma consciência da época histórica.

Mais do que uma conclusão, o que expusemos são tópicos para uma síntese. Revelam, aqui, o que, durante todo o texto, foi constante: a dúvida, a interrogação. Nesse caminho, fomos pesquisando, remoendo, querendo encontrar no pensamento dos outros e no nosso uma inteligibilidade para compreender o que seja o tempo social, bem perto, marcante, conflitivo, acelerado – nos prazos e nos acontecimentos do dia a dia – pois, apesar de tudo, continua o dia com vinte e quatro horas.

Ao chegarmos aqui há uma vontade de voltar a alguns autores e temas para melhor aprofundar seus pensamentos, questões, e apresentá-los com mais clareza e firmeza. Sem a pretensão de ser um exegeta, deles nos aproximamos e, no possível, construímos essas páginas com nossas próprias idéias, inclusive as frustrações, que permanecem como estímulos para, retornando aos clássicos e às novas pesquisas e interpretações do presente, prosseguirmos no entendimento do que seja o tempo social no século XXI. Demos início a este projeto, ao narrar partes da história de vida do servidor público aposentado, nesse horizonte temporal de apreensão, incerteza e insegurança, seu e da sociedade atual.

O futuro da aposentadoria nasceu de um passado marcado pela agressão da disponibilidade, que, por ironia, encontra na angústia da reforma da Previdência Social o seu corolário. O tempo presente está sendo o entrecruzamento de frustrações, desafios e esperança.

O servidor público aposentado se insere no momento atual, marcado por fatos passados que determinaram a forma e os meios de sua aposentadoria. De uma hora para outra, depara-se com uma situação para qual não estava

preparado. Trazia ,contudo, algo que o “ultraje” não conseguiu apagar: a experiência, que, recordando a parábola de Walter Benjamin, é o “tesouro” escondido, sendo constantemente revelado pelas lembranças ou apresentado como “currículo” para novas formas de satisfação pessoal e de trabalho.

A experiência é uma continuidade do passado com o presente, pela memória, pela comparação;se faz, não é refeito; prosseguimento pela esperança de concluir o que foi desejado mas ficou sem acabamento. É, na formulação de Ricoeur, “um futuro-tornado-presente”, mas é também uma atualidade que se volta para o futuro. Por isso, como nos mostraram Agnes Heller e Henri Lefebvre, o cotidiano é história viva; não é, na materialidade da vida, algo fugaz. A experiência é síntese, portanto, elo do presente com o passado e com o futuro,é espaço ocupado,reocupado e a ocupar. Como tesouro é inesgotável, sempre há o que se buscar,sempre há o que se acrescentar.

Resgatamos, se pretensioso não for, essa trajetória através da própria fala do aposentado, em depoimentos, muitas vezes carregados pela emoção, pela tristeza, pela dúvida; também pela alegria e esperança. Na emoção da recordação, não encontraram apenas lembranças, mas vida.

Já fizemos referência em alguns momentos desta tese às condições subjetivas presentes no decorrer das entrevistas. A transcrição sofre um duplo recorte, extraído de uma fala maior e pelo viés de quem o faz, fato esse também marcado pela divisão dos temas. Por mais que se deixe o entrevistador discorrer, há um efeito inibidor para a concatenação das idéias. De toda sorte, são depoimentos que a metodologia denominará de fontes primárias, que trazem a identidade dos aposentados, através de seus papéis sociais, na nudez de sua intimidade social. Há uma relação de confiança entre o entrevistado e o entrevistador que deve ser compartilhada pelos leitores. Recordamo-nos que, durante as entrevistas, alguns assuntos eram timidamente iniciados, numa espécie de sondagem silenciosa, para sentir as reações do entrevistador. Só depois, o prosseguimento confiante garantia a revelação de fatos, aparentemente simples, mas que vinha à tona com toda uma carga afetiva. Expor o dia a dia é,

para utilizar uma imagem feita por Bourdieu - cuja morte recente reverenciamos -, “auto-análise provocada e acompanhada”. (1997: 704)

Há uma exteriorização de parte da história, quando o entrevistado reforça a confiança no entrevistador, dizendo “não sei se deveria contar” ou, em tom íntimo, exprimindo frases, como se estivesse puxando, cuidadosamente, do fundo da memória fatos do seu “eu” e do “eu-nós”. Lembramo-nos ,agora, de uma entrevistada que ao falar do período de sua infância atormentada pelo medo do comunismo, cujos sermões dominicais o dimensionavam ainda mais com o brilho do fogo do inferno, jurara, bem no seu íntimo, como um compromisso de honra, que se eles – os comunistas – deflorassem suas irmãs, ela os mataria. Ao pronunciar este último verbo, o silêncio toma conta da voz e suspende no ar o pensamento, para depois complementar: “Meu Deus, que coisa horrível, eu jurei! Estou dizendo isso a você, veja ‘como fui capaz de pensar isso tão horrível, compreenda!’”

Mais do que compreender, devemos nos tornar partícipes desse momento da história mundial e nacional, em que nossa geração foi toda socializada no ambiente ideológico da guerra fria. São testemunhos de um espírito de uma época, como esse abaixo :

“Em termos de Nordeste, a minha geração foi uma geração que se engajou numa tentativa de desenvolvimento da Região(...) . Mas o resultado não foi tão positivo como a gente gostaria que tivesse sido. E isso não deixa de ser uma frustração. Pois poderia ter sido muito melhor. Mesmo tendo sido positivo não resolveu a questão regional, tanto assim que hoje metade da população está em níveis muito baixos. Eu pessoalmente levo essa frustração. Houve um peso grande no momento da ditadura. Minha geração sofreu bastante esse peso, por muito tempo.(...) Não acho que minha geração foi responsável, porque houve um esforço muito grande, um trabalho muito grande, mas que pouco se conseguiu. Não foi por falta de esforço”.(W.J.G)

Esta tese traz as certezas, dúvidas, inquietações, medos, revolta, desilusões e esperanças do aposentado. É um testemunho de momentos de sua vida e, também, da fala circunstanciada.

Esperamos ter socializado um saber que nos foi transmitido por um grupo de uma categoria social mais ampla, mas suficiente para o entendimento do que seja este servidor público aposentado, no Brasil de hoje. A sua dúvida – “ser, mas não se sentir aposentado” –, desde o início desta tese, foi remarcada sendo precisa acolhê-la como sinal de mudança de padrões tradicionais:

“Não pretendo ter uma presença na sociedade em que a situação de “aposentado” seja a característica determinante” .(S.N.R).

Dessa forma, os aposentados não voltaram “silenciosos do campo de batalha” :

P – Quer acrescentar mais alguma coisa?

R – Não. Eu falo muito, não é? Só queria dizer que ninguém planeja parar. Pelo menos, vivi um período em que a gente pensava que estava ajudando as pessoas que pensavam pedir a aposentadoria. E fui pega de surpresa na minha, e não devia ter sido assim. Eu não estava preparada, o sistema me forçou e acho que um dia essa reflexão vai ser feita, quem sabe, a partir da tese do companheiro aí. (M.M.I)

Fechamos o tempo!

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMS, P. (1972) "The sense of the past and the origins of Sociology". *Past and Present*, 55 : 18-32
- ADORNO, T.W e HORKHEIMER, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- AGUESSY, H. (1978) "Interprétations sociologiques du temps et pathologie du temps dans les pays en développement". UNESCO. *Le temps et les Philosophies*. Paris, Payot/UNESCO : 95-108
- AGOSTINHO, SANTO. (1955) *Confissões*. Porto.
- _____ (1990) 2a.ed. *A Cidade de Deus*. Petrópolis. Vozes. (2 vls)
- ALLIEZ, Eric. (1991) *Tempos Capitais. Relatos da Conquista do Tempo*. São Paulo, Siciliano .
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs) (1998). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- ANSART, Pierre (1988) "La pluralité des temps chez les théoriciens socialistes (1820-1870)". *L'Homme et la Société*. Nouvelle Série, 90 : 15 -24
- ANTUNES, R. (1999). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- ARENDT, Hannah. (1979) *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva.
- _____ (1992) *A Vida do espírito*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- ARIES, Philippe. (1989) *O Tempo da História*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- ASKIN, YAKOV. (1978) "Le concept philosophique du Temps". UNESCO Op. Cit.: 127-139 .
- ATTIAS-DONFUT, Claudine (1988). "La notion de génération. Usages sociaux et concept sociologique". *L'Homme et la Société*. Nouvelle Série, 90 : 36-51.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. (1991) Tempo e Indivíduo na modernidade: o mito da morte. São Paulo. (mimeo, 12 p.)

BAGU, S. (1970) Tiempo, realidad social y conocimiento. Buenos Aires, Siglo XXI.

BENJAMIN, Walter.(1975) "Sobre alguns temas em Baudelaire".In: Os Pensadores. Textos Escolhidos.São Paulo.Abril.

_____ (1985) Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história cultural. Obras escolhidas.São Paulo, Brasiliense.v.1.

BERGER, Peter L & Luckmann,Thomas (1998).15º ed.Petrópolis,Vozes.

BIBLIA SAGRADA. (1990) São Paulo. Edições Paulinas. (Ed.Pastoral)

BIGNOTTO,Newton.(1994) "O Círculo e a Linha".In: NOVAES, Adauto. Tempo e História. São Paulo, Companhia das Letras. p: 177-189

BOSI,Ecléa.(1979) Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, T.A.Queiroz.

BOTTOMORE,T e NISBET,R.(1980) História da Análise Sociológica.

BOURDIEU, P. (1963) "La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique". *Sociologie du Travail*, Jan-mars : 24-45

_____ (1979) O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo, Perspectiva.

_____ (1997) "Compreender".In: Bourdieu, P.(coord) A Miséria do Mundo. Petrópolis. Vozes.

_____ (2000) O Poder Simbólico. 3ª.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

_____ (2001) Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRANDÃO,Carlos Rodrigues.(1998) Memória Sertão.São Paulo, Editora Cone Sul/ Editora UNIUBE.

BRASIL.MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTÃO.Boletim Estatístico de Pessoal. Nº 61. maio ,2001.

- BRAUDEL, F (1978) Escritos sobre a História. São Paulo, Perspectiva.
- _____(1988) O espaço e a História do Mediterrâneo. São Paulo, Martins Fontes
- _____(1989) La Historia y las Ciencias Sociales. Madrid, Alianza Editorial.
- BRESCIANI, Stella e Márcia Naxara. (orgs) (2001) Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, Editora da Unicamp.
- BROSE, H.G.(1988). "Temps social et temps de la vie". In: MERCURE, D.(1988)161-175
- BRETON, Philippe.(2000) Nouvelles Mythologies. Le culte d'Internet .In Le Monde Diplomatique, Paris, fev : 36
- BULARD, Martine.(2000) "Progrès ou Surexploitation? Tempos modernos version interne". In: Le Monde Diplomatique, Paris, dec:24/25
- CAMARANO, A. A.(coord) (1999) Como vai o Idoso Brasileiro ? IPEA. Texto para discussão nº 681.
- CARR, E.H.(1977) La Revolución Bolchevique 1917-1923. 1. La conquista y organización del poder. Madrid, Alianza Universidad.
- CARDOSO, C. F. (1988) Ensaio Racionalistas. Rio de Janeiro. Campus.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. (1985) " A Igreja Católica e a Questão Agrária ". IN: PAIVA, Vanilda. Coord. (1985). Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de e José Paulo Netto. (2000) Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo. Cortez. 5ª.ed.
- CARVALHO, Silvia M.S. "Quando o tempo se torna linear". In: Perspectivas 9/10: 161-168. 1986/87. São Paulo.
- CASTELLS, M.(1999) A Sociedade em Rede. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTORIADIS, C. (1990) Le Monde Morcelé. Paris, Seuil.
- CHÂTELLIER, Louis (1994) A Religião dos pobres : as fontes do cristianismo moderno séc. XVI-XIX. Lisboa. Editorial Estampa.
- CHESNEAUX, Jean. (1983) De la Modernité. Paris, La Découverte/Maspero

- _____(1988) "Le temps de la modernité". *L'Homme et la Société*. Nouvelle Série, 90 : 92-105
- _____(1989) Modernité-monde. Paris, La Découverte.
- COHN, Norman. (1972) En Pos del Milenio. Barcelona, Barral Editores.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL.(1996) Rumo ao Novo Milênio. São Paulo, Paulinas.
- CORIAT, Benjamin. (1979) L'atelier et le Chronomètre. Paris, Christian Bourgois .
- CROSBY, Alfred W.(1999) A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600. São Paulo, UNESP.
- DAMatta,Roberto. (1991) 4º ed. A casa & a Rua : espaço,cidadania,mulher e morte no Brasil.Rio de Janeiro, Editora Guanabra Koogan.
- DEBERT, Guita Grin. (1999) A reinvenção da velhice : socialização e processos de reprivatização do envelhecimento . São Paulo, EDUSP .
- DELGADO,Guilherme e Cardoso Jr.José Carlos.(2000) A Universalização de Direitos Sociais no brasil: a Previdência Rural nos anos 90.Brasília,IPEA.
- DELUMEAU, Jean.(1999). História do Medo no Ocidente : 1300-1800. São Paulo.Companhia das Letras.
- DE MASI,Domenico.(1999).O Futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro,José Olympio;Brasília,UnB.
- DESROCHE, Henri. (1969) Dieu d'hommes. Dictionnaire des messianismes et millénarisme de l'ère chrétienne. Paris, Mouton
- DOHRN-van ROSSUM, Gerhard. (1997) L'histoire de l'heure: l'horlogerie et l'organisation moderne du temps. Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- DUBY,G. (1979) O Tempo das Catedrais. A arte e a sociedade. 980-1420. Lisboa, Estampa .
- DUMAZEDIER,Joffre.(2000) Lazer e Cultura Popular. São Paulo, Editora Perspectiva.

- DURKHEIM, E. (1960) *Les Formes Elementaires de la Vie Religieuse*. Paris, PUF.
- _____ (1970) *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- _____ (1978) *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural. Série Os Pensadores.
- ELIADE, Mircea. (1992) *Mito do Eterno Retorno*. São Paulo, Mercuryo.
- ELIAS, NOBERT. (1989) *Sobre el Tiempo*. México. Fondo de Cultura Economica.
- _____ (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- EVANS-PRITCHARD, E. E (1978) *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva.
- FENTRES, J e WICKCHAM, C. (1992) *A Memória Social: Novas Perspectivas sobre o Passado*. Lisboa. Teorema.
- FERNANDES, Teresa Sousa (1993) *Modernidade e Geometrias. A representação da ordem na obra de Emile Durkheim*. *Cadernos de Ciências Sociais*. Porto. 12/13, jan.:107-147.
- FOUCAULT, M. (1977) *Vigiar e Punir : nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- FRIEDMANN, G. (1964). *Le travail em miettes*. Paris. Gallimard.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. (2001) "Memória, História, Testemunho". In: Bresciani, Stella, op.cit. p: 85-94
- GIDDENS, A. (1989) *A constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ (1997) *Modernização Reflexiva*. São Paulo, UNESP.
- GOUREVITCH, A.Y (1975) " Le temps comme problème d'histoire culturel". UNESCO. *Les Cultures et le Temps*. Paris, Payot/UNESCO 263-283.
- GRAS. Alain (1985) "Le temps créateur: innovation technique et discontinuité sociale". *L'Homme et la Société*, 75/76: 149-167 (jan/fev)
- GUARINELLO, Noberto Luiz (1994) "Memória Coletiva e História Científica". *Revista Brasileira de História*, 14, 28: 180-193. São Paulo, ANPUH/Marco Zero
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. (1999) *La Refomdation du Monde*. Paris, Seuil.

- GURVITCH, G. (1969) *La Vocation Actuelle de la Sociologie*. T. II. cap. XIII. "La multiplicité des temps sociaux" : 325-431. Paris.PUF
- HABERMAS, J. (1973) "Modernidade versus Pós-modernidade". *Arte em Revista*, 5, 7 : 86-91
- HALBWACHS, M. (1968) *La mémoire collective*. Paris, PUF.
- _____ (1994) *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris, Albin Michel
- HALL, Stuart. (2000) *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4º ed. Rio de Janeiro. DP & A
- HARVEY, DAVID. (1992) *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
- HELLER, Agnes. (1982) *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo. Brasiliense
- _____ (1982) *O Homem do Renascimento*. Lisboa, Editorial.
- _____ (1991) "A Sociologia como desfetichização da modernidade". *Novos Estudos CEBRAP*, 30, jul : 204-215
- _____ (1992) *O Cotidiano e a História*. São Paulo, Paz e Terra.
- HELLER, A e FERENC Fehér. (1998) *A Condição Política Pós-moderna*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- HOBSBAWN, E (1972) "The social function of the past: some questions". *Past and Present*, 55: 3-17
- _____ (1998) *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOBSBAWN, E. HOBSBAWN, E e TERENCE, Ranger. (1984) *A invenção das Tradições*. Rio, Paz e Terra.
- IANNI, Octavio. (1994) *Formas Sociais do Tempo*. *Revista de Antropologia*, 37 : 57-81
- _____ (2000) *Enigmas da Modernidade Mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ISAMBERT, François A. (1979) " Henri Hubert et la sociologie du temps". *Revue Française de Sociologie*, XX, 1, : 183-209. (janvier-mars)

- KARSZ, Saul. (1978) "Le temps et son secret en Amérique Latine". In: UNESCO op. cit.: 153-170.
- KOYRÉ, Alexandre. (1979) Do Mundo Fechado ao Universo Infinito. São Paulo. Forense-Universitária. Editora da Universidade de São Paulo.
- LACY, M. Hugh. (1972). Linguagem do espaço e do Tempo. São Paulo. Perspectivas.
- LALIVE, D'Épinay Chrétien. " Le Temps et l'Homme Contemporain" Mercure, De Wallemacq, A. Les Temps Sociaux. Bruxelles, Edt. Universitaires. 1988.
- LEFFORT, C. (1979) As Formas da História. São Paulo, Brasiliense. 1979. Esp. cap. II. "Sociedade "sem história" e historicidade.
- LE GOFF, J. (1977) "Au Moyen Age: Temps de l'Église et temps du marchand".
- _____. (1977 a) Pour une autre Moyen Age . Temps, travail et culture en Occident : 18 essais. Paris, Gallimard.
- _____. (1977b) La Civilisation de l'Occident Médiéval. Paris, Arthaud. Esp. cap. VI: "Structures spatiales et temporelles (X-XIII siècle)" : 169-249
- _____. (1984) Passado /Presente. In: EINAUDI. ENCICLOPÉDIA. v 1: 293-309
- _____. (1984) "Progresso e Reação" .In: EINAUDI. ENCICLOPÉDIA. v 1: 338-369.
- _____. (1994) História e Memória. Campinas, Editora UNICAMP.
- LEFEBVRE, H. (1961) Critique de la Vie Quotidienne. II. Fondements d'une Sociologie de la quotidienneté. Paris, L' Arche Editeur.
- _____. (1969) Introdução à Modernidade. Rio Paz e Terra.
- _____. (1991) A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo, Ática.
- LE MONDE . "La réduction du temps de travail profite plus à la vie privée que collective". 15 avril 1998. Site: Le Monde Interactif. Temps libre. 07/02/2000.
- LEVI-STRAUSS, C. (1970) O Pensamento Selvagem. São Paulo, Ed. Nacional e Ed. USP.
- _____. (1970 a) Antropologia Estrutural. Rio, Tempo Brasileiro.
- LIBERALESSO, Anita Néri & DEBERT, Guita Grin orgs. (1999) Velhice e Sociedade. Campinas, Papyrus.

LIMEIRA, Ana Luiza e ALVES, Gilzoneide.(1992)SUDENE: nós bem que tentamos. Recife, Inojosa Editores.

Martins,José de Souza (2000) A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo,Hucitec.

_____ (1996) (org) Henri Lefebvre e o retorno à Dialética.São Paulo, Hucitec.

MACKENZIE, JOHN L. (1983) Dicionário Bíblico. São Paulo, Paulinas.

MANVILLE,A e SANTAMARIA,U.(1988) *Temps,histoire et révolution*.L'Homme et la Socityté.XXII.Nouvelle serie.90 :80-91 : 80-91.Parte II. Nº 91/92 : 173-185

MARX,K . e ENGELS, F. (1964) Lettres sur le Capital. Paris, Ed. Sociales.

_____ (1969) Le l8 Brumaire de Louis Bonaparte. Paris, Ed.Sociales.

_____ (1971) O Capital. Livro I . Rio. Civilização Brasileira.

_____ (1972) Contribution à la Critique de l'Economie Politique. Paris, Ed.Sociales.

MANNHEIM, K. (1972) 2 ed. Ideologia e Utopia. Rio, Zahar.

_____ (1972) Liberdade,Poder e Planificação Democrática.São Paulo,Mestre Jou.

_____ (s/d) Sociologia do Conhecimento. Porto, Rés-Editora.

MENDRAS, H. (1970) La Fin des Paysans. Changements et innovations dans les sociétés rurales françaises. Paris, Armand Colin.

MERCURE,D.(1979) "l'Étude des Temporalités Sociales.Cahiers Internationaux de Sociologie. LXVII :262-276.

MERCURE,Daniel e WALLEMACQ,Anne.(1988)Les Temps Sociaux.Bruxelles,De Boeck-Université

MERTON,R. (1968) Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo,Mestre Jou.

MOORE,Barrington Jr.(1987) Injustiça : as bases sociais da obediência e da revolta.São Paulo, Brasiliense.

NAMER, Gérard. (1987) Mémoire et Société. Paris, Méridien Klincksinck.

- _____ (1988) "Affectivité et temporalité de la mémoire". *L'Homme et la Société*. Nouvelle Série. 90 : 9-14.
- _____ (1991) " Les Imaginaires du Temps Politique chez Robespierre". *Année Sociologique*. Troisième Série. v.41.
- NISBET, R (1985) História da Idéia de Progresso. Brasília, UNB.
- NORA, Pierre.(1994) Présentation de Les Lieux de Mémoire. I .La République. Paris, Gallimard .
- _____ "Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux " In: Nora, Pierre (coord). Les Lieux de Mémoire I. La République. Paris, Gallimard.
- NOTAT, Nicole. "Du bom usage des 35 heures". Libération. 1-11 (Resumo)
- NOVÃES, Regina, C.Reyes.(2001)"Lembranças camponeses:repressão,sofrimento, perplexidade e medo".in:Esterci,N et alii.(orgs). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&a
- NÚCLEO DE APOSENTADOS DO INCRA DE BRASÍLIA. Boletim Informativo.Ano I. nº.2 set.1994.Brasília.DF.
- OLIVEIRA,PAULO DE Sales. "Avós e netos nas classes populares: a recusa de não se sentir em lugar algum e a redescoberta de novo projeto de vida".in BRESCIANI,Stella e Márcia Naxara. (orgs) (2001) *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Editora da Unicamp.
- PAIVA, Vanilda. Org.(1985) Igreja e Questão Agrária. São Paulo,Loyola.
- PATTARO, G. (1975) "La conception chrétienne du temps". UNESCO. Les Cultures et les Temps : 193-222.
- PESCHANSKI, Denis et alii. (1991) "Le temps present, une démarche historiéenne à l'épreuve des Sciences Sociales". *Cahiers de L'Institut de l'Histoire de Temps Presents*, 18 : 9-24. jan
- POLLAK, M. (1985) "Encadrament et Silence : Le Travail de la Mémoire". *Penélope*, 12 : 35-39
- _____ (1989) "Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2. 3 : 3-16
- REHFELD,Walter. (1978) Tempo e Religião. São Paulo, Perspectiva/EDUSP.

- REIS, José Carlos. (1994) Tempo, História e Evasão. Campinas, Papirus.
- RICOUER, P. (1976) Le Temps et les Philosophies. (Introdução) Paris. Payot/UNESCO
- _____(1985) Temps et Récit III. Le temps Raconté. Paris, Seuil.
- _____(1997) Tempo e Narrativa.III. Campinas, Papirus.
- RIFKIN, Jeremy.(1995) O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo,Makron Books
- RIVIERE,Philippe.(1999) "S'appropriier le temps".Le Monde Diplomatique.fev:17
- SALES, Teresa. Brasileiros Longe de Casa. (1999) São Paulo,Cortez
- SAMUEL,Nicole.(1993) "Um récit autobiographique de Joffre DUMAZEDIER. In.PRONOVOST,Gilles et alii.*Temps libre et modernité:mélanges en l'honneur de Joffe Dumazedier*.Paris,L'Harmattan.
- SANTOS,Maria de Fátima Souza. (1990) Identidade e Aposentadoria. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos.(1993) "O Pesadelo da amnésia coletiva : um estudo sobre os conceitos de memória,tradição e traços do passado". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, 23 :70-84
- _____(1998) "Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*,Anpocs,13, 38:151-166
- SANTOS, Milton (1997) Técnica, Espaço,Tempo:globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec.
- SCHAFF, ADAM. (1978) História e Verdade. São Paulo, Martins Fontes.
- _____(1995) A Sociedade Informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 4º ed.São Paulo,Brasiliense.
- SEIXAS, Jacy Alves de. "Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais". In. Bresciani,Stella. Op. cit. p: 37-58
- SILVIA, M. S. CARVALHO (1986/87) "Quando o Tempo se Torna Linear". *Perspectivas*. 9/10 :169-176. São Paulo.

- SOROKIN, P e MERTON, R. " Social Time: a methodological functional analysis". *The American Journal of Sociology*, V. XLII. 5 : 615-629. (Mar 1937)
- SOUZA, Marcelo de Barros e CARAVIAS, José L.(1988) Teologia da Terra. Vozes
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Revista Trimestral de Justiça*. Nº 136, junho 1991 ; nº 137 ; agosto, 1991.
- THOMPSON, E.P. (1984) Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Editorial Crítica.
- THOMPSON, Paul. (1998). 2º ed. A Voz do Passado.: história oral. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TORRE, Ramón Ramos. "El Calendario Sagrado : el problema del tiempo en la Sociología durkheimiana". *Revista Española de Investigaciones Sociales*, 46, 48, 49 .
- TOURAINÉ, Alain.(1970) A Sociedade Post-Industrial. Lisboa. Moraes Editores.
- _____ (1973) Production de la Société. Paris. Seuil.
- VILAR, Pierre.(1976) História Marxista e História em Construção. Lisboa. Estampa.
- VOVELLE, Michel.(1993)"A História e a Longa Duração ". In: Le Goff, J. A História Nova. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ (1997) Imagens e Imaginário na História. São Paulo, Ática.
- WHITROW, G.J. (1993) O Tempo na História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- WEBER, Max. (1968) História Geral da Economia. São Paulo. Ed. Mestre Jou.
- _____ (1987) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo. Pioneira.

ANEXOS

ANEXO I

As representações temporais no carnaval : “ Tempo das ilusões”

“ Abram alas, queridos foliões Que vai passar o
alegre bando Trazendo mil recordações ...”
(Alegre Bando. Edgard Moraes)

Em Pernambuco, o frevo é música e dança. Datado do início do Século XX, como transformação no ritmo, na dança e nos adereços dos dobrados das bandas militares, do Século XIX, teve como marco o Dia do Frevo, instituído em 09 de fevereiro de 1907.²¹²

Há três tipos de frevo : o frevo-de-bloco, o frevo-canção e o frevo-de rua, que se diferenciam pelo tipo de instrumentos musicais e pelo ritmo. O frevo-de-bloco é tocado por uma orquestra de instrumentos de corda e tem uma aceleração maior e como o próprio nome diz é identificador de uma agremiação carnavalesca; e o frevo-canção é uma adaptação mais rápida das marchinhas cariocas; o frevo-de-rua além de sons mais estridentes, ritmo mais apressado, não possui letra. Distinção que se junta num único acorde de vibração de foliões, e m tempo e espaço de um sonho encantado.

O carnaval, com suas múltiplas manifestações espontâneas ou organizadas e os seus ritmos – samba, frevo, maracatus – é reordenamento do espaço e do tempo e se esprai em calendários oficiais e civis, em períodos de preparação para o grande evento: acertos de blocos para ensaios das músicas, dos passos, da combinação das fantasias; semana pré-carnavalesca e o tríduo momesco, em alguns lugares, transformado em cinco dias ou até mais.

Início de período ansiosamente esperado e preparado, o carnaval contém

²¹² Cf. Carlos da Fonte Filho (1998). Espetáculos Populares de Pernambuco.

um *modus vivendi* especial : no corpo, pelas indumentárias e adornos; nas rememorações e aprendizagem das canções e danças; no ordenamento da agenda para disponibilização de festas; na adaptação do espírito às festividades, dedicação à folia, tão bem expresso no frevo *Carnaval da Vitória*, de Sebastião Lopes e música de Nelson Ferreira :

"O Nosso Bloco é ideal	Vamos correr	São só três dias
nasceu neste carnaval...	as ruas da cidade	tão cheios de loucura
Por isso nós estamos a cantar	com o ardor	em que a gente esquece
cheios de glória	da nossa mocidade!	da vida a amargura...
Vitória, Vitória, Vitória !		(...) "

Canta-se e dança-se lembrança, saudade, sonho, encontro, rompimentos, desejos, evocações, todos juntos numa multidão frenética, com gestos de mãos; pulos, giros, piruetas com o corpo e passos traçados, cortando o espaço em desenhos elétricos e rítmicos. São corpos enfeitados que falam com os lenços da saudade, com o prazer do momento, com galanteios para velhos e novos amores.

Tempo do corpo. É dança, é prazer, valorização do instantâneo: o reino da liberdade, embora fugaz, descompromisso com as normas que caracterizam o quotidiano das pessoas e dos grupos; não é amoral, mas há espaços para outras moralidades:

"... Deixe o frevo rolar
 Eu só quero saber se você vai brincar
 Ah, meu bem sem você não há carnaval
 Vamos cair no passo e a vida gozar" (*Sabe lá o que é isso*, de João Santiago)

As inúmeras canções reverenciam agremiações antigas, exaltando velhos carnavais, como nesse belíssimo frevo-de-bloco, *Valores do Passado*, de Edgard Morães, de 1962:

"Bloco das Flores, Andaluzas,	Pavão Dourado, Camelo de Ouro e Bebê.
Cartomantes, Camponesas, Após Fum	Os queridos Batutas da Boa Vista
e o Bloco Um Dia Só.	E os Turunas de São José .
Os Corações Futuristas, Bôbos em Folia, Príncipe dos Príncipes brilhou	
Pirilampos de Tejipló,	Lira da Noite também vibrou
A Flôr da Magnólia,	E o Bloco da Saudade, assim recorda,
Lira do Charmion, Sem Rival;	Tudo que passou".
Jacarandá, a Madeira da Fé,	
Crisântemos, Se Tem Bote e	
Um Dia de Carnaval.	

Reverência sentida, clamativa, transmite uma profunda emoção na multidão, transportando-a para um mundo imaginário de antigos carnavalescos famosos como Felinto, Pedro Salgado, Guilherme, Fenelon, Raul Morães e Mario Melo, que faziam com seus "Blocos das Flores", "Andaluzas", "Pirilampos", "Apóis Fum", "Vassourinha", "Pão Duro", "Dona Santa", "Batutas" e "Canindês" os "carnavais saudosos". Com tanta alma se cantam esses frevos que parecem partes de um ritual de uma cerimônia de despedida, nunca concluída.

Alegria e amor, pares constantes dessa celebração do encanto, simbiose de esperanças, sonhos e decepções sob uma máscara ou fantasia personalizam arlequins, pierrôs ou colombinas, apaixonados e apaixonáveis :

" Mandeí fazer um buquê prá minha amada,
mas sendo ele de bonina disfarçada.
O brilho da estrela matutina
Adeus menina, linda flor da madrugada..."

(*Linda Flor da Madrugada*, de Capiba, 1940).

Tempo de ilusões e de promessas de amor, endeusamento lírico e feliz da mulher que encanta e seduz :

" Se eu pudesse lhe daria
O céu, a terra e o mar
Mandaria pratear toda a avenida
Prá ver você passar. (...)

(José Menezes e Neuza Rodrigues)

Duração fugaz, mas marcante no coração e na memória que a melodia retoca:

“Esse amor de carnaval
Durou uma canção
Foi uma serpentina partida
Que você jogou no salão ...”

(Serpentina Partida, de Arthur Lima Cavalcanti e Maximiano Campos) .

Esse cantar de reconhecimento é a reconstrução idealizada de uma época, a servir de referência para os dias atuais. Brincar hoje o carnaval é ao mesmo tempo reviver os do passado remoto ou recente, presentes não apenas pela beleza de suas melodias e letras, pelo curso e blocos, pela ingenuidade das fantasias, mas por, neles encontrar uma raiz da identidade da cultura pernambucana,²¹³ tão fortemente ameaçada por intrusos ritmos elétricos de alhures. São tradições, histórias que se confundem com a origem e um passado mais próximo.

Carregado especialmente pela classe média, novos blocos ²¹⁴se formam e assumem essa quase missão de conservar uma tradição atualizada. Compreende-se, assim, porque as canções antigas façam tanto sucesso, mesmo aquelas que já choravam, em décadas passadas, a ameaça ou o desaparecimento de seus blocos:

²¹³ Em termos sociológicos, poderíamos utilizar as categorias analíticas de preservação/readaptação/invenção das tradições, já tratadas, entre outros por Hobsbawm e Ranger (1984). Recorremos agora à sociologia da estruturação ou reflexiva de Giddens : “as tradições podem ser justificadas como tendo valor em um universo de valores competitivos plurais” (1997 :123). O caso do carnaval pernambucano não pode ser aqui sinteticamente tratado, mas não se deve negligenciar a sua revalorização num contexto competitivo com a música e o carnaval baianos. Sob a denominação de “resgate da cultura pernambucana” há todo um movimento cultural, inclusive de reocupação do espaço da praia de Boa Viagem às tradições carnavalescas, o único local ainda sob o domínio de influência musical “baiana”.

²¹⁴ A criação por intelectuais, nos anos 70, do Bloco da Saudade e neste ano, a reanimação do Bloco das Flores e do Madeira do Rosarinho são exemplos.

"Não deixem morrer Batutas.	Que lindo Bloco
Não deixem Batutas morrer.	Que lindo é
Batutas tem um passado de lutas	Nosso Batutas de São José.
Viva Batutas ! Batutas vai vencer.	Tem tradição, tem glória,
	Tem história prá valer
	Não deixem Batutas morrer"
	(...)

(*Não Deixem Morrer Batutas*. Álvaro Alvim)

A alegria e a emoção dessa e de outras músicas semelhantes são cantadas com tanta vibração e força nos ensaios, nas ruas e desfiles momescos, que, mais do que nostalgia, assumem a feição de um grito de afirmação cultural, como acontece com o grande sucesso da ingênua canção do Bloco Madeira do Rosarinho (já desaparecido e em processo de reestruturação neste ano), Madeira que Cupim não Rói, de Capiba, feita em 1963 :

"Madeira do Rosarinho	E se aqui estamos,
Vem à cidade sua fama mostrar	cantando esta canção
E traz com seu pessoal	Vimos defender a nossa tradição
Seu estandarte tão original	E dizer bem alto que a injustiça dói
Não vem pra fazer barulho	Nós somos madeira de lei
Vem só dizer, e com satisfação,	que cupim não rói."
Queiram ou não queiram os juízes	
O nosso bloco é de fato campeão	

Reinventar a tradição para se tornar tradição não é um caminho desse renascimento cultural pernambucano? Evoé cultura popular !

As músicas carnavalescas, sob a forma de lamento ou protesto, têm um conteúdo social e político, seja através da sátira aos costumes seja na constatação de mudanças trazidas pelo progresso. Em *Evocação nº 7 - Ruas de Minha Infância* -, feita em 1972, Nelson Ferreira assim se expressa para mostrar a nova configuração urbanística da cidade do Recife :

“ O meu Recife, cada vez mais lindo !
 Tão diferente, minha gente, é o progresso ...
 Por isso, ó ruas de minha infância ,
 não mais ouvireis do Bloco a Marcha-regresso...
 E, se no mundo, tudo tem seu fim, adeus Rua Augusta....
 De Hortas.... Do Alecrim.

Há temas recorrentes nas canções do carnaval pernambucano. Mas, o da saudade certamente é um dos que estão mais presentes em títulos e conteúdos, referindo-se, entre outros, ao amor, aos blocos passados, ao Recife antigo e, mais ainda, ao fim do tríduo momesco com uma denotação especial do substantivo regresso. Como ilustração, citamos apenas os títulos que se referem diretamente ao tema da saudade : Aurora de Amor, de Maurício Cavalcanti e Romero Amorim, Cadê Mario Melo, de Nelson Ferreira, Chora Batutas , de Getúlio Cavalcanti, Saudade que vem de Você, de Capiba, Saudade , dos Irmãos Valença, e os belíssimos, A Dor de uma Saudade, de Edgard Morães :

“A dor de uma saudade
 Vive sempre em meu coração
 Ao lembrar alguém que partiu
 Deixando a recordação, nunca mais
 Hão de Voltar os tempos felizes
 que passei em outros carnavais (...)”

e Frevo da Saudade , de Nelson Ferreira e Aldemar Paiva :

“ Quem tem saudade
 Não está sozinho
 Tem o carinho
 da recordação
 Por isso quando estou
 Mais isolado
 Estou bem acompanhado
 Com você no coração (...) ”.

Regresso, sempre chorado, é fim de cada dia de festa, recolhimento dos blocos, das troças, das pessoas com a esperança de mais um dia :

“ Adeus, chegou a hora de partir

Adeus, é madrugada vamos recolher

Agora é recordar amores E a tristeza esquecer”

(*Vamos Regressar*, de João Santiago)

ou

“... batidas de bumbo

são maracatus retardados

que voltam pra casa cansados

com seus estandartes pró ar.

(*Frevo número dois do Recife*, do maestro Luis Carlos Vinhas)

Fim de carnaval cantando desilusões, decepções, incertezas e esperanças:

“Falam tanto que meu bloco está

Dando adeus prá nunca mais sair

E depois que ele desfilar

Do seu povo vai se despedir

No regresso de não mais voltar

Suas pastoras vão pedir :

Não deixe não

Que um bloco campeão

Guarde no peito a dor de não cantar

Um bloco a mais

É um sonho que se faz

Nos pastoris da vida singular

É lindo ver

O dia amanhecer

Com violões e pastorinhas mil

Dizendo bem

Que o Recife tem

O carnaval melhor do meu Brasil”

(*Último Regresso* , de Getúlio Cavalcanti)

Se o carnaval é tradição, beleza, alegria, é porque nele há encontro de almas , separadas pela distância, mas sempre no coração do Recife, regresso de quem nunca disse adeus, mas saiu :

“Voltei Recife foi a saudade que me trouxe pelo braço...”

A madrugada que não anuncia a aurora de um novo dia de alegria, mas de uma espada que cortará, em breve, o tempo da fantasia :

“ Na madrugada do terceiro dia
 chega a tristeza
 Vai embora a alegria
 Os foliões vão regressando
 E o nosso frevo diz adeus à folia
 A noite morre, o sol vem chegando
 E a tristeza vai aumentando
 A gente sente uma saudade sem igual;
 Que só termina
 Com um novo carnaval ”

(José Menezes e Geraldo Costa)

E no espaço conquistado do Recife antigo, lá estão todos em conagração: Batutas de São José, Bloco da Saudade, das Flores, Amantes da Glória, Bloco das Ilusões, Quero Mais, Nem Sempre Lili Toca Flauta, Diz que me Ama,porra!, Bloco da Vitória Régia, Pierrot de São José, Maracatu Nação Leão Coroado, Eu Acho é Pouco, Bloco Anárquico Armorial Siri na Lata, Maracatu Sol Nascente, Elefante de Olinda, Bloco Cordas e Retalhos, Cadê Mario Melo e tantos outros para num choro alegre de despedida cantarem “ Oh, quarta-feira ingrata chega tão depressa só para contrariar ... ”

A literatura e a música têm a propriedade de constituir um tempo próprio ou até mesmo de aparentar uma exterioridade . Recordação, lembrança, saudade, são situações reveladas expressamente nos textos datados, mas que, evocados de geração em geração, estão sempre atualizados, quer como reminiscências quer como interação quer como comparação quer como recomposição de fatos integrais ou parciais.

O pensamento, em suas várias constituições, se perpetua ou, mais rigorosamente, pela lembrança e recordação, pela atualização e recontextualização, apresenta-se como perene, extra-temporal. Entrecruza-se num misterioso labirinto, às vezes tão presente/ausente, tão passado/presente,

tão futuro/presente, como que num contínuo, ora harmonioso ora antagônico; ora ontem ora hoje ora ontem-hoje-amanhã, como fênix e feno .

O “palácio das memórias”, trazendo para cá Santo Agostinho, faz o tempo ultrapassar os espaços para, num único momento, unir pretérito-presente-futuro. Como seres vivos que somos, só o presente tem um espaço concreto, nada mais sendo do que essa “costura” intrigante e belicosa entre passado e futuro, de que fala Virginia Wolf, em Orlando. Na sua inquietude para definir a temporalidade do ego pensante, Hanna Arendt afirma: “o homem vive nesse intervalo (refere-se ao presente) e o que ele chama de” presente “é uma luta que dura toda a vida contra o peso morto do passado, que o impulsiona com a esperança, e contra o medo do futuro (cuja única certeza é a morte), que o empurra para trás, para “a serenidade do passado”, com a nostalgia e a lembrança da única realidade de que o homem pode ter certeza”. (1992: 154/155).

Na dialética do tempo, a temporalidade do pensamento é uma dimensão abstrata, mas real, deslocada de uma realidade presente em que as suas dimensões parecem formar uma única realidade. Disfarçado numa linha retilínea, o tempo tem esse caráter fetichizante onde navega a vida humana. Ela está nele.

ANEXO II²¹⁵**ALGUMAS VISÕES SOBRE A SUDENE**

/

A Sudene foi uma grande escola para mim

“Eu trabalhei na Sudene por 32 anos e qualquer pessoa que passa 32 anos numa instituição sai com uma carga de experiência bastante forte. O fato de ter trabalhado esse tempo todo na Sudene e ter aprendido muito - a minha vida profissional foi toda feita lá praticamente -, me dá uma certa tranquilidade em relação aos projetos que eu pretendo implantar no Seridó e além da experiência na Sudene, a própria vivência com pessoas de um nível, digamos, melhor. O resultado dessa vivência hoje se reflete nas propostas que tenho em mente para a melhoria da administração municipal: um treinamento de recursos humanos, por exemplo, porque eu trabalhei durante muito tempo na área de recursos humanos na Sudene. Isso me serviu muito, além do fato de ter participado de projetos no exterior, de ter viajado para a Índia, para o norte da África, Europa e Estados Unidos. Sempre que eu ia era dentro de um projeto de uma instituição internacional que tinha muito a ensinar. Na Índia, por exemplo, eu aprendi muita coisa em termos de implantação de projetos, em pequenas comunidades, absorvedores de mão de obra intensiva. Isso me serve muito como experiência.

Na realidade, eu nunca tinha podido formar uma equipe na Sudene, guardei sempre aquelas informações que obtive nessas ocasiões e as mantive registradas. Hoje eu as pego e vou revendo esses papéis, essas apostilas, desses cursos todos que me servem muito. Como você sabe, a Índia tem muita semelhança com o Nordeste, em relação à população, nível de vida. Certos

²¹⁵ Conforme procedimento geral adotado, quando há citação da Instituição de trabalho não fazemos a identificação do entrevistado, a não ser que haja autorização. Fizemos apenas eliminar o formato pergunta-resposta, garantindo, contudo, todo o conteúdo expresso pelo entrevistado. Os quatro depoimentos correspondem a autores diferentes.

projetos que deram certo lá podem dar certo aqui também no Nordeste.

Não consegui formar uma equipe, porque a Sudene treinava o indivíduo, não treinava equipes. Treinava, por exemplo, uma pessoa, mandava-a para um curso na Suíça ou na França ou na Índia, e era uma andorinha só, isolada. Quando chegava aqui não conseguia formar uma equipe para trabalhar com aqueles conhecimentos adquiridos lá. Então, se a Sudene mandasse dois ou três de uma vez para serem treinados numa determinada técnica ou num determinado setor, talvez esses dois ou três pudessem chegar aqui e formar uma equipe para começar a implantar projetos. Quando chegamos aqui e queremos botar na prática os conhecimentos adquiridos, muitas vezes não conseguimos. A própria Instituição impõe certas barreiras burocráticas que impedem o desenvolvimento de um trabalho em equipe. Hoje, em Jardim de Piranhas, eu procuro formar equipes na prefeitura, para desenvolver certas coisas que eu aprendi no exterior.

A Sudene foi uma grande escola para mim, como tem sido para todos que têm passado por lá. A Sudene, em seus primórdios, em 1961, tinha uma linha mestra de atuação que era o desenvolvimento do Nordeste. O GTDN, aquele grupo de trabalho pelo desenvolvimento do Nordeste, preconizava uma série de atividades, umas linhas diretoras, que não podiam resultar em outra coisa que não o desenvolvimento da Região. Infelizmente, ao longo do tempo, as coisas foram se desvirtuando. Essas linhas foram sendo substituídas por outras, digamos correntes, a coisa não era mais como no começo, as pessoas que foram entrando na Sudene não tinham mais o mesmo sentimento dos primeiros funcionários, um certo amor à causa. A departamentalização excessiva da Sudene fragmentou essas linhas mestras de atuação da Instituição, dificultando muito o papel primordial, que era o desenvolvimento do Nordeste. No tempo de Celso Furtado essa coisa era colocada muito visivelmente, muito fácil de se perceber. Depois foi se perdendo esse objetivo do desenvolvimento regional. Uma vez, numa reunião quando a Sudene completava 20 anos, propus que a Divisão de Educação do Departamento de Recursos Humanos elaborasse, com os seus pedagogos, um projeto que criasse uma matéria chamada de desenvolvimento regional, a ser ensinada nas escolas do Nordeste. Mas a idéia não prosperou, não foi dada a

devida importância. Mas eu sempre achei que as pessoas de fora que ouviam falar de Sudene, nunca souberam traduzir a sua sigla, os seus objetivos. Uma matéria no currículo das escolas, que versasse sobre o desenvolvimento do regional, do Nordeste, ajudaria as pessoas a saberem o que é o desenvolvimento regional e o papel da Sudene. Mas infelizmente isso não foi à frente.

Eu acho que faltou acontecer algo muito importante na Sudene. Faltou acontecer um envolvimento da Sudene com as populações mais sofridas da região. Isso praticamente nunca aconteceu. A Sudene priorizou em certas ocasiões investimentos em cima de quem não precisava de investimentos, enriqueceu quem já era rico, deu muito dinheiro para empresários que aplicavam mal ou não aplicavam, como você sabe, está nas manchetes dos jornais a questão da SUDENE e da SUDAM. Faltou uma reviravolta grande na Sudene. A vida inteira se falou lá na Sudene que ela iria retomar os seus rumos, que iria ser repensada, que ia ser melhorada, que ia ser fortalecida, e isso, que seria um fato marcante, nunca aconteceu. Entrava e saía superintendente, a gente tinha certas expectativas em relação a alguns que vinham, mas as expectativas não eram concretizadas. No tempo dos militares a coisa esbarrou muito na falta de prioridade para o social. A destinação dos recursos da Sudene ficou muito restrita ao envolvimento entre empresas, empresários e certos setores da sociedade, da cúpula da sociedade, quando devia ser direcionado para as bases, para a população mais carente. Não estou falando em criação de clube de mães, estou falando na criação de infra-estrutura que atendesse as populações mais miseráveis ou mais carentes da Região. Quando eu estava na ativa, eu viajava muito, na direção de um fusca, por esse Nordeste todo, a gente chegava numa cidadezinha do Ceará, por exemplo, do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, onde as pessoas diziam : “Ah, doutor, a Sudene não chegou aqui ainda não”. A presença da Sudene nessas pequenas cidades, nessas comunidades, é uma coisa que falta até hoje; ela não chegou ainda diretamente para beneficiar as camadas mais necessitadas . Um fato que seria relevante não aconteceu : a Sudene deveria ter se dedicado mais à questão da pobreza. Não da erradicação da pobreza, pois sei que isso é difícil, mas poderia ter se dedicado mais a uma

linha de atuação que minorasse o sofrimento dessas comunidades mais pobres, sobretudo na zona rural, porque fugiu todo mundo da zona rural para as cidades. Mesmo nas pequenas cidades esse fenômeno é muito claro, existem muitos fatores que contribuíram para isso. Hoje em dia o matuto diz assim : “Ah, doutor, não vou plantar arroz porque eu já encontro um quilo de arroz empacotado no supermercado por oitenta centavos. Para eu poder produzir um quilo de arroz eu vou sofrer muito, vou ter que plantar, esperar que chova, então é muito mais fácil comprar um quilo de arroz descascadinho e empacotadinho no supermercado”. Isto é um exemplo do desestímulo ao pequeno agricultor, pequeno proprietário rural do Nordeste. A Sudene devia ter se voltado para essa classe mais sofrida da região. Você chega no interior de qualquer um desses estados da Região e vê que não tem mais ninguém no campo, correu todo mundo para a cidade, e ficam num subemprego, por que não tem emprego para todo mundo. Eles procuram emprego público, as prefeituras incham seu quadro funcional de pessoas que não fazem nada, mas a única coisa que fazem é ir lá no final do mês para receber o dinheiro do pagamento. Não vou dizer que isso seja uma coisa generalizada, mas existem muitos casos assim. Você vai à zona rural, chega num sítio daqueles, é um abandono completo, não tem mais ninguém morando nos sítios. Não tem nada plantado, o mato tomou conta de tudo. Há um aspecto positivo nessa questão do abandono da zona rural porque as matas se refizeram. Cito, como exemplo, uma terra que temos, que quando meu pai era vivo, meu avô era vivo, moravam não sei quantas famílias naquele sítio, naquela fazenda, que tinha 980 hectares de terra; era povoadíssima, todo mundo trabalhando, plantando arroz, milho, algodão, feijão, cana de açúcar, tinha um engenho bangüê, por sinal puxado por boi, e era uma festa o tempo todo nessa fazenda. E assim eram em outras vizinhanças. Hoje, você chega lá e não tem ninguém morando, os campos, que antes eram cobertos de algodão, estão cobertos de jurema, de pereiro e velame. Um ponto positivo é a restauração da mata, do mato nativo, pois muitas áreas tinham sido devastadas com a plantação do algodão, com cercados para pastagens. Hoje, essas matas se refizeram até certo ponto, porque deixaram de cortar para fazer lenha, deixaram de depredar sem motivo. O único ponto positivo que eu vejo é

esse. Chegando lá no inverno a gente vê que o mato está fechado, a jurema, o pereiro, o pinhão e a catingueira se recompuseram de tal maneira que o mato está lá fechadinho. Mas ninguém produz mais nada, passam a criar gado, algumas pessoas passam a criar reses e aí compram farelo de soja ou farelo de trigo no armazém da cidade para alimentar. Nem existem mais a rama de batata doce, a palha do arroz, a palha da cana de açúcar, que serviam de ração para o gado; não existem, porque ninguém mais planta isso lá. Voltando à história da Sudene, acho que esta deveria ter tido políticas rurais mais abrangentes, no sentido de contemplar esses pequenos proprietários do Nordeste, para não permitir que eles deixassem as suas terras, não permitir que a produção se acabasse. Hoje, as cidades sofrem as conseqüências dessa falta de atenção do governo federal, da Sudene, dos órgãos todos que cuidavam dessa área, e toda a região sofre as conseqüências disso, porque, como foi dito, as cidades vão inchando, o desemprego é crescente e a Sudene não resolve os problemas. Continuou com aquela história de beneficiar grandes empresários e fica só nisso.

A gente não pode dizer que a Sudene foi extinta, porque estão mudando o nome, eu não sei como vai ser chamada. Acho que essa história de extinguir um órgão porque houve algumas falhas, alguns erros, não é a medida mais correta. O mais correto seria punir os responsáveis pelos erros cometidos e reestruturar o Órgão para não permitir que erros dessa natureza voltem a acontecer. Eu acho que a medida mais correta seria essa. Não é extinguindo um órgão que você resolve um problema, porque ele vai ser substituído por outro, ou sei lá por quem, e se não se aplicam as medidas corretas, no sentido de corrigir os erros, não adianta nada mudar o nome, não adianta nada extinguir”.

//

A Sudene surgiu de uma mobilização que juntou igreja, empresários, Partido Comunista.

“Não há dúvida de que a Sudene foi um órgão criado do idealismo. Realmente, eu vejo que o idealismo mais forte está na esquerda. As pessoas que estavam lá tinham um vínculo com a esquerda, como, por exemplo, Celso Furtado; mas, não todo mundo. O Presidente Juscelino, não era um homem de esquerda, foi cassado porque tinha umas posições, uns comportamentos de vanguarda. Isso era mal visto pelo capital. Acho que o que predominava na Sudene era um pessoal idealista, eu não digo só um pessoal de esquerda.

Conheci Celso Furtado, mas não fui daquelas pessoas que privaram, digamos assim, dos conhecimentos dele. Porque eu era estudante, era desenhista, entrei lá como estagiária. Inclusive, quando Jango esteve aqui, fui chamada e dei uma organizada no Gabinete. Pela primeira vez coloquei os letreiros, contra a vontade de Celso Furtado, que não queria luxo. Eu consegui - na época, a gente não tinha os recursos que tem hoje - umas letras adesivas, mas foi contra vontade dele. Tudo era muito simples, o carro da Sudene era “rural”, não tinha nada de carro de luxo. Ele andava nesses carros e não tinha nenhum luxo. Coloquei um conjunto de sofá e ele não gostou.

A Sudene surgiu de uma mobilização que juntou igreja, empresários, Partido Comunista. Foi um grande debate que resultou na necessidade de criação de um órgão, como a Sudene, viabilizado pelas idéias de Celso Furtado e pela sensibilidade de Juscelino. Foi um momento muito importante, e não podia acabar porque o Governo assim o quer. Uma pessoa na Sudene lamentou, num discurso: “Fui dormir honesto e acordei ladrão, porque no noticiário servidor da Sudene é ladrão. Aí o meu filho perguntava: o que é isso, papai? E a gente tem dificuldade de explicar o que a imprensa toda estava falando, que lá era lugar de corrupto. Eu

sempre tive o maior orgulho de trabalhar num lugar onde não havia isso, e passou a ter quando o FINOR começou a tomar o fôlego da Sudene”.

Por sinal, não me lembro de ter ido nos andares do FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste). A Sudene para mim era outra coisa. Eu sempre me mostrei contra, mas não desprezo. A gente quando tem uma visão de esquerda, a gente sempre olha de lado estas questões. Quando a Sudene passa a ser FINOR isso desagradou a gente que tinha outro projeto para Sudene, queria que fosse grande em outra área, conhecida em outra área. A do social e não pelo econômico. Isso realmente não agradava muito.

Sobre o planejamento, primeiro, vejo um papel riquíssimo da própria Sudene, ela tinha uma proposta de mudar a Região e a gente mudou muita coisa, embora a pobreza ainda perdure. Isso é uma questão mais política do que governamental, mas sendo política, ela conduz comportamentos, posturas dos governantes.

Mas a Sudene foi perdendo a sua importância, foi perseguida desde logo depois da sua criação. O golpe militar veio e foi esvaziando o papel da Sudene. A verdade é que a Sudene é lugar riquíssimo, é um lugar que tem uma polivalência. Qualquer área que pudesse ser transformadora da realidade, ali dentro da Sudene tinha alguém fazendo alguma coisa. O planejamento urbano é quase todo o planejamento da Sudene, porque o urbano envolve quase todos os setores, muita coisa tem a ver com o planejamento urbano. Quando se tinha alguma dúvida, sempre tinha um setor dentro da própria Sudene para esclarecer, para envolver na questão do planejamento urbano. Na verdade, eu trabalhei mais com o planejamento urbano regional, é a questão do sistema de cidades, do conjunto de cidades. É entender e intervir no conjunto das cidades, no papel que elas desempenham na sua região como um todo. É uma coisa viva, dinâmica. É muito interessante esse tipo de trabalho. É compreender um conjunto de cidades, e ver os vazios urbanos, as deficiências da cidade. É quase como uma marionete. A gente tenta mexer com a cidade para que ela se transforme, porque ela desempenha um papel de abastecimento, de comunicação, a questão do emprego, a questão da saúde, da educação, todas estas coisas estão envolvidas.

Tinha até um programa do governo federal, que na época criou um setor urbano eficiente e alguns programas específicos de atuação nas cidades. Foram os programas Região Metropolitana (identificação, estímulo, apoio) e Cidade Porte Médio. A Sudene administrou esses programas no Nordeste. Nós íamos à cidade verificar qual a deficiência, o que ela estava precisando mais para desempenhar o seu papel. Aí, junto com a comunidade local se identificavam programas, se tinha verba específica para aquele tipo de intervenção.

Ela tinha um projeto de transformar a região. Transformar socialmente, mas o projeto social não exclui o econômico, porque nós vivemos um regime capitalista. Daí o projeto ser “autofurtário”. O que é o FINOR? Este depois virou Sudene, nas perspectivas de muitas pessoas, nas limitações de boa parte das pessoas que sempre entenderam a Sudene como FINOR. Por que? Porque tudo que é do dinheiro, tem os defensores arraigados. Então, a Sudene se sustentou basicamente por causa do FINOR. Se eles arranjassem um outro jeito de os empresários terem dinheiro, de os governadores também terem, eles não se incomodariam com a Sudene. O negócio deles é o circuito do dinheiro. Então, quando os empresários fazem uma campanha em defesa da Sudene, é em defesa daquele Fundo que os ajudava. À medida que o dinheiro pode vir por outros lados, não precisam da Sudene. Entendeu? Eles só queriam a Sudene nesse ponto. Então, quem foi de outras áreas, que batalhava pela essência da Sudene, a gente ainda tem vontade de reverter a situação. A gente está trabalhando pra isso, o Sindicato está à frente da campanha para uma Sudene que realmente trabalhe em diversas transformações da região. Desde a área fundiária, a geologia, a Sudene tinha uma área formidável que trabalhava com pesquisa geológica. O mapeamento que a Sudene produziu era utilizado por todo mundo, porque o sul do Nordeste não tinha mapa. Não tinha reconhecimento da riqueza do subsolo. Hoje eu sempre cito, embora tenha uma matéria agora sobre os contrastes do Sertão irrigado, do Sertão da pobreza, mas aquele sertão irrigado teve origem nas pesquisas da Sudene. Uva só dava em lugar frio. A Sudene pesquisou, trouxe técnicos pra cá, se descobriu, se pesquisou e hoje o sertão produz uma uva de ótima qualidade. Fruto de um planejamento da Sudene. Esse planejamento era

feito com muitos braços, com muitos ramais, para transformar a região em seus diversos aspectos. Essa coisa de FINOR é uma limitação muito grande, a economia tem um papel, mas se ela não oferece um resultado para o social, é inútil. A questão do planejamento era a transformação da região, atacando seus diversos campos. Os governos dos estados que estão, hoje, se considerando independentes, a Sudene encontrou deficientíssimos. E ela foi aos Governos dos Estados, às suas secretarias, a seu pessoal. Hoje, os governos dos estados estão independentes, mas antes eles não tinham isso, porque eles não tinham estrutura administrativa. A Sudene doou tudo isso e transformou. Tem muita coisa que não se percebe que foi transformação da Sudene. Esse era o papel da Sudene.

As dificuldades, os problemas enfrentados eram basicamente políticos, de esvaziamento. Depois do golpe militar, me lembro, eu ainda era estudante e o que lembro era a gente refazendo os orçamentos. Chegava no final do ano, uma euforia maior do mundo, a gente criava, bolava idéias, projetos, orçava. A gente ficava louco, era tanto dinheiro para realizar aquelas coisas que a gente sonhava, colocava nos orçamentos, naquela hora a gente estava livre para pensar. Ao longo do ano, toda hora vinha uma ordem para cortar, cortar. Quando deixava de vir, a gente mesma era que tinha que fazer uma proposta reduzida. Refazer a proposta e fazer os cortes. Então, foi perdendo o poder político, foi perdendo recursos para atuar e se esvaziando. É isso o que o governo faz: primeiro cria situações, para depois dizer que não presta. É isso que aparece na televisão, no Jornal Nacional ; no fim a solução: vamos privatizar, vamos fechar a Sudene.

Quem era que roubava quando eles dizem que houve desonestidade na Sudene? Seus parceiros do governo, os empresários. Pode ter funcionários corruptos, não duvido, pode ser até pequeno, de quem está necessitado. Não quero desculpar isso não. O corruptor é o principal responsável, é o que está com o poder do dinheiro. Porque tem empresários corruptos que desviaram o dinheiro, vai fechar o órgão por causa disso? Matéria do Jornal do Comércio dizia que parecia com "aquela história do sofá".

O problema maior da Sudene era que a gente não via, a gente passou a vida lutando para realizar as coisas e puxavam o nosso tapete, como o corte das verbas, dos programas. Esses foram os principais problemas da Sudene.

Todo o pessoal que tinha a disponibilidade foi perdendo a esperança na Sudene. O governo Collor! A gente foi tendo pouco espaço e a gente foi se desencantando. Realmente estava ficando muito ruim. A gente não podia ter mais a esperança, nem o sonho. Aquela coisa de ficar batalhando ficou quase impossível. Antes, a gente tinha resistência de lutar por um ideal. A Sudene finda sendo um bichinho que se instala na gente. Foi um grande aprendizado, uma grande escola, você passa a ter uma visão bem mais ampla das coisas. A gente deixa de ser um profissional estanque e passa a ser um arquiteto-planejador, porque, na hora dos trabalhos, não contava mais sua origem profissional. Você estava imbuído do espírito do desenvolvimento regional. Você entrava com sua componente profissional, mas na hora que a gente trabalhava junto, quase que não tinha limites profissionais. Era um técnico do desenvolvimento. Inclusive existe o curso de TDE (Técnico em Desenvolvimento Econômico). Eu não fiz esse curso. Algumas pessoas das que citei pra você fizeram, conviveram com Celso Furtado, conhecem mais sobre o início da SUDENE.

Mas houve outros momentos, por exemplo, a nossa tomada da associação foi muito importante. A Associação ficou na mão da direita após o Golpe Militar. Depois do golpe, as coisas se modificaram. Os coronéis foram para lá, o poder lá, a direção não estava com a esquerda. Muita gente da esquerda foi embora, foi exilada, foi presa, foi torturada. Muito técnico da Sudene que tinha militância política sofreu, foi preso. Tinha SNI lá dentro.

Uma vez houve uma greve aqui, no tempo de Figueiredo. Uma greve dos que já estavam querendo botar a cabeça de fora. Houve uma greve dos trabalhadores canavieiros muito forte, e, por conta desta greve, foi criado um programa de assistência à população pobre da zona canavieira. E eu fui indicada pelo meu setor para fazer parte do grupo de trabalho que ia fazer uma proposta. Este programa foi criado em função da greve, exatamente para amenizar a questão, para criar coisas que reduzissem a tensão. Quem coordenava isto era

um coronel, não me lembro bem, do SNI que vinha de Brasília fazer reuniões com a gente. Eu fiz parte do setor habitação, que estava compondo uma proposta da habitação, englobando várias coisas, do econômico, do social, do saneamento. Um dia, estava em reunião com esse coronel do SNI, propondo que os municípios participassem, que fossem executores das ações, o coronel discordou dizendo que nas prefeituras havia muita corrupção. Eu caí na besteira de dizer : “ Mas é pequena, porque em nível federal a corrupção é grande ”. No outro dia eu recebi a visita de uma pessoa estrangeira, dizendo que queria saber das coisas daqui, dos programas, mas eu notava que ela estava com uma roupa muito nossa e, além do mais, modestas. E ele se dizendo um estrangeiro que queria saber. Eu comecei a me soltar, a falar : “Vai ver era estrangeiro mesmo”. Eu comecei a me soltar com relação à injustiça social. Daqui a pouco, o estrangeiro fala: “Suas idéias são parecidas com as daquele padre D. Helder ”. Parei e pensei: estou sendo investigada. Moderei, então, as minhas colocações quanto à injustiça social. Um programa voltado à população pobre canavieira, é claro que a gente tinha que se preocupar com o social.

As mulheres profissionais tiveram espaço na Sudene. Acho que representou um momento da emancipação feminina”.

III

“Existe um Nordeste antes e depois da SUDENE”

“O que considero mais importante na minha vida profissional foi a elaboração de soluções para a manutenção de incentivos para o Nordeste. Há dez anos o Governo Collor quis acabar (os incentivos), nós trabalhamos num projeto e conseguimos mantê-los por mais dez anos. É esse tipo de coisa. Isso é um fato importante porque, por conta de nosso trabalho, foi feita uma alteração numa decisão do Governo, contrária ao Nordeste.

Havia uma crítica muito grande em relação aos incentivos fiscais. Havia uma avaliação por parte dos governos e, principalmente, dos setores ligados ao

centro de decisão, que não aceitavam a utilização da renúncia fiscal para aplicar no Nordeste. Isso não deixa de ser uma atitude hipócrita porque a maior parte da renúncia fiscal não vem para o Nordeste, pelo contrario, vem a menor parte. Mas isso dentro de um jogo de forças, um jogo político, a discriminação, que infelizmente acontece em relação ao Nordeste, fez com que o Governo tomasse essa decisão. Essa decisão também é influenciada por órgãos internacionais, tipo FMI, que não concorda muito com esse tipo de tratamento.

O plano para manter a SUDENE seria manter os incentivos. A decisão era de acabar com os incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. A gente fez um trabalho de aperfeiçoamento dos incentivos e esse trabalho, no final, foi aceito e submetido ao Governo, que o aprovou para ser mantido por mais dez anos. Depois que acabou o primeiro período de dez anos, nós conseguimos prorrogar por mais dez anos.

Acredito que esse momento tenha sido vivido por toda a Instituição. Evidentemente, teve um grupo que trabalhou mais, que foi mais responsável por isso. Os funcionários não se sentiram ameaçados, porque era só em relação ao incentivo, e não em relação à Instituição, que continuaria fazendo planejamento, não havendo uma definição muito clara do que deveria fazer. Acho que se tivesse atingido o FINOR, a SUDENE não teria continuado até quanto continuou, porque ela perderia muito a sua razão de ser, pois ela já estava fraca e era o FINOR que dava a sustentação. O FINOR era um instrumento válido, que representava recursos e representava interesses em toda a Região. Na hora que ela perdesse esse, e já não tinha vários outros instrumentos de atuação, com certeza ela não sobreviveria. Mas isso não era muito claro na cabeça de todo mundo.

Quando a SUDENE foi criada, os incentivos para a região eram o instrumento financeiro para atrair investimentos para a Região, para criar na Região um setor autônomo, independentemente do aspecto climático. Chovesse ou fizesse sol, a fábrica estaria funcionando. Agora, se não chover, a agricultura não funciona, a não ser mais recentemente a agricultura mais moderna, com irrigação. O objetivo era exatamente esse. Poderia se aplicar também no setor

pecuário, só que em menor dimensão. Poderia teoricamente, apesar de não ser muito adequado.

Esses críticos e esses debates são antigos, mas recrudesceram, a partir do governo Collor. Talvez por conta de decisões que aconteceram mais recentemente.

Do ponto de vista da instituição SUDENE, a gente pode dizer, com toda certeza, que existe um Nordeste antes e depois da SUDENE. Se for nesse aspecto, eu acredito que o fato mais importante foi a implantação de uma indústria moderna do Nordeste. Isso é muito importante. Foi a implantação de uma infraestrutura moderna no Nordeste. Se você comparar o Nordeste antes da SUDENE com o Nordeste depois da SUDENE, realmente são duas coisas absolutamente distintas, e a diferença é muito substancial. É a indústria do Nordeste que foi mais beneficiada com esse sistema de incentivos fiscais. Essa indústria é hoje competitiva. Está conseguindo competir, na indústria têxtil, até com o produto chinês. Ela teve, então, capacidade de se modernizar. O Nordeste tem hoje um parque industrial moderno graças à SUDENE; como também tem uma infraestrutura na área de telecomunicação que é absolutamente moderna, graças ao apoio que recebeu dela.

Outro campo de atuação importante foi a área de estudo sobre a questão regional. A Superintendência conseguiu fazer o mapeamento da região, o estudo geológico, o estudo hidro-geológico, que é realmente um acervo muito importante e que será reconhecido por muito tempo.

Foi quem introduziu o planejamento regional no país. Nos primeiros tempos, foi ela que formou as equipes técnicas de planejadores. Ajudou a formar as equipes de planejamento de cada Estado, que na época não tinha nem Secretaria de Planejamento e que hoje tem. Ela, realmente, introduziu, na região e no país, o planejamento. O seu primeiro Superintendente foi o primeiro Ministro do Planejamento do país. Essas Secretarias de Planejamentos nos Estados introduziram uma concepção diferente de organização administrativa, a partir da concepção que a SUDENE adotou e transferiu.

A questão da disparidade entre as regiões era bastante discutida dentro da

Superintendência e acho inclusive que essa diferença é que justificava uma instituição como ela. O objetivo era exatamente equilibrar e reduzir as disparidades, as divergências que existiam de desenvolvimento econômico-social. Por outro lado, internamente, dentro da própria Região há também essas diferenças. Muitas áreas se desenvolveram muito mais que outras. Também a SUDENE não dispôs de instrumentos adequados para tratar, por exemplo, do semi-árido, que precisaria de um tratamento todo especial, por conta do problema climático.

A questão do planejamento perdeu força no país, a partir de questionamentos e fatos políticos que levaram à concentração de poder em Brasília. Na hora que se tinha uma Instituição que congregava dez governadores, que era um fórum de debates das questões regionais, que se fortalecia porque reunia dez governadores para propor soluções ao Governo Central -muitas das soluções foram tomadas e decididas lá - isso não deixava de ser um centro de poder, que saía do Poder Central. Na hora que ele precisou se fortalecer, no governo militar, a área de planejamento e a área regional ficaram enfraquecidas. A partir daí, nós perdemos força, poder e instrumentos.

A gente não deveria pensar só em como foi a SUDENE na época militar, mas o que era o Nordeste nesse período de 60.

Eu cheguei lá em 65. Não sei se daria para comentar sobre esse assunto. Fiquei muito concentrado na parte jurídica e não acompanhei bem essa questão do ponto de vista político.

O fato de a SUDENE não ter conseguido fazer uma política forte para o semi-árido, é uma contradição para ela e para o próprio Governo como um todo. Pois ela não deixa de ser uma parte do governo federal. Um dos problemas mais graves que nós temos é o semi-árido, onde tem quase metade da população. Área na qual está mais de 50% do Nordeste, e este semi-árido não tem uma política bem definida. Por isso, em todas as secas que acontecem, há um despreparo do governo federal. Não há instrumentos adequados para funcionar e não há planejamentos permanentes de atuação. Há o imprevisto e as medidas paliativas. Mais recentemente, a SUDENE fez vários programas permanentes de convívio

com a seca, com obras hídricas, levantadas município por município. Seria uma espécie de programa de recursos hídricos completo para o Nordeste, que dependeria da alocação de produtos permanentes, o ano todo e todos os anos. Mas isso não era levado em consideração, não foi aprovado nem levado a efeito pelo governo federal, que não aprovava esses planos e esses projetos. O que significava que, quando chegasse a próxima seca, a situação estaria igual ou mais grave do que a anterior. Então, se passava a trabalhar com o assistencialismo e com a emergência: cesta básica, carro pipa...

A SUDENE tinha uma política que não conseguiu terminar. Ela tinha inclusive programas prontos, mas que não saíram do papel. Se esses programas tivessem sido implementados, o semi-árido seria outro, completamente.

As manchetes dos jornais de hoje afirmam que 50% dos brasileiros são pobres e indigentes e 50% são daqui do Nordeste. Exatamente, a situação seria outra. Quanto tempo o governo federal gasta para fazer uma adutora no tempo que não tem seca? Uma adutora que vai levar água para várias comunidades. Então quando termina a seca, o Governo pára de remeter os recursos necessários para o Nordeste. Quando vem a seca, ele gasta de um a dois bilhões para obras emergenciais. Se isso fosse aplicado durante um período de tempo em recursos hídricos, em 10, 15, 20 anos, a situação da economia e da população do Nordeste, do semi-árido, seria outra.

O Conselho Deliberativo era composto na parte política pelos governadores dos estados. Não sei até que ponto os governadores representavam as oligarquias. Tenho a impressão que as oligarquias não eram necessariamente do semi-árido. Não vejo influência muito grande das oligarquias nessas decisões, em relação ao semi-árido. Isso era mais uma coisa de Brasília, de decisão do Governo Central, de controle de recursos e falta de força política para fazer aprovar os programas. Como faltou força política aos governadores para manter a SUDENE atualmente e agora estão arrependidos.

O que a gente percebe em relação a Pernambuco, e muito em relação ao Nordeste, é que os políticos da Região ocupam cargos importantes, mas eles não utilizam esses cargos para benefício da Região. A gente vê as dificuldades

enormes que existem de se fazer obras até mesmo de pequeno valor, coisas não muito significantes. No entanto, se você for alinhar políticos do Estado e da Região que exercem cargos de liderança no governo federal, em todos os poderes, a liderança é muito grande. Não sei se gastam toda a sua força para se manter nos cargos e não sobra mais dela para defender e trazer investimentos, programas e projetos para a Região. Hoje, está também no jornal, numa notinha, se não me engano em relação a Minas Gerais, que pertence à SUDENE: as obras lá já foram concluídas, enquanto que no NE faz mais de trinta anos que dez obras não foram concluídas. E a nota diz ainda que os políticos não têm força. Essa é uma constatação que eu também faço. Nós temos políticos com cargos importantes e eles não conseguem trazer para a Região os recursos necessários para fazer a transformação. Eu não tenho condições de fazer a avaliação se isso é intencional, para que a Região se mantenha pobre e eles possam continuar a exercer o controle dos eleitores por conta da dependência, eu não consigo fazer essa avaliação. É fato que existe. Esses políticos ocupam cargos importantes na República, mas não têm uma contrapartida para os investimentos na Região. Pernambuco é um dos estados que têm os cargos mais representativos, em ministérios, vice-presidente da República.

A SUDENE foi extinta e eles não tiveram força nem de barrar a extinção, nem de criar um novo organismo. Hoje, os jornais trazem manifestações de governadores, se não me engano, do Ceará e de Pernambuco, dizendo que foram lesados. É a prova da fraqueza política ou da incapacidade de se articular, enfrentar, forçar, pressionar o governo central em favor das decisões que favoreçam a Região. Isso é a maior prova de tibieza dos políticos da Região. Inclusive do ponto de vista quantitativo, o Nordeste é muito importante.

Eu considero a polarização entre as regiões pobres e as regiões desenvolvidas no Brasil uma prova de subdesenvolvimento. O maior interesse das regiões mais desenvolvidas deveria ser o desenvolvimento das regiões mais pobres. Porque esse desenvolvimento iria resolver muitas das questões que existem hoje nas regiões mais desenvolvidas, onde o conflito social também é muito grande, onde a pobreza também está crescendo muito, onde o risco de

segurança também está crescendo muito e essas regiões podiam servir como um excelente mercado para indústrias das áreas mais desenvolvidas. Na hora em que o Nordeste, que tem mais de um terço da população, tiver um mercado desenvolvido, isso vai beneficiar São Paulo, que vai ter a quem vender os seus produtos. O desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia seria muito mais conveniente para São Paulo do que a manutenção do subdesenvolvimento dessas regiões. E essa foi a visão, a meu ver, que teve a Europa, quando procurou fazer a sua União Européia e o primeiro passo foi investir nas áreas e nos países menos desenvolvidos para fazer o equilíbrio. Foi feito isso em Portugal, na Espanha, em áreas da Itália, da Grécia e até em outras microrregiões de países já desenvolvidos, para tentar elevar o padrão, manter o equilíbrio e se fazer a União. Na hora em que Portugal é mais desenvolvido, em termos de uma renda maior, vai comprar mais produtos alemães. Este é o interesse inteligente do europeu e o brasileiro deve aprender essa lição.

Na hora que você desenvolve, evidentemente você vai ter produtos competitivos. Para desenvolver uma região, é preciso ter mercado para produção de bens de capital das áreas desenvolvidas. Então, a produção de bens de capital no país está em São Paulo, para se montar uma fábrica aqui a primeira coisa que eu faço é comprar máquinas em São Paulo, eu já estou ajudando São Paulo, já estou fazendo um benefício para o fortalecimento da indústria paulista. Por isso digo que o desenvolvimento do Nordeste interessa a São Paulo e ao Brasil. Agora, isso ainda não foi bem visto e não foi bem entendido. A preocupação do Brasil, do governo brasileiro, em relação ao Nordeste é só no período de crise, no período de seca. Quando a imagem do faminto comendo calango e rato vai para a televisão, choca o país todo e começa-se a mandar esmola.

(Jornais publicam) uns comentários de jornalistas, onde se diz que já há um cansaço da Nação em relação ao Nordeste. Já foi investido muito e o Nordeste não sai dessa situação de calamidade. Mas esses comentários partem de uma premissa absolutamente falsa, de que já foi investido muito. Não foi investido muito, o tamanho do incentivo, da renúncia fiscal, que a União gasta no Nordeste corresponde a 10% do que a União gasta em todo país. E 50% dessa renúncia

fiscal vai para os centros mais desenvolvidos. É um comentário absolutamente falso. A Nação, em termos de população, de mídia, não tem conhecimento disso, porque não há interesse de se divulgar essas coisas. A população não tem essa informação e a mídia, que tem esse preconceito em relação à região menos desenvolvida, não interessa divulgar. Por causa do preconceito. É importante continuar recebendo os 50% de toda renúncia fiscal. Se faz uma crítica ao Nordeste até para encobrir, para desviar as atenções. O FINOR corresponde a 3% de toda renúncia fiscal, e se faz um carnaval desse, como foi feito aqui na CPI, que justificou a atitude, a meu ver, incorreta do Governo, de extinguir a SUDENE.

A extinção da SUDENE foi um sentimento de frustração muito grande, de injustiça muito grande. Porque os dados que foram publicados não são nem eram verdadeiros e não houve nenhum interesse de divulgação dos dados verdadeiros. O único interesse da mídia era divulgar escândalos, mesmo que fossem mentirosos, como aconteceu em relação aos principais jornais televisionados do país em relação à CPI do FINOR. E quando o resultado final da CPI saiu com dados corretos, esse assunto foi apagado, porque os dados eram normais, representavam 40 anos de SUDENE e se colocava como se fossem da semana passada. Por isso, uma frustração muito grande. Uma injustiça muito grande foi cometida contra a SUDENE, contra os seus funcionários e contra o Nordeste, pois a SUDENE ainda tinha um papel muito importante em relação à Região.

Um dado que a gente pode colocar é a quantidade dos projetos que não tiveram sucesso. Do ponto de vista estatístico, em 40 anos, isso representa em termos de quantidade de projeto, talvez uns 10%, e em termos de recursos, acredito que, menos de 10%. Não me lembro exatamente se 7 ou 8%. Mas esses projetos que não deram certo não significa, necessariamente, que houve desvio na aplicação dos recursos. Significa que projetos foram implantados corretamente, chegaram a funcionar há vários anos e por vias conjunturais, como por exemplo, decisões do próprio Governo, de abertura de mercado, de baixa de alíquota de importação, não tiveram condições de se sustentar e fecharam. Mas não significa que houve desvio de recursos. Isso tudo, em 40 anos, representou 8%. Mas se você jogar um grande número, se falar em um bilhão de reais, se você divide por

40, dá 25 milhões por ano, dividido pelo montante de recursos que lhe eram destinados, então isso dava aproximadamente uns 5%. Cinco de 500 milhões dá 25 milhões. Se você fizer então, uma avaliação durante um ano, que geralmente é o que se faz, o prejuízo poderia ser considerado em torno de 5%. Se você pegar 5% e aplicar em cima de 17 bilhões de reais, que foi um dinheiro aplicado em 40 anos, então dá 850 milhões de reais, que é um número muito grande, em qualquer lugar do mundo. Mas ninguém disse que isso foi um prejuízo de 40 anos, e ninguém informou que o acerto foi de 95%. Um erro de 5%, em qualquer sistema e situação, é um erro admissível, razoável e aceito. Um acerto de 95% é um excelente nível. Mas só interessava divulgar o escândalo, o que se passou para a Nação, de propósito, foi que a Região era um antro de corrupção, um antro de desvio de recursos públicos.

A CPI foi que fez todo esse levantamento, todos os dados da SUDENE. Só que ela foi utilizada como instrumento político de promoção pessoal de deputados. E houve um deputado daqui do Nordeste que precisou se promover às custas disso e se promoveu, porque a mídia estava sedenta de escândalos e conseguiu usar esses números de forma inadequada e incorreta, apresentando como escândalo.

O presidente da CPI, do PT, criticou nos jornais a extinção da SUDENE e da SUDAM. Esse deputado era simplesmente sub-relator de uma subcomissão. Mas foi quem se aproveitou para se projetar, usando, na mídia, inadequadamente os dados corretos da CPI.

O outro aspecto é o seguinte: todos os desvios que foram feitos, e foram feitos, já estão devidamente apurados e encaminhados à Justiça e ao Ministério Público. Já há algum tempo não tinha nada mais a se fazer, e não se pode condenar a Receita Federal porque existe sonegação de imposto. Você tem que ir atrás do sonegador e encaminhá-lo à Justiça. Foi exatamente o que foi feito. O comportamento possível e legal foi adotado.

Houve realmente dificuldade de mobilizar a sociedade para a defesa da SUDENE, pela não extinção, o que foi uma falha muito grande, e a mobilização só começou depois que saiu a Medida Provisória da extinção. O que se pretendia

era, primeiro, que a proposta de mudança - pois todos gostaríamos que houvesse mudança, aperfeiçoamento, correções - fosse feita passando pelo crivo dos governadores, que chegaram a assinar um documento com o Ministro da Integração, da época, este se comprometendo a apresentar um projeto aos governadores, que teriam 60 dias para se pronunciar. O que a sociedade esperava era que, nesse período de 60 dias, houvesse esse debate e as correções do projeto pudessem ser feitas. A segunda proposta era que essas medidas fossem adotadas por projeto de lei, para haver o debate no Congresso e não por Medida Provisória, na calada da noite, como foi feito. Infelizmente nenhuma das duas coisas aconteceu. Os governadores foram simplesmente enganados pelo Governo Federal. Não foi apresentado o projeto para eles, não foi feito por projeto de lei a ser submetido ao Congresso. Foi feito por Medida Provisória, pegando todo mundo de surpresa. E a tibieza dos governadores foi, a meu ver, um dos pontos mais vergonhosos de todo esse processo. Porque era um instrumento que os governadores tinham para se fortalecer, para se unir, para reivindicar as questões regionais, e eles simplesmente deixaram que se jogasse fora. E agora, depois de feito, depois de uma promessa de criar uma coisa nova melhor do que acontecia e que não aconteceu, é que eles estão começando a se mobilizar. A sociedade e os partidos também. E por incrível que pareça, são mais os partidos de esquerda que estão se mobilizando para tentar reverter essa situação, através de um projeto de conversão da Medida Provisória ou mesmo através de um novo projeto pelo governo federal.

A Medida Provisória só tem validade por um mês. Se ela não for aprovada nesse período de um mês, tem que ser reeditada. Há duas alternativas, pode trabalhar numa reedição da medida provisória e sair com as correções necessárias, ou trabalhar no Congresso, com o relator que pode aceitar parcial ou totalmente ou rejeitar a Medida Provisória e apresentar um projeto substitutivo. No projeto de conversão em lei, o Congresso pode fazer as mudanças que achar adequadas. A idéia que está vigorando, já com a participação de vários governadores, de vários partidos, principalmente partidos de oposição, de funcionários da SUDENE, de sindicatos, é que, ao invés de extinguir a SUDENE

para criar uma coisa nova, houvesse a transformação. Significa que a SUDENE, ao invés de ser extinta, seria transformada. E nessa transformação se colocariam todos os aspectos que se quer colocar para uma instituição de caráter regional, que resgatasse o planejamento regional e que tivesse instrumentos adequados para atuar, tanto em relação ao setor privado, trazendo e incentivando os investimentos privados na Região, como em relação aos investimentos públicos, coordenando-os no Nordeste. Essa é a idéia, ao invés de extinguir, com todo o trauma que isso representa, para criar uma coisa que ninguém sabe o que é. Engraçado que o próprio Presidente da República, no discurso de posse do Ministro, disse que aceitava a transformação para a nova SUDENE. Esta deveria ter todas as características e condições que se quer dar a uma instituição regional para que possa funcionar, que possa realmente transformar a região e canalizar recursos e investimentos e tentar resgatar essa pobreza que está aí.

Essa questão, talvez não explicitamente da extinção da SUDENE, mas de uma reforma de uma política diferente na SUDENE, já existia até mesmo antes do primeiro Governo FHC. Havia uma questão entre atribuir mais poderes ao Banco do Nordeste e tirar da SUDENE. Há uma discussão política, digamos, de governadores veiculados ao Ceará e não veiculados ao Ceará. Os primeiros defendiam o favorecimento do Banco do Nordeste, mesmo com prejuízo da Agência Regional. Acho que isso não foi uma questão muito levantada, sendo mais tópica. O que aconteceu na SUDENE foi um esvaziamento político por decisão do governo federal, pois a instância regional perturbava, porque forçava decisões, significando que havia desconcentração do poder. Por outro lado e em função disso, o governo federal, não esse, de um modo geral, começou a tirar os instrumentos de atuação da Superintendência, enfraquecendo-a, e na hora que a enfraqueceu, ao invés de os governadores estaduais se reunirem, pedirem e exigirem o fortalecimento da SUDENE, já que eles em conjunto estariam evidentemente muito mais fortes para defender as questões regionais, tentaram ir sozinhos buscar o fortalecimento de seus Estados. Foi o grande erro, a meu ver, da área regional, porque eles aceitaram o jogo do Governo Central, colaborando com o esvaziamento político da SUDENE. Só que quando houve o desfecho, eles

também não queriam que isso acontecesse e se sentiram, evidentemente, prejudicados e estão tentando ir contra o prejuízo.

O Nordeste continua uma problemática do ponto de vista social e econômico. É uma Região que tem políticos influentes junto ao governo federal, que esvazia o principal Órgão, símbolo do Nordeste, com o apoio desses políticos. Essa apatia da sociedade em relação à extinção da SUDENE seja talvez por isso, as forças políticas não foram capazes de mobilizar a população. Acho que existe esse xadrez. Mas aconteceu com outro órgão de desenvolvimento, parecido com a SUDENE, a CODEVASF, que exercia um papel importante, e foi extinta de uma hora para outra. É uma decisão na calada da noite que quando descobrem, já está feito. A SUDENE tem um peso bem maior, simbolicamente. E é por isso que a gente sente um certo arrependimento do Presidente, no discurso de posse do Ministro.

É interessante ver tanto o discurso do governador de Pernambuco como o do governador do Ceará: literalmente dizem que foram enrolados. Mas o que também está fazendo com que os governadores acordem é a proximidade das eleições para governador. Porque esta decisão de fechar a SUDENE, não digo conivência, mas com a omissão dos governadores, isso vai ser cobrado a eles na próxima eleição e é por isso que eles já estão começando a se preocupar. Estão se articulando para fazer propostas para recuperar.

Eu acho que o jogo da eleição presidencial influenciou na tomada de decisão de assinar a Medida Provisória que extinguiu a SUDENE, porque o Presidente precisava se livrar da mídia, que estava favorável a uma CPI em cima do Governo. E este precisava dar respostas adequadas para mostrar que estava tomando providências. O que influenciou também em relação à política foi que, do outro lado, na Região Norte, formou-se uma questão muito mais séria e verdadeira, em relação à SUDAM. E lá estava implicado um possível candidato a presidente, Jader Barbalho, e como o Ministro da Integração era do partido dele, do PMDB, por solicitação do Jader, o ministro colocou a SUDENE na mesma situação, no mesmo tacho, da SUDAM, e isso prejudicou enormemente. E a mídia aceitou essa igualdade, esse jogo, inclusive utilizando os números apresentados

pelo deputado do PT do Nordeste. Foram circunstâncias que ajudaram no desfecho dessa questão do fechamento da SUDENE.

Em relação aos incentivos estaduais, evidentemente há uma disputa dos vários Estados para atrair investimentos. Como a carga tributária do país é muito grande, os empresários vão buscar aquelas localizações onde eles possam ter menos cargas tributárias. E os estados utilizam os seus tributos, no caso o ICMS, com reduções e oferecimento de outras vantagens, utilizando o ICMS, para atrair esses investidores. É a chamada guerra fiscal, que realmente prejudica como um todo. O que justifica o incentivo para a região Nordeste, primeiro é que ele deveria ser exclusivo para a questão do desenvolvimento regional. Só se atrai investimentos para a área, se houver uma compensação, porque em caso contrário o investimento será naturalmente atraído pelas áreas mais desenvolvidas, que tenham mais economia, mais infra-estrutura, melhores condições, que tenham um pessoal mais capacitado, universidades melhores. Naturalmente os investimentos procuram essas áreas. É necessário que se crie condições especiais para compensar a desvantagem que existe nas áreas periféricas, no caso. Isso é o que justifica o incentivo regional. Agora, o estadual, que todos os estados fazem, e é chamado de guerra fiscal, realmente é muito prejudicial. Acho que em termos de região, quem deveria dar o incentivo era a União e não os estados.

A idéia da SUDENE é pensar a Região. Há programas que interessam a vários Estados. Por exemplo, o desenvolvimento da Zona da Mata é um projeto que atende a vários Estados, trabalhando um plano conjunto. O semi-árido também atinge vários Estados, o órgão regional teria, então, um programa especial de atuação. Por outro lado, ela poderia articular para apresentar no orçamento da União emendas orçamentárias regionais. Por exemplo, na hora que houvesse um interesse em duplicar a BR – 101, que começa na Bahia, passa por Sergipe, por Alagoas, por Pernambuco, ela apresentaria uma emenda regional, com o apoio de todos os Estados, para canalizar recursos orçamentários para esse projeto. A função da SUDENE é exatamente tirar a individualidade de cada Estado, no que puder ser articulado do ponto de vista regional, e apresentar

problemas, sugestões, de interesse comum, com apoio de todos eles, sem negar a individualidade de cada um, evidentemente.

A transposição do São Francisco não era um projeto da SUDENE. Era um projeto do Ministério. Esse é também um problema muito polêmico e que teve muito interesse por parte dos Ministros, originários de Estados que seriam beneficiados com a transposição das águas do rio de São Francisco, como o Rio Grande do Norte. Isso foi ardorosamente defendido pelo Ministro anterior, de Sarney, que era do Rio Grande do Norte. Eu não conheço bem essa área, mas para mim, como leigo, acho um projeto megalômano, com uma quantidade de recursos muito grande e que, ao invés de fazer esse tipo de projeto, seria talvez mais conveniente executar as obras em andamento que estão com com dificuldades, inclusive as hídricas. Na SUDENE, havia muita polêmica sobre esse assunto da transposição. Não havia uma aprovação nem uma reprovação. Era um projeto muito polêmico. Houve épocas em que a administração da SUDENE era contra esse projeto. Os argumentos da SUDENE era que é algo muito arriscado.

Acho que a minha, em termos de Nordeste, foi uma geração que se engajou numa tentativa de desenvolvimento da região, pois foi quando apareceu a SUDENE e vários outros instrumentos foram criados. Mas o resultado não foi tão positivo como a gente gostaria que tivesse sido. E isso não deixa de ser uma frustração. Pois poderia ter sido muito melhor. Mesmo tendo sido positivo não resolveu a questão regional, tanto assim que hoje metade da população está em níveis muito baixos. Eu pessoalmente levo essa frustração. Houve um peso grande no momento da ditadura. Minha geração sofreu bastante esse peso, por muito tempo. Tanto assim que houve um certo esmagamento de potencialidades políticas. Isso influenciou bastante. Ainda mais por não ter se chegado a patamares mais aceitáveis de desenvolvimento social da Região. Não acho que minha geração foi responsável, porque houve um esforço muito grande, um trabalho muito grande, mas que pouco se conseguiu. Não foi por falta de esforço. Em relação à Revolução foi até uma vítima. Sobretudo aqui no Nordeste”.

IV

A Sudene foi, então, a cabeça de um sistema

“Há um problema na Sudene: não existiu uma passagem da equipe antiga para a nova equipe. A formação de escola, de transferência, uma coisa que você pudesse se ligar na sua área de serviço, que tivesse uma pessoa lá que você treinou, que você trabalhou junto com ele, para dar continuidade a sua atividade. Então durante o processo de trabalho na Sudene já houve uma ruptura, porque não havia essa arrumação. Se isso tivesse acontecido, claro que haveria um reflexo, porque todo aquele trabalho feito, aquela continuação não teria deixado de existir, por força de uma decisão política maior. Para mim, não houve isso, pois não existia essa política de ligação, de formação de escola na Sudene. Era assim, você tem o seu trabalho e quando ele acaba está concluído. Não existe continuidade em termos de passagem. A ligação do Órgão é apenas entre as pessoas, interpessoal, mas não com a Instituição.

A minha preocupação com a extinção não é como aposentado, mas sim como cidadão, que vê todo esse esforço feito, todo esse quadro formado, todo esse trabalho desenvolvido, de repente ser extinto por uma decisão política. E fica uma interrogação muito grande sobre o que virá substituir tudo o que foi feito. Minha preocupação, então, é mais nesse âmbito.

Tenho uma experiência, sobretudo de estágios, que para mim foram muito importantes, pois tomei conhecimento de novas situações, novas estruturas. Fiz um estágio na África que me permitiu fazer uma comparação com a nossa cultura, de nossa sociedade com um país que, em termos de terceiro mundo, está abaixo de nós. Isso pra mim foi gratificante porque houve esse confronto. Do ponto de vista de trabalho, para mim foi gratificante coordenar uma equipe que, de certa forma, desenvolveu um trabalho a contento, que obteve de certa forma, alguns resultados. Foi importante para mim porque eu pude vivenciar essa coisa de como coordenar um grupo, interagir com pessoas. Isso foi interessante e gratificante. A minha formação, quando eu entrei na Sudene, ficou voltada a um campo muito específico. Eu trabalhei cerca de 10 anos ou mais dentro de atividades muito

específicas. Depois que houve a mudança, passou a ser uma atividade de cunho mais amplo, dentro de projetos integrados de desenvolvimento. Isso permitia uma ligação muito estreita com as equipes estaduais e internacionais, sobretudo com o pessoal do Banco Mundial e da OEA. Foi também interessante porque permitiu elevar o meu nível através do contato com equipes de outras entidades.

Trabalhava com a cultura do algodão no campo chamado fitossanidade algodoeira, combate a pragas e doenças do algodão. Então desenvolvi um trabalho de experimentação agrícola, de pesquisa agrícola. Depois houve a criação de projetos chamados projetos de desenvolvimento rural integrado, que na fase inicial se chamava Pólo Nordeste, e depois passou a se chamar Projeto Nordeste, eram projetos muito setoriais de desenvolvimento, que agrupavam regiões do Nordeste. E esses projetos contavam com recursos externos do Banco Mundial. Eu participava dessas equipes de trabalho, que inclusive interagiam com essas pessoas junto aos Estados, com visitas ao local do projeto, discussão com as comunidades, e isso permitiu abrir um pouco mais a visão dos problemas de toda essa região. Eram projetos que incluíam toda a estrutura física, estradas, eletrificação rural, construção de escolas, educação, pastos de saúde, mercados produtor e pequenos negócios agrícolas. Tinha uma série de atividades que compunham o pacote para integrar o projeto, que abrangia uma área bastante ampla dentro dos estados, que foram divididos em microrregiões. E dentro de cada microrregião tinha um projeto, vinculado a todo um trabalho de acompanhamento, supervisão e avaliação. Então eu participei desse esquema coordenando equipes. Havia equipes de supervisão que faziam o acompanhamento do projeto, e equipes de avaliação. A minha área era a de acompanhamento, monitoria desses projetos. Eu fazia viagens de campo, fazia relatórios de supervisão. Levantava os problemas e, a partir daí, desenvolvia a parte de projeto gerencial, no sentido de superar os problemas e dar um retorno ao campo, que tinha lá outra equipe, a estadual, envolvida no projeto. Era comunicação em quatro níveis: federal, em Brasília, que mantinha contato com a Sudene; a nossa equipe da Sudene; e havia a equipe do Estado, as missões estaduais. E todo esse conjunto interagiu com um elemento externo, que era o

Banco Mundial. Então toda essa atividade gerou uma visão mais ampla. A passagem de uma área muito específica de atividade para uma coisa mais abrangente.

Para mim o fato mais importante para a Sudene foi o Golpe de Estado. Porque quando eu entrei na Sudene, em 1963, logo depois foi a Revolução de 64. Isso para mim foi o quadro de mais relevância, porque, apesar do pouco tempo que eu estava no Órgão, eu não podia sentir a diferença em termos de cadência, de poder de decisão, enfim. Mas pelo que eu tinha vivenciado até àquela época e pelos resultados que eu obtive, me parece que houve uma ruptura muito grande em termos do poder político do próprio Órgão. Naquela época, o Superintendente Celso Furtado, que foi o primeiro, despachava diretamente com o Presidente da República,. Depois quando houve a Revolução, reduziu-se mais esse quadro de poder. Os Planos também sofreram influências por causa dessa nova situação. Estou falando mais em termos de participação, dentro de Departamentos em que eu trabalhava na área agrícola. No ponto de vista de outras áreas, apoio à agroindústria, ou Finor, por exemplo, teve problemas, de conhecimento público, houve desvios na captação de recursos. Existiu, pela Sudene, uma preocupação em se ter um certo controle, mas depois a coisa chegou numa situação tal que desembocou hoje num processo de extinção da Sudene, sobretudo com parte nessa questão. Desvios de recursos dentro de uma área que eu não estava, que eu nunca trabalhei nesse campo. Para mim as coisas mais relevantes dentro dessa vida do órgão foram esses dois fatos que mudaram um pouco a trajetória.

Dentro de minha atividade, vejo de uma forma marcante a tendência, que não é tão visível, de a Sudene se direcionar mais para o pequeno produtor. Houve uma ação efetiva. Era uma coisa que antes não existia, só passou a existir com o advento desses projetos de desenvolvimento integrado. É uma coisa que também me pareceu relevante e que é necessário manter, ter continuidade. Os êxitos obtidos dentro de algumas atividades poderiam ser ampliados para um público maior. Mas de qualquer forma foi um processo que deveria ter continuação, mas

acabou tendo redução dessa atividade. Quando eu saí da Sudene, os projetos já estavam quase todos sob controle dos estados e com ligação quase que direta entre os Estados e os financiadores.

Outro fato relevante que presenciei foi a orientação dos estados na sua organização, em termos de setor público, pela Sudene. A Sudene foi, então, a cabeça de um sistema que permitiu aos estados essa estruturação, sobretudo com a criação das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola. Havia uma atuação em conjunto, mas depois eles começaram a atuar de forma independente. Mas o embrião foi a Sudene e vingou. As alterações posteriores já aconteceram por outras interferências, sobretudo dos agentes externos. O mesmo ocorreu com as Ceasas, foram criadas pela Sudene. Todas essas centrais de abastecimento foi a Sudene com suas equipes que, atuando permanentemente junto aos estados, os envolveu nesse processo. Sem contar outras atividades de natureza física, como levantamento de recursos naturais, mapeamentos, isso foi um acervo de informações muito rico que a Sudene gerou nesse processo. Se você pergunta se hoje fez algum efeito, solução para o problema, se você acha que está tudo na mesma situação, seca, penúria e se pergunta o que fez a Sudene, acredito que, se a Sudene não resolveu o problema, ela fez muitas coisas que o minimizaram, que permitiu que a coisa não se tornasse pior ainda. Na realidade, as intervenções não foram em volume de recursos suficientes para romper com essa estrutura de pobreza da região. Mas acredito que se a Sudene fosse revista, tomando por base a sua experiência anterior e fosse reorganizada adotando todas aquelas atividades que tiveram sucesso, corrigindo todas aquelas atividades onde houve desvios e falhas, eu acho que essa seria uma nova visão da Sudene. E concedendo um poder político maior a essa nova Sudene. Seria uma nova fase, ao invés de ter sido dessa forma abrupta como foi feita em termos de ruptura. Que essa Sudene continuasse a ter todo apoio político, de Governadores, com o Conselho Deliberativo discutindo todas as decisões, permaneça de uma forma intensa e renovada. Agora eu não sei hoje a posição, há uma indefinição em termos do que vai ser o futuro da Sudene. Passou a ser uma Agência de Desenvolvimento Regional, que ainda está sendo definida como será a sua

atuação, como vai ser o quadro técnico, que vai ter uma redução muito grande, e as pessoas que trabalham na Sudene hoje também não sabem qual será o seu papel. Há uma indefinição muito grande quanto ao futuro e a continuação da Sudene. Pode ser uma coisa muito menor do que era antes. Parece-me que está havendo um movimento, se repensando essa questão da possibilidade de volta da Sudene. Resiste-se a essa Medida Provisória que destruiu a Sudene.

Vejo o trabalho que desenvolvi, partindo de uma experiência que vivi. Foi um trabalho gratificante no ponto de vista de objetivo alcançado, de proposta a ser desenvolvida. Aquilo cria na gente uma energia muito grande. Mas depois, olhando para trás, você se pergunta se realmente todo aquele trabalho, aquele esforço resultou em alguma coisa, alguma mudança. Isso é o que coloco como prospectiva. Será que a minha participação contribuiu com alguma coisa? Sempre me pergunto isso quando vejo a situação em que tudo está hoje. Se você me perguntasse que correções poderiam ser feitas, como a forma de organização da Instituição à qual pertenci poderia ser vista, nesse sentido hoje, tenho uma visão bastante objetiva. Se a Sudene fosse direcionada desde o início a ações políticas para a organização do pequeno produtor rural e também na resolução desses problemas de ordem climática, geração de novas tecnologias de convivência com a seca, acho que essas questões é que deveriam ser colocadas como foco principal na atuação do órgão. Mas digamos que um terço do período da Sudene foi objeto dessa política de representação das comunidades, do público de baixa renda mesmo. Se tivesse feita essa política desde o início, a coisa teria tido outro efeito, outro resultado. No início teve alguma coisa nesse sentido com o cooperativismo. Mas foi uma coisa muito pequena em termos de Nordeste”.

ANEXO III

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

APOSENTADAS	APOSENTADOS
A.M.L.S.M	B. A. A
C.E.A	B.G
C.J.D.P.S	C.D.R
C.M.C.V	C.M.S
C.M.M.L	C.M.P.A.V
C.M.M.P	C.M.P.T
C.M.T.B.	C.P.A.V
C.V.M.A	F.L.P
G.M.L.T.M	F.J.F
G.M.T.A	G.C
H.I	G.D.
J.C.S	M.O.A
L.A.L	N.S
L.M.E.M.F	P.I.V
M.A.N	Q.M.A
M.L.B.	Q.H.A
M.M.J	R.J.G.C
M.M.I.T.	S.H.S
N.M.D	S.J
N.Z.F	S.N.R
P.D.M	V.L.C.C
S.E.L.B	W.J.G
S.M.J.C.M	
S.M.N	
S.N.M	
T.M	
W.A.M	

ANEXO IV

Carta enviada ao entrevistado

Recife, de 2001.

Prezada(o) sra.(o)

Estou elaborando minha tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP- que tem como tema central a “Organização do Tempo na Vida dos Aposentados”.

Escolhi este tema considerando que os aposentados no Brasil constituem uma parcela significativa e crescente de sua população, cuja experiência de vida é ainda muito pouco conhecida.

Desejo compreender : a) quais as expectativas que o levaram a se aposentar; b) que atitudes e comportamentos tiveram que ser redefinidos em função da aposentadoria; c) como o aposentado percebe e vivencia sua inserção na sociedade, do ponto de vista cultural, econômico e de sociabilidade; d) como está organizado o seu tempo hoje e em função do que.

Venho, pois, solicitar sua importante colaboração em conceder uma entrevista, cujo roteiro com *alguns temas ou questões está em anexo*, para sua reflexão.

Ressalto que quando das citações dos depoimentos na tese, não será necessária a identificação pessoal, ou seja, a citação de seu nome. Assim, assumo o compromisso de utilizar os depoimentos e informações obtidos exclusivamente para a tese, não podendo ser destinados para outros objetivos.

Esperando contar com sua importante ajuda para a conclusão de minha tese, antecipo meus agradecimentos.

Abdias Vilar de Carvalho.

ANEXO V

Ficha de Identificação

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL _____
Nome (ou siglas)
2. Sexo : M F
3. ESTADO CIVIL: _____
4. IDADE : _____ ou 45-50 50-55 55-60
 60-65 65-70 ou mais
5. NÍVEL DE INSTRUÇÃO : secundário superior pós-graduação e especialização
- 5.1. Se superior , informar o tipo de curso _____
6. ÓRGÃO QUE TRABALHAVA QUANDO DA APOSENTADORIA _____
7. CATEGORIA FUNCIONAL : _____
8. ANO DA APOSENTADORIA : _____
9. TEMPO DE TRABALHO NO MOMENTO DA APOSENTADORIA _____
10. EXERCIA ALGUM CARGO DE CONFIANÇA QUANDO SE APOSENTOU: _____
11. ESTÁ TRABALHANDO NO MOMENTO : ____ DESDE QUANDO : _____
 - 11.1 Governo federal Governo estadual Governo Municipal
 - EM CARGO DE CONFIANÇA _____
 - COMO (NOVO) CONCURSADO _____
 - COM CONTRATATO TEMPORÁRIO _____
 - 11.2 NA INICIATIVA PRIVADA :
 CHEFIA ASSESSOR CONSULTOR CONTRATO
 - 11.3 POR CONTA PRÓPRIA : _____
 - 11.4 ORGANISMO INTERNACIONAL _____

ANEXO VI

Roteiro para a entrevista

1. QUAIS OS MOTIVOS QUE O LEVARAM A SE APOSENTAR.
2. QUAIS AS EXPECTATIVAS QUE TINHA EM RELAÇÃO À APOSENTADORIA.
3. COMO AVALIA A APOSENTADORIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.
4. COMO AVALIA O PAPEL DO APOSENTADO NA SOCIEDADE (COMO ELE É VISTO E COMO ELE SE VÊ).
5. O QUE SIGNIFICA A SUA APOSENTADORIA (do ponto de vista pessoal, social, econômico, sociabilidade).
6. QUE ATITUDES E COMPORTAMENTOS TIVERAM QUE SER REDEFINIDOS OU ADAPTADOS PARA A SUA NOVA VIDA.
7. QUE AVALIAÇÃO FAZ DE SUA PRESENÇA, COMO APOSENTADO, NA SOCIEDADE.
8. COMO ESTÁ ORGANIZADO O SEU TEMPO HOJE.
9. QUE FATOS NA SUA VIDA PROFISSIONAL CONSIDERA IMPORTANTES.
10. QUE FATOS OU ACONTECIMENTOS DA INSTITUIÇÃO CONSIDERA IMPORTANTES (ENQUANTO ESTEVE EM ATIVIDADE)
11. QUE FATOS OU ACONTECIMENTOS – culturais, políticos, sociais, econômicos- NA SOCIEDADE (LOCAL, ESTADUAL, NACIONAL) CONSIDEROU/ CONSDIERA IMPORTANTES.
12. UM OLHAR SOBRE O PASSADO.
13. SOBRE O PRESENTE .
14. UMA VISÃO SOBRE O FUTURO.
15. EM QUE A SUA PRESENÇA COMO APOSENTADO INFLUENCIOU /INFLUENCIA O TEMPO DOS OUTROS.
16. O QUE MUDOU EM SUA VIDA DESDE A APOSENTADORIA.
17. QUER ACRESCENTAR ALGUMA COISA.

ANEXO VII

**Número de Servidores Públicos postos em Disponibilidades no Governo
Collor**

Nº Decreto	INSTITUIÇÃO	QUANT.SERVIDORES
99.313, 18/06/90	SNi (extinto)	15
99.314, 18/06/90	Minists.Comunicações,dos Transportes , e das Minas e Energias.	1.135
99.315,18/06/90	INPI	69
99.316,18/06/90	Ministério da Educação	208
99316,18/06/90	Ministério do Interior	98
99318,18/06/90	Fundação Roquete Pinto	820
	Instituto Benjamin Constant	37
	INES	41
99.319,18/06/90	CAPES	8
	FAE	217
	Fundação Joaquim NABUCO	4
	FNDE	39
99.320,19/06/90	EMBRATUR	35
	SUDAM	219
	SUDENE	588
	SUFRAMA	75
99.321,19/06/90	FUNAI	401
99.322,19/06/90	IAFPS	352
	INPS	807
99.323,19/0690	MEC	478
99.324,19/06/90	INPS e IAFPS	2.184
99.325,19/06/90	Ministério da Ciência e Tecnologia	21
99.326,19/06/90	Hospital das Forças Armadas	44
99.331,20/06/90	MEC	60
99.332,20/06/90	INAM da Previdência Social	112
99.334,20/06/90	INCRA	2.605
99.335,20/06/90	Ministério da SAÚDE	721

99.336,21/06/90	Ex-Ministério da Agricultura	441
99.337,21/06/90	Fund.Serviço.Saúde Pública e Sup. Campanhas de Saúde Pública	649
99.339,22/06/90	Ministério do Trabalho	1.501
99.344,25/06/90	Fundação das Pioneiras Sociais	103
99.345,26/06/90	INIS e INFPS	1.419
99.346,26/06/90	CNDCT	05
	Ministério do Interior	02
	Ministério das.Minas e Energia	32
	Ministério da Saúde	10
99.352,27/06/90	MEC	11
	Ministério da Saúde	69
	Ministério do Trabalho	16
Total		10.005